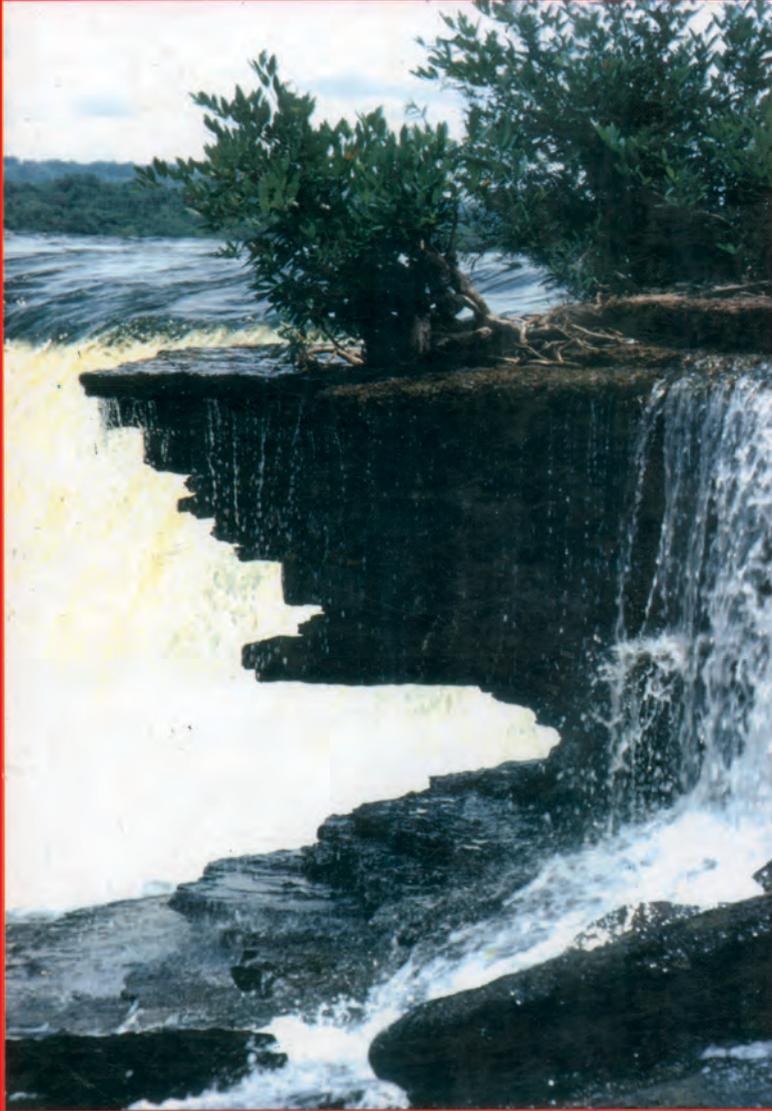


Rosa Acevedo
Edna Castro



NEGROS DO TROMBETAS
Guardiões de Matas e Rios

NEGROS DO TROMBETAS
GUARDIÃES DE MATAS E RIOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-Reitora: Telma de Carvalho Lobo

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Alberto Cardoso Arruda

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Coordenadora: Edna Maria Ramos de Castro

Vice-Coordenadora: Marília Emmi

Coordenadora do Doutorado: Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Coordenador do Mestrado: David Ferreira Carvalho

Foto da Capa: Patrick Pardini (Cachoeira Porteira)

Fotos: Patrik Pardini

Editoração Eletrônica: Lilian Leão

Revisão: Fátima Amador

Universidade Federal do Pará

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Campus Universitário do Guamá

Av. Perimetral s/n - CEP 66.075.900 - Belém-Pará-Brasil

Caixa Postal 8602

Fones: (005591) 211-1676 / 211-1231/ Fax: (00 55 91) 211-1677

E-mail: naea@amazonia.ufpa.br

Rosa Acevedo • Edna Castro

NEGROS DO TROMBETAS
GUARDIÃES DE MATAS E RIOS

2ª Edição

Revista e Ampliada

Belém - Pará

“Mucambo é uma parage deserdado para pouca gente ... é ...

“É uma parage deserdado que, a pouca, gente mora lá é, quer dizer deserdado por falta de vizinho”

Mocambo era onde paravam os negros que vinham da Cabanagem. Onde eles paravam ... eles se apoderaram e aí trabalhavam. Dava-se o nome de pretos mocambeiros ... Viviam dentro da montanha, dentro daquelas Serras Grandes. Então quer dizer uma paragem escondida, sem visita de outras pessoas ... de brancos”.

(Depoimento de um entrevistado)

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	9
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	21
INTRODUÇÃO	27
EXCLUSIVIDADE NEGRA NO TROMBETAS	41
1.1 Antecedentes dos grupos negros no Trombetas	42
1.2 Espaço ocupado pelo <i>branco</i> no Baixo Amazonas	49
1.3 Momentos e direções da fuga de escravos no baixo Amazonas	57
1.4 Existência dos quilombos	67
1.5 Fugas de escravos e Cabanagem	69
1.6 Avanços sociais e políticos dos quilombolas	77
DA CONQUISTA DAS CACHOEIRAS À OCUPAÇÃO DO MÉDIO	
TROMBETAS	85
2.1 Domínio das cachoeiras	89
2.2 Extrativismo e invisibilidade expropriadora	102
2.3 Integração do quilombo na economia regional	107
2.4 Dos quilombos às <i>comunidades</i> dos seus descendentes	114
DIREITOS E TERRITÓRIOS DISPUTADOS	125
3.1 Geografia da dominação: posses e títulos no Trombetas	132
3.2 Economia da castanha e relações de patronagem	140
CAMPESINATO: REARTICULAÇÃO DE FORMAS DE PRODUÇÃO	
AUTÔNOMAS	153
4.1 Modo de Produção e Autonomia	161
4.2 Ordem e Tempo da Natureza	165
4.3 Mundo do Trabalho na Roça	173

4.4	Tradição de pesca no Trombetas ,	182
4.5	Fabrico da Farinha	186
4.6	Relações de patronagem e crise da economia extrativista	190

ORDEM EXCLUDENTE E CONFLITOS PELA PERMANÊNCIA NO

TERRITÓRIO	205	
5.1	Memória do Quilombo e Reino da Liberdade	210
5.2	Comunidades em situações críticas: Boa Vista e Cachoeira Porteira	214
5.2.1	Boa Vista	215
5.2.2	Cachoeira Porteira	229
5.3	Mãe Cué: Conflitos e Fronteiras	234
CONCLUSÃO	243	
BIBLIOGRAFIA	251	
DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	259	
QUADROS	262	
TABELAS	263	
ANEXO	265	
CADERNO FOTOGRÁFICO	269	

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Processos identitários e organização política

Rosa Acevedo e Edna Castro

Na atualidade, os vários grupos localizados às margens dos rios Trombetas, Erepecurú e Cuminá, abaixo das cachoeiras que outrora encobriram e protegeram os quilombos, resgatam o território e o seu profundo significado para suas vidas. No presente, esses grupos assumem a identidade política de remanescentes de quilombos. A particularidade desse ato político encontra-se fortemente ressaltada pela etnicidade. A condição de etnia é traduzida pelo reconhecimento de uma origem comum e de formas de coesão, marcas da singularidade dessa ocupação no Trombetas, Erepecuru e Cuminá. Diferente pois das condições de camponeses e posseiros, eles constituem, do próprio processo de sua formação e povoamento das Cachoeiras e do rio Grande, uma peça jurídica, um argumento para proceder à titulação de suas terras.

O quilombo enquanto categoria histórica detém um significado relevante, localizado no tempo, e na atualidade é objeto de uma reinterpretação jurídica quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombos. A reatualização do termo ocorre, a partir da década de 80, como resultado das mobilizações de grupos rurais, do movimento negro e de entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de antiga ocupação. No âmago, estão as questões das chamadas terras de preto ou terras de quilombolas, associadas ao forte sentimento de fazer parte da história de um grupo identificado com um território. O processo de ressemantização da categoria *quilombo*, tanto política quanto juridicamente, contribui à afirmação étnica e mobilização política desses segmentos camponeses, particularmente, as “comunidades negras rurais”.

É no meio de situações de tensão e de enfrentamento que os processos de formação de identidade mobilizam fragmentos de história em comum, da memória social. O conceito de etnia ... “é *construído a partir de conflitos sociais* ...” enquanto os critérios de afirmação étnica aparecem atrelados à afirmação coletiva “*fundada tanto numa auto-definição consensual quanto em práticas político-organizativas e em símbolos que marcam uma política de diferenças face a outros grupos e uma relação conflitiva de poder do Estado*” (Almeida, 1998).

As ações políticas movidas por esses camponeses na Amazônia, centradas na reivindicação de permanência na terra, têm destaque. Trata-se de segmentos diferenciados pela proposta de demarcação de terras de antiga ocupação. Sua origem, formação e situações distintas permitem estabelecer diversas experiências e processos que resignificam a terra para cada comunidade. Com isto, defendem o reconhecimento de um regime de usufruto comum, contrariamente ao padrão de apropriação privada instituído pelos órgãos fundiários. Para esses grupos rurais a continuidade no território encontra-se ameaçada por frequentes invasões e expropriações por parte de empresas e do poder público. O território é condição de existência, de sobrevivência física para esses grupos negros do Trombetas que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade: de ser *remanescentes de quilombos*, com a qual estão identificados ou são identificáveis por outros. Na atualidade, essa identidade é o bastião de suas lutas pelo reconhecimento de direitos de ancianidade da ocupação. Ela reafirma-se na representação política forjada nas organizações que presidiram seus pleitos de demarcação de terras, desde o início dos anos 90: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO, Associação Comunitária dos Negros do Quilombo do Pacoval, do Município de Alenquer - ACONQUIPAL, e Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos - ARQMOB, além de associações formadas como instância representativa da própria comunidade. Objetivando fortalecer os pleitos de terras e de projetos

de desenvolvimento das associações municipais, foi criada em julho de 1997, a Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Baixo Amazonas, ampliando os projetos políticos do grupo. Essas linhas de identidade de remanescentes de quilombos definem-se ainda pela *etnicidade e territorialidade* das *comunidades do Trombetas*. Assim, os usos dos recursos e os saberes desenvolvidos sobre o território e elaborados ao longo do tempo, constroem sua representação de territorialidade.

Reconhecimento da história e demarcação de terras

No livro *Negros do Trombetas* (1993) frisamos uma situação acelerada de desestruturação da comunidade de Boa Vista, localizada a poucos quilômetros da cidade de Porto Trombetas e mergulhada em quase duas décadas, numa série de proibições, ameaças e perda de condições reais de trabalho. Sendo a mais povoada do conjunto das localizadas no rio Trombetas, havia experimentado mais profundamente as mudanças provocadas pela presença da empresa de Mineração Rio do Norte, desde a década de 70, e pela criação da Reserva Biológica do Trombetas, à margem esquerda do rio, desde 1979.

A imagem de Boa Vista daquele tempo era abertamente negativa, com pronunciada dependência de ligações com a cidade empresarial de Porto Trombetas, na forma de alguns empregos restritos (para duas dúzias de homens como trabalhadores da fábrica de bauxita e para as mulheres como empregadas domésticas, nas residências), e pelos precários atendimentos para um pequeno número de cadastrados nos serviços oferecidos pelo hospital, Colégio Pitágoras, supermercado e outros serviços daquela cidade. A intervenção realizada pela empresa e o Estado os deixou sem possibilidades de pescar, abrir roças ou coletar castanha, impedidos do uso dos recursos existentes na área englobada naquela unidade de conservação. Proibições generalizadas foram ditadas pela empresa e pelo IBAMA, afastando-os dos territórios que antes eles controlavam.

O processo de solicitação de demarcação das terras tramitou por três anos, desde 1992 até a data de entrega do título em 1995, tendo funcionado como uma sacudida da situação de letargia e acomodação que os vários anos de relações sob o domínio da empresa, a “vizinha”, como é mencionada com sarcasmo, chegou a produzir na organização social e política do grupo.

Durante o mês de julho de 1996, observou-se de perto essa fase do renascer de Boa Vista. O território com outras marcas, substituindo aquelas anteriores que reivindicavam “terra coletiva das comunidades remanescentes de quilombos”. Correspondem às novas percepções, aos novos universos e significados de liberdade, do patamar de liberdade representado pela terra para o grupo. As novas placas declaram a pertença das terras à comunidade, para que o visitante saiba reconhecer a situação de terras tituladas, onde começam a fazer plantios, caçar e pescar livremente ou realizam pequenas experiências de apicultura e fruticultura. De outro lado, algumas construções no sítio de Boa Vista funcionam como demonstrativas de um nova condição e até de *status*. A escola foi ampliada e o salão comunitário também ganhou em tamanho e acabamento. A pequena capela recebeu cuidados de pedreiros e carpinteiros, as casas aumentaram em número e é visível o movimento de canoas e voadeiras. Afastando-se da beira do rio, o campo de futebol parece continuamente animado com jogos entre as equipes das diversas comunidades, pois Boa Vista agora recebe com maior frequência, moradores vizinhos que se animam para partidas de futebol programadas, ou outros eventos tais como reuniões, encontros políticos ou festas que congregam as comunidades do Trombetas e Erepecuru.

Os adolescentes de cinco anos atrás que jogavam futebol, hoje compartilham da responsabilidade da Associação da Comunidade de Remanescentes de Boa Vista, criada como entidade de direito para representar o grupo no pleito pela demarcação. Essa associação formada por um grupo importante de jovens, assume a luta pela permanência nas terras que lhes

pertencem por direitos ancestrais de ocupação. Esse grupo insere-se em campos de poder complexos, passando a dialogar sobre sua liberdade e formulando projetos com diversas instâncias do governo e da empresa. Essas ações são importantes por permitirem elaborar estratégias que operam como ativadoras de uma identidade que se ancora na metáfora do quilombo e no reconhecimento de remanescentes.

Internamente, o grupo resitua a história da comunidade, assim como, novas construções e representações ideológicas são elaboradas. Sentimentos de orgulho, de entusiasmo e de encorajamento refletem-se nos rostos de mulheres e homens, adolescentes ou adultos. Expressam parte das rupturas e reencontros que estão vivendo. A exemplo da ruptura de um grupo com o trabalho assalariado fabril, incluindo exclusivamente os mais jovens e educados pelo sistema da empresa, uma vez que a maioria deles dependia de um emprego e os mais velhos faziam serviços domésticos ou até arriscavam a mendicância nas casas de Porto Trombetas. Agora, encontram-se numa fase de reativação dos vínculos com a agricultura, a coleta e a pesca, iniciando-se em diferentes projetos. Nesse momento, a geração mais nova refaz, pelas práticas de sociabilidade e de organização, os laços com os “velhos”. É esse um capítulo empolgante que está sendo escrito por eles com as mediações e compromissos do seu tempo. Mas, também, com as marcas impressas pela sociedade, seja via violência moral da estigmatização dos negros, seja pelo constrangimento gerado pelas indeterminações históricas do próprio processo de titulação das terras.

A escrita do livro *Negros do Trombetas* corresponde a um momento de produção do conhecimento sobre eles. Uma escrita que tem suas virtudes, ao ter efetivamente contribuído para o debate e talvez ter influenciado o rumo dos acontecimentos da demarcação das terras de remanescentes, no Pará. Mas foi uma escrita feita ao ritmo de um tempo de ameaças. Naquele momento, a ALCOA pretendia implantar o segundo projeto de mineração de bauxita na área

e avançava sobre as suas terras, enquanto as agressões do IBAMA, que ainda persistem, não reconheciam limites. Entretanto, o livro, os diversos artigos e eventos articulados, como o Fórum *A UFPA Fala sobre Violência no Campo*, na sessão, *Fórum Violência contra os Negros do Trombetas* representaram trabalhar uma documentação histórica e fontes orais diversas e acessíveis, para dar testemunho de um problema político prático: a invisibilidade expropriadora.

É a partir dessa revisão crítica de uma escrita, apoiada, ainda, no reconhecimento dessa história, sempre atenta a outras construções, que nos levam a interrogar como é hoje repensado o território, qual a multiplicidade de lógicas e de fatos percebidos no ato de repensá-lo e que práticas inauguram essa nova fase. Pode-se situar como informada por essa lógica, as práticas de uso e manejo que procedem a diagramar esse território. No exemplo da produção de mandioca, na hipótese de aumento da área plantada, fará surgir a necessidade de desmatamento da floresta. Apesar de ter recebido uma moderna casa de farinha que podia ser convidativa para essa expansão de área de cultivo, o grupo coloca-se a discussão dos riscos e desvantagens dessa decisão: Vários desses pontos traduzem, mesmo parcialmente, o que constitui esse repensar de um projeto de construção histórica protagonizado pelos negros do Trombetas. Esse projeto capta-se de um ângulo etnológico que aprofunda e dá prioridade à fala e à palavra ao grupo, a suas memórias e experiências compartilhadas. Com essa perspectiva este estudo procede a descrever, com dados parciais as alternativas ou projeto societal das comunidades demarcadas, como no caso a de Boa Vista, a mais próxima da vila de Oriximiná e situada na divisória social do que seria a fronteira imaginária e ao mesmo tempo real, entre o mundo branco e o de remanescentes de quilombolas.

Terras demarcadas: campos de conflito e negociação

A demarcação das terras com apoio no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apesar da primeira leitura de ser um instrumento

legal auto-aplicável, de fato enveredou por caminhos que podemos definir, sem dúvida, como tortuosos. Foi preciso percorrer os estamentos burocráticos que produzem as noções, as operações e os procedimentos, e ainda, circular nas estruturas jurídico-legais, e de poder, onde são tomadas as decisões. Os instrumentos desse poder tendem a estabelecer restrições de várias ordens. A esfera legal que detém o controle sobre os processos de demarcação inaugura o procedimento de elaboração de “laudos”. O andamento da tramitação é “zigzagante” e corre o risco de sofrer demoras e deturpações. Pouquíssimas situações resolvidas a nível nacional, com titulação das terras para as comunidades. No Pará, onde encontra-se uma grande quantidade de comunidades negras rurais¹, apenas 11 áreas foram tituladas² até julho de 1998, o que demonstra a lentidão desses procedimentos. No rio Trombetas, as primeiras tentativas efetivas de introduzir o pleito de demarcação foram realizadas em 1993, sob a orientação do Comissão Pró-Índio-São Paulo. É interessante verificar os processos internos de decisão, nas comunidades. Numa primeira fase a eles cabia a decisão sobre a área e extensão a ser reivindicada. Da grande extensão passou a refletir sobre terras mais circunscritas e correspondendo a interesse de uma comunidade. Em 1994, depois de prolongadas discussões fez-se o pedido de demarcação, optando por apresentar como interessada a comunidade de Boa Vista, cujo processo foi antecipado com a auto-demarcação das terras, definindo marcos no território de pertença para consagrar o reconhecimento e os direitos de ancianidade do grupo, reiteradamente afirmado. Em fases posteriores inovam com projetos de desenvolvimento agrícola, mas com domínio técnico de topografia e dos códigos oficiais de instituições de pesquisa, de órgãos da estrutura fundiária, o que escapava, até então, ao seu conhecimento.

¹ Levantamento inicialmente empreendido pelo Centro de Cultura Negra do Estado do Pará/CEDENPA e completado pelos STRs. Outras foram informadas durante o Iº. Encontro de Comunidades Negras Rurais do Estado do Pará e pela Pesquisa Mapeamento de Comunidades Negras Rurais no Estado do Pará - NAEA/UFPA/SECTAM, somando 229 grupos localizados somente nesse Estado.

² Incluindo a Comunidade de Itamauari, localizada no Município de Cachoeira do Piriá, titulada no dia 7/9/1998 (5.400 há, 32 famílias), com base no Art. 68.

Áreas Tituladas no Médio Amazonas							
Denominação	Data de Titulação	Município	Área - há	No.de Famílias	Tipo de Título	Natureza do Título	Instância Fundiária
Área Boa Vista	20/11/95	Oriximiná	1.125,03	112	Reconhecimento de Domínio	Coletivo	INC RÁ
Área Pacoval	20/1 1/96	Alenquer	7.472,87	115	Reconhecimento de Domínio	Coletiva	INCRA
Área Água Fria	20/1 1/96	Oriximiná	557,11	15	Reconhecimento de Domínio	Coletiva	INCRA
Área Trombetas ¹	24/11/97	Oriximiná	80.887,09	138	Reconhecimento de Domínio	Coletiva	INCRA e 1TERPA

Fonte: INCRA - Superintendência Regional do Pará. Divisão de Assentamento.

¹ A área Trombetas inclui 7 comunidades que são: Bacatal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauacá, que receberam o título coletivo correspondendo a uma área comum.

Esse procedimento entranha nas comunidades uma série de processos internos. Em nível legal implica a organização e registro da Associação da Comunidade, instituição legalmente reconhecida para receber e administrar os interesses dos seus membros. Nesse terreno o grupo passa a identificar atores e líderes que discutiram, participaram e constituíram agentes ativos na relação grupo e organizações não governamentais que se apresentam duplamente como mediadoras e assessoras. Nas interrelações entre o Grupo e órgãos públicos (ministérios, INCRA, ITERPA, IBAMA); entre o grupo e empresas, em especial a Mineração Rio do Norte). Esse aprendizado de diálogo com os poderes constituídos forma parte dessa nova etapa de elaboração do direito étnico.

Com essa experiência o grupo desenvolve formas de inserção em situações sociais diferenciadas, elabora o reconhecimento de posições e de forças políticas que se colocam rapidamente à defensiva e que podem reativar impasses a sobre seus direitos frente a outros grupos e interesses.

Os mais jovens são os atores principais por possuírem as ferramentas para o diálogo verbal mais convencional com os interlocutores na estrutura político-administrativa. Esse fato revela-se importante por exigir conhecimentos que possibilitem uma leitura das inserções em uma máquina política complexa.

Esse grupo de jovens, formados, no caso de Boa Vista, na “escola” da Mineração Rio do Norte, porque de fato, realizaram seus estudos na Escola Pitágoras, na cidade de Porto Trombetas ou ainda tiveram inserção na estrutura da fábrica como operários, fatos que contribuíram para aguçar instrumentos de análise, indispensáveis para encabeçar essa etapa de organização da comunidade.

A questão crucial para o grupo é identificar os beneficiários e os critérios válidos, socialmente, para a atribuição de títulos. A Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade de Boa Vista criou dois tipos de titulados. Os proprietários históricos, identificando neste grupo, as famílias fundantes da comunidade e os proprietários participantes, incluindo, os descendentes. Nessa fórmula funciona a estrutura de parentesco incorporando suas dinâmicas. Corresponde a formas de distinção interna, as “diferenças” das famílias originárias.

O avanço concreto do processo de demarcação reacende os interesses pela propriedade da terra em toda a região do Trombetas. De outra forma não se explica a posição de prontidão de grupos e indivíduos que, articulados ou não, manifestam aspirações de domínio. Podemos definir várias esferas do conflito. A entrada em ação dos órgãos responsáveis pela política fundiária e com espaços de interferência delimitados, coloca o ITERPA (de âmbito estadual) e o INCRA (esfera federal), em posições que por estarem pouco esclarecidas, freiam os processos de demarcação. Mas também essas instituições apregoam instrumentos de ações diferentes. O INCRA atua na titulação coletiva ou individual das áreas e em tese tem capacidade para proceder ao acompanhamento dos projetos - a exemplo do Projeto Quilombola. O ITERPA tem firmado uma linha de ação mais tendente à concessão de uso. Entre ambos os órgãos se identificam critérios de competências diferentes.

A experiência de demarcação retrata três modalidades: Projetos de demarcação de terras coletivas (a exemplo de Boa Vista e demais áreas tituladas no Médio Amazonas); criação de Reservas Extrativistas (Reserva extrativista do Frexal) e o terceiro, o projeto de assentamento individual.

A definição de projetos permite emergir outro ponto de diferenciação. No rio Trombetas, os moradores de Cachoeira Porteira, menos aderentes, até o presente, ao movimento das Associações dos Remanescentes de Quilombos, parecem mais interessados em seguir o projeto estadual de criação de área de turismo. Os de Erepecuru - Cuminá pretendem manter-se enquanto camponeses agro-extratores.

Os resultados da luta pela demarcação mobiliza grupos que se afastaram das áreas há mais de uma década e retomam reivindicando reintegração. Nesse sentido, a ARQMO se enfrenta com as comunidades que eles, em um jogo de palavras, dizem não serem mais comunidades, que manifestam interesse de participar no processo de titulação, mas aderindo a projetos do tipo assentamento individual. De outro ângulo, também, o movimento acompanha e enfrenta as divisões no seu interior.

Esse último processo torna-se profundamente conflitivo e é favorecido com o dilatamento ou demora das ações do Estado, pois ao longo do tempo contribui para acirrar “diferenças”, tensões e conflitos que atravessam o grupo. Um exemplo desta situação de conflito encontra-se na criação de uma associação nominada ASTRO que abre espaço para interesses de madeireiros que encontram na concessão de áreas, conforme proposta do ITERPA, possibilidades de entrar na exploração desses territórios. A ideia de uma fronteira aberta coincide com as diversas situações sociais aqui identificadas.

Sob demanda das organizações políticas das comunidades remanescentes dos rios Trombetas e Erepecuru, o governo do Estado do Pará definiu alguns procedimentos quanto à titulação de suas terras. O decreto nº 2.246, de 18 de julho de 1997, institui um Grupo de Trabalho incumbido de *“promover estudos e apresentar propostas de solução à questão relacionada com a regularização definitiva das áreas atingidas pelas comunidades remanescentes dos antigos quilombos”*.

Na primeira reunião do referido grupo, em agosto/97, com a participação de órgãos governamentais, entidades do movimento de remanescentes e do

movimento negro e organizações não-governamentais, foi definido como prioridade a ser apresentado na conclusão das atividades do GT: 1. titulação da área de remanescentes de quilombos no Trombetas; 2. realização de levantamento das Comunidades remanescentes de quilombos do Estado Pará - experiências piloto junto às comunidades do Município de Óbidos (13 comunidades), Comunidade de Abacatal (Município de Ananindeua), Comunidade de Itaumaury (Cachoeira do Piriá) e Comunidade de Narcisa (Município de Capitão Poço); 3. Organização de um encontro de representantes de comunidades remanescentes de quilombos do Estado do Pará, objetivando intervir e investir na articulação política; e 4. produção de uma cartilha e outros materiais de difusão para serem utilizados em vários âmbitos, em especial nas escolas das comunidades de remanescentes.

Entender essa relação entre modos de vida e a constituição de campos de conflituosidade hoje no Trombetas significa acompanhar as novas articulações políticas que se tecem entre atores antigos que retomam interesse sobre as terras, a exemplo dos “patrões” que alimentaram as relações de aviamento e o sistema de patronagem, comerciantes e fazendeiros localizados nas cidades de Óbidos, Oriximiná e Faro, e os que chegam inclusive anunciando-se pela mais recente versão da política desenvolvimentista do Estado, com os olhos no oeste paraense, incentivado pelo Plano Brasil em Ação. Mas significa, também, reconhecer os movimentos que alicerçam as relações entre comunidades denominadas de caboclas e sistema de patronagem, talvez hoje pela via dos interesses econômicos não mais nos castanhais, mas nos mananciais de recursos madeireiros, de mineração e para o turismo. A dinâmica sócio-econômica reconfigura novos campos e refaz o movimento de expansão da fronteira, mas agora sob frentes que sobem o rio, sob articulações políticas estabelecidas talvez com maior precisão. As reivindicações interpostas pela associação dos ribeirinhos/caboclos (ASTRO) mostra o grau de complexidade que assume o problema das terras nessa área. A questão central gira em torno da titulação

das terras com reconhecimento de direitos de ancianidade e regularização fundiária nos termos da lei. Um leque de questões permanecem em aberto, face a interesses em confronto. Para os grupos que ali permanecem, como os negros remanescentes, a reafirmação política pela diferença étnica, pode escapar frente ao processo acelerado de novos interesses que se expressam.

Os pleitos das Associações de Remanescentes de Quilombos do Médio Amazonas podem estar garantidos mas resta questões a esclarecer quanto ao uso das terras de instâncias diferentes: União e Estado. Esse é uma primeira ordem do problema. E que se complexifica na medida em que a ASTRO vai ajustando-se ao andamento do processo de demarcação das terras de remanescentes. Razão pela qual reivindicam ora títulos individuais, ora formulam pleitos de terras coletivas. O debate no interior da ASTRO, também, abrange a possibilidade de demandar ao mesmo tempo as duas modalidades de terras. Trata-se, porém, de modos de vida completamente diferentes: de um lado os grupos de remanescentes de quilombos, ancorados na concepção e no uso de terras coletivas, efetivamente praticado desde os tempos de fuga do sistema escravocrata e de criação dos quilombos. Os demais, ribeirinhos ou moradores das cidades próximas que efetivam um movimento de retorno ao campo, desenvolveram uma noção de terra individual, de posse familiar. No referente ao agro-extrativismo, o apossamento precisa ser visto quanto aos usos diferentes da terra e dos seus recursos, segundo grupos, também diferentes. Não é possível considerar o apossamento de uma forma generalizada. É necessário ver as diferenças, pois isso implica nas formas de uso da terra, nos modos de vida dos grupos e nos registros identitários.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Alfredo Wagner Berno de Almeida*

No estado atual de conhecimento sobre a existência de um campesinato na Amazônia, prevalecem esquemas explicativos referentes às transformações de um *campesinato marginal* à *plantation* açucareira nordestina em um *campesinato de fronteira*, o qual teria logrado “(...) num período do tempo, relativamente curto, um grau bastante alto de integração vertical com o mercado nacional” (VELHO, 1976: 197). Já se disse o bastante a respeito desta passagem, com a formação de um campesinato na Amazônia usualmente atribuída aos desdobramentos da denominada frente nordestina, que ocupou os vales férteis do Maranhão a partir de 1920. A expansão deste *campesinato marginal*, que alterna sazonalmente suas atividades de plantio de arroz, mandioca e feijão com a coleta do babaçu, da castanha e com o garimpo (VELHO, 1976: 200) escapa ao sistema repressor da força de trabalho intrínseco à *plantation* e, em certa medida, cria condições para a emergência de produtores independentes. Neste sentido, tal campesinato vai se desmarginalizando através do mercado de produtos agrícolas e se distanciando mais e mais de um “papel” reservatório de mão-de-obra. De maneira concomitante vai se afirmando politicamente como um *campesinato de massas* e como um *campesinato livre*, capaz de fazer frente aos interesses que lhe são hostis.

Consoante esta interpretação, nas áreas periféricas à *plantation*, no Nordeste, não pode surgir um *campesinato de massas* (VELHO, 1976: 139) livre dos instrumentos de subordinação e controle. Na região amazônica, entretantes, ao conseguir transformar os mecanismos coercitivos de dominação em confronto ou até mesmo em violação de seus direitos, tal

* Antropólogo.

campesinato afirma sua existência coletiva sob a designação genérica de posseiros¹.

Em diferentes investigações científicas, sob distintos gêneros e modalidades, este esquema explicativo tem se constituído num pressuposto consensual. Compulsando-se a produção intelectual sobre mobilização camponesa na Amazônia, no *decurso das duas últimas décadas, percebe-se como recorrente* a utilização de noções operacionais referidas ao surgimento deste *campesinato de fronteira*, não obstante divergências relativas à diferenciação econômica interna, à capacidade de acumulação e ao conceito de frente de expansão.

Semelhante colocação do problema parece ter se consolidado num padrão de explicação do pensamento de senso comum dos estudiosos e pesquisadores. O esforço generalizante que imprimiu às análises consagrou, de certo modo, uma ruptura metodológica face às modalidades de interpretação até então prevalescentes, sobretudo aquelas apoiadas no chamado *método monográfico* que caracterizaram nos anos 50 os tão conhecidos *estudos de comunidade*. Ao sublinhar as articulações com o mercado e as possibilidades de uma afirmação política fora dos quadros da patronagem e do clientelismo, semelhante abordagem, numa polêmica ideal, desfiava respostas, mesmo que implícitas e involuntárias, àquelas monografias já consideradas “clássicas” (GUIDI, 1962). Em primeiro lugar pela leitura crítica da “ênfase” que aqueles trabalhos concediam aos chamados “aspectos locais”, como afirmaria O. NOGUEIRA “numa exageração do grau de isolamento da comunidade” (NOGUEIRA, 1955: 102) que veio a contribuir para a vigência de noções como “isolados camponeses” e “isolados negros”, que se tomaram lugar-comum em artigos, ensaios de comentadores regionais. Em segundo lugar pela crítica ao procedimento de se tomar a comunidade estudada como “caso representativo”,

¹ O trabalho de OTÁVIO G. VELHO *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1976, bem sintetiza todo este esquema explicativo ora mencionado.

como se as técnicas de um método quantitativo próprio às ciências sociais estivessem ancoradas neste suposto sucedâneo à amostragem. Em terceiro lugar pela crítica à preocupação com a “atualidade”, quase como comprimindo o texto entre o empiricamente observável e o empirismo como método. Em quarto lugar pela recusa em considerar o “todo”.

Em contrapartida tais monografias persistem como referências obrigatórias, posto que recuperaram a observação etnográfica e se contrapuseram ao discurso dos chamados “folcloristas”, colecionadores pouco criteriosos de dados e fatos. Aliás a própria expressão “camponês marginal” é tomada a K. OBERG, que realizou estudo monográfico no Paraná e é incluso no trabalho classificatório de GUIDI (1962: 84), juntamente com WAGLEY e LAGENEST dentre outros².

Nos “estudos de comunidade” diretamente referidos à Amazônia pontificava a categoria *caboclo*, mais como designação local do que propriamente um conceito, mais como uma noção corrente que se julgava adequada para dar conta das questões raciais. Afinal, as relações raciais dispunham-se então como um problema da ordem do dia para a vida acadêmica e para os organismos internacionais como a UNESCO³. A identidade camponesa surgiria diluída numa afirmação racial e religiosa ou do que *lato-senso* se designava como “cultura” afastando-se qualquer possibilidade de politização dos fatores étnicos.

Entre o esforço de generalização, que pretendia a *totalidade* com as articulações que lhe seriam inerentes, e a vertente teórica, que num geografismo

² Consulte-se: GUIDI, Maria Laís Mousinho - Elementos de Análise dos Estudos de Comunidade realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960 Educação e Ciências Sociais, v. 10, n. 2, p. 19/p.45-87, jan./abr./1962.

NOGUEIRA, Oracy - Os estudos de comunidades no Brasil. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, v. III n. 2, p. 95-103, Dez./1985.

OBERG, K. - The marginal peasant in rural Brazil. American Anthropologie n. 6. Part I. December 1965.

³ WAGLEY, C. - Races et classes dans le Brésil Rural. Enquête effectuée sous la direction de CHARLES WAGLEY. Paris: UNESCO, 1951.

privilegiava os “aspectos locais”, sugerindo *isolamento*, permanecem, entretanto, dúvidas ao entendimento da formação de um campesinato na Amazônia. Cada um a seu modo, os dois esquemas explicativos de realidade localizadas e processos reais “*deixaram de fora*” diferentes situações sociais, que contrariando a ciência do rigor ficaram referidas vulgarmente como: “sobrevivências”, “remanescentes”, “vestígios”, “resquícios” e “resíduos”. Diversos segmentos camponeses foram compulsoriamente dispostos nesta liminaridade, sem preencherem exatamente a condição de *caboclos* e não corresponderem às transformações assinaladas a partir das quais se condicionou nomear *campesinato de fronteira*.

Poder-se-ia asseverar também que nos casos de proximidade de *plantation* as questões pertinentes à formação histórica do campesinato tem sido exaustivamente investigadas, sobretudo as revoltas dos quilombolas, as manifestações de messianismo, os casos de banditismo e a chamada “brecha camponesa” com um protocampesinato escravo. Já os estudos referidos à região amazônica não se encontram desenvolvidos no mesmo nível e tem sido outras as clivagens adotadas.

As mencionadas situações sociais não se constituíram, pois, em objetos de reflexão da produção intelectual e científica, sendo mantidas congelas sob descrições impressionísticas ora de “viajantes” (naturalistas, geógrafos), ora de jornalistas com pretensão científica, ora de membros da burocracia oficial em “missão”. No mais, os agentes sociais a elas referidos aparecem classificados como “populações tradicionais”, isto é, abrigados no controverso da demografia em que forçosamente foram derramadas suas especificidades e mantidos sob o signo da despolitização.

Os segmentos camponeses referidos a tais situações sociais foram alçados à condição de objeto de reflexão para o planejamento regional, para os aparelhos de poder, a partir dos conflitos. Os antagonismos sociais forçaram o reconhecimento como *parte* do que se supunha como “sobrevivência”,

incapaz de representar obstáculo para projetos governamentais e de grandes grupos econômicos. Sublinhe-se que as chamadas “terras de uso comum” que compreendem as denominadas *terras dos pretos*, *terras de santo* e *terras dos índios* (não confundir com terras indígenas), só foram reconhecidas formalmente com as mobilizações camponesas pôr uma reforma agrária ampla e imediata, no período de transição democrática entre 1985 e 1987⁴.

De igual modo pode-se pensar a situação ora analisada por Rosa Acevedo e Edna Castro, já que as chamadas *terras dos pretos* foram reconhecidas como “*ocupações especiais*” pelos órgãos fundiários oficiais em 1986. Enquanto tal, elas compreenderiam aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos, bem como aqueles domínios correspondentes aos antigos quilombos. Com respeito a esta última situação, as mobilizações lograram incluir na Constituição de 1988 disposição transitória que assegura aos chamados “remanescentes das comunidades dos quilombos” titulação definitiva (Art. 68). O reconhecimento dos direitos configura-se, pois, como conquista a partir de um processo de lutas.

O próprio trabalho aqui apresentado bem reflete um segmento camponês transformado em força social numa situação de antagonismo aberto com interesses de empresas mineradoras. Poderia ser pensado como produto de um “*relatório de impacto*”, elaborado para cumprir exigências legais. As disposições jurídico-formais aos responsáveis por projetos desta ordem exigem laudos técnicos alusivos aos impactos sobre o meio-ambiente e a população. Com toda certeza, elas expressam por si só os resultados das mobilizações camponesas, notadamente aquelas que envolvem os atingidos por barragens, por campos de treinamento das Forças Armadas, por portos e por ferrovias. Cabe frisar, portanto, que no presente caso os dados foram

⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner - Terras de preto, terras de santo, terras de índios: *Uso Comum e conflito*. In CASTRO, Edna, HEBETTE, Jean (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: Modernização e Conflito na Amazônia*. Belém: UFPA, 1989. (Cadernos NAEA, 10), pp. 163-196.

coletados com todos os limites e dificuldades próprias aos trabalhos solicitados pelos responsáveis pelos projetos. Acham-se condicionados por um tempo reduzido de trabalho de campo que impede uma visão mais completa do calendário agrícola e da divisão do trabalho familiar. Não obstante, reproduz o ponto de vista dos atingidos, com rara acuidade sobretudo através de um levantamento histórico bem comprobatório da ancianidade da ocupação e pelas dimensões políticas que caracterizam este conflito étnico, fazendo dos camponeses sujeitos frente a pressões adversas. A afirmação desta identidade política, construída gradativamente a partir de uma coesão social baseada no controle de um território em diferentes momentos históricos, constitui-se numa característica essencial do processo de luta aqui registrado, contribuindo para uma relativização dos esquemas explicativos usuais.

INTRODUÇÃO

Rosa Acevedo e Edna Castro

Com este estudo pretendemos contribuir para o exame antropológico de etnias e territorialidades sob ameaça na Amazônia, decorrentes da implantação de grandes projetos minerais e hidrelétricos e das novas formas de exclusão, especialmente, aquelas ancoradas em discursos ideológicos da preservação, de uma natureza intocável.

Trilhamos a contemporaneidade das ações de resistência de um grupo étnico identificado enquanto formado por *remanescentes de quilombos*, habitantes na região do Trombetas, organizados sob a lógica de uma economia agro-extrativa, combinada à concepção de uso comum da terra.

Os *Filhos do Trombetas*, como costumam identificar-se ante os visitantes, fazem do movimento de circulação das águas o pulso de sua existência e memória social. Esse elemento, com seus fluxos, os conduziram ao território novo, subindo as cachoeiras para organizarem os quilombos. A liberdade vigiada, em contínuo sobressalto, e o freio da natureza, os obrigaram a buscar outra alternativa: viver a liberdade condicionada, abaixo da última cachoeira, no rio *manso*, para organizar a vida material e recriar os símbolos de sua identidade atual.

No presente, esses grupos assumem a identidade política de remanescentes de quilombos e reivindicam suas terras de uso comum, apoiados no argumento jurídico da ancianidade, legitimada pelos mais de 200 anos de presença no território, efetivamente ocupado. Peça fundamental do seu direito, ela constituiu-se no tempo, na permanência e na sua identificação histórica. Eles são cidadãos que estão exercendo direitos conquistados. A particularidade desse ato político encontra-se fortemente ressaltada pela sua etnicidade. Estamos diante de uma situação particular de um grupo que responde à sociedade branca pela

fala da etnicidade. A condição de etnia é traduzida pelo reconhecimento de uma origem comum e de formas de coesão, marcas da singularidade dessa ocupação no Trombetas, Erepecuru (Cuminá). Diferente pois, das condições de camponeses e posseiros, eles constituem, do próprio processo de sua formação e povoamento das Cachoeiras e do rio Grande, uma peça jurídica, um argumento para proceder à titulação de suas terras. As denominadas comunidades de remanescentes de quilombos submetem à ordem legal o aval de sua história, o laudo antropológico de sua etnia.

Nesse dilema, os negros do Trombetas forjam a memória social e formulam o jogo de associações entre hoje e ontem, encontrando a força de sua liberdade e de sua etnia. Isto porque a lembrança da fuga refaz-se de forma ativa na memória, num estilo de validação positiva, por terem se proclamado livres: a auto-abolição. A encruzilhada da escravidão é menos trilhada na memória que a da cachoeira, quando passaram a ser denominados de mocambeiros, e adquiriram a identidade reativa diante da ordem escravista por adotar o oposto da escravidão - o *quilombo* (produto dela) - que lhes permitiu auto valorizar-se e positivar-se diante da sociedade contra seus desígnios, e encontrar sentido novo e edificador no plano social e político.

O termo *mocambo* foi utilizado no século XIX por governadores e corpos de policiamento para identificar o agrupamento de fugitivos, notadamente formado por escravos. A denominação *mocambo* foi impregnada de qualificações negativas, identificando-o como o lugar de reunião de mocambeiros ou mocambistas, tidos como criminosos, desertores e preguiçosos pela sociedade escravista.

O *quilombo* enquanto categoria histórica detém um significado de resistência e de auto-afirmação do grupo diante da ordem escravista que é relevante para o presente estudo. Esse significado localizado no tempo tem, na atualidade, uma reinterpretação jurídica quando é empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais introduzidas pelos

denominados *remanescentes de quilombos*. A reatualização ou resemantização do termo ocorre, a partir da década de 80, como resultado das mobilizações de grupos rurais, do movimento negro e de entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de antiga ocupação, entre elas as dos *remanescentes de quilombos*. No âmago, estão as questões das chamadas *terra de preto* ou *terra de quilombolas*, associadas ao forte sentimento de fazer parte da história de um grupo específico identificado com um território.

Que conteúdos são elaborados na memória social dos negros do Trombetas? Ela parece filtrar-se por duas encruzilhadas históricas: a da escravidão e a do quilombo. O passado coletivo, ser descendente de escravo, como tendo sido condição de alienação do trabalho e da pessoa no ato da escravização, os despojou da condição humana, da liberdade. Talvez por isso, tem sentido menos reiterativo a lembrança do tempo das cadeias. São recordados seus símbolos (cadeias, chicotes, troncos) para reificar a revolta e o quilombo. A geração dos antepassados fica relativizada pela distância no tempo - mais de 100 anos, contando as três gerações que se fixaram abaixo das cachoeiras - e por um recorte seletivo que é feito para marcar a construção de sua própria história. Ela gera-se no ato da fuga e da resistência.

Hoje, os vários grupos assentados no alto dos rios Trombetas, Erepecuru e Cuminá, abaixo das cachoeiras que outrora encobriram e protegeram os quilombos, resgatam da memória os saberes sobre o tempo e a lógica da natureza, apreendidos e compartilhados com sociedades indígenas, habitantes das planícies e dos altos das cachoeiras desses rios e do Mapuera. O domínio de *saberes, perigos e magias* sobre a natureza incorporava-se no imaginário, recodificando experiências, como condição do sucesso nas fugas do cativo e de permanência nos quilombos.

Varando furos, igarapés, logrando subir as cachoeiras e apoderar-se cautelosamente do potencial da floresta e das águas, os negros do Trombetas teceram quotidianamente raízes étnicas, profundamente associadas à noção de

território. Para eles, viver, apropriar-se e transformar a natureza encerram atos criadores de existência material e social. Penetrar nesses momentos e ações significa decifrar suas representações expressas na linguagem, nos gestos, nos corpos, que se cristalizam como movimentos e subjetividades na história.

Da paragem do chamado *mocambo* às formas sociais percebidas e apropriadas nas *águas mansas*, desliza um tempo passado e presente que sintetiza não apenas o dado material (o rio, o peixe, o barco, a árvore, a semente), mas o encontro de imagens, sensibilidades, desejos e afetos, em espaços não fragmentados ou recortados arbitrariamente. Apenas a percepção e os limites do olhar externo podem corroer, dividir e lapidar grotescamente significados reais ou imaginários sobre a existência desse grupo. E esse corroer é produto de outra história, de outra apreensão da natureza, portanto, de outras representações estranhas ao mundo dos antigos ocupantes das margens do rio Trombetas. Estamos, pois, diante de referências e rupturas nos atos de apropriação abstrata e concreta da natureza por grupos e culturas diferentes.

A territorialidade é uma síntese da apreensão desse universo pelo grupo. Concretiza-se em práticas quotidianas, na perseguição de estratégias de vida e de trabalho, na execução de ações que são criadoras da existência material e social. Neste trabalho, perscrutamos o significado diádico entre grupos negros construindo seu sistema social nas particularidades do ecossistema do Trombetas, numa denominação ampla dessa região.

Propusemo-nos perseguir uma trilha, qual seja, a de identificar, a partir do olhar do grupo, os campos de conflitos e tensões presentes na sua história, recortada de enfrentamentos; primeiro com a ordem escravista fundamentada na economia mercantil; num segundo momento, com as formas de dominação instauradas na rede de comercialização, nas relações de patronagem, e, na atualidade, com a chegada de atores que expressam novos movimentos de expansão capitalista - empresas de mineração e madeireiras - sobre as reservas naturais, essenciais à atual conjuntura econômica do mercado mundial. Na

análise sobre esses percursos para o grupo negro, importam a conquista e a luta pela permanência nesse território, trazendo à visibilidade as linhas sínteses de sua história.

Essas linhas definem-se pela *etnicidade e territorialidade* das *comunidades do Trombetas*. Assim, o movimento, uso e saber desenvolvidos sobre esse espaço, elaborados ao longo do tempo pelos negros, constroem sua representação de territorialidade. Nesse ângulo procurou-se apresentar as tensões e conflitos que transformam a região do Trombetas em zona crítica do ponto de vista de um sistema ecológico sob risco de profundo desequilíbrio. O lago Batata foi apresentado como exemplo desse desequilíbrio, ao ser constatada a sedimentação, por resíduos decorrentes da extração mineral. Podemos entender que esse desequilíbrio ultrapassa tal problema específico. Projetos econômicos precisam ser colocados na magnitude real dos seus efeitos sobre situações de vida e de trabalho de centenas de famílias impedidas de explorar as fontes tradicionais de recursos. Em vários casos, o estatuto de unidades de conservação estabelece situações conflituosas com antigos ocupantes, caso do Trombetas. De outro lado, empreendimentos econômicos têm provocado depredação de recursos e de ecossistemas.

Os conhecimentos das formas de manejo e de uso das espécies, de rios, lagos e solos por esses grupos de antiga ocupação têm, na nossa percepção e sensibilidade, grande importância, pois, na afirmação positiva de complementaridade e alternabilidade entre extrativismo e agricultura em sistemas ecológicos particulares (e sempre que a irracionalidade de mercado não compromete seus níveis de reprodução biofísica), encontra-se a chave da economia e preservação da Amazônia. Esses sistemas mantidos em uso por eles durante séculos, foram pressionados, em diversos momentos, pela exploração de castanha, cumaru, pau-rosa, peles, pirarucu e tartarugas. Agentes e estruturas que fizeram (e fazem) do extrativismo um exclusivismo econômico organizaram essa exploração com fins lucrativos, quebrando as

regras de alternabilidade e de complementaridade entre tratos agrícolas e extrativistas. Esse saber valioso sobre manejo e preservação geralmente não é incorporado pelas empresas e por órgãos oficiais, inclusive por aqueles que realizam atividades de pesquisa na Amazônia.

O progressivo aprisionamento das terras realiza-se sem considerar o saber e os códigos de relação com a natureza que os antigos ocupantes acumularam através de séculos. Mais grave ainda, a intervenção é feita sem conhecer a especificidade dos negros e índios como criadores e depositários dessa engenharia. Nesse sentido, o movimento de fora reflete uma ação de depredação, de violência e de destruição sobre o ambiente, atingindo, no interior desses grupos, seus sistemas de relações sócio-culturais. Com muita frequência, a análise das repercussões de empreendimentos econômicos incrustados em áreas de fronteiras na Amazônia, sobre as populações originais, tem deixado ocultas e negligenciadas questões fundamentais a propósito da existência material e cultural desses grupos. Baseados mais em lacunas do que propriamente nas experiências e situações sociais desses segmentos camponeses, os inúmeros *relatórios de impactos* não têm iluminado as decisões de órgãos públicos e nem as negociações políticas que se impõem entre os atores -novos e velhos - que passam a agir sobre a cena regional.

Das intervenções recentes, nessa região, destaca-se pela importância do impacto gerado e do qual inevitavelmente muitos outros decorrem, a presença de um violento processo de usurpação das terras de uso comum dos negros com a chegada de comerciantes, empresas e órgãos públicos e, conseqüentemente, o acirramento da competição pelos recursos. O encontro realiza-se entre duas ordens, duas racionalidades -empresarial e agro-extrativa - com concepções sobre uso e propriedade da terra (e de seus recursos) bastante contraditórias. Não são mais os antigos comerciantes ou patrões que se utilizavam do prestígio pessoal, do paternalismo e do trânsito político para apropriarem-se dos castanhais, com títulos definitivos ou de arrendamento.

As alianças e articulações dos velhos atores, localizavam-se nas instâncias do poder local ou regional. Os novos atores são empresas modernas, funcionando sob a lógica de lucros, benefícios e competitividade. Suas políticas, elaboradas com base em padrões especializados de gestão e de relações públicas, estabelecem formas de relacionamento impessoais com grupos sociais e/ou setores técnicos e políticos da instância regional/local. Articulam-se, ao nível do poder, com foros nacionais e internacionais e somente em circunstâncias muito restritas, com a sociedade local, que dificilmente revela-se diante desse poder hegemônico.

Entre as ações políticas movidas por camponeses na Amazônia, reivindicando a permanência na terra, têm destaque as de segmentos diferenciados pela proposta de demarcação de terras de antiga ocupação. Com isto, defendem o reconhecimento de um regime de usufruto comum, contrariamente ao padrão de apropriação privada instituído pelos órgãos fundiários. Para esses grupos rurais a continuidade no território encontra-se ameaçada por frequentes invasões e expropriações por parte de empresas e do poder público. A origem, formação e situações distintas desses grupos, permitem resignificar a terra conforme diversas experiências e processos históricos. O território é condição de existência, de sobrevivência física para os grupos negros do Trombetas que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade: ser *remanescentes de quilombos*, com a qual estão identificados e são identificáveis por outros. Na atualidade, essa identidade constitui-se no bastião de suas lutas pelo reconhecimento de direitos de ancianidade da ocupação. Tais proposições foram refletidas detidamente durante o trabalho de pesquisa iniciado em maio de 1990 e prolongado até o presente.

Este estudo defrontou-se com uma relativa escassez de materiais históricos e etnográficos. As referências aos antigos ocupantes do Trombetas pouco contribuíam para sua visibilidade na sociedade brasileira, enquanto as pesquisas etnográficas eram bastante incipientes. Assim, incorporou-se o

tratamento de documentação pouco referida, buscando a reconstrução dos momentos de ocupação da região do Trombetas. O mérito encontra-se na problematização e absorção de informações, nas descrições contidas em livros de viajantes, em relatórios de presidentes de Província e em documentação cartorial e paroquial. Nessa reconstituição ressalta a dimensão política do quilombo: o lugar dos fugitivos na sociedade escravista, onde recriaram liberdade e direitos. A exclusividade negra do Trombetas é testemunho dessas conquistas.

A pesquisa de campo foi realizada entre esse grupo camponês que vive às margens do rio Trombetas, dos lagos e igarapés dessa vasta região. Esse segmento especial aí localizado representa situações de trabalho e de vida diferenciadas em vários níveis dos grupos que habitam os rios Cuminá e Erepecuru. Entretanto, a unidade entre eles é construída na identidade étnica e na territorialidade, dimensões políticas de maior significação. Percorremos as localidades durante vários períodos de campo e ainda tivemos a colaboração na fase inicial, de dois pesquisadores, um deles residente em Oriximiná.

Ao longo do trabalho de campo foi priorizado o relato dos membros mais velhos com forte ascendência sobre as várias gerações e reconhecidos por sua experiência de vida. Integramos para a leitura da memória de hoje e de ontem, um farto material de entrevistas produzido a partir de depoimentos de moradores das localidades situadas em ambas as margens do rio Trombetas, contatados no *continuum* de comunidades desde Boa Vista até Cachoeira Porteira. Ele foi fundamental para entender a especificidade do seu modo de produção e traços étnicos.

O levantamento de documentação cartorial, paroquial e arquivística foi realizado em Óbidos, Oriximiná, Santarém, Belém e Rio de Janeiro, incluindo consultas sistemáticas em jornais e registros de órgãos públicos. Igualmente, procedeu-se a entrevistas nas quatro cidades do Pará, com empresários, comerciantes, religiosos, políticos e sindicalistas que complementaram a coleta

de material da pesquisa. Nela valorizou-se, ainda, a montagem de um arquivo fotográfico importante que retratasse o cotidiano de trabalho e práticas sociais do grupo.

Os movimentos para entrar nesse mundo medem-se por horas de navegação de Santarém até Oriximiná, dali subindo o rio Trombetas num barco a motor. Boa Vista é legado da ocupação no tempo do descenso. No ano 1991, ela representava a negação da comunidade de remanescentes de quilombos, sem espaço, sem roça, sem vida própria, isso por força do choque e das pressões do projeto da Mineração Rio do Norte, materializado na fábrica, nos barcos, na cidadela, nas suas leis e regulamentos. Anciãos e jovens debatiam-se para não se perderem na encruzilhada: de um lado a memória social e o ser cultural do grupo, do outro lado os símbolos e a moldagem dos domínios do progresso, da modernidade, empurrados que estão pelo empreendimento econômico.

Fora de Porto Trombetas encontra-se um ir e vir de canoas (navegar é preciso!) que deslocam crianças, mulheres e homens através de lagos a igarapés, e pelo curso principal. Os chamados *Filhos do Trombetas* refazem o contorno dessas águas para atingir as terras de coleta, de cultivo e de caça; marcaram nelas, ainda, os lugares de festa, de lazer, os cemitérios com inúmeras recordações. Nos igarapés e lagos inspiraram-se para relatar as histórias dos guardiães das águas, das florestas e de suas vidas, que desde sempre existiram. Decoram os cantos da guariba, diferentes nas estações do dia e da noite, também de sapos, pássaros ou barulhos de jacarés e tartarugas. Reconhecem os sons das folhas das castanheiras, decifrando o maior segredo da grande árvore e das pequenas ervas e raízes, o seu sustento de energia e vida.

Dona Popó, dona Cotoró, Filipão, são lendas das forças psíquicas e físicas dos que acompanharam a interface entre o tempo das cachoeiras e o tempo das relações sociais nas águas mansas do rio Trombetas, com seu fluido cor de chumbo e cor de caramelo, sob o caleidoscópio do sol. Ouvimos falas, cantos, vozes de anciãos e jovens, mulheres e homens com marcas do tempo,

acumulando angústias diante do presente; mas todos concebendo projetos com diversos horizontes: a demarcação das terras de antiga ocupação, de acordo com seus padrões de uso e interesses; o rio Trombetas sem mineradoras nem cargueiros; as terras sem o controle do IBAMA; as cidades de Oriximiná e Porto Trombetas sem a crueza do seu imaginário racista; os projetos industriais e as hidrelétricas (Cachoeira Porteira, Chuvisco) sem o universo conflitivo do emprego e da integração negadora.

Este livro originou-se da pesquisa “Comunidades negras do município de Oriximiná sob impactos de projetos desenvolvimentistas”, realizada no ano de 1990. O relatório original foi revisto e complementado no decorrer de 1991, para efeito de sua publicação, na forma de livro. No transcorrer desses últimos anos acompanhamos as experiências políticas do grupo e inclusive suas ações frente a eventos importantes. Os diversos Encontros de Raízes Negras têm encaminhado a construção de uma unidade dos grupos rurais negros do Estado do Pará, da qual eles participam. Para o Encontro de Raízes de 1992 escolheu-se Tapagem, no Alto Trombetas, para sediar a reunião. Em outubro de 1990, um representante da Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná participou do seminário internacional “A desordem ecológica”, realizado em Belém, e do Tribunal dos Povos Lélío Basso, em Paris. Em agosto do ano seguinte acompanhamos ativamente os debates da audiência pública do projeto de Mina Bauxita da Amazônia que foi a primeira ocorrência dessa natureza no Pará e, em outubro, organizamos o Fórum “Violência contra os negros do Trombetas”, promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, e pelo Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará, atividade que marcava o IV Fórum da Universidade Federal do Pará, intitulado “UFPA fala sobre violência no campo”. Acompanhamos suas mobilizações reivindicando a demarcação das terras, auxiliando com os materiais resultantes desta pesquisa. Testemunhamos a lenta construção de alianças, face a suas lutas, com Sindicatos de Trabalhadores

Rurais de outras regiões, com o Conselho Nacional dos Seringueiros, com o Movimento de Atingidos por Barragens e, especialmente, com o Movimento Negro no Pará.

Em 1995, retomamos nossas pesquisas sobre essa região, tendo como um dos objetivos, atualizar informações para a reedição deste livro, esgotado desde 1994. Nesse intervalo, tivemos oportunidade de debatê-lo em vários encontros acadêmicos. Essa experiência inacabada de refletir sobre essa problemática está incorporada na presente edição, para a qual fizemos diversas alterações de conteúdo e forma.

Deste trabalho participaram pesquisadores e bolsistas dedicados que contribuíram para sua concretização, em 1991 e 1992. Cecília Maria Chaves Brito, Euda Cristina Alencar Veloso, Eliana Ramos Ferreira e Geny Vilhena (Rio de Janeiro) colaboraram na coleta e preparação dos materiais; José Luis Peinado Alonso e Rubén Montoya auxiliaram no trabalho de campo em Oriximiná. A datilografia e digitação foram feitas por Marilene da Silva. Na revisão do texto original contamos com a ajuda de Cristina Donza Cancela, Júlia Maués Correia, Nair Brito Gonzalez e Reginaldo de Moraes Rodrigues. A autoria das fotografias é de Patrick Pardini e as mais recentes foram tomadas por Edna Castro. Nosso agradecimento a todos por terem cooperado para o presente estudo.

A amizade e o diálogo intelectual com Alfredo Wagner Berno de Almeida tiveram valor especial para as autoras. Somos gratas por seu coleguismo. O prefácio é uma demonstração. Queremos, por último, mencionar uma dívida antiga, manifestando nosso agradecimento a Lúcio Flávio Pinto, que dispensou tempo para repassar informações jornalísticas referentes à Mineração Rio do Norte e situações provocadas por outros projetos instalados nessa área.

A grayscale photograph of a river with a wooden bridge in the background and trees on the banks. The text is overlaid on the image.

CAPÍTULO I

EXCLUSIVIDADE NEGRA NO TROMBETAS

EXCLUSIVIDADE NEGRA NO TROMBETAS

No presente, entender a preponderância de grupos negros habitando às margens dos rios Trombetas e Erepecuru, distribuídos no interior de lagos e igarapés formadores desse sistema hidrográfico, impõe indagar sobre os antecedentes e a tradição de ocupação por eles desenvolvida, assim como também conferir os níveis de sua integração e a importância de suas atividades extrativas e agrícolas na economia regional. Significa reconstruir momentos e situações ocorridos durante praticamente mais de dois séculos quando esses grupos, etnicamente identificados, estabeleceram, nesse habitat, um complexo sistema de organização social articulando práticas econômicas e culturais que lhes são particulares. A reconfiguração de sua vida nesse espaço leva-os, hoje, a reconhecerem-se como *Filhos do Rio*.

Os escravos do Baixo Amazonas iniciaram com a subida às cachoeiras do Curuá e Trombetas ou a internação em lagos, menos transitados pelas canoas, igarités e barcos de comerciantes, sesmeiros, religiosos e viajantes, a conquista e invenção de sua liberdade que, certamente, escapa como relato ao domínio de qualquer história escrita. A memória dos descendentes de escravos retém com clareza a situação dos seus antepassados que *corridos da escravidão*, vindos de Alenquer, de Óbidos e de Santarém, romperam com o regime de trabalho escravo. O recurso à fuga e a procura de uma existência livre como estratégia dos escravos, encontraram no rio Trombetas, condições naturais favoráveis à realização dessa existência, o que explica a originalidade do mundo social construído. Representam esses quilombos do Trombetas o maior espaço físico conquistado e controlado por escravos fugitivos, homens livres pobres e por índios destribilizados no Estado do Grão-Pará e, posteriormente, na Província.

A tese de exclusividade negra no Trombetas emerge da constatação do domínio estabelecido por esse grupo étnico durante mais de dois séculos,

compreendendo a subida do negro às cachoeiras, finais do século XVIII, e a presença demográfica e econômica importante, no presente do município de Oriximiná. Calcula-se mais de 6 mil negros identificáveis por suas formas de vida social, fortes elos familiares e desenvolvimento de atividades agro-extrativas realizadas em territórios de uso comum, ao longo dos rios Trombetas, da boca do Cuminá até Cachoeira Porteira e subindo o Erepecuru (e Cuminá). É com esses traços que eles se integram à economia regional.

A integração do negro do Trombetas na sociedade paraense pós-abolição e as formas de permanência dos seus modos de produzir, de recriar relações sociais e padrões culturais, constitui um processo particular, colocando a estudiosos e planejadores questões complexas. A principal enuncia-se sobre quais foram os momentos e as condições diferenciadas para esses grupos organizarem-se com estabilidade e auto-suficiência no plano econômico. Ou seja, como materializaram sua existência grupai elaborando um conhecimento complexo e eficiente que lhes garante, até o presente, seu crescimento demográfico na base de um uso equilibrado dos recursos desse ecossistema?

1.1 Antecedentes dos grupos negros no Trombetas

O rastrear da memória do negro do Trombetas não é, nem poderia ser, um conjunto pronto e acabado sobre suas origens nesse território. Se o *contar* da escravidão *dos Tempos das Candeias* manteve linhas e relatos reiterativos, são percebidos igualmente vazios e descontinuidades relativos à própria memória. A primeira referência comum nesse movimento de recordar de onde vieram seus antepassados indicava alguns poucos lugares. O mais referido e lembrado foi Alenquer e *as cachoeiras*. Como se estabelece a ponte entre Alenquer e *as cachoeiras* e atravessando quais rios? Como foram amansados cursos d'água até encontrar refúgio mais seguro? Que relações estabeleceram com índios e brancos? Que existência organizaram sob que processos adaptativos?

Esse setor do Baixo Amazonas é conformado na sua parte setentrional por três cursos d'água importantes por seu volume, extensão e intercomunicações

através de furos, canais, igarapés e lagos. O rio Curuá abrigou as tentativas iniciais de fuga da primeira geração de escravos levados para trabalhar nos cacauais nativos e cultivados que centralizaram a vida econômica da fase colonial do Pará. Com eles reativaram-se os empreendimentos outrora organizados por missionários com recurso ao indígena escravizado. As cachoeiras do Curuá foram a alternativa original para orientar a fuga e, ao mesmo tempo, representaram para os negros um lugar de aprendizado dos segredos da floresta tropical de várzea e de terra firme, o que lhes permitiu progressivamente constituir-se como grupo relativamente isolado e protegido dos interesses escravistas.

Os Capuchos da Piedade haviam percorrido vários rios e incorporado milhares de indígenas ao sistema de aldeamento com objetivo de catequese. As expedições eram organizadas a partir do Forte de Pauxis (origem de Óbidos) e foram orientadas para reduzir os índios ao aldeamento ou fornecê-los como escravos para uma centena de colonos. O rio Trombetas ou rio das Trombetas (e afluentes), povoado por tribos numerosas, foi em 1727, com ajuda do comandante daquele Forte, rastreado pelos religiosos convertendo quinze tribos (Reis, 1979; p.26). A marcha lenta da ocupação colonial continuava. A vila de Pauxis tinha, em 1762, três centenas de moradores e frei São José, no seu *Visitas Pastorais*, descreve os indígenas vivendo na penúria e mal alimentados (Queiroz, 1961; p.138).

As freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Faro, seguindo Santarém, alteraram seu movimento lento de ocupação sob a pressão e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina. Alguns sesmeiros iniciaram por volta de 1780 a plantação do cacau e a criação de algumas cabeças de gado, bem menos sucedida.

No final do século XVIII e no início do XIX a Coroa havia distribuído entre moradores dessas freguesias, um certo número de sesmarias. Classificados como *Remediados, aplicados a plantar cacau*, conforme critério do

Recenseamento de 1788, um grupo de 20 moradores, entre eles um *não branco*, havia adquirido 233 escravos, fazendo-se merecedores de *datas de sesmarias* nas margens dos rios Amazonas, Tapajós ou Igarapés das vizinhanças das vilas (ver Quadro I). A fortuna dos Picanços destacava-se por serem proprietários de 52 escravos numa ilha no Igarapé Arapary e no lago Curuamanema. Aquela ilha receberia posteriormente o nome da família.

Quadro 1: Plantel dos cultivadores de cacau do baixo Amazonas e localização de sesmarias concedidas – 1778

Freguesia	Nome do Plantador	Nº de Escravos	Localização de Sesmarias Concedidas
N.S. da Conceição da Vila de Santarém	Antônio João da Silva	5	
	Rita de Souza	5	
	José Caetano de Souza	7	
	Ignácio Francisco de Souza	7	
	João da Gama Lobo	8	Costa das Cueiras. Rio Amazonas. Concessão de 15 de dezembro de 1786. Conferida 27 de julho de 1789.
	Carlos Pereira	9	
	José Duarte Maduro	9	
	Manoel João Baptista	11	Igarapé Pucá ou furo dos Arapiuns. Concessão de 29 de dezembro de 1751. Conferida a 7 de outubro de 1752
	Lourenço Xavier de Souza	13	Igarapé Uarapixuna. Rio Tapajós. Concessão de 29 de novembro de 1747.
	Domingos Baptista	13	
Manoel Corrêa Picanço	43	Igarapé Ary Tapera. Concessão de 15 de julho de 1752. Ilha no Igarapé Arapary R. das Amazonas. Concessão de 7 de novembro de 1760. Conferida a 12 de maio de 1761.	

Santa Anna da Vila de Óbidos	Maurício José de Souza	6	Igarapé Itanduba. Concessão de 18 de janeiro de 1786.
	Manoel Alves da Cammara	8	
	José Gonzales Marques	8	
	Constantino Manoel Marinho	18	Nas vizinhanças da Villa de Faro. Concessão 13 de março de 1792. Igarapé Paraná-Merim. Concessão de 10 de setembro de 1795.
Santo Antônio da Vila de Alenquer	João Ribeiro	9	
	Domingos Corrêa Picanço	9	Lago Curuamanema. Concessão de 08 de abril de 1777.
	Manoel Baptista	11	Fraldas da Serra Ibiapaba. Concessão de 29 de 1730. Igarapé Cuticanga. Rio Amazonas. Concessão de 14 de dezembro de 1787.
	Manoel Roiz Pinto	13	
	João Paes Pedroso	21	

O desenvolvimento das plantações de cacau acompanhava o crescimento da população escrava. No período de 1773 a 1782, esse produto registrava-se como importante entre os gêneros exportados pelo Grão-Pará. As exportações de cacau mostravam-se bastante oscilantes, mas indicavam a ampliação das terras agricultáveis, inclusive, com os cultivos de arroz e de algodão que se espalharam ao longo dos rios e nas proximidades das pequenas cidades onde a atividade comercial era mais expressiva. Mas significativamente as quantidades exportadas do cacau continuavam dependendo das coletas do cacau nativo.

O otimismo da administração portuguesa em relação ao projeto de criar as bases de urna agricultura comercial de exportação, no Estado do Grão-Pará, encontrou nessas quantidades motivos suficientes para apostar no empreendimento e receber a aprovação de autoridades, de colonos bem-sucedidos e até de religiosos que observavam com atenção os rumos da riqueza

acumulada. Dom frei Caetano Brandão comentava, em 1788, a opulência de Óbidos comparada com outras povoações da colônia:

“(...) conta para cima de novecentos almas entre índios, moradores brancos; estes se vão estabelecendo a toda força; e como a terra é própria para o cacau, nem há negligência em cultivá-la, vai aqui fazendo este ramo de negócio um vulto mui considerável” (Brandão, 1867; p. 333).

A transitoriedade da agricultura, devido condicionantes ambientais e de mercado, recriava, de forma imperativa, o extrativismo. Essa atividade necessitava incorporar novos produtos e descobrir sua localização nas matas e nos rios, paralelamente realizar novas combinações de trabalho, de saber e disciplina para ampliar a base econômica extrativa. Essa premissa respalda o empenho das autoridades para apoiar a exploração de rios, entre eles o Trombetas. No período de governo de Martinho de Souza e Albuquerque (1783-1790) e na ocasião de sua visita a Óbidos, aquele ordenou às autoridades locais, a exploração desse rio, *“(...) que de Lisboa desejavam conhecer em seu maior curso, até então quase totalmente ignorado pelos próprios sertanistas, apesar de várias tentativas feitas” (Reis, 1979; p. 21).*

Tabela 1: Exportação do estado do Grão-Pará (1773-1782)

Annos	Cacau Quilos	Arroz Quilos	Café Quilos	Algodão Quilos
1773	881.775	14.110	64.110	-
1774	61.680	107.460	2.115	900
1775	993.620	292.215	86.880	23.185
1777	103.605	605.205	53.130	30.795
1778	902.295	442.095	98.685	50.790
1779	868.275	1.338.540	67.710	77.325
1780	905.940	1.680.795	46.830	73.680
1781	607.365	1.451.865	41.570	128.595
1782	1.798.425	-	-	109.725

Fonte: CORDEIRO, Luiz. O Estado do Pará: Seu Commercio e Industrias de 1719 a 1920, p. 13 e 14.

Efetivamente, uma expedição foi realizada em 1787, resultando em malogro por ter sido a comitiva vítima de febres. O relativo fracasso desse passo estimulou novas investidas de forma a integrar esse espaço às necessidades da ordem econômica e do mercado de produtos extrativos. No passado, acelera-se a exploração do cacau, a intensificação da pesca de tartaruga e a ampliação das áreas de coleta da castanha. No presente, esse intuito encontra-se desenvolvido nos projetos empresariais e do Estado, justificados como de aproveitamento energético das cachoeiras e dos recursos minerais.

No início do século XIX o Baixo Amazonas integrava-se a zonas produtoras de cacau do mundo colonial, como paralelamente ocorreu com o vale do Tocantins, especialmente nas proximidades de Cametá. O mercado europeu havia tido anteriormente, como fornecedores, as zonas produtoras do Caribe, nas colônias espanholas e francesas, destacando-se, a produção venezuelana e do Equador. Por seu lado, a colônia holandesa de Suriname, que havia iniciado as exportações em 1730, ressentia-se, desde a década de 1780, de forte descenso. O declínio dessas colônias impulsionou a procura de novas fontes de suprimento na Amazônia portuguesa.

Com a ascensão do cacau, na pauta de exportação colonial do Grão-Pará, geram-se fundos para aquisição de escravos e incorporação de terras firmes e de várzeas para o empreendimento de cultivo desse gênero. A Lei de 6/9/1755 que decretava a liberdade dos índios e o estabelecimento do Diretório, formalmente os retirara do regime escravista (Moreira Neto, 1988; p. 166-205). O braço escravo importado combinava-se com a forma de propriedade sesmarial para integrar os novos agentes do sistema de trabalho: o negro escravizado e o proprietário de terras e escravos girando sobre a produção de cacau. Essa construção histórica articula os fatos que convergem para a introdução da força de trabalho de origem africana no Baixo Amazonas.

O cacau silvestre, que produzia somente uma colheita de verão, foi substituído com vantagens por um outro tipo com duas safras anuais: a de

verão ou a dos *macacos* (por causa da atração sobre a espécie antropóide), “começa em janeiro e fevereiro, continuando até o final de março ou inícios de abril”, e, a safra de *inverno* que dava continuidade, indo até agosto (Alden, 1974; p. 25). A substituição do cacau silvestre pelo cultivado impôs-se pelo baixo rendimento, qualidade do fruto e o encarecimento das expedições de coleta do chamado cacau bravo (Alden, 1974; p. 19-26).

Com a entrada da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão amenizam-se dois problemas da produção e comercialização do cacau: o transporte da mercadoria para o mercado europeu e a introdução de escravos africanos. Essa última providência tornou-se imperiosa depois que a epidemia de varíola atingiu o Baixo Amazonas nos anos de 1745 a 1753, agravando o problema da escassez de mão-de-obra indígena formada pelos missionários para as fainas da coleta. Presumivelmente, foi com a intervenção em regime de monopólio da Companhia que se encontraram saídas para o suprimento de escravo importado. Os plantadores do Baixo Amazonas perseguiram essa alternativa para o crescimento dos seus cultivos, mesmo que os adquirissem em proporções modestas. A Irmandade de Santa Anna de Óbidos detinha um caçoi com mais de 16.000 pés, cuidado por nove escravos. Mas essa grandeza não podia equiparar-se àquela dos colonos (Arquivo Público do Pará, Códice 783).

Segundo Dauril Alden, o cacau promoveu a colonização da Amazônia durante o século XVIII, representando rendimentos apreciáveis para a Coroa. Entretanto, *não trouxe prosperidade ilimitada*. Os proprietários de plantações marginais, e, incluímos nesse grupo os do Baixo Amazonas, ficaram rapidamente afetados pelas variações de preço, pela concorrência do mercado internacional, e ainda, a nível interno, pelas pesadas relações de credor e devedor, somados aos precários níveis tecnológicos e as não menores dificuldades com a mão-de-obra (Alden, 1974; p. 44).

As observações sobre as condições oscilantes da economia cacauera no Baixo Amazonas, permitem indicar relações entre instabilidade dos

empreendimentos e fuga de escravos, sem adotar uma explicação causal. A estagnação e crise dos produtores obedece a fenômenos que ultrapassam a rebeldia dos escravos; a fuga individual ou coletiva parece coincidir com a fragilidade da propriedade escravista voltada ao cultivo para exportação. Certamente foi uma ameaça e ponto de desequilíbrio. A prova disso está nas frequentes expedições dirigidas à captura de escravos nos chamados *mocambos* que se formaram na periferia do latifúndio escravista. Mas, pesaram múltiplos fatores, como frisam os estudiosos. Entre eles a contingência catastrófica das enchentes, das quais a de 1819 deixou “*prejuízos desde Faro até Santarém, avaliados em 60.000 cruzados*” (Spix e Martius, 1976; p. 101-v.III), arrasando com as plantações de cacau, cana, arroz e café. Portanto, a ação da natureza contribuiu para a crise da economia cacauceira. Não tendo sido retomada, no mesmo ritmo, até o presente.

1.2 Espaço ocupado pelo *branco* no Baixo Amazonas

Em tomo de 1823, as regiões de Belém e de Santarém constituíam os dois semicírculos mais importantes do povoamento organizado no segundo século de dominação portuguesa na Amazônia. A primeira região abrangia uma extensão máxima de 200 km, a partir da Ilha do Marajó, onde encontravam-se três quartos da população da Província do Pará e sua sede administrativa. A segunda, concentrava quase 20% da população da Província (ver Tabela 2).

Baena publicou uma estatística incompleta da região de Santarém, com lacunas nas informações sobre *brancos* e *índios* moradores das vilas. Apresentava uma zona de domínio indígena localizada ao redor do rio Tapajós, enquanto na costa setentrional do rio Amazonas, a população escrava era uma constante, especialmente nas vilas de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Alenquer. Segundo os dados compilados pelo autor (Baena, 1839; p. 282-371) às vésperas da Independência essa região possuía 3.657 escravos, representando 13% do total da Província (ver Tabelas 2 e 3 e Mapa 1).

Tabela 2: Quadro resumido da população da Província do Pará - parte oriental (em torno de 1823)

Localidade	População Número Absoluto	Total %	População Número Relativo	Escrava %
Região de Belém				
- Paróquias urbanas	12.467	9,8	5.715	20,4
- Paróquias rurais	20.890	16,3	9.705	34,6
- Lugares índios (Conde/Beja)	1.286	1,0	0	0,0
Ilha do Marajó	12.729	9,9	2.040	7,3
Costa Oriental	12.932	10,1	1.044	3,7
De São Miguel do Guamá ao Gurupi	9.950	7,8	1.192	4,2
De Camela a Melgaço	23.540	18,4	3.375	12,0
Costa Setentrional	4.803	3,7	940	3,4
Xingu	5.685	4,4	383	1,4
Região de Santarém	23.845	18,6	3.657	13,0
Total	128.127	100,0	28.051	100,0

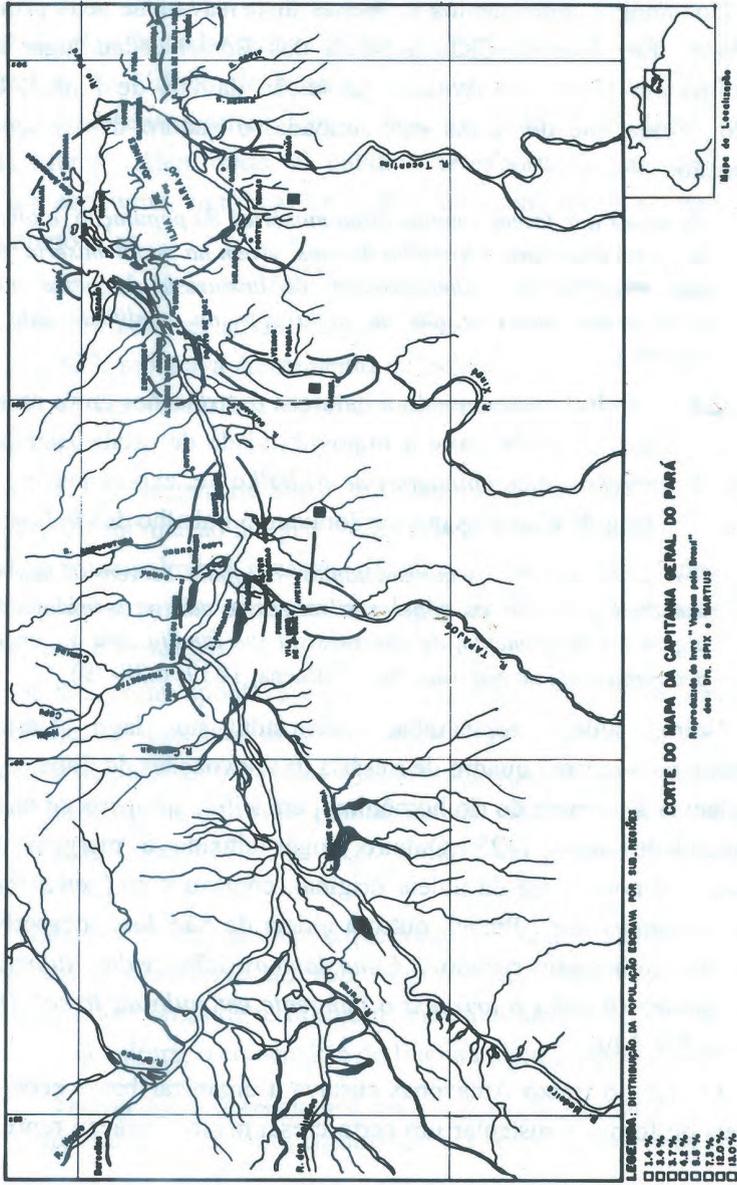
Fonte: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, 1839, p. 282-371.

Tabela 3: Povoamento da região de Santarém às vésperas da independência (em torno de 1823)

Localidades	Total	Branços	Escravos	Índios	% pop. escrava
Região de Santarém					
Outeiro	362		20		15,5
Monte Alegre	2.070		290		14,0
Alenquer	1.648		440		26,7
Óbidos	4.281		1.294		30,2
Faro	2.082		93		4,5
Santarém	5.255		1.270		24,2
Subtotal	15.698	0	3.407	0	21,7
AlterdoChão	828		10		1,2
Aveiro	313		40		12,8
Franca	2.888		152		5,3
Pinhel	881		16		1,8
Santa Crua	554	4	14	536	2,5
Boim	780			780	0,0
Curi	1.014	4	14	996	1,4
Itaituba	398			398	0,0
Uxítuba	491	2	4	485	0,8
Subtotal	8.147	10	250	2.415	3,1
Total	23.845	10	3.657	2.415	15,3

Fonte: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, 1939, p. 282-371.

Mapa 1 – Distribuição da população escrava por sub-regiões – 1820



Nos antigos aldeamentos indígenas dispersavam-se seus primeiros moradores. Em Alter-do-Chão a aldeia dos Borari cedeu lugar à vila homônima em 1758. Em Aveiros, jurisdição da vila de Pinhel, Baena constrói, ainda que de forma estereotipada, o quadro das relações de dominação:

Os índios que fazem a maior força numérica da população, e também o único recurso para o trabalho do país, vivem na maior miséria, porque nem elles buscão colher proveito da lavoura e da pesca, nem as autoridades locais tratão de contrariar ou modificar esta torpe preguiça.

O historiador, questionando a natureza das relações entre brancos e os de cor *baça*, concluía sobre a impossibilidade de estabelecer-se essa “*união de interesses e combinações de trabalho*” e, expressamente, fazia uma queixa dirigida contra os que exploravam o trabalho dos índios:

“(...) quase todos os mercadejantes; os quaes servem-se delles para extrahi e preparar os gêneros silvestres, e não os subsidião a fazer algum estabelecimento, de que subsista sua família com a comodidade proporcionada ao seu trabalho...” (Baena, 1839; p.38-39).

Boim, aldeia tupinambá, localizada no lago Uaricupará representava o mesmo quadro de miséria das povoações do Tapajós. Curi, estabelecida à margem do rio homônimo, em 1799, desapareceu das listas de localidades após 1823. Outeiro, lugar situado à margem do rio Urubuaru, e nome esse da aldeia original, contava com “*terra farta de cacao, salsaparrilha*”. Pinhel, outrora aldeia de São José, despertou em Baena um comentário ríspido: “*A sua lavoura não avulta, submergidos em languidez só delia o arranca o pungente estímulo da fome*” (Baena, 1839; p. 328-329).

O vale do Baixo Amazonas custava a organizar bases econômicas estáveis de forma a sustentar um certo crescimento. O cacau representou uma produção pequena comparada com o Baixo Tocantins, onde encontravam-se fazendas cultivadas com 300.000 pés de cacau, a exemplo da fazenda de Hilário de Moraes Bittencourt. As fazendas de gado resultam igualmente diminutas

em comparação com a zona de pecuária da ilha de Marajó. Além disso, as culturas de exportação para as quais se voltava a economia, significavam o abandono contingente de cultivos de consumo popular.

A antiga aldeia de Surubiú, vila de Alenquer no governo de Mendonça Furtado, registrando 26,7% de escravos na sua população, em torno de 1823, mostrava crescimento de fazendas de criação de gado nas campinas de sua vizinhança, porém, com pequenos cultivos de mandioca e de cacau.

Faro teve origem na aldeia de Nhamundá e continuava com uma população de dominação indígena. Algumas pequenas fazendas de criação de gado e principalmente o cacau, o café e a mandioca constituíam suas produções importantes, enquanto nos lagos do distrito pescava-se peixe-boi, pirarucu e tartarugas.

Óbidos, como apontavam frei de São José e frei Caetano Brandão, havia conhecido uma fase de prosperidade com o cultivo de cacau e as fazendas estabelecidas no rio Caxioyri, nos lagos e nos dois Paraná-Miris, onde se haviam generalizado plantações de café, mandioca, algodão, milho e feijão (Baena, 1839; p. 323), contava com 30% de escravos na população total.

Santarém, levantada sobre o que fora a aldeia dos tapajós, constituía “o empório do comércio do Rio Negro e de Mato Grosso”. Nela, proporções importantes de terra foram dedicadas ao cultivo do cacau. Em relação a essa cultura, o comentário de Baena indica limites tecnológicos:

“O cacao divisa-se em quase todas as terras, que não são firmes: porém supposto que plantem as cacaoseiras nas várzeas, e nas ilhas próximas das Fazendas sitas terras firmes impróprias para a plantação de cacao, todavia as cacaoseiras não vegetão, nem produzem quanto hão de produzir sendo acarinhadas por cultivo diverso do atual”. (Baena, 1839; p. 334)

A agricultura ou pecuária na várzea era um problema não superado. Tanto para o cultivo de cacau como para as fazendas de criação, agravava-se pelas enchentes do rio Amazonas que causavam destruição de pastagens de pascigo e das áreas de cultivo.

Das terras ocupadas por sesmeiros originaram-se as fazendas da Comarca de Santarém, elevada a essa categoria em 1831, enquanto formaram-se modestos sítios igualmente ao longo do sistema hidrográfico do Baixo Amazonas. As referências de observadores contemporâneos ao final do regime de sesmarias (1822) destaca a dispersão e o fato dos donos viverem nas propriedades. Spix e Martius retratam as pequenas novidades nos gêneros exportados com a incorporação de outras culturas e espécies extraídas da floresta:

Os fazendeiros, que têm as suas plantações próximas e só raramente, sobretudo na ocasião dos maiores dias santos, vem à cidade, outrora cuidavam quase exclusivamente de cultivar o cacau; em tempos recentes, começam a dar maior atenção ao café, algodão, e ao anil. Muitos desses opulentos donos de terras remetem os seus produtos em suas próprias canoas para Belém do Pará, de sorte que ao grande número de intermediários não resta senão negociar com os índios do Tapajós, que habitualmente entregam os seus artigos em minguadas porções” (Spix e Martius, 1976, Vol. III; p. 109)

A lista de produtos não é pequena, ainda que corresponda a quantidades diminutas. Das vilas do oeste - Óbidos, Faro, Alenquer e Vila Nova da Rainha - e das do sul - Alter-do-Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro - recebia Santarém: cacau, salsaparrilha, cravo do Maranhão, café, tabaco, algodão e borracha. Dos altos rios provinham o peixe seco, a farinha e a madeira. O mercado local tinha dimensões pequenas, abrindo-se para novos espaços regionais. De uma dúzia de anos, a contar de 1812, datam as comunicações com Mato Grosso e Minas Gerais. Era a conquista de rotas, uma das iniciativas mais perseguidas pelas autoridades coloniais e pessoas influentes, como demonstra a insistência das expedições de Mato Grosso ao Pará, desde 1747, e para alcançar Cuiabá e Minas Gerais (Pena, 1973; v. 2, p. 199-210).

Naquele tempo, Santarém afirmava seu papel comercial no Baixo Amazonas. Em 1828, foram recenseados 1004 fogos contando com 2895 escravos. A maior complexidade da estrutura social e política da Comarca e sua

integração com o movimento da sociedade regional, ocorreu a passos lentos, com diversas alterações manifestadas no correr da segunda metade do século passado. Os projetos de navegação aliados ao poder do comércio tiveram o efeito de multiplicar o movimento de mercadorias, encerrando a consolidação de fortunas ligadas ao ramo. Alguns notáveis moradores construíram riqueza nas rédeas do comércio utilizando os meios tradicionais de enquadrar “*tapuios*” e índios; um deles o barão de Santarém - Miguel Antônio Pinto Guimarães - fez carreira “*dirigindo sua própria canoa na qual seu pessoal tapuia se entregava à pesca; chegou a acumular uma fortuna de cerca de 300.000 telares, com uma indústria tão simples...*” relata em 1859 o viajante Ave Lallemand (Lallemand, 1980; p. 76). Na sua trajetória, conta, ainda, ter sido comandante do Corpo de Trabalhadores. Assim, o prestígio e o poder econômico abriram-lhe espaço para ascender à presidência da Província.

A castanha dos rios Mapuera, Nhamundá e Trombetas aparecia com maior frequência entre os gêneros exportados, enquanto a borracha do rio Tapajós inseria-se na curva ascensional da economia paraense. Salsaparrilha, peixe salgado, cacau e gado, produtos tradicionais do comércio regional, mantiveram níveis de comercialização modestos e, sobretudo, variáveis.

As atividades extrativas e agropastoris que recuperaram timidamente a economia do Baixo Amazonas, acomodaram-se à ampliação do espaço ocupado pelo *branco* nas terras devolutas, discriminadas pelo governo imperial, em cumprimento à Lei de Terras de 1850. Esse instrumento legal continha dispositivos em matéria de acesso à terra por compra e para projetos de colonização nas Províncias. O governo do Pará decidiu pela implantação de dois núcleos de colonização com imigrantes estrangeiros no Baixo Amazonas. Funda, em Óbidos, uma colônia oficial formada por imigrantes portugueses, de caráter militar (1854), e, em Santarém, uma formada por colonos norte-americanos, financiada pela iniciativa privada (1867). Ambos empreendimentos redundaram em fracasso.

O Baixo Trombetas entrou num ritmo de mudanças por força desse movimento de conquista de terras ricas em castanha e madeira. As terras às margens do rio Trombetas foram declaradas como referências na identificação e localização de imóveis rurais que, de conformidade com o decreto de 26/4/1865, obrigava o registro nos cartórios das terras transacionadas. Seus titulares passavam a ser comerciantes - antigos e novos -, sitiantes e fazendeiros das cidades próximas. O movimento contribuiria à alienação de territórios ocupados e explorados economicamente pelos negros que desciam lentamente das cachoeiras. Com isto, ignorava-se o processo anterior de ocupação e seus atores.

O rio Trombetas havia permitido, através do seu curso, a divisão de dois mundos empenhados na sua negação recíproca: abaixo das cachoeiras o mundo do branco e do senhor, no alto das cachoeiras o mundo dos escravos fugidos. A situação que se avizinhava alterava praticamente sete décadas de existência em relativo isolamento. Foram a navegação a vapor, a livre navegação do Amazonas, a exploração da castanha e a proposta de ocupação e colonização que partia do mundo dos senhores, que marcaram progressivamente o ritmo de intromissão e de aproximação com os grupos do Médio e Alto Trombetas.

Na segunda metade do século XIX, os governadores instruíram e ordenaram a perseguição dos denominados mocambos. Estes eram considerados como ameaças à propriedade, organizando-se repetidas expedições de destruição. Entretanto, foi a dinâmica das relações econômicas que contribuiu de forma decisiva para o envolvimento desses trabalhadores em relações de patronagem que ordenam a nova teia de relacionamento com a sociedade escravista e, de forma mais apurada, com a organização econômica e política paraense do pós-abolição. Os antigos e novos comerciantes e/ou proprietários presidem, nesse tempo, o avanço sobre o território negro, conduzindo a integração, profundamente desigual, do grupo na economia regional.

1.3 Momentos e direções da fuga de escravos no baixo Amazonas

Os historiadores coincidem em examinar a rebeldia escrava como fonte de instabilidade temporária e localizada do sistema escravista. No entanto, essas manifestações pouco atingiram a ordem escravocrata fortemente coesa, que se manteve firme e defensiva até as décadas finais do século passado. Que tipo de reação dos escravos, pela rebeldia, ocorreram no século XIX nessa região, intensificando e permitindo a formação de quilombos? Como reincide essa rebeldia na experiência do grupo e ao longo do tempo produz elementos de uma identidade étnica?

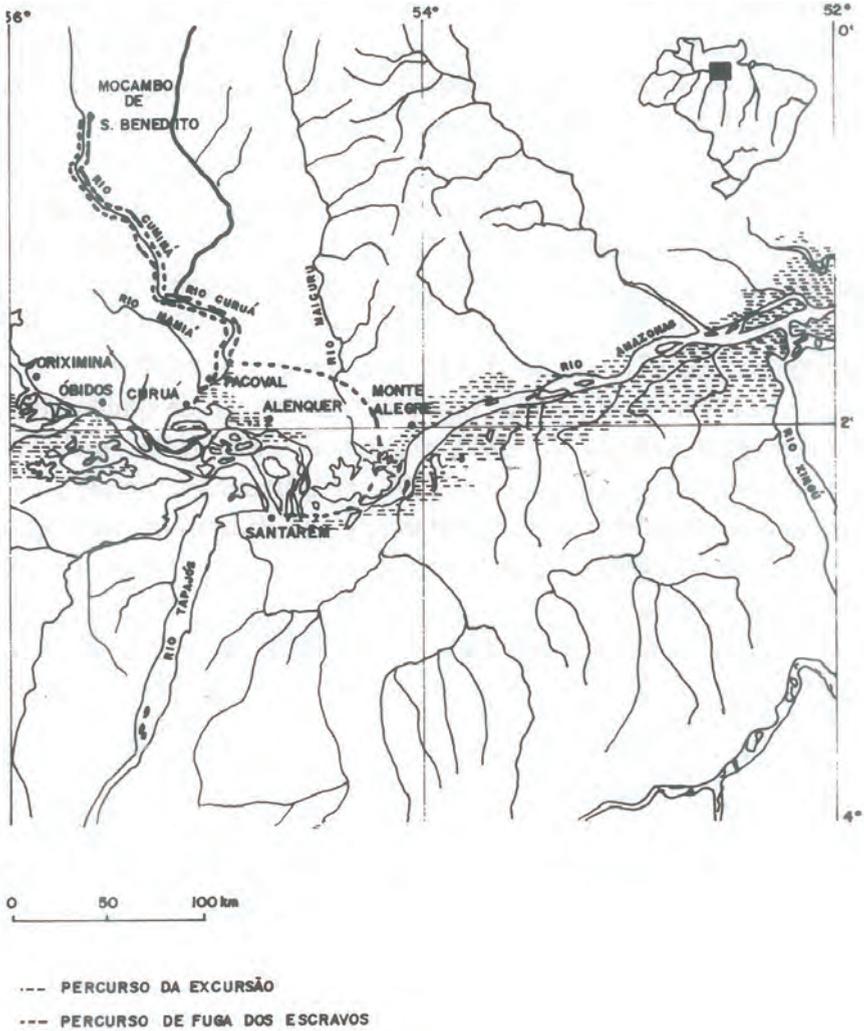
Num primeiro plano, apresenta-se a revolta diante das condições do regime escravista promovendo as pequenas sedições do cotidiano que orientam sua ação para a fuga individual e/ou coletiva. Outras condições criadas pela crise desse sistema, em fases precisas, como durante o movimento de independência e, catorze anos depois, com a Cabanagem -convulsão política de caráter amplo, que abalou profundamente a sociedade escravista amazônica -, propiciaram aos escravos condições para a adesão ao movimento e nele encontrar caminhos de liberdade, através da fuga.

A Câmara Municipal de Óbidos, em 1823, enviara um ofício à Junta do Estado informando sobre a pobreza reinante, “esta Villa e seu Distrito faz entrar nos cofres Nacionaes todos os annos de des a doze contos de reys dos dizimos sincoenta e secenta mil arrobas de cacao que produz e transporta, para essa compriendendo... siza sello, dessimas”. Essa demonstração introduzia um pedido, através do ofício à Junta Governativa em Belém, assinado pela edilidade de Óbidos, de 18 de janeiro daquele ano, para satisfazer a necessidade de reorganização da Companhia de Milícias da vila, “para poder ocorrer a qualquer choque que possa haver seja da parte dos escravos ou de alguns insubordinados” (Arquivo Público do Estado do Pará, Códice 405).

Até finais do século XVIII a entrada de escravos no Baixo Amazonas, mesmo que pouco regular, havia sentado bases da organização do trabalho escravo nas plantações, nas atividades domésticas e de serviços nas vilas. As reações à escravidão - e uma das formas adotadas foi a fuga de escravos para os quilombos - tornaram-se a forma mais expressiva das contradições da sociedade escravista. Este lapso foi decisivo à ruptura de uma parcela dos escravos com as relações escravistas e para construção de um mundo de liberdade, em condições de relativo isolamento, garantido por longos deslocamentos que os afastaram da ameaça de um novo cativo. Foi nesse momento estratégico que descobriram e ocuparam as cachoeiras do Curuá, Trombetas e Erepecuru (ou Cuminá). A sociedade escravista elaborou os códigos para o relacionamento com os quilombos em vários níveis; o mais imediato opera-se no campo jurídico e ideológico, formulando medidas para controlar, perseguir e evitar as fugas. A exemplo, os atos e resoluções aprovados pelas Câmaras prescrevendo a organização de milícias, como também, a série de normas e punições ditadas para os não negros e homens livres que passavam a relacionar-se com os chamados mocambeiros. Os regatões, entre eles, foram alvo de inúmeras disposições no sentido de coagir trocas com os fugitivos. O objetivo principal foi afastar as ameaças que o comportamento rebelde representava para a ordem escravista. A sequência dos processos de fuga, a formação de quilombos e as ações de repressão são importantes para entender o grau de instabilidade e de negação da ordem escravista. Os documentos, e ainda, a memória da escravidão nos entrevistados, confirmam a existência de quilombolas e as formas de organização do quilombo, desde finais do século XVIII, se bem que se encontrem poucos relatos sobre suas vidas e sobre as expedições de captura dos escravos no Pará.

A formação desses agrupamentos no Baixo Amazonas e a introdução de escravos africanos, coincide com os primeiros anos de expansão da cultura do cacau. A fuga teve inicialmente uma direção: as cachoeiras do rio Curuá. Os dados de população escrava indicam a importância dos planteis de Alenquer, Óbidos e Santarém. A memória fragmentada das fugas pela terceira e quarta geração de quilombolas fixa em Alenquer o lugar de procedência dos escravos *corridos da escravidão*. Pode inferir-se que Alenquer, mesmo apresentando-se como uma vaga referência, foi uma passagem obrigatória e que, mesmo após assegurado o controle e até o desmoronamento dos quilombos do rio Curuá, persistiu na consciência coletiva (ver Mapa 2).

Mapa 2: Percurso da fuga dos escravos



Em termos geográficos e administrativos, a vila de Óbidos e suas redondezas ofereciam maiores perigos para os fugitivos, seja pela vigilância desde o Forte dos Pauxis, seja pela presença do Corpo de Milícias relativamente atento para reprimir a fuga. Alenquer representou um acesso mais fácil para os fugitivos provenientes de Monte Alegre, Santarém e Gurupá. As cachoeiras e os pequenos cursos facilitaram uma internação na floresta. Desde o ano 1800 até a década de 1860 repetiam-se as expedições de tropas dirigidas contra o *Mocambo de pretos fugidos no Rio Coroa*; a Câmara solicitava o pagamento de *mantimentos e mais aprestos* para tal tarefa como testemunha a Ata do Livro de Vereações da Câmara de Óbidos, de 4 de junho de 1800, contendo a primeira notícia de fuga e indicando providências para captura, registrada na pesquisa documental realizada.

A expedição de captura de 1812 foi acordada e teve participação de tropa formada por soldados e milicianos de Monte Alegre, Santarém, Alenquer e Óbidos e, ainda, reforçada pelos índios mundurucus. Esse quilombo do Curuá, situado na divisa entre as futuras Províncias do Pará e Amazonas, na verdade, correspondia a dois ajuntamentos: Inferno e Cipotema. Bernardo Marinho de Vasconcelos, capitão de Milícias, acompanhado do juiz ordinário João Pedro e Andrade Freire destruíram o quilombo. Os remanescentes reagruparam-se e refugiaram-se nas matas às margens do rio Trombetas (Goulart, 1986; p. 155). Esse momento, em que experimentaram a primeira destruição do quilombo, significa a retomada de articulação das fuga e de procura de novos esconderijos, portando um projeto de reorganização do grupo, em que se comprometia uma herança social fundada na solidariedade e no reconhecimento de alteridade.

Novas notícias informam que, em 1821, o carafuz Atanzio, escravo do major Martinho da Fonseca Seixas, à frente de 40 companheiros, organizou novo quilombo, somando-se aos remanescentes do Inferno e do Cipotema, no rio Trombetas, fixando-se no lago que ficou conhecido como *lago do Mocambo*. A questão histórica em torno das comunicações que facilitaram a internação

no rio Trombetas foi resolvida por Barbosa Rodrigues, ao explicar que esse curso d'água, nascia da confluência dos rios Mahú e Capu, começando aí a denominar-se de Trombetas. Na sua descrição detalhada registra a teia de relações organizadas entre diferentes grupos étnicos que passaram a reconhecer as respectivas fronteiras:

Os mocambistas que vivem espalhados pela região encachoeirada nunca passaram da Cachoeira Fumaça que é a última antes da confluência (dos Rios Mahu e Capu, quando começa a denominar-se Trombetas) de que fica próxima. Por intermédio dos Arequens negociam com os índios Tumayas que habitam próximo a confluência, não longe dos Chamarumas, que a seu turno tratam com os Pianagatos, estes com os Drios e mocambistas de Surinam (Rodrigues, 1875; p, 29)

Esse sistema de relações e de proteção quilombos/índios e quilombolas no território do Brasil e do Suriname, encontra-se nos relatos da memória dos antepassados, formando um bloco de defesa e de demarcação do território negro, avançando sobre as terras ocupadas por índios do rio Trombetas.

Nos anos 1820 a fuga de escravos inaugura formas coletivas, portanto diferentes, do rompimento individualizado com o senhor de escravo. Assim, inscreve-se num contexto político de lutas internas e de forças que traziam conteúdos ideológicos emancipacionistas no Pará. Por volta de 1822 as fugas de escravos intensificaram-se nas vizinhanças de Belém e registra-se o aumento de quilombos na ilha de Mosqueiro, no distrito de Barcarena, na ilha das Onças, nas margens dos rios Guamá e Capim e no distrito de Cametá. Esse último atraiu a atenção das autoridades desorientadas pelo caráter político dos agrupamentos de escravos.

O período posterior à Independência revela significativas perturbações da ordem política, no qual entraram em jogo confrontos partidários entre reinóis e nativos, assumindo a forma de uma luta de descolonização donde emerge, aparentemente em segundo plano, o conflito entre escravos e senhores.

O estalido do movimento em Cametá contra a Junta Governativa que assume o poder em 1822 repercute no Baixo Amazonas. Óbidos recusa o escrivão nomeado para o cargo por parte da Câmara, suscitando o começo de manifestações que vêm juntar-se à onda do movimento de Cametá. A ameaça de grupos armados respondida pela Câmara e pelo comandante militar de Santarém solicitando auxílio dos obidenses diante iminente situação de ocupação de Alenquer pelos rebeldes. As providências tomadas pela Câmara de Óbidos sintetizaram-se num plano onde incluía-se aumentar o número de alistados para servir à guarnição da vila e uma série de interdições, sendo as mais importantes: o deslocamento dos colonos, as proibições do comércio de mascates - em especial dos não matriculados - e da venda de aguardente. A Câmara velaria pela cordialidade entre brasileiros natos e *europæus*. Segundo Ferreira Reis "(...) os obidenses de origem nativa olhavam com desconfiança os reinais e seus descendentes" (Reis, 1979; p. 48). Esses dois grupos enfrentaram-se continuamente. Cristaliza-se também uma rivalidade insuperada entre vilas - Óbidos versus Faro, Óbidos contra Santarém - nos anos seguintes.

De forma especial, as autoridades recomendavam aos senhores de escravos vigilância cuidadosa dos seus planteis, evitando comentários sobre os acontecimentos, como se depreende da leitura do 17º artigo de documento com data de 17/3/1832, onde reza que todo escravo que "*for apanhado em conversas tendentes as cincunstâcias Actuaes, ou atinentes a rivalidades, será prezo, E as autoridades omandarão castigar com rigor*" (Arquivo Público do Pará, Códice 783).

Na narrativa historiográfica indica-se que os rebeldes *facciosos* recebiam apoio de *elementos populares* e de nativos; provavelmente nesse grupo, estariam incluídos escravos, libertos e índios. Aliás, os índios mundurucus trazidos para a defesa de Óbidos ausentaram-se depressa, sem auxiliar as forças dessa vila.

Passado o tempo borraceiro e com a nomeação de um procurador obidense, iniciaram-se, em 1825, projetos para *a exploração em larga escala*

do Trombetas. Os documentos da Câmara esclarecem bem quais as linhas de ação definidas para trazer a ordem ao município, traduzindo os receios e a necessidade de controlar os negros propensos a escapar-se. Assim, ditava-se ao comandante do destacamento policial, aos oficiais distritais e demais autoridades da vila, um conjunto de obrigações, entre elas as de:

(...) impedir que houvesse, no seu distrito, desertores, negros fugidos, vadios e pessoas suspeitas ou indivíduos que pudessem ser nocivos a sociedade... impedir que os escravos andassem de casa em casa, em palestras de sítio em sítio, a não ser que provassem estar em cumprimento de uma ordem de seu senhor; impedir que se continuasse a pratica de tirar esmolos pelos sítios, com santinhos e coroas do Divino Espírito Santo visto que a sombra do mister cristão, se praticavam amoralidades e desconcertos pasmosos (Ferreira, 1979; p. 58).

A agitação de Óbidos prolongou-se com redobrada violência, concentrando-se sobre os escravos, maior vigilância e atos de punição mais severos. Por seu lado, os escravos acompanharam diretamente os conflitos e foram envolvidos com as ações e paixões dos seus senhores. Provavelmente, nesse campo de guerra identificaram possibilidades de fuga, desenhando os caminhos e descobrindo quais as barreiras naturais para impedir o trânsito das tropas e dos capitães do mato. Alenquer, situada sobre terreno plano na margem oriental do lago Surubui e comunicada com o rio Curuamanema, afluente do Amazonas, duas léguas abaixo de Óbidos, permitia, através de canais naturais, ganhar outros territórios e as cachoeiras (Baena, 1839; p. 229-289, 324-483).

As fortes convulsões políticas experimentadas entre 1824 e 1825, no Baixo Amazonas, tiveram importância para os escravos aprimorarem a arte da fuga e nela maximizar suas possibilidades grupais e de alianças. O relacionamento com os índios e os denominados desertores, garantiu-lhes cumplicidade, apoio e proteção, condições indispensáveis para aumentar as vantagens e alcançar o sucesso. Em contrapartida, as vilas reforçam as medidas

de repressão para impedir a fuga e insistir na recaptura dos fugidios. No meio da paz temporária selada entre a vila de Monte Alegre e a de Santarém, em junho de 1824, estabelecia-se como cláusula:

Qualquer das duas Villas se obriga a rebater qualquer inculto que se faça nos seus destritos assim como aprender os escravos fugidos que aparecerem nos seus destritos e quando aconteça que alguma dellas não tenha os meios suficientes para o conseguirem depreçara a outra para que a auxilie. (Arquivo Público do Pará, Códice 783, 1824/1825, Termo de Paz de 9/6/1824)

Mais enérgico que esse ordenamento, a ação repressiva dos senhores coagia sem demora a rebeldia. Aniceto Francisco Malcher em correspondência ao presidente da Província José de Araújo Roso comunicava ter encontrado em Monte Alegre o “preto João Raimundo (...) o qual achei nesta villa e foi prezo, e castigado com roda de pão pra andar nesta villa espalhando sizanias, e fazendo praticas incendiarias, e intitulado se de forro “(Idem). O preto submetido a esse instrumento de tortura - *roda de pau* - confessou ser escravo do major Antônio Pereira Lima e revelou o nome de outro *mulato* escravo do mesmo major, seu companheiro de escapada. O aviso dessa prisão e do castigo aplicado espalhou-se até Gurupá, como prática de intimidação. Não raro as linhas de fuga e delação cruzavam-se.

A rede de informações e de preparativos para recaptura estava sendo aprimorada incessantemente. A seu favor os escravos contavam com os descontentamentos, as deserções entre as tropas e a origem social e étnica de seus efetivos, como escrevia o comandante militar de Santarém ao presidente da Província:

Fas-se muito necessário formalizar em huma ilha que se acha ao pé desta Caxoeira hum Destacamento Composto dehum offeical, ealgumas Praças Melitares para servir de Registro, e evitar afuga de Soldados eathé mesmo Escravatura principalmente desta Va, e de todas as mais (...) (Arquivo Público do Pará, Códice 783, 19/4/1825).

Nesse meio aquático e, principalmente, pelo rio Amazonas, o controle das autoridades esvaziava-se. No verão ou no inverno, denunciavam-se com a mesma insistência as fugas ou o fracasso das expedições. Certamente o que fornecia aviso do momento propício a elas não era a estação ou movimento das águas, mas sim uma conjuntura de crise. Aos anos de Independência somaram-se os da Cabanagem, que potencializaram estratégias ou meios para lapidar um projeto de liberdade. O medo da insurreição, verdadeiro fantasma dos senhores, não se desvaneceu facilmente e temiam o levante das senzalas que poderia assumir formas inesperadas. Aniceto Francisco Malcher, tenente-coronel comandante de Santarém, em 1824, chamava a atenção para esse fato:

(...) mandar maior reforço visto que os escravos estão a mira para se levantarem contra seus senhores, e conta teemr dito em avilla de Santarém que logo que estivessem mortos ou prezas os Europeos saltaram contra a Tropa Imperial, eos mais brasileiros moradores na mma Vila enviaram todos os escravos das Villas vizinha para matarem todos os Brasileiros, poreste modo ficarem livres todos os senhores...

A luta de descolonização fornecia desdobramentos radicais, e entre eles, a criação de um clima favorável à insurreição dos escravos contra os senhores. Mas não o suficiente para chegarem a empunhar bandeiras em defesa da abolição da escravidão, restringindo-se ao projeto de fuga o seu horizonte de contestação à ordem escravista. O Baixo Amazonas, com quase 20% da população escrava do Pará, era sacudido pelo movimento que fluía pelos cursos d'água: “*Por este lugar, e Rio, esercuitos estão continuamte e passando dizertores e escravos fugidos com roubos ahté de molheres, sem sepoder obetar pr falta de forças*” (Arquivo Público do Pará, Códice 783, 1824/1825 de 20/10/1825).

A Cabanagem produz um espectro de liberdade que se irradiou por todo o vale além das fronteiras nacionais. Escravos, índios destribalizados e homens livres tomaram, momentaneamente, rumos opostos aos interesses dos senhores. A ordem foi refeita via repressão dos quilombos como condição de reconquista da força de trabalho e de aniquilamento de qualquer outra

alternativa de ocupar a terra. Nas décadas seguintes à Cabanagem reinou um clima de tensão e de mistério em torno dos denominados *mocambos*, localizados no rio Trombetas, como escreve em 1875 Barbosa Rodrigues. A recomposição das relações de dominação na sociedade pós-Cabanagem, foi feita tendo a figura do regatão como agente de intermediação entre os negros e o mundo branco. Personagem que teve dupla investidura, de conquistador daquelas paragens e de articulador de novas relações de dominação entre brancos e os grupos colocados a sua margem.

1.4 Existência dos quilombos

A organização social alternativa do quilombo, reunindo índios, escravos, foros, nasce com uma visibilidade negativa por representar limites e afrontas à sociedade escravista. O quilombo foi positivamente o limite do regime de propriedade e de produção escravista, como também, do domínio social e político articulado a essa formação social. Nesse sentido, atinge profundamente a ordem escravista, tendo como resposta a repressão e a estigmatização por parte dos senhores e das autoridades. Foi tido como o foco dos desqualificados na sociedade do Baixo Amazonas, segundo eles o lugar onde acobertavam-se toda sorte de *facciosos* dedicados ao roubo, violência, crime, sedição, e ainda refúgio de rebeldes, desertores e foragidos, dispostos à margem e à revelia do direito escravista. Não cabia a essa sociedade entender aspirações de liberdade, muito menos valorizar outro sistema de vida e de trabalho gerado na contradição de sua existência.

Mapeados os caminhos ou trilhas da fuga e os quilombos formados na Amazônia, estes nos indicam a complexidade do mundo negro recriado em liberdade. Pesquisa histórica realizada na Guiana Francesa aborda esse problema levantando hipóteses sobre fatos políticos que explicariam a aceleração da fuga nas direções Pará/Caiena ou Caiena/Pará. Loncan aponta o ocultamento de fugitivos, por razões políticas, admitido inclusive nos

documentos de devolução de escravos assinados pelos governantes de turno (Loncan, 1988; p. 4). Os quilombos de Macapá tiveram as marcas dessa formação singular. Entre os escravos funcionava uma rede de informações que lhes incitava a deslocar-se em direção ao Território Contestado do Mapa, para conquistar a liberdade. Os quilombos do rio Trombetas estabeleceram vínculos com os Bonis, *marrons* da Guiana Holandesa (Suriname), na fase de relativo isolamento e de construção dos seus domínios territoriais, ao subirem as cabeceiras. Neste processo de comunicação com os *marrons* da Guiana procedem a reafirmar posições mais arrojadas ao fazerem aquisições culturais e políticas importantes para seu fortalecimento grupai. Foram além dos gestos de rebeldia ao incorporarem uma proposta mais avançada daquela discutida pelas elites partidárias do abolicionismo progressivo.

Através dos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas selavam-se as comunicações com as regiões mineiras. A intensificação das trocas comerciais entre Santarém, Cuiabá e Diamantino aumentou, também, os fluxos de escravos negociados, aliciados e fugidos naquelas direções. Os escravos conseguiam, embrenhando-se na mata e alcançando os rios e lagos, sair da clandestinidade com a proteção da noite. O aumento demográfico dos quilombos estava relacionado com a capacidade de recrutamento externo. Nos informes anteriormente citados aparecem o aliciamento e o roubo, em especial de mulheres. Certamente um mecanismo de reprodução do grupo que, colocado em funcionamento, aumentava a tensão no interior da sociedade escravista regional.

As autoridades contando com recursos pequenos e irregulares empreendiam a repressão das fugas, ao mesmo tempo que se preocupavam em fixar destacamentos próximos de povoados estratégicos. Foi assim no caso do destacamento de Uxituba, no vale do Tapajós, lugar de predominância indígena, a partir do qual coagia-se a fuga, vigiava-se os índios e impedia-se novos aliciamentos. Entretanto, o fato deles povoarem as matas afetava os

senhores de escravos e outros *cidadãos livres* que denunciaram, em documento encaminhado à Câmara de Santarém, em 1825, que a internação de escravos na floresta às margens do rio Tapajós, os impedia de realizar livremente a coleta de espécies. De fato, os senhores buscavam assegurar a permanência do extrativismo e das relações de trabalho que a ele se vinculava. Na segunda metade do século XIX, o aumento da procura de produtos extrativos, especialmente, da borracha, força a rearticulação das estruturas econômicas de produção e de dominação.

1.5 Fugas de escravos e Cabanagem

A cisão no interior da classe dominante, remetida a reações nacionalistas e recolonizadoras, estava fundamentalmente radicada na divisão de interesses econômicos. Os exportadores ligados ao comércio português rivalizavam com uma camada ampla de pequenos e médios fazendeiros e comerciantes locais colocados à margem dos lucros da economia exportadora. A reação nacionalista recobria naturalmente a contestação social e o antagonismo entre senhores e escravos. Essas duas contradições fundiram-se progressivamente dando aos movimentos do período 1831-1835, um caráter revolucionário. A Cabanagem teve repercussões em todas as direções da Amazônia e ainda extrapolou suas fronteiras. Nas possíveis divergências (prós e contras) foram envolvidas de forma quase absoluta, todas as camadas da sociedade paraense. Por incentivar a mobilização e a emergência de aspirações de liberdade entre os segmentos oprimidos canalizou, no seu interior, a rebelião dos índios, escravos e libertos, mostrando traços indiscutíveis de suas raízes populares contestatórias.

O mais importante desta reflexão é situar a participação do Baixo Amazonas na Cabanagem e, em especial, inferir a penetração e os desdobramentos no conjunto da população escrava, índios e mestiços tomaram parte ativa no movimento como se depreende pela identificação

dos lugares de combate e pela importância dessa presença (Acevedo Marin, 1985; p. 178-212). O Médio e Baixo Amazonas e seus afluentes foram atacados pelos cabanos (Óbidos e Alenquer, em 1835). Foi, ainda, o lugar de exílio de líderes. Batista Campos, em 1832, encontrava-se refugiado em Juruty, distrito de Faro, onde foi reconhecido vice-presidente encarregado da presidência da Província por ato das Câmaras Municipais de Faro, Óbidos e Alter-do-Chão; igual reconhecimento recebera depois de Santarém, onde o antagonismo entre portugueses e brasileiros havia tido manifestações violentas.

Durante o governo dos cabanos as vilas do Baixo Amazonas ficaram sob controle dos líderes do movimento contra as imposições do marechal Manoel Rodrigues, presidente deposto do cargo. Raiol reconhece as lideranças negras do Baixo Amazonas. O *Preto Belisário* comandava uma força de 300 cabanos, enquanto em Monte Alegre, no rio Curuá, era reconhecido um grupo de dois mil cabanos. No rio Tapajós resistiram por muito tempo núcleos cabanos. Santarém ficou em mãos dos rebeldes e demorou quase um ano para ser retomada pelas forças de *pacificação*, em 15/12/1836, dirigidas pelo general Francisco José de Souza Soares d'Andrea, que havia assumido a 9 de abril a presidência da Província. A resistência cabana nessa região deu ao longo desses anos novas demonstrações até o rendimento, em 1841, de 980 rebeldes de Luzéa, no Tapajós, após a anistia. No relatório do presidente Andréa, declarava: “*No Amazonas e seus distritos não podemos conservar a paz que com as armas na mãos, sobretudo no rio Madeira onde os índios não são obedientes*”. No Tapajós haviam sido reestabelecidas as comunicações com Cuiabá, apoiadas em forças militares, posto que “*os rebeldes têm encontrado certas simpatias notadamente entre mestiços, mulatos e outros homens de baixa origem, dedicados ao roubo e a crimes*”.

Mas é preciso admitir que a paz recuperada significava um alto custo, como avaliava o presidente da Província: “*todo o resto do Amazonas está calmo, mas não pode existir segurança para as famílias sem a presença das tropas da*

primeira e segunda linhas”. Aliás, se a retomada da ordem teve um custo elevado para os legalistas, ela foi incalculável para os rebeldes.

O quadro da Província do Pará era, na metade do século, pouco alentador. Muito lentamente recuperavam-se as propriedades - fazendas ou engenhos - do abandono dos anos de luta. O movimento havia arrolado 40.000 mortos em toda a Amazônia, o que representava um desfalque para o sistema de trabalho. A falta desses braços sentia-se na coleta das drogas do sertão, no plantio dos gêneros agrícolas, nos serviços da fazenda de criação e nos engenhos. Era necessário reorganizar o trabalho; a captura foi organizada pelas autoridades provinciais. Com a criação do Corpo de Trabalhadores (1838-1855) reenquadravam-se na organização escravista centenas de trabalhadores, colocados à disposição de fazendeiros, de comerciantes e dos serviços públicos.

Corpo, organizado em oito comandos, teve durante sua existência o maior contingente de recrutados justamente em Santarém. Em 1848 eram 1.564 homens e o número variou pouco nos anos seguintes; em 1855 ainda contavam-se 1.440 homens (ver Quadro 2). Quando foi criado o Corpo de Capitães do Mato para realizar a perseguição dos escravos (em 1841), reordenava-se o sistema de repressão com elevados incentivos. Os capitães eram remunerados à quota-parte de suas capturas: 3.000 réis pelos escravos adultos presos nas vilas, 8.000 mil por aqueles capturados no mato ou regiões isoladas e de 25.000 réis tratando-se de um mocambo. Pelos anos 1841-1848 aumentam as fugas de forma contínua, sendo em vão o aumento dos prêmios de captura (havia aumentado para 10.000 réis a captura nas vilas e para 150.000 nos mocambos).

Quadro 2: Corpo de trabalhadores

Localidades	1848			1853 a 1854			1855					
	Oficiais	Suba liemos	Trabalha-dores	Total	Oficiais	Subalternos	Trabalha-dores	Total	Oficiais	Suba liemos	Trabalhadores	Total
Relém	13	12	82.1	846	9	24	331	364	11	25	331	367
Camela	6	4	1.275	1-285	3	9	154	166	4	70	263	337
Vigia	6	6	300	312	5	25	279	309	5	27	772	804
Santarém	14	12	1.564	1.590	12	67	909	988	13	71	1.440	1.524
Macapá	7	6	227	240	2	28	187	217	2	29	192	223
Bragança	4	4	320	328	1	13	194	208	3	14	531	545
Gurupá	4	4	600	605	2	2	62	66	2	4	174	180
Marajó	8	5	455	471	.7	41	428	476	7	40	361	408
Total	62	56	5.362	5.680	41	209	2.544	2.794	47	280	4.064	4.391

Fonte: 1848: PARÁ Província (Presidente). Falla dirigida pelo Exmo Snr. Cons. Jeronimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Grão-Pará, ... no dia 1 de outubro de 1849. Pará, Typ. de Santos & Filhos. 1849. P-23.

1854: PARÁ Província (Presidente). Falla que o Exmo Snr. Cons. Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Província dirigiu a Assembléa... no dia 15 de agosto de 1854. Pará, Typ. Aurora Paraense, 1854. Anexo Mappa demonstrativo do Corpo de Trabalhadores da Província.

1855: PARÁ Província (Presidente). Falla dirigida a Assembléa Provincial pelo Exmo Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, no dia 26 de outubro de 1855. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1855. Anexo 22, Mappa demonstrativo do Corpo de Trabalhadores da Província do Pará.

Observação: O objetivo dessa organização segundo o Presidente Francisco de Souza Soares d'Andrea era "evitar a existência de vagabundos e gente ociosa". Era composto por indivíduos índios, mestiços e negros não escravos, que não possuíam propriedade, nem estabelecimento onde trabalhassem permanentemente. As listas dos respectivos Comandos incluíam "homens de cor de mais de 10 anos" que formavam os trabalhadores a distribuir entre serviços dos campos, comércio e do Estado. Os oficiais e subalternos separavam-se de "homens brancos" com idade entre 15 e 50 anos. Os trabalhadores eram proibidos de sair de sua residência sem autorização do superior.

A disciplina do trabalho sob mão de ferro dos governos de pacificação, apoiada em instituições militares, a exemplo do Corpo de Trabalhadores, permitiu a mobilização e a fixação de trabalhadores, impedindo-os de uma existência em relativa autonomia. As campanhas de perseguição e destruição dos quilombos eram importantes tanto pela falta de trabalho escravo como pelo efeito diminutivo da supressão do tráfico negroiro.

O presidente Sebastião do Rego Barros ordena ao delegado da Polícia de Óbidos em 1854, a destruição do quilombo do Trombetas, outro também notável. Para esse fim foi acionado o comandante superior da Guarda Nacional de Santarém que forneceu a força necessária assim como a colaboração dos missionários do Tapajós que colocaram à disposição os índios mundurucus para servirem de guias. Tal expedição, financiada pelo Tesouro Provincial para despesas com armas, cartuchame e dinheiro, resultou em fracasso pela fuga dos índios. A diligência determinada no mês de março teve que aguardar a estação própria, no mês de novembro de 1854, para cumprir seu objetivo. O saldo não foi totalmente satisfatório, segundo a lamentação dessa autoridade: “mas ainda desta vez não teve o resultado esperado; ficando todavia conhecido e devastado o lugar” (ver Quadro 3).

Em 1857, a primeira Câmara Municipal da rebatizada cidade de Óbidos, aprovou uma nova tentativa de destruição do quilombo “do Trombetas”. As narrativas indicam que a agressividade das autoridades desses anos obrigaram os fugitivos a subir as cachoeiras. Entretanto, os quilombolas não conseguiram o isolamento total da sociedade escravista, pois os impulsos da ordem funcionavam de forma mais enérgica, seja pela repressão, seja pelo movimento de agentes da economia regional, o que está relacionado com a capacidade de penetração dos rios pelos barcos rápidos movidos a vapor e embarcações dos regatões e marchantes. Esse movimento fez com que aos poucos o rio Trombetas fosse objeto de interesses que poderiam passar por alto os perigos dos quilombos, das febres, das cachoeiras e mesmo das praias, onde podia estar-se sob a ameaça de encalhar.

Quadro 3: Atos e decisões sobre expedições de recaptura de escravos no rio Trombetas e afluentes

Ano	Tipo de Providência e Procedimentos Adotados	Acontecimento Marcante
1800	Em 4/6/1800 a Câmara de Óbidos determina o pagamento de despesas com a expedição da Tropa dirigida à captura de pretos fugidos no rio Coroa	
1812	A força capitaneada pelo capitão de milícias Bernardo Marinho de Vasconcelos para destruir mocambos. Mobilizaram-se praças de Monte Alegre, Santarém, Alenquer e Óbidos	Destroçados os mais antigos mocambos - Inferno e Cipotema. Fizeram 100 prisioneiros.
1823	Autorizado Francisco Rodrigues Vieira para bater os mocambos do Trombetas	Realizaram várias prisões, entre elas, a de Afanasio que comandou em 1821 a fuga de mais de 40 escravos.
1827	Duas expedições dirigidas ao rio Trombetas e rio Curuá. Mobilizaram-se tropas de Santarém, Alenquer e Óbidos	Bateram os mocambos. Dois escravos morreram, dois foram presos
1835	Os escravos descem engrossando fileiras dos Cabanos. Aproveitam morte ou fuga dos seus senhores para assim obterem a liberdade.	Após 1840 sobem acima da décima quinta cachoeira, denominada Cascapura e organizaram o mocambo Maravilha
1846	O presidente da Província, José Maria de Moraes, solicita da Assembleia decretar fundos de pelo menos 45000 rs. para reprimir os Quilombos na Comarca de Santarém, os situados de Almeirim até Óbidos.	
1847	O presidente João Herculano Ferreira Penna procura e declara consignar fundos na lei de créditos para atacar os quilombos. A polícia e os Comandos Militares do Corpo de Trabalhadores deviam colaborar.	
1849	O presidente Jerônimo Francisco Coelho ordena o ataque do mocambo de Curuá	Os escravos fugiram para o Alto Curuá. Captura de 11 escravos
1852	O mesmo presidente ordena a segunda expedição formada por 47 praças e 2 oficiais	
1852	O presidente Miguel Antônio Pinto Guimarães (Barão de Santarém) ordena expedição que foi comandada pelo Cap. João Mazimiano de Souza	Mocambeiros incendiaram o mocambo Maravilha subindo mais algumas cachoeiras.
1853	O presidente José Joaquim da Cunha assina resolução sobre destruição de quilombos e outros créditos para despesas	

1853	O presidente Sebastião do Rego Barras solicita ao delegado de polícia de Óbidos e comandante superior da Guarda Nacional de Santarém providências para destruir os mocambos do Curuá e Trombetas.	
1855	A expedição dirigida contra o mocambo de Curuá de Alenquer.	As tropas encontraram o mocambo deserto destruindo as palhoças e plantações.
1856	O presidente Sebastião do Rego Sarros envia armas, cartuxame e dinheiro para destruir o quilombo do Trombetas	Fracasso da expedição. Os guias - índios Mundurucus - fugiram.
1857	A expedição autorizada pela Câmara Municipal de Óbidos contra os mocambos do Trombetas	
1858	O presidente João da Silva Cairão expõe no seu relatório existirem número superior a 2.000 escravos em mocambos da Província. O maior era o do Trombetas.	
1861	O presidente Ângelo Thomas do Amaral manifesta a necessidade urgente de extinguir os mocambos.	
1863	O presidente Francisco Carlos de A. Brusque confirma o mocambo do Trombetas como o maior e declara ser a empresa de sua destruição exigente de despesas avultadas.	
1864	O presidente Francisco Carlos de A. Brusque estabelece na Costa do Norte um cruzeiro com canoa equipada e guarda para apreender escravos fugidos.	
1868	O presidente Joaquim Raimundo de Lamare aprova um plano de estabelecimento de missionário nos mocambos. Frei Carmelo Mazzarino relata ao Presidente Lamare o resultado de sua empresa.	
1868	A expedição sai de Santarém para dominar os quilombos do Trombetas.	
1870	O presidente Cônego Manoel de Siqueira Mendes, assina a Lei nº 653 autorizando a destruição dos mocambos do Trombetas.	
1876	A destruição do mocambo Curuá. Os mocambos dos Trombetas estavam localizados numa restinga entre rio Faro e perto da Cachoeira Porteira.	
1877	As missões religiosas desenvolvem tarefas contínuas de aproximação com os mocambeiros. Registro de batismos de mocambeiros pelo Padre José Nicolino Pereira de Souza.	Expedição destroi o mocambo de Curuá. Os mocambeiros migraram para o médio Trombetas.

Sufocada a Cabanagem, as redes do comércio interno foram rearticuladas e os movimentos portuário-fluvial e de cabotagem retomavam vida. Os comerciantes livravam-se do isolamento em relação ao mercado interno realimentando esse setor do comércio. No interior desse movimento emergem novos produtos, como a borracha e a castanha. O setor fabril foi estimulado pelo impacto avassalador da borracha, como também, pelas inovações na navegação a vapor. As preocupações geopolíticas de incorporar imensas regiões dentro de uma política de povoamento e de valorização, e as econômicas, traduzidas pela segurança do comércio e das comunicações fluviais, por sinal muito perigosas em razão das investidas de indígenas e negros dos quilombos, convergiram para uma política de colonização associada a agrária e de imigração.

Com menor privacidade na região do Trombetas, os negros organizaram redes de informações e de contatos que lhes permitiam incursionar na cidade de Óbidos, nos sítios e nas redondezas para vender madeiras e outros gêneros da floresta como salsaparrilha, urucu e breu. Esse contato abria a possibilidade de aproximação com a sede paroquial e mesmo, de forma excepcional, realizar atos de batismo, onde eles assinavam a lista de presença clandestina na sociedade escravista e os passos de sua integração.

1.6 Avanços sociais e políticos dos quilombolas

Que trajetória seguem os grupos negros que haviam tido êxito na estratégia de ocupar o rio Trombetas? Que relações estabelecem com a sociedade escravista e qual a dinâmica desse relacionamento na fase pós-Cabanagem e até a abolição da escravidão, período em que as políticas já mencionadas foram colocadas em prática?

A dinâmica interna de fortalecimento desses agrupamentos estava condicionada à capacidade de reprodução, o que significa a elaboração de formas de sustentação econômica. A esse nível as observações do hábitat como um dado para esse objetivo de reprodução indicam terem encontrado recursos

diversos para sua alimentação na caça, pesca e coleta, tendo aos poucos conseguido organizar um calendário extrativo acoplado às produções naturais. Esse calendário ritmado pelo ciclo das espécies não agrediria nem constituiria ameaça para o grupo dentro de um determinado tamanho do aldeamento, daí por que originam-se deslocamentos durante esse tempo (após 1860) em busca de novos territórios que podem ser atribuídos a estratégias de reprodução e de adaptação. Evidentemente, algumas mobilizações no espaço constituíram estratégias contra o poder de perseguição dos senhores e autoridades.

Trazendo à memória seus antepassados escravos que desceram o rio Trombetas, alguns entrevistados referiam que, mesmo na sua condição de homens livres pela lei de 13 de maio de 1888, levantavam suas palhoças em lugares menos visíveis, cuidando de manter uma cortina de floresta; igualmente optaram por internar-se nos lagos menos expostos aos olhos do *branco*. A forma de ocupação e o tipo das habitações sofreram alterações no tempo. Os relatos indicam um sistema de aldeamento nas cachoeiras por eles batizadas: Porteira, Campiche, Maravilha, Turuna, Poana, Trava, Quebra-Pote e Espinhos, as mais conhecidas. O descenso, entretanto, foi acompanhado por uma nova estratégia de disposição no território em que grupos pequenos - famílias nucleares -, resultados de casamentos, acabaram *interligando rios*, formando posteriormente famílias extensas que fixaram residência em outras paragens. Na verdade, a existência de novas necessidades do grupo foram resolvidas pela mobilização no espaço. Realmente, essa necessidade e lógica de reprodução nesse território, em sentido abrangente, os levou a fixar regras de uso e de apropriação coletiva, sob reconhecimento de normas fixadas pelo grupo.

Através das relações espaço físico/quilombolas cria-se uma unidade onde o quilombo não é, como facilmente imagina-se, um aglomerado de palhoças, mas sim a condição e existência do escravo aquilombado; o espaço físico, somente, define-se como tal por essa presença. Relembremos a denominação do lago do Mocambo, dada após a presença nele dos escravos. Como tal, seu

nome é o reconhecimento da relação estabelecida pelo escravo fugido com o lugar. Ampliando ainda essa reflexão, o Médio rio Trombetas é nomeado distintamente pela presença exclusiva do negro, ressaltando a originalidade de sua formação e a particularidade étnica.

Adotando níveis de organização mais complexos, estruturaram formas internas de relacionamento e padrões de governo identificados por alguns autores. Tavares Bastos (1866), Barbosa Rodrigues (1875) e Ferreira Penna (1867), registraram observações superficiais sobre esses grupos, entretanto, muito interessantes para medir o grau de legitimação alcançado na sociedade regional.

Esses autores escrevem nas décadas de 1860 e 1870 e mantêm uma opinião consensual sobre a autoridade que representava o negro no rio Trombetas. Para Ferreira Penna “*os negros foram senhores absolutos naquela região*”. Tavares Bastos, defensor do livre comércio e da abertura do rio Amazonas à livre navegação, chocava-se com o sistema de governo dos negros sem poder ignorar o peso e valor dessa estrutura de poder. Informa-nos que:

“Perto de Óbidos entra no Amazonas o rio Trombetas; nas suas florestas existem muitas centenas de escravos fugidos. Os mocambos do Trombetas são diversos; dizem que todos contém, com os criminosos e desertores foragidos, mais de 2.000 almas. Os negros, industriados talvez pelos outros companheiros de desterro, vivem ali debaixo de um governo despótico eletivo...” e continua informando (...) com efeito eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e subdelegados são também eletivos” (Tavares Bastos, 1975; p. 119-120).

A falta de outros elementos para conferir e complementar essas observações nos leva a acreditar nos avanços do grupo concentrado nos quilombos. O confronto com a sociedade escravista e o manuseio de informações sobre possibilidade de liberdade fazia crescer, entre eles, o projeto coletivo da emancipação.

Em 1866 o decreto concedendo liberdade aos escravos que haviam lutado na Guerra do Paraguai, abriu condições favoráveis para o protesto dos escravos. Os negros do Trombetas procurando o padre Carmelo de Mazarino como mediador, dispunham-se a comprar a carta de alforria de cada um dos seus senhores pela quantia de 300\$000 réis numa negociação de quatro anos, onde propunham um menor valor da carta para os mais velhos. Ainda desejavam estar isentos de recrutamento ou qualquer outra imposição. O frei transmitia a mensagem onde eles desafiavam:

“Faltando uma das ditas condições não querem sair dali pela razão de que, acabada a Guerra do Paraguai e o governo não lhes tenha concedido a liberdade, estão resolvidos a transferir-se para a colônia holandesa”.

O vizinho Suriname havia abolido a escravidão recentemente nos seus domínios e compartilhavam desse sonho de liberdade integral. Vários elementos são merecedores de destaque nessa informação e dizem respeito, primeiro, ao fato de compartilhar uma situação econômica criadora de excedentes que poderiam estes ser traduzidos em valores monetários para comprar um bem não econômico, sua liberdade; segundo, de realizar sua apresentação coletiva à sociedade escravista como grupo organizado, o que coincide com os dados transmitidos por Tavares Bastos; terceiro, de revelar deter um nível de informações que apoiava suas posições de protesto assumidas diante de poderes constituídos. Estes situavam-se muito longe da região, entretanto, interferiam no seu destino, obrigando-os a serem soldados para servir na Guerra do Paraguai e permitiam-se a anulação do decreto de liberdade em troca de serviços militares. Por último, reconheciam seu poder, possivelmente à luz da vida econômica local, para ameaçar com a retirada à Guiana Holandesa, demonstrando terem informações sobre esses domínios territoriais, adquiridas em condições de isolamento da sociedade escravista, para além da fronteira brasileira.

Os viajantes Henry e Otille Coudreau, em 1900, escrevem sobre a chamada colônia, situada a pequena distância de Cachoeira Porteira:

“O pequeno centro que os ‘Mocambeiros’ ou escravos fugitivos fundaram por volta de 1866, quando eles desceram de seus ‘mocambos do Alio Trombetas sob a promessa de sua liberdade que lhes foi feita, então pelo P. Carmel sob a ordem do governo imperial que queria, ao que tudo indica, recrutar alguns destes negros para a guerra do Paraguai. Uma cinqüentena destes mocambeiros e de seus descendentes vivem hoje na parte do Trombetas situada imediatamente abaixo das primeiras cachoeiras”. (Coudreau, 1901; p. 17)

As situações de contato entre a sociedade escravista e os denominados mocambeiros baseavam-se em regras e pressupostos políticos de integração negadora da liberdade conquistada pelo escravo.

O movimento dos negros no rio Trombetas significou criar elementos articuladores de uma existência social estável, com regras de organização econômica e política que lhes permitiu enfrentar-se como coletividade diferente e até necessária para a sociedade escravista regional, como observa-se nas relações comerciais travadas regularmente em Óbidos. Nesse caminhar construíram sua identidade étnica, definida e continuamente recriada, baseada em um conjunto de práticas, de padrões regulares de comportamento transmitidos na socialização, de concepções, de valores éticos e de princípios comuns que continuam, no presente, na vida dos grupos do rio Trombetas, Erepecuru e Cuminá constituindo-se como elemento unificador e articulador.

A black and white photograph of a waterfall cascading over rocks in a forest. The water is in motion, creating white foam and spray. The background shows dense foliage and trees.

CAPÍTULO II

**DA CONQUISTA DAS CACHOEIRAS À
OCUPAÇÃO DO MÉDIO TROMBETAS**

DA CONQUISTA DAS CACHOEIRAS À OCUPAÇÃO DO MÉDIO TROMBETAS

Se identificarmos os primeiros anos do século XIX como início da penetração do escravo no rio Trombetas, vemos decorrer quase um século de exclusividade dessa ocupação. Entretanto, a formação e existência dos quilombos do Trombetas depois de 1840 e o fim da escravidão exigem continuar elaborando algumas precisões sobre três campos.

O primeiro é referente ao domínio territorial. Nessa linha propõe-se, de um lado, apresentar em que condições eles organizaram os assentamentos e sua vida social e cultural. Positivamente, o estoque simbólico das *comunidades negras remanescentes*, ainda hoje, está referido a esses espaços e momentos de contínua movimentação nas cachoeiras, impulsionados pela necessidade da fuga, de resguardo e de encorajamento. Assim, foi esse um período de gestação social. De outro lado, indicaria situações mais ou menos conflitivas que apoiam a tentativa de descenso das cachoeiras até a fase de aproximação aos núcleos povoados e às formas de integração conflitiva na sociedade envolvente. Conquanto as diversas expedições de captura e destruição tiveram êxito, ou redundante fracasso, houve um longo intervalo em que a sociedade escravista realizou uma espécie de capitulação temporária e que, para os negros, significou uma trégua que lhes permitiu organizar-se internamente. Para essa fase encontram-se vários testemunhos (Tavares Bastos, Ferreira Penna, Barbosa Rodrigues e Francisco de Souza Bernardino) tratando dos conflitos e dos relacionamentos entre sociedade escravista e quilombolas. É onde depreende-se seu domínio territorial no sentido deles terem adquirido o reconhecimento das autoridades, evidentemente, a sua revelia. Bem como, os demais com os quais mantinham contatos: religiosos, viajantes e comerciantes. Internamente eles elaboraram a malha intrincada de suas relações familiares e culturais e aperfeiçoaram saberes sobre a natureza.

O mais importante de tudo foi ter estabelecido um sistema de organização e formas de produção para troca e consumo que lhes permitiu subsistir como unidades autônomas. Evidentemente, no transcorrer do tempo observam-se situações e relacionamentos mais ou menos contínuos com comerciantes (regatões, marchantes ou marreteiros) que percorriam os rios. Paralelamente, em pequenos grupos, desciam clandestinamente a Óbidos e Oriximiná para vender, aos compradores de confiança, os gêneros cultivados ou extraídos da mata. Progressivamente, engajaram-se sob formas mais completas na coleta da castanha, na comercialização de peles, peixes e tartarugas, na condição de homens livres.

O segundo campo refere-se a percepções diversas do modo de produzir dos quilombolas e das formas de sua reprodução, assim como, dos regimes de propriedade que deram origem à invisibilidade expropriadora sobre esse território. Nos primeiros anos do presente século, iniciam-se as ações de registro de títulos de posses, de arrendamento, de compra e venda de terras que até então havia estado sob controle dos quilombolas. Foram retalhados territórios reservados por grupos familiares para organizar atividades econômicas, identificar lugares de manifestação da religiosidade, de cemitérios ou dedicados ao lazer. Assim, começa um processo que configura sérias ameaças e conflitos, significando a desterritorialização dos quilombolas, apoiada em instrumentos legais.

A desterritorialização choca-se com as práticas comuns ao grupo e apoia-se num discurso ideológico que faz da atividade extrativa um não-trabalho, pois supõe-se, simplistamente, que se coleta aquilo que cai das árvores, como uma dádiva, minimamente exigindo dispêndio físico, sem implicar em saberes sobre espécies de flora e fauna, usos de recursos, qualidades e portanto procedimentos classificatórios. O trabalhador é visto numa posição passiva e receptora, atribuindo-lhe um comportamento preguiçoso, indolente, depredador e improdutivo. Ao longo desses contatos dos negros com a

sociedade escravista foram identificados como simples extratores de gêneros da floresta e grupos nômades pouco afeitos à agricultura.

O estudo mais cuidadoso da divisão do trabalho e das formas complexas de cumprir um calendário agroextrativo, onde está incluída a pesca, a caça, o tratamento de materiais para fabricação de instrumentos e, o mais importante, o manejo alternativo de espécies cultiváveis e extrativas, demonstra a parcialidade dessas interpretações e revela os interesses implícitos. Essas formas de produção e de organização interna encontram-se talvez entre as mais complexas e singulares dos pontos de vista social e cultural, entre os grupos humanos da floresta amazônica. Sua capacidade de produção ultrapassa as necessidades das unidades que se encontram articuladas a um sistema de distribuição do produto não mediado por valores monetários e, ao mesmo tempo, lhes permite deter excedentes comercializáveis.

O terceiro campo procura entender da parte de ex-escravos e descendentes, o medo da escravidão e o medo da liberdade, ou seja, o sentido com que expressam comportamentos de profunda desconfiança em relação à sociedade envolvente. Esses comportamentos mostram-se, inclusive hoje, na forma de recalque. Esses dois medos não são ambíguos e persistem nos seus códigos de relacionamento; eles devem ter sido elaborados na dinâmica da integração do negro do rio Trombetas na sociedade de classes. Essa integração foi profundamente discriminatória e assimétrica. Senão vejamos, enquanto os núcleos de colonização legitimaram nas décadas de 1860 e 1880 um projeto da sociedade nacional de recriar a pequena produção agrícola, esse grupo estava sendo apresentado como escombros. O discurso de Tavares Bastos, inserido mais adiante, é ilustrativo. Tal representação inspirou sua exclusão do direito à terra.

O governo provincial apoia seu discurso de progresso baseado na agricultura das duas colônias fundadas em Santarém, uma com americanos e outra com cearenses. A colônia americana de Santarém recebeu 201 colonos,

reservando-lhe o governo imperial 60 léguas quadradas de terras. Aliás, as pretensões do major Landsford Hastings eram exorbitantes. Ferreira Penna não poupou comentários críticos às exigências do “*antigo empresário da emigração para a Califórnia*” que solicitou:

“entre outras coisas singulares, 10 léguas de terras devolutas por um, e cada um dos cinco navios empregados no transporte de americanos ao Pará, (pagando o governo as passagens), devendo os emigrados regerem-se por suas próprias leis e regulamentos, independente das leis e regulamentos do império” (Penna, 1973; p. 199).

A colônia Bom Gosto foi fundada em 1878 em terras do Murutyuba, a 12 e meio km de Santarém. Preparavam-se lotes para 278 pessoas (cearenses), mas a suspensão dos contratos contribuiu para seu abandono (PARÁ, presidente Gama Abreu, 1880; p. 28). Enquanto os domínios públicos estão sendo incorporados como terras devolutas a serem ocupadas, o território dos remanescentes de quilombos experimenta uma profunda negação. Eles não eram poucos no Trombetas, se confiamos nos mais de dois mil escravos aquilombados citados nas fontes bibliográficas. Em 1866, eles respondiam por 1/5 da população geral do município de Óbidos. A prática de torná-los invisíveis persistiu como meio de realizar a ocupação e a colonização na avançada sociedade do mundo branco.

As relações de patronagem incorporaram elementos da dominação racial, percebidos de forma transparente na memória dos negros. O discurso do antigo comerciante, como do fazendeiro, do viajante e do religioso, não escapa à ideologia racial dominante que desqualifica econômica e socialmente a *gente do mocambo*, ainda que os interesses não se configurassem sob forma econômica e espoliativa, ou de caráter mais violento e conflitivo, como foi no caso do agente religioso ou do porta-voz da ciência, o viajante. Durante as entrevistas realizadas em Oriximiná, algumas vozes deram-lhe o tratamento de *pretos do ribeirão*, profundamente depreciativo. Outras nomeações e expressões

usadas pelos *brancos* são ressemantizadas, com pouco mascaramento da elevada carga preconceituosa contra eles.

2.1 Domínio das cachoeiras

O rio Trombetas constitui depois do rio Curuá outro refúgio visualizado pelos escravos fugitivos. Evidentemente, seguindo as tribos indígenas dessa bacia eles foram os segundos a percorrê-la e dar continuidade à ocupação. Durante século e meio, diversas expedições foram organizadas em direção ao Trombetas. As primeiras, no século XVIII, não conseguiram transpor esse mundo de águas. Esses procedimentos contínuos e regulares para observar, descrever territórios, recursos naturais e etnias, tinham o propósito explícito de descobrir, confirmar, antecipar e reforçar as ações das autoridades do Estado Colonial e posteriormente do Estado Nacional. Os resultados eram almejados nas sedes de congregações religiosas, pelas administrações de países europeus e a própria comunidade científica internacional. Para cada conjuntura as expedições definem seus objetivos específicos, ora incidindo sobre os grupos indígenas, ora sobre os escravos aquilombados, e até a uma combinação possível de exploração de recursos naturais. As primeiras, organizadas por missionários e colonos, perseguiram os descimentos de tribos indígenas para a organização econômica e social das missões e das fazendas. Os Capuchos da Piedade tiveram concedidas reservas de domínios à margem esquerda do Amazonas. No final do século XVIII começam as expedições militares objetivando o reconhecimento das riquezas naturais e de coação a fugas de escravos. Dos anos 30 até o final do século, expedições militares de captura, científicas e missões religiosas esquadrinham essa paisagem, descrevendo com precisão a geografia, as especificidades do território, as ocorrências de fauna e flora, e o mosaico etnográfico do rio Trombetas (ver Quadro 4).

O direcionamento dos religiosos para proceder ao descimento das tribos existentes às margens do rio Trombetas produziu, porém, poucas observações

sobre esse meio físico. Entretanto, o interesse por seu reconhecimento, conforme vimos pela expedição de 1787, situa-se de forma clara para as autoridades, fato que ficou mais patente com as fugas de escravos nessa direção e as expedições de captura ordenadas em diversos anos: 1800, 1812 e 1822 (ver Quadro 3). As expedições conseguiram até esse momento vislumbrar vagamente o Trombetas, que era, por volta de 1830, “*povoado de silvícolas e as suas matas abundantes de paus preciosos e com especialidade de murápinima*”. O Baixo Trombetas havia sido reconhecido surgindo a hipótese sobre seus afluentes, distâncias e inter-comunicações. O rio Nhamundá, boca inferior a seis léguas do Trombetas, era rico em tartarugas e pedras (Baena, 1839). Novos detalhamentos geográficos encontram-se em Schomburgk, Reis, Tavares Bastos, Derby, Ferreira Penna, Barbosa Rodrigues, Coudreau e Paul Le Cointe, entre outros (ver Quadro 4).

Henri Coudreau e Otille Coudreau precisaram em 1899 seu interesse em realizar uma expedição científica, planejada após conferir as descrições do Alto Trombetas, seguindo os passos da realizada por Robert Schomburgk, datava de 1837, com informações detalhadas sobre os rios Unamu, Capu e o Baixo Trombetas. Os viajantes franceses ainda cotejaram as observações de Barbosa Rodrigues, de 1875. O seu alvo foi o Médio Trombetas, uma região *totalmente desconhecida* de mais ou menos 270 km de extensão. Este programa expedicionário avançava ainda objetivando percorrer os três afluentes principais do Trombetas, rios Faro e Cachorro, afluentes da margem direita, e o Cuminá situado à margem esquerda. Os dois primeiros, afirma Coudreau, eram completamente desconhecidos. Quanto ao Cuminá, esses viajantes negligenciaram os passos do padre Nicolino e do doutor Antônio Tocantins que o havia explorado com anterior idade, sem terem publicados seus relatórios. Julgaram esses relatórios, como produtos de uma *cartografia científica* de valor *aproximativo e provisório* (Coudreau, 1900; p. 1-2).

Quadro 4: Expedições ao rio Trombetas e seus afluentes nos séculos XVII e XIX

Ano	Expedicionário	Objetivos e/ou Resultados
1725/ 1727	Os Capuchos da Piedade penetram no rio Trombetas. Frei Francisco de São Marcos (primeiro a subir o Trombetas).	Os religiosos descem 15 tribos do Trombetas. Relatório da viagem ao rio.
1787	Martinho de Souza e Albuquerque ordena uma expedição de reconhecimento ao rio Trombetas	Expedição resulta em fracasso por causa de febres que atacam a equipe.
1799	Francisco José Rodrigues Barata	Diário de viagem realizada até a colônia de Suriname.
1838	Robert Schomburgk	Estudo Geográfico e Etnográfico das cabeceiras do rio Trombetas.
1854	F. Parahybuna dos Reis (por solicitação da Companhia do Amazonas)	Observações cuidadosas sobre a navegação do Trombetas.
1855	Expedição comandada por João Maximiano de Sousa	Expedição dirigida à captura de quilombos.
1862	Thomas Antônio de Aquino	Expedição sobre o Cuminá.
1865	Aureliano Cândido Tavares Bastos	Estudo Econômico e Geopolítico do Vale do Amazonas. Visitou Óbidos e fez anotações sobre o rio Trombetas. Escreveu “O Vale do Amazonas”.
1868	Manoel Valente do Couto (talvez acompanhado de frei Carmelo Mazzarino) instruído e financiado pela Câmara Municipal de Óbidos.	No seu relatório final deteve-se sobre as lavouras dos quilombos.
1871	Domingos Soares Ferreira Penna.	Estudo Geográfico e Econômico. Obras completas publicadas pelo Conselho Estadual de Cultura em 1973.
1871	Orville A. Derby	Estudo Geofísico, Geográfico e Etnográfico do rio Trombetas, publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi em 1898.
1870 1872	Charles F. Hartt	Estudo de Geografia Física. “Contos sobre as Tartarugas”, publicado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 1896.
1873	Francisco Bernardino de Souza	Escreveu a Comissão do Madeira, Pará e Amazonas em 1874.
1875	João Barbosa Rodrigues	Realizou uma expedição e escreveu “Exploração e Estudo do Vale do Rio Amazonas”, publicado pela Tipografia Nacional.
1875	João Maximiano de Sousa	Escreve no Jornal Amazonas, uma artigo intitulado “Uma Viagem ao Rio Trombetas”.

s/d	Spruce	Expedição até a cachoeira do Tronco – rio Cuminá.
1877	Padre Nicolino Pereira Souza	Realizou três expedições no Cuminá. Diário publicado na Revista de Estudos Paraenses em 1894.
1878	Padre Nicolino Pereira de Souza	Idem
1888	Padre Nicolino Pereira de Souza	Idem
1890	Antônio Manoel Gonçalves Tocantins (procura os campos da guiana brasileira apoiado pelos fazendeiros de Óbidos).	Expedição no Cuminá - publicação na Revista de Estudos Paraenses.
1894	Lourenço Valente do Couto	Comunicações de Óbidos com outras cidades próximas.
1895	Paul Le Cointe	Exploração do rio Ariramba, afluente da margem esquerda do Baixo Erepecurú.
1899	Otille e Henri Coudreau	Realizam expedições no Trombetas e Cuminá - estudos geográfico e etnográfico do Médio e Alto Trombetas no Cuminá, Mapuera e Curuá, publicados em Paris.

Observação: A presente relação foi elaborada a partir de referências encontradas na bibliografia consultada e não pode ser considerada completa.

Curiosamente, Coudreau também não cita a obra de Tavares Bastos. Esta resulta, segundo esse pensador liberal, de *informações de terceiros* e de sua viagem realizada em 1865 e publicada um ano depois com o título “*Estudo sobre o Vale do Amazonas*”, obra política polêmica que foi fonte de citações de Barbosa Rodrigues. Ainda ignoraram, por completo, os trabalhos de Ferreira Penna que versaram sobre a geografia e a economia dessa região. Que propósitos escondem as práticas de silenciamento dos Coudreau sobre esses trabalhos científicos anteriores, tão relevantes para o avanço do conhecimento sobre essa região, senão o de valorizar o ineditismo de seus relatórios? O cotejo dos contemporâneos poderia ter ampliado o horizonte de suas interpretações.

Os Coudreau pretendiam quebrar o sigilo dos negros sobre o Alto Trombetas e reagiram agressivamente contra aqueles que se negavam a abrir esse território e seu mundo. A distância e a desconfiança instalaram-se entre viajantes e grupo de negros pelo questionamento da autoridade do senhor

Raimundo Santos, na chamada *Colônia*, localidade em Cachoeira Porteira. Esse comportamento provocador dos quilombolas do Alto Trombetas deu novas demonstrações para os viajantes quando estes desconfiaram de sua superioridade como cachoeiristas. De forma jactanciosa os negros teriam-lhe dito que somente os *mocambeiros* do Trombetas podiam ser guias ou cachoeiristas especializados no rio. Falaram-lhe sobre os índios - os bravos cachuanas - também dos saltos e remoinhos, mas foram espertos, de tal forma, que silenciaram sobre os canais e os perigos do seu território, símbolo de sua liberdade. Coudreau, irritado, escreve ao se defrontar com os obstáculos da cachoeira das Travas:

“Bravos mocambeiros quem bebeu minha cachaça, quem a levou a vossa casa, vós que conheceis vosso rio. porque não me /alastes deste canal? Por que vós me dais sempre falsas informações? Por que vós quereis ir aos locais mais perigosos? Por que vós procurais desmoralizar meus homens?”

Novamente deparam-se os significados das cachoeiras por ter sido o lugar onde os negros estabeleceram sua primeira base territorial, a menos atingível, mantida em segredo ante os estranhos. Os brancos e cidadãos do Baixo Amazonas representavam as cachoeiras como lugares de terror, de perigo e esse sentido havia operado como força distanciadora. O prefeito de Oriximiná acompanhou o trecho da expedição dos Coudreau até Cachoeira Porteira e ficou aterrorizado diante sua vista, e segundo falam, imediatamente teria retornado à cidade. Perspicazmente, o viajante captou esse medo dos seus hóspedes e se investiu da figura de um desbravador heróico.

A façanha, lida e imaginada, não deixa dúvida da singular aventura de subir as cachoeiras. Aventura que havia sido naturalizada pelos pequenos grupos, de três ou quatro escravos fugidos, que de posse de um *casco* empreendiam o caminho da liberdade. Em termos de obstáculos, e a narrativa de Coudreau data da estação seca, de 26 de agosto a 25 de novembro, a lista é variada e apresenta um crescendo de armadilhas, de perder-se entre um canal ou outro, de cair nos remoinhos e rebujos, de defrontar-se com um salto,

de encontrar-se diante de um canal seco ou uma ilha e ter necessidade de descarregar a canoa e empurrá-la, até mesmo transportá-la nos ombros. De descobrir a natureza desse platô amazônico *brilhante*, delirante de beleza nas pedras, na vegetação, nos fundos do pequeno curso; mas, numa outra fase vir a representar a quebra da canoa ou de ferir os pés de forma dolorosa entre os espinhos. Nos casos tristes dos *matelots* dos Coudreau significou sentir a dor e seus desdobramentos pela tumefação e a febre, ou cair nas águas sentindo-se puxado pela *Mãe Cachoeira*.

Acompanhar o detalhado relato dos Coudreau e imaginar essas situações, pensadas em função da fuga de escravos, permite potencializar cada ato de conquista da liberdade. Assim, eles recitam dúzias de nomes que foram registrando no percurso entre a porteira das cachoeiras -Cachoeira Porteira - e a confluência dos rios Capu e Wanamu, muitos deles citados pelo cientista Robert Schomburgk. Este indica ainda os saltos do Turuna e Poana, lugares de identificação de assentamentos dos quilombolas, passando pelas cachoeiras Campiche e Mira, ponto inicial do descenso. Os novos expedicionários orientaram-se para explorar o no Cachorro e logo o Mapuera, indicando travessões e canais, e o mais importante, as dificuldades encerradas em cada segmento do percurso.

Nessa leitura dos Coudreau registra-se a presença dos quilombolas. Narrativas que permitem realizar uma certa *arqueologia* do quilombo e mapear as zonas de caça e pesca, os lugares de roças e frutais que em 1899 já eram capoeiras, e igualmente, recuperar a localização de fornos abandonados. Aparece na paisagem o vestígio da antiga ocupação no cajueiro. Depois de percorrer 60 km, movendo-se na cachoeira Damiano, indicam os Coudreau terem encontrado vestígio de plantações de cana-de-açúcar. Na cachoeira Campiche, especificamente no igarapé Tremicuera, listaram um *four a manioc*, avistaram algumas barracas, pequenas capoeiras e o simbólico cajueiro.

Não escaparam aos viajantes as impressões a propósito do simbolismo religioso de seus acompanhantes. As cachoeiras formam um cosmo onde as

entidades mágicas vivem no remoinho ou turbilhão, também no salto e no nicho das rochas ou nas águas tranqüilas ou agitadas. Na comparação feita por Henri Coudreau a cachoeira era o inferno. *Não existia outro para os cachoeiristas*, segundo o ditado brasileiro mencionado pelo expedicionário (Coudreau, 1990; p. 95-96). Os seus canoístas declaravam-se embruxados ou mesmo sentiam-se puxados pelas *bestas da cachoeira*. No sentido contrário, experimentavam sua proteção conseguindo inclusive converter-se em hábeis pescadores, corajosos e até a adquirir os conhecimentos para tornarem-se curandeiros, mas para tanto deviam vencer as águas. Coudreau quando entra no mundo das cachoeiras e transpõe a primeira delas, logo escreveria: *Os deuses protegem quem se arrisca a atravessar a floresta virgem*. A vida nesses trechos encachoeirados foi muito difícil para o viajante. Neles permaneceu durante três meses até seu fim trágico, pois faleceu antes de finalizar a expedição. Logo, Otille Coudreau assumiria sua direção.

Para os negros cada cachoeira ditou uma regra de vida, a de tentar o domínio da natureza para viver em liberdade. Nessa fase do ano, até a cachoeira das Travas, podiam encontrar alguma caça, mas subindo aonde secavam os cursos d'água, faltava o peixe ou havia poucas espécies (menos jahus, traíras, pirahibas); ainda enfrentavam uma terra difícil para desenvolver a agricultura. Os rigores de temperatura, elevada durante o dia e descendo até zero grau na entrada da noite, como apontam os viajantes, indicariam um quadro pouco propício para uma ocupação mais intensiva, portanto, colocava fortes limites à expansão desses grupos.

A fidelidade de descrições registradas no diário de campo dos viajantes em certos trechos adota o estilo de uma reflexão silenciosa sobre os desafios vencidos pelos quilombolas.

“Nós encontramos na maior capoeira, margem esquerda, a ‘Capoeira da Vila’, uma estaca cravada na terra, antiga viga de uma chopá (choupana); nós vemos no mesmo instante o local de um forno de mandioca...”

Estes vestígios são bem poucas coisas e contudo nos é agradável pensar que homens viveram lá, que eles produziram na terra que nos rodeia alguma coisa para sua subsistência.

Porque eles abandonaram esta bela paisagem? Por que eles não lutaram contra a natureza que, pelo preço de seus esforços, tinha-lhes dado o bem estar e a felicidade?” (Coudreau, 1900; p. 70).

Esse plácido comentário encerra a questão mais inquietante sobre os motivos para o descenso das cachoeiras. Os processos de adaptação nas cabeceiras do rio Trombetas foram extremamente difíceis. Ali, encontrava-se o reino das *águas bravas*, das *águas grandes*, representação essa retirada da fala de uma entrevistada. É importante observar que houve praticamente uma geração, ou no máximo duas, de quilombolas nascidos no Maravilha, Turuna ou Campiche onde eles, decifrando e adaptando-se a essa natureza, experimentaram, em outro momento, o imperativo de conquistar outro território para atender suas necessidades de sobrevivência, mesmo que se expondo às punições da sociedade escravista e correndo o risco de perder a liberdade. Assim, tomaram o caminho no sentido da vazante de vários rios, o principal descendo o Trombetas, indo para o Cachorro, Erepecuru, Cuminá, Nhamundá, entrando numa clandestinidade com barreiras facilmente transponíveis pelos seus perseguidores.

O descendente do quilombola nos ajuda a identificar o *tacho* do Turuna do qual falava Coudreau, ao construir a memória desse tempo e sabedoria dos antepassados:

“(...) pelo menos o meu avô, ele disse que nasceu no rio Turuna; ele foi daqui corrido no tempo dos brancos que botaram eles pra correr. Tinha uma velha por nome Angélica que a mão dela já era enrolada que os brancos botavam a candeia para acender... Ah, meu avô foi um dos que correram, ele nasceu no rio acima da Porteira... num rio lá em cima, que dava 12 (doze) dias de viagem, nasceu nesse tempo da Cabanagem. Nesse tempo existia forno, era um tacho grande....

Era o forno que eles faziam farinha... eles colocavam aquele tacho de alça... era forno deles pra lá, eles levaram pra lá. Depois ele baixou de lá, ele conviveu pra lá dentro desse rio, pra dentro das matas uns 30 (trinta) anos” (Entrevista em out. 1990).

É extremamente interessante armar a partir de recortes fragmentados, as reminiscências sobre o modo de produzir e suas práticas. Roçados e jornadas de coleta de castanha organizavam o tempo interno cíclico que se entrelaçava com viagens ou contatos de comerciantes da cidade para realizar algumas vendas.

“A vida deles era só plantar mandioca e tirar castanha só pra comer mesmo, aí ficaram só vivendo lá mesmo; aí na época eles arrumavam tauari (e explica o que é tauari): “é um pau, dá uma casca, eles batiam aquilo e iam vender lá, pra trocar com açúcar tauari é pra fumar essas coisas” (Entrevista em out. 1990).

A economia doméstica ainda usava das banhas para o preparativo de comidas e para acender o fogo: “Usavam umas banhas lá, faziam aqueles alguidá e faziam aqueles pavios, acendiam, ‘tava feito a vida”. O cacau não se encontrava nas redondezas: “Não tinha cacaoal nessas terras”. Mais posteriormente, já às margens do rio manso iniciaram o plantio de alguns pés de cacau, valorizados como herança para as novas gerações. Alguns bens de consumo procuravam em Óbidos: “Compravam fora: o sal, a roupa, o café”. Mas contavam com suas formas de produzir e diversificavam os resultados do trabalho agrícola e doméstico. Fazer potes de cerâmica e tecer redes era uma aprendizagem contínua para suprir necessidades prementes de cada família. Uma entrevistada contou:

“A minha avô fazia rede, aliás, eu quando me entendi, ainda conheci um pedaço de uma rede que já tinha rasgado. Ainda conheci bem o fuso, era umas rodinhas, assim, feitas de cascas de tartaruga ou então de barro, eu sei fia o algodão” (Entrevista em out. 1990).

A capacidade do quilombola de adaptar-se nessa natureza especial das cachoeiras encontrou limites, significando a busca de soluções para problemas concretos. Como transitar e movimentar-se entre rios, lagos, canais, zonas de várzea ou de terra firme? Que embarcações circular em áreas de pesca durante as duas estações? E sobretudo, como encontrar o cardume no período seco? Como transportar das roças a maniva para fazer farinha nas casas, sem os riscos de naufragar ou quebrar as canoas? Quais os meios para aumentar as vantagens de baixar até Cachoeira Porteira, e ir mais além?

O domínio adquirido e as riquezas pareceriam diminutos em relação a suas necessidades. Aprenderam a construir canoas de tipos diferentes, leves, pequenas e alongadas; identificaram canais e sistematizaram um conhecimento de como entrar e transpor as cachoeiras. Organizaram um sistema de relações sociais apoiados em regras de cooperação e reciprocidade. Todavia, os progressos pouco satisfaziam as necessidades de apropriação e transformação do habitat. Encontram-se aqui algumas suposições para entender o descenso da cachoeira: limites de um sistema natural para o homem em determinadas condições técnicas e históricas, superados por um conhecimento comparativo com outros ecossistemas no Baixo Trombetas.

Coudreau fez menção ao conhecimento especializado do cachoeirista. No início deste século a experiência de remar e avançar sobre um rio, ou malha oro-hidrográfica intrincada, era um saber qualificado como teve que reconhecer o expedicionário:

“Todos os meus homens são um pouco carpinteiros, eles sabem fazer uma pequena canoa, calafetar; eles conhecem suficientemente bem as diversas espécies de madeira, mas sobretudo são bons cachoeiristas, o que é o principal para a exploração desta região, sobretudo é nas cachoeiras que nós vemos o valor de um marujo, pois o menor erro, uma falta de observação ou de sangue frio e nós estamos perdidos. A ignorância ou o temor de um só leva à perda da canoa e freqüentemente à morte de todos. Eles o sabem bem, os marujos do Pará, e se aproveitam disso para ganharem bem” (Coudreau, 1900; p. 84-85).

Depois do descenso das cachoeiras algumas famílias aventuraram-se a regressar nesse espaço para coletar castanha que, abundante e de tamanho maior, não podia ser facilmente retirada através dos canais, saltos e igarapés sem grande risco de perder mantimentos e a produção; ainda, tal aventura podia ter pouco rendimento pela pequena capacidade das canoas, do tipo conhecido como de pescador. Idêntico ocorre nos dias de hoje nas fainas de coleta.

Na explicação desse problema os grupos negros descrevem a geografia de forma sintética, para conferir o choque com a natureza, em termos que não podia e nem foi, repassável para o ansioso Henri Coudreau.

“O Rio Grande dá três varadouros, dá o primeiro, logo aqui embaixo do Inferno. Sai daqui da Porteira com meio dia chega lá... Aí sobe mais uns três dias, assim chega no Fumaço; e daí do Fumaço chega no outro que é o Gavião e o Turuna que chamam... E uma cachoeira justamente dessa cachoeira passa lá, o Porão vem dá no Poana... o nome é velho (Entrevista, em outubro 1991).

A cachoeira Fumaço foi, no entender desse informante, o obstáculo intransponível para o branco por ser “(...) um porão muito forte, uma cachoeira muito forte, tem um porão assim para 30, 40 metros de altura, a água cai lá” (entrevista, em outubro 1991). A explicação do desafio das cachoeiras para os quilombolas e a rendição diante das dificuldades explica, em parte, a pró vi seriedade material da vida organizada nesse território. Utilizamos para fortalecer esse argumento um detalhe mencionado por Otille Coudreau, no final do Relatório da Viagem ao Trombetas, a propósito do Campiche: “... (o mocambo) com uma dezena de derrubadas: cada uma destas derrubadas era tão pequena que ela não poderia certamente produzir mandioca para uma família” (Coudreau, 1900; p. 151).

A distância e as dificuldades para transpor esse espaço, com aquele meio de transporte, incentivaram para ocupar outros ambientes mais favoráveis. As cachoeiras foram um território importante para os negros contraporem-se ao

projeto de dominação escravista e racial. Embora tenha sido por curto espaço de tempo na vida do grupo, foi o suficiente para estabelecer bases sólidas nas suas relações sociais depois dos anos 1870. A unidade simbólica representada pelas cachoeiras continua sendo construída pelos descendentes. A cachoeira é Mãe - Mãe Natureza - na sua representação, e foi a fonte de sua existência. Hoje é reconquistada como símbolo pelo mérito de ter permitido a felicidade, num discurso que contém os elementos da utopia do negro do Trombetas. Essa mensagem de unidade e identidade étnica para esse grupo sintetiza uma retomada na memória. A música popularizada cantando a cachoeira, de autoria de Carlos Printes, morador de Tapagem, hoje é o Hino do Trombetas, demonstração dessa apreensão e de sua elaboração simbólico-política:

*“Oh, Mãe Cachoeira
Se não fosse você
Eu não seria Feliz
Você é terra santa
De nosso Brasil”*

É necessário salientar, ainda, um aspecto importante da ruptura do isolamento do Alto Trombetas. Com olhares e motivações diferentes, quilombolas e Coudreau encontravam-se em dois pontos: o primeiro, terem sistematizado com níveis diferentes a geografia das cachoeiras; e o segundo, ter se coligado na preocupação sobre a entrada nesse templo natural de outros interesses portados por pessoas estranhas. Vejamos as manifestações respectivas desse estado anímico. Coudreau cita a mulher do ex-mocambeiro Raimundo dos Santos que, como Dalila, guardava o segredo de uma pedra encontrada no rio Cachorro e terminou revelando-o ao viajante. Lançava duas hipóteses sobre esse tipo de mineral: era *azotate de soude ou alunite*. Mas de imediato, manifestou forte receio, pois comerciantes e outros que viessem a entrar no lugar, poderiam retirar-lhes das mãos aquela riqueza.

Ao descobrir e revelar Coudreau o sistema das cachoeiras, suas complexas intercomunicações e equilíbrios, refletia sobre os perigos do desmatamento

e da desertização. As observações de Coudreau voltam-se insistentemente sobre esse sistema hidrográfico para indicar a necessidade de seu profundo conhecimento, fato que precisa ser considerado na decisão sobre a construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, que implicará profundas transformações desses ecossistemas do Trombetas. Sobre as diferenças de fertilidade e de inaptidão dos terrenos, apontava o risco de desmatar as cabeceiras do Capu e do Wanamu:

“Se a gente dê arborizasse as margens do Capu e do Wanamu, os solos transformar-se-iam em desertos. Os rios, eles mesmos, ressentiriam-se. Torrentes no inverno, riachos à época da seca, eles se destruiriam e nós teríamos aqui um novo Sahara, Seria ir ao encontro do objetivo que os colonizadores e os partidários do desenvolvimento agrícola e comercial se propõem a alcançar” (Coudreau, O., 1900; P. 80-81).

O cientista, revelando preocupação com a ousadia do progresso e da civilização, escreveu:

“Quando esta região for colonizada, que enfim os esforços racionais de ousados emigrantes e a Pletora do antigo e do novo continente terá conduzido à estas paragens, abrirem-se os olhos dos indiferentes e que os partidários do progresso e da civilização brasileira de decidirem por à prova, nós teremos que ser cuidadosos para não cairmos no erro que arruinou várias regiões, erro que consiste em desarborizar e conseqüentemente em privar uma região do frescor indispensável aos climas equatoriais” (Coudreau, 1900; p. 79).

Percebia, pois, a fragilidade desse ecossistema e pensava duas ações complementares: a de exploração e de preservação vindo aqui encontrar-se com a questão da colonização e seus problemas. Sobre ela não deixou de emitir uma crítica contundente:

“Na colonização, nós não sabemos jamais desconfiar destes aventureiros que vêm a uma terra virgem pilhar todas as suas riquezas naturais e que, depois de terem feito fortuna, deixam a terra violada e machucada, para gozar. Os dirigentes jamais farão esforços suficientes pelos trabalhadores e homens de boa vontade que cultivam o farelo, semeiam de bom grão

e são o único futuro das terras imensas das margens do Amazonas” (Coudreau, 1900; p. 94).

Os negros do Trombetas não eram, aos olhos dos Coudreau e nem aos da sociedade regional, os trabalhadores para essa obra. Se eles ocuparam o Baixo Amazonas à revelia foi confrontando-se à frente de expansão branca.

2.2 Extrativismo e invisibilidade expropriadora

As décadas 1870-1890 examinadas atenciosamente mostram a articulação das transformações que situamos em páginas anteriores. Primeiro, o povoamento e a colonização manifestam novas dinâmicas, refletindo um rearranjo da população no espaço. Segundo, a economia extrativa-agrícola recupera-se de forma acelerada. A esses dois parâmetros importantes devem acrescentar-se observações sobre a modernização das técnicas por conta da introdução da máquina a vapor, para mover engenhos, serrarias e, o mais importante, o navio a vapor. Avança igualmente a metamorfose das maiores cidades (Belém e Manaus), para outra performance, incorporando lucros provenientes da renda da borracha. Tão importantes transformações materiais acompanharam-se de um colocar ao dia debates sobre assuntos vitais, como trabalho livre e movimento abolicionista; sobre a questão da terra, do livre comércio e da navegação; discussões que diziam respeito a opções do tipo agricultura e extrativismo e/ou agricultura e indústria. No plano político, enquanto isso, tratava-se sobre a escolha e a transição entre regimes de governo (monárquico ou republicano). Essas questões rumavam pelo ideário de *progresso e civilização*. Sobre esse ângulo, esse período representou a entrada do *Vale do Amazonas*, utilizando a expressão de Tavares Bastos, nas alternativas colocadas a nível da política nacional e internacional, mas de forma irreversível e subordinada.

Como esse movimento irradia-se em direção ao Baixo Amazonas? E de que forma projeta-se nele a integração de grupos (índios e negros) e comunidades na órbita desse microsistema econômico e social?

Podemos encontrar, com base em dados populacionais, algumas respostas que, apesar de provisórias, indicam a natureza da problemática das frentes que se encontram no rio Trombetas e, em especial, a fusão num modelo econômico e de dominação político-social, expandido com as formas de produção extrativistas e articuladas às relações sociais de patronagem.

A trajetória da população escrava da Província do Pará mostra no período de 1823 a 1854 um quadro de relativo estancamento. Enquanto a população livre passava de 128.127 para 158.471, os escravos mostravam uma variação bem menor, de 2.802 (diferença entre 28.051 e 29.830 habitantes). Algumas observações pontuais surgem quando são comparadas as tabelas de população, nesse intervalo, tendo presente o peso de duas eventualidades políticas de natureza diferente: a primeira, o decréscimo da população regional por mortes durante os anos da luta cabana e a segunda, a medida de abolição do tráfico em 1850 (ver Tabelas 4 e 5).

Tabela 4: Resumo da população da Província do Pará - parte oriental ano 1854

Localização	População Total	%	População Escrava	%
Paróquias da Cidade (Vila)	11.435	7,2	4.049	13,5
Paróquias Campestres*	22.265	14,0	8.592	28,8
Marajó	11.093	7,0	2.966	9,9
Costa Oriental da Amazônia	18.773	11,8	1.467	4,9
Do Guamá ao Maranhão	10.222	6,4	1.751	5,8
De Cameté a Melgaço	33.755	21,3	3.801	12,7
Costa Setentrional da Amazônia	6.341	4,0	1.198	4,0
Xingu	7.504	4,7	535	1,7
Região de Santarém **	30.478	19,2	4.642	15,5
Outros não Registrados ***	6.605	4,1	829	2,7
Total	158.471	100	29.830	100

Fonte: PARA (Província). Presidente (REGO BARROS).

Incluindo "Cairary"

** Incluindo "Prainha"

*** Lugarejos não registrados: Trindade, Inhangapy, Curupá.

Nas duas paróquias da capital, observa-se uma diminuição acentuada da população escrava, o que poderia ser imputado aos combates e às fugas de escravos que precederam o início do movimento cabano. Para o conjunto da população livre verifica-se um crescimento, fato esse mais importante nas regiões de Cameté e Santarém, de certa forma reforçando a concentração populacional anterior. A população livre da região de Belém (paróquias urbanas e rurais) e do Marajó, perderam numericamente.

Explicar essa diferença entre os dois grupos exigiria maior comprovação dos dados demográficos e mesmo a elaboração analítica que escapa aos objetivos do presente trabalho. Aqui, o interesse prende-se a encontrar elementos que expliquem o contexto no qual se manteve fortalecida ou não a sociedade escravista no Baixo Amazonas até às vésperas da abolição. Essa questão relaciona-se igualmente com os rumos da economia e com a integração do escravo na produção extrativa. Mas, quais razões históricas debilitavam essa associação? Qual foi a contribuição do escravo para a produção extrativa e que problemas suscitava sua presença aos olhos de projetos novos, como o aumento de exportações de castanha, borracha e madeira? De outro lado, como se relacionava a presença de quilombolas com os projetos de colonização e de livre comércio através do rio Amazonas?

Tavares Bastos refletia sobre os custos econômicos e políticos da manutenção do regime escravista e erigia-se defensor da emancipação. Comparando dados de 1854 e 1862 apoia argumentos sobre a pouca contribuição do escravo e seu escasso (ou nenhum) interesse econômico (ver Tabela 5).

Tabela 5: População da Província do Pará 1854 -1862

Anos	População Livre	População Escrava	Total
1854	167.909*	30.847*	198.756
1862	185.300	30.623	215.923

Fonte: TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *O Vale do Amazonas*. P. 118.

Observação: As discrepâncias dos totais de população para 1854 entre Tavares Bastos e o nosso, elaborado a partir do Relatório do Presidente Sebastião do Rego Barros, não puderam ser identificadas por falta de explicitação das fontes do autor.

No Baixo Amazonas a população escrava mostrava uma tendência decrescente, como pode-se observar na tabela seguinte. No conjunto de localidades da Comarca de Santarém observa-se esse descenso progressivo. Entre 1848 e 1885 havia diminuído 58% dessa categoria, em relação ao total. Em Santarém e Alenquer essa queda aproximava-se de 50%. Óbidos mantinha o número mais elevado de escravos de toda a Comarca, embora acompanhasse a tendência ao decréscimo.

Tabela 6: população escrava da comarca de Santarém 1848 -1885

Localização	Anos				
	1848 ⁽¹⁾	1854 ⁽²⁾	1856 ⁽³⁾	1875 ⁽⁴⁾	1885 ⁽⁵⁾
Monte Alegre	267	315	131	224	107
Outeiro	-	-	-	-	-
Alenquer	488	584	584	383	216
Óbidos	1.302	1.602	990	1.157	892
Faro	47	69	69	78	55
Santarém	1.591	1.967	2.438	1.147	889
Alter-do-Chão	20	14	08	-	-
Aveiro	-	-	-	-	2
Franca	-	67	67	-	-
Pinhel	21	24	24	-	-
Boim	-	-	-	-	-
Curi	-	-	-	-	-
Itailuba	-	-	-	-	50
Santa Cruz	-	-	-	-	-
Irituba	-	-	-	-	-
Total	3.786	4.642	4.311	2.789	2.211

1. PARÁ. Presidente da Província, 1848-1850 (Jeronimo Francisco Coelho). Falla dirigida pelo Exmº Snr. Cons. Jeronimo Francisco Coelho Prezidente da Província do Gram Pará, a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Sexta Legislatura no dia l de outubro de 1849. Pará. Typ. Santos & Filhos, 1849

2. PARÁ. Presidente da Província, 1853-1855. (Sebastião do Rego Barros). Relatório a que se refere a Falla que o Exmº Snr. Cons. Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Província, dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial na abertura do corrente anno. Pará. Typ. Aurora Paraense, 1854

3. PARÁ. Presidente da Província, 1856. (Henrique de Beaurepaire Rohan) Relatório apresentado pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan a Assembléa Legislativa Provincial do Pará por ocasião da abertura da Primeira sessão da 10º Legislatura da mesma Assembléa, no dia 15 de agosto de 1856. Pará, Typ. Santos & Filhos, 1856

4. PARÁ. Leis, Decretos, etc... Colleção de Leis, Decretos, Resoluções.

5. Idem.

Uma das observações mais perspicazes encontradas na obra de Tavares Bastos, refere-se à comparação entre a província do Pará e a recém-criada do Amazonas que contava vantagens pelo fato de possuir poucos escravos, o que se revelava como uma facilidade para realizar a transição ao trabalho livre, condição de recuperação econômica daquela província.

“Não deve escapar ao leitor a proporção de 1 (um) escravo sobre 6 livres, todavia eu julgo que há exagero no algarismo de 30.623 escravos. Na Província vizinha a do Alto Amazonas a proporção é de 1 por 45; essa raridade de escravos é a maior vantagem econômica daquelas regiões” (Tavares Bastos, 1866; p. 118).

Com base nessa análise opinava ainda que haveria dificuldades *“em manter a propriedade sobre o homem ali nas vizinhanças de desertos e de florestas vastíssimas”*. O argumento antiescravista de Tavares Bastos, por força de imposição até da natureza, soldava a associação estabelecida entre o *fabrico da goma elástica* e o trabalho livre e observava sobre essa produção:

“A indústria mais produtiva do Amazonas, a extração e fabrico de gomma elástica não é produto do trabalho escravo; é o índio ou o mameluco que a preparam e vendem nos portos fluviais aos mercadantes do Amazonas” (Bastos, 1975;p. 118).

Quanto à divisão do trabalho, segundo o político, os escravos viviam em algumas povoações, ocupados nos engenhos de açúcar e nas pequenas lavouras de gêneros alimentícios. Essa colocação é importante para entender a contradição entre escravo e relações de propriedades escravistas no cenário de uma economia que passava a ser dinamizada pelo extrativismo, controlada pelo comércio e homogeneizada pelo regime de trabalho compulsório.

Em Óbidos e Santarém, os centros mais povoados do Baixo Amazonas, plantava-se e colhia-se cacau; coletavam-se, também, a castanha e a goma elástica. Segundo Tavares Bastos, o distrito inteiro de Óbidos tinha 11.130 habitantes, desses, 1.000 na cidade. Os escravos fugidos e desertores eram calculados em mais de 2.000 almas, o que corresponderia, como apontado

antes, a quase um quinto da população. Evidentemente, uma força de trabalho não desprezível e que provocava no autor um tipo de projeção, contendo um alerta: “*Os mocambos tem sido perseguidos periodicamente mas nunca destruídos, eu acredito que eles não de prosperar e aumentar*” (Bastos, 1866; p. 120). Recordava também as ameaças que representava a incidência de fuga de escravos, inclusive sobre territórios limítrofes que, no caso do Trombetas, encontrava um incentivo no exemplo da abolição do regime escravista na Guiana Holandesa.

2.3 Integração do quilombo na economia regional

Nos fins da década de 1860, a reorganização da agricultura e do extrativismo projetava-se nas estatísticas de produção do Baixo Amazonas. Considerando a Comarca de Óbidos, observa-se uma recuperação da economia cacauera e o aumento das exportações de castanha e de pescado, destacado neste caso o pirarucu. Domingos Soares Ferreira Penna, em cuidadoso estudo sobre as duas comarcas, Óbidos e Santarém, deu destaque ao florescimento da primeira. Aponta às margens dos Paranás-mirins e do Amazonas, extensas linhas de cacauais com poucos intervalos entre elas. Segundo o autor, essa animadora produção raramente era *mesquinha*. Em 1866 a produção de cacau alcançou a cifra de 66.405 arrobas. Dois anos depois, o relatório do presidente Joaquim Raimundo Lamaré registra que Óbidos superava, em valores, a exportação do conjunto do Baixo Amazonas para Belém (Rs. 239.821\$900), sendo que sua produção de cacau equivalia a 87% do total dessa região (ver Tabela 7).

As terras das margens do rio Trombetas destacavam-se por colocar no mercado regional óleo de copaíba, salsaparrilha e madeira, esta proveniente de suas terras altas. Sobre este último gênero, Ferreira Penna acrescentava: “(...) *o Trombetas por si só pode fornecer toda a madeira de que o estado precise para suas construções durante longos anos*” (Penna, 1973; p. 152).

Tabela 7: Gêneros exportados entre baixo Amazonas e Belém -1867

Gêneros	Óbidos	Santarém	Mont' Alegre	Prainha	Porto de Móz	Gurupá
Algodão em caroços	-	-	-	-	-	115\$000
Breu	30\$000	-	-	-	-	-
Cacau	194:760\$600	24:676\$000	173\$600	1:289\$600	68\$200	24\$800
Café	67\$500	90\$000	-	-	-	-
Carne Seca	10:494\$000	-	-	-	-	-
Castanha	3:672\$000	20\$000	-	32\$000	20\$000	-
Cavillos	600\$000	1:200\$000	600\$000	450\$000	-	-
Couros vaccuns	3:280\$000	875\$000	-	35\$000	150\$000	40\$000
Couros de veados	345\$000	-	-	-	37\$500	10\$000
Cravo	-	-	-	-	336\$000	-
Cumarú	172\$800	-	-	-	-	-
Feijão	24\$000	-	-	-	-	-
Gado vaccum	50\$000	500\$000	700\$000	-	-	-
Gomma elástica	80\$000	2:180\$000	-	-	10:140\$000	15:540\$000
Mexira	1305\$000	-	-	-	-	-
Óleo de Cupahyba	414\$000	-	-	-	-	-
Pirarucu	24:270\$000	3:550\$000	-	40\$000	400\$000	-
Salsaparrilha	72\$000	312\$000	-	120\$000	-	-
Sebo	1:320\$000	240\$000	-	40\$000	-	-
Tartarugas	40\$000	-	-	-	-	-
Vinho de caju	-	144\$000	-	-	-	-
Total	239:821\$900	33:787\$000	1:473\$600	2:006\$600	11:151\$700	15:729\$800

Fonte: PARÁ Presidente da Província (Joaquim Raimundo de Lamare). Relatório com que o Exm^o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raimundo de Lamare passou a administração da Província do Gram-Para ao Exm^o Sr. Antônio Lacerda Chermont (Visconde de Arary), 1o Vice-Presidente, em 6 de agosto de 1868, Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1868.

Havia unanimidade nos comentários sobre a qualidade e o tamanho da castanha dessa região, a maior fornecedora da que chegava ao porto de Óbidos. Sobre a mandioca, Penna informava existir uma freqüente dependência em relação a Belém. Outros produtos como o café e o algodão eram cultivados em pequenas quantidades, mas ressalta que o tabaco era cultivado “*em maior escala do que o café*”, e que “*a maior quantidade e a melhor qualidade que aparece no mercado de Óbidos é proveniente dos mocambos do rio Trombetas*” (Penna, 1973; p. 152).

Esses testemunhos contemporâneos incorporaram observações diversas sobre o rio Trombetas e reconhecem a presença do quilombo e seu papel na economia regional. Entretanto, é preciso restabelecer a originalidade de dados nesses testemunhos. O mais consistente, ao nível de informação, foi apresentado por Ferreira Penna (1869); segue na relação os comentários de Tavares Bastos (1866) e o terceiro, fragilizado por utilizar dados estatísticos de segunda mão, mas acrescentando maiores observações diretas, foi escrito por J. Barbosa Rodrigues (1875), trabalho realizado sob patrocínio do governo imperial.

O trio de autores manifesta nos seus escritos uma posição de repúdio à existência dos quilombos, mas fizeram explícito o reconhecimento das formas de aproximação e de contribuição dessa organização à economia regional. Tavares Bastos apontava a dedicação dos quilombolas à agricultura e a formas de contribuição para o mercado local mediado pelos mascates fluviais:

“Os negros cultivam a mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha, etc. Às vezes descem em canoas e vêm ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar às escondidas; com os regatões que sobem o Trombetas, eles o fazem habitualmente” (Bastos, 1975; p. 120).

A abrangência dessas trocas extrapolava esse comércio. Bastos reafirmava a existência de uma rede de contatos dos negros “*Diz-se que tão bem permutam com os holandeses da Guiana seus produtos por outros, e principalmente pelos*

instrumentos de ferros e armas”. Barbosa Rodrigues, onze anos depois de Tavares Bastos, recapitulará, superficialmente, o estabelecimento dos quilombos e as ligações comerciais que realizavam, estimulados por regatões e negociantes.

“Sossegados começaram a trabalhar permutando seus gêneros, que traziam para o rio morto, com os regatões que ali se aventuravam a ir. Aconselhados pelos mesmos, muitos agentes de casas comerciais fixas, começaram a descer e às escondidas, alta noite e venderem seus produtos a negociantes (...) Cultivavam a mandioca, de que fazem a farinha, o algodão e o tabaco, único gênero que fabricam e exportam” (Rodrigues, 1875; p. 27-28).

Ferreira Penna, ao identificar as produções de Óbidos, discrimina as do Trombetas e atesta a importância do tabaco, da salsaparrilha e da castanha provenientes das regiões sob domínio dos ex-escravos. Declarava esse autor ter feito um estudo especial sobre os denominados mocambos. Talvez este tenha tido efeito prático de desencadear ações precisas do governo do almirante Joaquim Raymundo de Lamare; entre elas, a organização de serviços missionários nessas paragens. Foi tentada a fundação de uma missão no rio Trombetas, propondo-se o governo e os religiosos a: *“(...) estudar os meios de evitar-se os danos e assaltos causados pelos quilombos, ou ajuntamentos de negros fugidos, que infestavam as margens d’aquelles rios, e eram o terror da população da cidade de Óbidos e seus arredores”* (PARÁ, Presidente Lamare, 1868; p. 24-25).

O missionário responsável cumpriu sua missão e apresentou um relatório. Sua tática foi penetrar no *“(...) próprio grêmio dos mocambos, onde administrou os sacramentos da sacrossanta Religião”* (PARÁ, Presidente Lamare, 1868, 24-25).

Na década de 70, a *gente do quilombo* apresentava-se na cidade de Óbidos. Teriam rompido o medo dos seus senhores ou a sociedade escravista tinha encontrado novo padrão de relacionamento, não clandestino, combinando formas de incorporá-los às novas relações sociais? É importante aprofundar

essas questões. Da parte da sociedade estamental-escravista, a aproximação do estigmatizado mocambista despertava um comportamento contraditório, mas que tinha racionalidade numa perspectiva de ganho no conflito instalado entre ambos. Tavares Bastos e Barbosa Rodrigues comentam os lamentos dos senhores que haviam visto fugir 20, 30 e até 100 escravos dos seus planteis e temiam por novas sedições. A ameaça podia, portanto, ser bem menor com a institucionalização do *mocambo*, tanto mais que se encontravam sem condições de combatê-lo. Assim, o controle dos chamados mocambistas passava por novas formas de relacionamento que progressivamente mostraram-se eficientes, inclusive, intermediados pela igreja, com bastante sucesso.

Barbosa Rodrigues ficou estupefato de observar a presença dos quilombolas em Óbidos, e descreveu seu comportamento no relatório submetido às autoridades:

“Depois da subida do missionário, e vendo que impunes apontavam as povoações começaram a vir, até de dia, em face das autoridades as povoações, onde não só compram e vendem, como trazem seus filhos ao baptismo na freguezia, ousadamente declarando que são mocambistas. Diversas canoas delles vi de dia estacionadas no porto da cidade de Óbidos; vi alguns levarem os filhos ao baptismo, assim como em minha casa alguns estiveram de dia. Já não admira vê-los desembarcar de dia. O que mais admira é ver elles encontrarem-se com os senhores, pedir-lhes a benção e retirarem-se tranqüilos, cientes os senhores do dia e hora dapartida” (Rodrigues, 1875; p. 27).

Certamente, *armados ou desarmados, nus ou maltrapilhos*, estabeleceram moradias provisórias e continuaram vigiando pela liberdade e segurança. Tais precauções são retraçadas com detalhes, desde o fato de manter-se de sobrevivo e armados até mesmo ao tipo de habitação onde viviam:

(...) pequenas palhoças, feitas de quatro esteios, cobertas de palha, abertas, com um girão, espécie de tecto feito de achas do tipo das palmeiras, sobre o qual dormem em redes, presas aos caibros da cobertura. Prevenidos, dormem assim ocultos. Apesar da. troca de gêneros vivem maltrapilhos,

alguns nus, usando comumente arco e flecha, estando porém, todos armados com armas de fogo”. (Rodrigues, 1875; p. 27).

A sociedade regional compartilhava do ideário do progresso no qual indígena e negro não se encaixavam ou apenas se incorporariam em situações precisas como peões, desqualificados e discriminados. O quilombo havia sido, segundo as queixas das famílias de Óbidos, causa de sua quase miséria. Lamentava Rodrigues que, um estrangeiro, ao ouvir falar do perseguido mocambo, recebia uma “triste ideia dos nossos usos e das nossas instituições” (Rodrigues, 1875; p. 35).

Para inúmeras cabeças pensantes e o próprio Barbosa Rodrigues, a recaptura de escravos e a destruição dos *mocambos* colocaria em dia a lavoura, retirando-a de sua estagnação. O discurso associando lavoura à escravidão florescia indo ao encontro e/ou desencontro da dinâmica da economia extrativista, mas, sobretudo, centralizando a atenção sobre a força de trabalho e os regimes de enquadramento mais eficientes.

As decisões legislativas em matéria de emancipacionismo enfraqueciam progressivamente o poder econômico dos donos de escravos (Gebara, 1986; p. 29,75). A lei de 1871 (Lei do Ventre Livre de 28 de setembro) havia retirado da propriedade dos senhores de escravos no Baixo Amazonas, pelo menos 812 *ingênuos*, segundo o recenseamento da população escrava de 1875. Frequentemente entravam em discussão ou em vigor, as denominadas leis de Locação de Serviços que regulamentavam contratos efetivados na agricultura com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições. Sobre essa matéria o parlamentar Aureliano Cândido Tavares Bastos submeteu à Câmara, em 1867, uma proposta de reforma sobre os contratos de parceria e de locação de serviços que apontavam, em matéria de legislação, para o trabalhador liberto. Pensava ele que o mal da emancipação era a vadiagem e opinava ser importante as autoridades forcarem os antigos escravos ao trabalho. Propunha:

“obrigar os libertos a engajarem seus serviços dentro de sua escola, sob pena de serem havidos por vagabundos... Punir os vagabundos e vadios, não com a prisões simples, que é o que desejam, mas com o trabalho nos estabelecimentos ou colônias disciplinares” (Nabuco, 1975; p. 1006).

Seria conforme a ideia deste homem político uma medida prioritária “(...) *para adaptá-la às necessidades da colonização e às conseqüências de emancipação*”. As leis de reforma do elemento servil e o processo de encaminhamento da abolição andavam paralelamente às preocupações com a reorganização do trabalho e do processo de formação de um mercado de trabalho livre no Brasil.

As práticas amparadas nesses preceitos legais, com notáveis adaptações, foram conhecidas no rio Trombetas e procuraram enquadrar os fugidos vivendo nos perseguidos mocambos, como informava o jornal “A Constituição”, de 24 de abril de 1875. Naquele período, o promotor da comarca e o subdelegado de Polícia de Óbidos haviam conseguido bons resultados com os negros do Trombetas, segundo eles, empregando a persuasão e as promessas. Aos escravos, prometiam conseguir dos senhores a sua alforria mediante um contrato de locação de serviços por tempo determinado.

Os mecanismos de integração forçada do trabalhador do quilombo à sociedade não lograram controlar imediatamente, via relações de patronagem, esse grupo. Tampouco essas práticas aprofundam-se no meio desses trabalhadores, de modo homogêneo. Alguns deles intensificaram contatos com comerciantes como no caso dos localizados em Cachoeira Porteira, curiosamente denominada de *Colônia*. Mais tarde, as unidades familiares que se espalharam pelo Médio Trombetas, de Oriximiná até a boca do Cuminá, e subindo pelo Alto Trombetas, da boca do Cuminá até o Alto Trombetas, agregando os grupos do Erepecu e Acapu, inseriram-se nas relações de patronagem, na medida em que governo e agentes econômicos promoveram a incorporação dessas terras com abundância de castanhais - caso do Mapuera

e Erepecu -, via práticas de caráter privatista do tipo compra, venda e arrendamento.

Na última década do século XIX, o movimento sobre o rio Trombetas começa levemente a polarizar-se entre a frente de ocupação negra e a frente de expansão branca. No Médio e Alto Trombetas os conflitos e arranjos desses dois grupos étnicos percorrerão um longo período que culminaria na década de 1960, com o rompimento das relações de patronagem.

2.4 Dos quilombos às *comunidades* dos seus descendentes

No final do século passado, os *quilombolas de fuga* ou *velhos quilombolas* experimentaram as duras provações da condição de trabalhadores e homens livres, enquanto os seus descendentes empreenderam, estimulados pela teia de relações familiares, a organização econômica e social das comunidades¹. Assim, moveram-se entre o endividamento com os patrões, via extrativismo da castanha e a existência como camponeses. Essas são as fortes raízes das *comunidades de remanescentes de quilombos* hoje existentes no município de Oriximiná.

A narração dos descendentes de quilombolas indica vários fluxos e direções nas fases de descenso. O primeiro deslocamento seguiu a foz do rio Cachorro e Mapuera; o segundo, orientou-se para uma área que tem como referência Cachoeira Porteira e o terceiro, para as terras localizadas no Médio Trombetas, mais próximo de Oriximiná. As três direções iam ao encontro do rio *manso* por oposição às *águas bravas*, segundo sua fala de significados antinômicos: o rio morto e as águas vivas, o rio grande ou Trombetão e as cachoeiras, respectivamente. Nesses deslocamentos estabeleceram relações

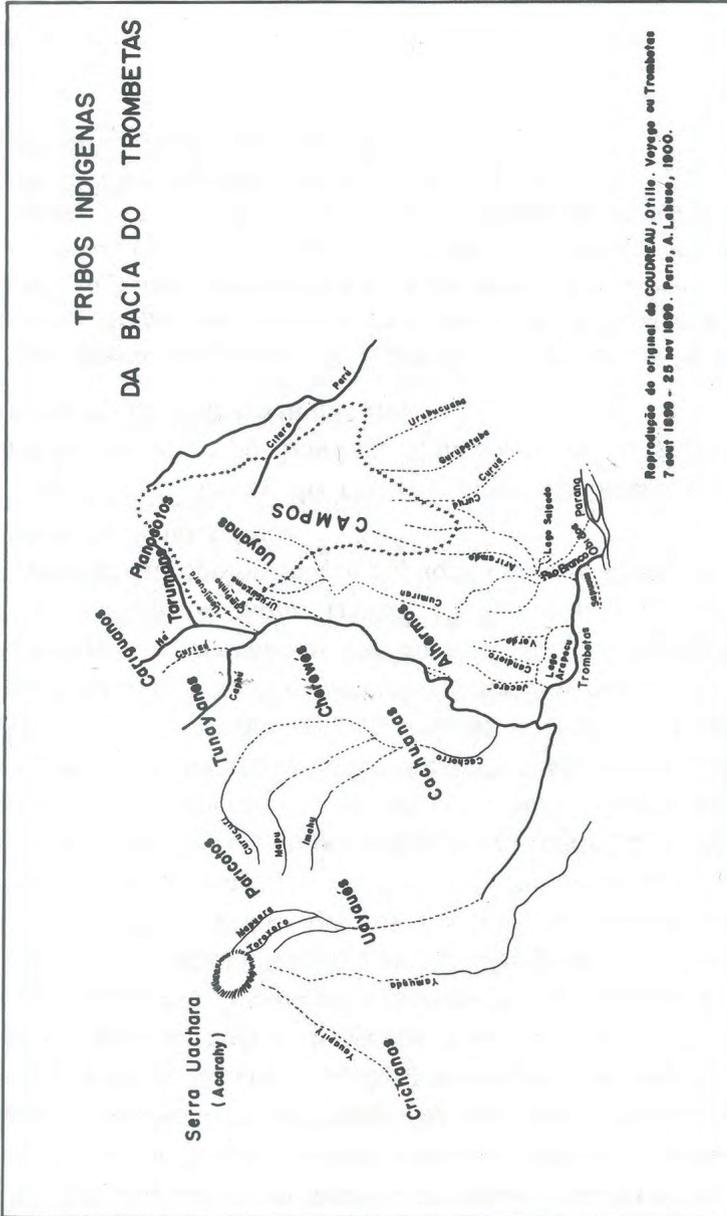
¹ O termo *comunidade* é usado pela Igreja Católica local para identificar as formas de organização de grupos de família que, nessa região, localiza-se ao longo e às margens dos rios Trombetas e Cuminá. Instituições públicas como a SUCAM baseiam seus levantamentos de dados nessa configuração espacial. Frequentemente o grupo referenda essa terminologia na linguagem cotidiana atribuindo igual caráter organizativo para as ações políticas, como se observa nos documentos convocatórios de reuniões. Admitimos esse termo, descritivamente, dentro dessas significações.

com os índios kaxuyana nos rios Cachorrinho, Cachorro e Trombetas, e um segundo grupo localizado no rio Kaxuru. Derby indica que os negros travaram relações comerciais com os “Ariquinas, Charumans, Tumaianas e Pianacoios” (Derby, 1898; p. 370). Coudreau elabora o mapa indicando a localização de alguns desses grupos (ver mapa 3). Afirma Frikel que os contatos entre kaxuyana e os *mocambeiros* foram prolongados, resultando “*certa mesclagem*” mas que lutas sangrentas entre os dois grupos também ocorreram. Os índios teriam lhe falado sobre as doenças introduzidas pelos *mocambeiros*, adquiridos por estes últimos nos freqüentes contatos externos, segundo a dedução do autor, “*doenças (...) apanhadas, sem dúvida, no baixo rio, onde eles tinham seus pontos de contato comercial clandestinos para o recebimento de panos, munição e ferramentas que ali trocavam contra salsa, breus, couros e outros artigos da mata*” (Frikel, 1970; p. 41). De fato, encontra-se pouco material antropológico que explique como se desenvolveram as relações nessa frente étnica.

A descrição de Derby do rio Trombetas estabelece o território compartilhado e dividido por brancos, tapuios e negros, que poderíamos encaixar na perspectiva de fronteiras étnicas

“Atualmente a população do Trombetas está muito espalhada. Até ao lago de Arapicú há alguns sítios dispersos de brancos e de tapuios, sendo aqueles principalmente negociantes que commerciam em castanhas. Entre este ponto e as cachoeiras vivem alguns negros em diversos pontos ao longo do rio até o aldeamento principal, que está situado a uma distância de alguns dias de viagem acima da primeira cachoeira” (Derby, 1898; p. 368).

Mapa 3: Tribos indígenas na Bacia do Trombetas



Grupos de parentesco saíram desse aldeamento e radicaram-se em vários pontos às margens do Médio rio Trombetas e no Cuminá. O autor acima citado comenta que em 1871 “*O numero de quilombolas está continuamente crescendo com os nascimentos e com a chegada de novos fugidos, e actualmente devem se contar muitas centenas d’elles no Trombetas e no Cuminá*” (Derby, 1895; p. 370).

A representação do grupo é assinalada por Derby (1895; p. 370) quando transmite as versões dominantes na sociedade local como “(...) *uma classe perigosa de ladrões, violentos e preguiçosos*”, enquanto o cientista declara ter recebido um tratamento respeitoso e colaborador, em especial, tratando-se do auxílio de vários deles que participaram como guias de sua expedição. Ele foi servido por Rufino, um morador do lago Tapagem. Todos se mostravam “(...) *ansiosos por conservar a boa reputação...*”. O autor expressa uma percepção contrária talvez a dos obidenses dizendo que são “(...) *quietos, de bom coração e industriosos como o resto da gente do Amazonas*”. Continuavam sendo cultivadores de muito fumo e receptivos ao religioso, chegando a confeccionar seus santos com o âmago dos troncos das palmeiras (Derby, 1898; p. 370).

A estratégia integracionista é perseguida pela assimilação do negro, e não partia do pressuposto de subverter a ordem racial. A rebeldia negra materializada no quilombo é sufocada nesse processo, problematizando a própria existência do grupo e a condição de homens livres, no interior da sociedade regional. No decorrer das duas primeiras décadas do movimento integracionista (1875-1900) eles diminuíram o cultivo do tabaco para a venda, entrando na teia de relações econômicas que os incorporava como extratores de castanha. Determinadas proibições já cerceavam suas práticas econômicas, como foram as primeiras interdições sobre viração de tartarugas ou corte de madeira. Ferreira Penna comenta essas medidas proibitivas do corte de madeira (Penna, 1973; p. 289). Sub-repticiamente, a economia incentivava aquelas produções mais importantes para o seu funcionamento via gêneros exportáveis.

Otille Coudreau tem o mérito de fornecer pistas sobre a existência social das localidades erguidas pelos negros. Desde sua perspectiva etnocentrista aportou, nos seus relatos de viagens, detalhes importantes das condições dos “*mocambeiros do Trombetas*”. Interpreta elementos de dois sistemas diferenciados, estabelecidos em tempos paralelos no Trombetas e no Cuminá. Entre os elementos importantes de sua reconstrução cabe mencionar as diferenças na organização espacial. Observa que os negros do Alto e Médio Trombetas criaram um “*centro*” onde estão as moradias muito próximas entre si e um outro construído perto da roça: “*Eles tinham uma casa na derrubada e outra na vila*” enquanto os do Cuminá (ou Erepecuru) estabeleceram moradia e roça muito próximas, mas distanciadas, uma unidade familiar da outra. Essa visão de duas realidades sociais diferenciadas, polarizadas, não é, evidentemente, objeto central de suas preocupações, mas confirma seus preconceitos que operaram de forma mais violenta contra os moradores do Cuminá.

No relativo à origem, os grupos de Cuminá procediam, segundo a autora, do *mocambo Poana* e desceram localizando-se nos lagos Macaco, Urucuri, Formigai, Jawary, Livramento e Santo Antônio. Essa questão da localização é importante. Parece-nos que por terem fixado sua residência mais perto de Oriximiná, foram sensivelmente atingidos pelo relacionamento com os padrões que encontraram espaço para acentuar níveis de exploração, via comercialização da castanha.

Insiste criticamente sobre as formas iniciais das localidades e os tipos de relacionamentos existentes entre os chamados mocambistas e padrões, comuns aos do Cuminá e Trombetas. Na direção de Oriximiná registra a viajante algumas casas de comércio no que corresponderia ao Baixo Trombetas.

“Algumas pequenas casas de comércio um pouco mais abastadas afirmam seu domínio por alguns metros quadrados de roça, mas como se experimenta nas vendas destes senhores do dia e de um dia, a vontade de ir embora, tão cedo realizado o pequeno pecúlio, que não precisaram esperar muito tempo os benefícios de 300 para 100!” (Coudreau, 1900; p. 11).

Nos lagos Cuminá, Jacaré e Arapecu era abundante a castanha e mais acessível seu transporte. Ainda a balata e o ouro despertavam o interesse de alguns aventureiros. Enquanto às margens do Cuminá (suas cachoeiras encontravam-se áreas privilegiadas como o igarapé do Remédio, onde havia muita salsaparrilha, em Cachoeira do Cajual existiam muitos castanhais integralmente inexplorados (Coudreau, O., 1901; p. 54). Observa em relação às margens do rio Trombetas a presença de abundantes árvores de castanha. A produção de Oriximiná em 1899 tinha sido de 36.000 arrobas de castanha e no lago de Trapecu 4.000 barricas. A comercialização dessas quantidades impulsionou o estabelecimento das casas comerciais e a organização de pontos de recepção controlados por compradores da castanha. Estudando detalhes da observação de Coudreau sobre o transporte, é possível conferir que até no lago Jacaré foi estabelecido um serviço de *“chaloupe à vapeur”*, provavelmente, bastante irregular, o que pouco ajudaria na comercialização direta dos coletores.

Em relação aos grupos situados no *centro* da Cachoeira Porteira e às margens mais próximas do rio, a autora de *Voyage au Trombetas* aponta um conjunto de atividades agrícolas e extrativas:

“Cada mocambeiro tem uma pequena plantação de cacau oh! bem pequena e uma derrubada onde ele produz farinha suficiente para ele e sua família, ele vive da caça e da pesca. Antigamente ele colhia o tabaco que era bem apreciado, mas desde que ele começou a coletar a castanha, ele abandonou tudo. A castanha lhe permite comprar uma calça e uma camisa e fazer festas” (Coudreau, 1900; p. 131).

O lamento dos comerciantes da castanha era que a cada ano experimenta vá-se a falta de braços para a coleta, um dado significativo para situar as expectativas em relação a essa força de trabalho e compreender os mecanismos acionados para seu enquadramento, forma de relacionamento negadora da autonomia econômica dos grupos. Apesar da superficialidade das observações da autora, elas permitem conhecer o calendário agro-extrativo e as atividades onde eram gerados os valores de uso e de troca. Expõe a natureza diferente

do trabalho na roça e no castanhal, revelando a racionalidade da organização dessa economia camponesa que experimentava as pressões do mercado. As generalizações sobre a produção doméstica, classificação ou destino, indicam que Otille Coudreau não superou o choque provocado pela negativa de uma *mocambeira* de vender suas galinhas, pois elas não eram de propriedade e sim de guarda “*uma de seu filho ... outra do seu neto, portanto invendáveis*” (Coudreau, O., 1900; p. 127; 1901; p. 18).

A leitura da obra dos Coudreau indica alguns elementos sobre tipos de família e as redes de parentesco. O tamanho de família identificaria grupos numerosos. Na casa de Guilherme, guia da sua expedição, a autora encontra um exemplo de família numerosa: “*Toda a família, os vizinhos e os amigos, estão todos lá reunidos; são ao todo uma vintena de pessoas de aparência carrancuda*” (Coudreau, O., 1901; p. 19). Imperceptivelmente, a viajante mostra a família de Guilherme, genro de Joaquim Santa Ana “*O mais velho dos mocambeiros de Cuminá*”. Depois identifica os irmãos e tios que moram rio acima até no Puru. Depreende-se que cada rio ou cada trecho enraizou-se um grupo familiar e que os cruzamentos, por matrimônio, teceram e estreitaram os vínculos ancestrais.

A viajante pouco receptiva às diferenças sociais, condena a promiscuidade do espaço familiar, onde os dois sexos vivem relações sem “*nenhuma restrição*”; resultou-lhe chocante uma “*criança nascer e ver nascer, ver procriar e ver morrer na mesma sala*”. A autora estabelece, sem nenhuma dúvida que “*a descendência é em linha feminina*”. Para conferir maior confiabilidade a sua observação, fala das relações mãe-filho e mae-companheiro.

“A criança mocambeira fala de sua mãe, mas jamais de seu pai: a maior parte do tempo ela não o conhece. Ela não o vê. Ela só se ocupa do seu padrasto, seu padrasto é o homem que vive com sua mãe; não é o mesmo durante toda a sua vida” (Coudreau, O., 1901; p. 178).

Diversos estudos sobre as sociedades africanas e como tecem suas relações de parentescos confeririam essas formas familiares chefiadas por

mulheres, seus papéis organizadores e as dominâncias das relações em sistemas matrilineares.

Os domínios do parentesco constituem o epicentro das relações sociais no Trombetas. A sua linguagem permeia um sistema complexo de significados mágicos, religiosos e políticos. Compõem elementos básicos para formação das alianças, do processo de funcionamento e da constituição da autoridade no interior do grupo. No Cuminá, mesmo tendo estabelecido o poder de Joaquim Santa Ana, Otille Coudreau passa a reconhecer a disputa entre Figena e Maria do Lothario, que detêm poderes no mundo religioso.

“A autoridade (tudo é relativo) pertence àquele ou àquela que sabe se fazer temer. Quando eu cheguei, o poder era disputado entre dois grandes personagens. Eu nomeei Maria do Lothario e Figena, todos os dois pajés, conhecendo um grande número de malefícios, podendo mesmo matar uma pessoa apenas com um olhar! Estes dois pajés concorriam entre si, mas Maria do Lothario leva vantagem neste momento e eu sou a causa. Eu fui lhe agradecer por ter cuidado do João e tê-lo curado. Figena não me quer e me deseja muito mal, mas seu poder só se estende sobre os negros” (Coudreau, O., 1901;p. 175)

Os significados dessas representações de família e de poder obedecem regras importantes para o grupo, e informam, simultaneamente, sua estrutura ideológica. Esse corpo de representações na vida coletiva e individual compõe um campo complexo na formação material. Percorre desde a distribuição e uso da terra, o trabalho até às trocas culturais -cerimônias e festas - e, no social, a coesão e a identidade. Durante a fase de ocupação do Médio Trombetas, o grupo confrontado com as etnias circundantes, disputou o seu território de sobrevivência econômica, construiu e refez a unidade étnica.



CAPÍTULO III

DIREITOS E TERRITÓRIOS DISPUTADOS

DIREITOS E TERRITÓRIOS DISPUTADOS

O interesse de ir ao encontro de condições ambientais menos duras de sobrevivência mobilizou a força do grupo para incorporar domínios territoriais no Médio e Alto Trombetas e Erepecuru (ou Cuminá). Esse movimento foi progressivo e algumas famílias permaneceram no alto dos rios, isoladas ou estreitando as relações (por casamento) com os índios kaxuyanas (rio Cachorro). Até o presente encontram-se ainda famílias acima das cachoeiras, inclusive, várias delas fizeram, recentemente, o caminho de retorno para aqueles lugares sentindo a pressão e o cercamento de terras e águas realizado pelo IBDF/IBAMA com a decretação de unidades de conservação no Trombetas.

Os deslocamentos de grupos familiares no pós-abolição orientaram-se, por um curto período de tempo, para Cachoeira Porteira e Tapagem, de onde desceram o rio, formando novos nucleamentos. Na década de 1880, as observações de Derby indicam a fronteira da ocupação negra e a de brancos e tapuios no lago Arapicu. Os negros haviam mantido os contatos clandestinos com regatões para a venda da castanha e outros gêneros. Em sua procura orientavam-se durante as safras, para áreas do Alto, Médio e Baixo Trombetas.

Em vários momentos esses deslocamentos foram interceptados pelas epidemias. A malária e outras febres fizeram-se freqüentes em várias regiões do rio, mas sobretudo, foi a epidemia de varíola que atacou Óbidos por volta de 1884 e fez regredir ambas as frentes. Nesse ano, o lago Sapucúá foi visitado por uma comissão nomeada pela Câmara Municipal de Óbidos e segundo consta no “Relatório da Epidemia de Varíola” as duas doenças foram graves. Entre tapuios e brancos, o espectro desses males criou a *lenda negra* do Trombetas, a fama de ser uma área de malária. Entretanto, esse fantasma não foi suficiente para manter o distanciamento do rio por muito tempo. Os moradores de Óbidos comentavam as precauções dos Guerreiro, Figueiredo, Costa, Picanço e Diniz

durante suas viagens ao rio Trombetas para não contraírem malária. No final do século, os lagos Água Fria, Moura, Palhal e Arapecu foram abandonados por insalubridade, conforme a descrição de Coudreau (1990). Esse quadro endêmico retoma em diversos momentos no espectro de uma zona insalubre. Em 1934, os moradores de Óbidos contrataram a dedetização da cidade com recursos próprios. A Comissão Brasileira de Demarcação de Limites elaborou, sob a responsabilidade do dr. Morelli, o Mapa de Endemias do Amazonas, mostrando a extensão das áreas de registro de malária, beribéri, leishmaniose, apontando maior incidência da primeira no Baixo Trombetas (ver Mapa 4).

Parcialmente o quadro endêmico teria contribuído para o declínio, em diversas áreas, do cultivo do cacau, implicando a diminuição das exportações e a falência de algumas famílias. Paul Le Cointe organizou as estatísticas do cacau e constatou seu *maximum* em 1888, no montante de 7.539.096 kg, caindo a menos da metade no intervalo de 1889 a 1910. O autor é contundente na observação: “*E não é somente a quantidade que diminui mas a qualidade, ela tende a baixar em razão da negligência crescente na preparação do produto*” (Le Cointe, 1922, v. 1; p. 2). Esse produto, o mais importante da indústria agrícola da Amazônia, segundo o autor, tendia a perder-se invadido pelo mato ou destruído pelas correntes dos rios. A década seguinte foi pouco animadora, o produto ficou reduzido a 15% da produção do Pará, enquanto o Tocantins respondia por 65% nos anos 1920-25 (ver Tabelas 8 e 8a).

Tabela 8: Produção de cacau 1910 - 1919

Municípios	Anos / Quantidades (Ton.)									
	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Alenquer	97	71	34	50	112	108	133	133	101	180
Faro	7	14	-	2	4	6	3	9	9	12
Monte Alegre	19	13	9	7	25	9	18	16	12	13
Óbidos	339	391	162	78	389	185	240	386	297	458
Santarém	356	254	188	106	265	310	258	292	183	444
Total	818	743	393	243	795	618	654	836	602,	1107

Fonte: Anuário de Estatística do Estado do Pará, 1925, p. 156-170.

No quinquênio 1920-1925, as estatísticas de cacau mostravam o decréscimo rápido da produção, menos da média do período anterior, de forma quase homogênea para todos os municípios abrangidos na região tradicionalmente conhecida de Baixo Amazonas (ver Tabela 9).

Tabela 9: Produção de cacau - 1920 - 1925

Municípios	Anos / Quantidades (Ton.)					
	1920	1921	1922	1923	1924	1925
Alenquer	138.0	114.8	84.0	38.0	33.0	42.0
Faro	2.0	2.5	2.0	0.3	0.3	1.0
Monte Alegre	6.0	4.8	0.3	0.6	1.2	0.9
Óbidos	193.0	297.2	283.0	121.0	79.0	63.0
Santarém	267.0	192.3	169.0	67.0	34.0	42.0
Total	606.0	611.6	538.3	226.9	147.5	148.9

Fonte: Anuário de Estatística do Estado do Pará, p. 156-170.

Inglês de Souza (1876), autor dos romances *O Cacaalista* e *O Coronel Sangrado*, compõe o enredo literário sobre a decadência da fazenda cacaalista do Baixo Amazonas e a renovação, ao mesmo tempo, da teia de relações de patronagem que se organiza por força do controle da propriedade e do exercício

do poder. Não apenas a fortuna dos donos de cacauais passava a outras mãos, mas sobretudo, era o controle da força de trabalho ou do produto do seu trabalho que entrava nas disputas entre comerciantes e donos de castanhais.

Quais as alternativas econômicas de ressoerguimento dessas áreas? O malabarismo permitido pelas riquezas alternativas da floresta permitiu aos grupos sociais, tradicionalmente próximos da abundância e do modelo de apropriação individual, dirigir-se à castanha, cumaru, pau-rosa, balata e madeiras. Quais os instrumentos jurídicos que fortaleceram as cadeias dominiais dos *brancos*? Como contrapõem-se esses instrumentos do direito agrário à especificidade de usufruto comum da terra pelas comunidades formadas por remanescentes de quilombos?

Comerciantes e fazendeiros recorreram à transferência desses domínios, o que significou, no plano mais geral, a reacomodação através da intensificação do interesse no extrativismo da madeira e da castanha. Os estaleiros de Óbidos e Oriximiná chegaram a ser famosos pela construção de embarcações que serviam às linhas regulares de navegação a vapor da região. Ali eram recebidas as madeiras extraídas por negros e tapuios. Posteriormente, a castanha ocuparia lugar destacado, o segundo na economia do Estado do Pará, desde o início do século.

A atividade dos negros enquanto extratores dessa riqueza foi fundamental, e a fixação de suas moradias aproximou-os das matas, onde desenvolveram o calendário agro-extrativo para fazer o rol de sua contribuição na economia regional com a copaíba, salsaparrilha, madeira, cumaru, castanha e tartaruga. À procura desses gêneros, esses grupos internaram-se no território, ampliando as áreas de coleta. Em pouco tempo, mais de uma dúzia de lugares havia florescido. Nas proximidades de Cachoeira Porteira ergueram Nova Amizade e Arrozal e, descendo, Tapagem, Tabuleiro, Conceição, Jarananum, Lago do Abuí, Sagrado Coração, Sapo das Águas, Boa Vista, Água Fria, Sacuri, Falhai e Moura. No descenso das Cachoeiras do Cuminá, estabeleceram-se em Santo Antônio, Livramento, Javary, Formigai, Urucuri e Macaco (Coudreau, 1901;

p. 119). Na boca do rio Cachorro, fixaram-se em Aracuã. Este e o Mapuera eram ricos em castanhais, entretanto, ofereciam a desvantagem de ter muita praga. Os Coudreau estabelecem a diferença entre os rios Trombetas, sem mosquito, e o Cachorro infestado de morcegos e insetos.

Os moradores de Boa Vista iam ao lago Jarauacá, ao Xerepeque e Banda do Rego, lugares *contaminados de castanha* e devido às longas viagens durante o período de safra, fixavam, temporariamente, casas e paióis na mata para dar conta da produção. Os negros do Tapagem faziam o percurso até o lago do Macaco e o de Jacaré para catar esses frutos. Nesse último lago, encontravam-se os lugares denominados Tabuleiro e Ariramba. Frequentavam ainda os rios Erepecu, Acapu e os lagos Janari e Sucuriju. Essa reconstrução, feita a partir das lembranças dos moradores mais antigos, é aproximativa da territorialização do início do século. Diversos lugares mantiveram ao longo do tempo uma importância maior para o grupo. Em Tapagem fizeram um cemitério; o segundo existe em Erepecuru. Em Cachoeira Porteira e Tapagem recriaram domínios de referência especial por morarem neles pajés e curandeiros. Conceição e Santo Antônio foram consagrados como lugares de realização das festas e onde esperavam a visita dos religiosos. Para realização de cultos haviam construído rústicas capelas. Dessa experiência compartilhada até o presente, nasce a percepção de um direito de uso historicamente exercido.

Esses lugares compõem as encruzilhadas das árvores genealógicas e vários nomes, por terem sido pioneiros na ocupação, fizeram-se notáveis. A nomeação desses sítios provém da combinação do religioso, a exemplo do Santo (Antônio) e da família (dos Macaxeira), para compor Santo Antônio dos Macaxeira, existindo, porém, outro Macaxeira referido ao lago existente perto de Cachoeira Porteira. O ato de nomear coloca em destaque o tecido de relações familiares internas ao grupo. Outras nomeações procedem de autoridades investidas de um poder religioso ou social. A passagem de padres realizando batizados, como do francês J. Culler, fez aparecer o ramo da família “Cole”,

indicando a força da cristianização. Formaram famílias numerosas como depreende-se da referência dos autores das viagens ao Trombetas e Cuminá, o que indica como os laços familiares encurtaram as distâncias e fomentaram as novas formas de relacionamento sacramentadas pela religião através do compadrio. Esses vínculos, ainda, desenvolveram os elos entre moradores da cidade e do rio, entre produtores e comerciantes. Evidentemente, esta última relação escapa da simetria do compadrio intrafamiliar e intercomunitário, realmente eficiente para afirmar sua identidade étnica e territorialização.

Nos livros de batismo consultados na Paróquia de Santo Antônio de Oriximiná do período 1901 a 1941, conseguimos identificar lugares e troncos familiares. Vários sítios coincidem com os domínios que começaram a estabelecer-se nessa quase primeira metade do século. O rio Trombetas aparece como um conjunto indiferenciado, apenas precisando-se os espaços em que o poder econômico e político contornavam limites precisos. No lago Jacaré, o patrão, Raimundo da Costa Lima, em ocasiões especiais, tal como, a data do seu aniversário, convocava o pároco de Oriximiná para batizar e casar os negros envolvidos na trama de relações de patronagem. No livro de 1928 lê-se 10 atas de batizados de crianças e adolescentes com adoção do nome desse patrão. Vários dos entrevistados nesta pesquisa têm esse nome patronímico emprestado do padrinho e protetor.

O envolvimento em relações que ultrapassam o campo econômico guarda uma estreita reciprocidade com a dinâmica de penetração de comerciantes e regatões nesse território. São semelhantes àquelas relações configuradas com base na lei, como as seladas entre arrendatários de castanhais e negros coletores de castanha, nas quais os primeiros, através de práticas diversas, enquadraram esses trabalhadores na produção extrativa. Todavia, esses arrendatários, proprietários de castanhais e a sociedade regional não conseguiram ou não tiveram capacidade de desterrar esses antigos ocupantes do Trombetas, mesmo utilizando habilidosamente os artifícios do direito agrário da República.

3.1 Geografia da dominação: posses e títulos no Trombetas

Os processos de compra e venda de terras e outras transações registradas no Cartório do 1º Ofício das cidades de Óbidos e Oriximiná durante a fase que vai de 1885 até o primeiro quartel do século XX, indicam uma presença modesta de plantios de cacau. As plantações com mais de dois mil pés, eram raras exceções. Uma, com mais de 6.000 pés de cacau era adquirida em 1923 por Manoel Costa & Cia., composta de duas posses de terra. A segunda posse demarcada, denominada *Veado*, abrangia 1.376 ha contendo castanhais. A mesma limitava-se com o lago Arapecu com extensos castanhais e com as terras de Figueiredo e Cia. Em geral, sítios e fazendas não ultrapassavam 2.000 pés de cacau cultivado. Outro detalhe é que os compradores desses imóveis mostravam um perfil urbano, cuja base de acumulação provinha de atividades de comércio e transporte. Comumente é observado nesses documentos a declaração de profissão dos adquirentes e o lugar de residência (Óbidos. Cartório do 1º Ofício, 1880-1915).

As transações efetuadas entrelaçavam os sujeitos das relações sociais que emergiam: ocupantes, agregados, sitiantes e donos da terra, estivessem estes ausentes ou presentes. Em janeiro de 1917, à margem do rio Trombetas, dona Maria R. Cordovil, *“prendas domésticas e residente no município de Óbidos”*, comprou 1.328,32 ha, “sorte de terras” essa, com limites ao sul do lago da Tapagem e igarapé do mesmo nome, contendo castanhal, matas e benfeitorias. Ela estabelecia com o anterior posseiro, Leandro Vieira, a cláusula seguinte:

“Continuar o vendedor a ter uso e gozo da sorte de terras vendidas enquanto vivo for não podendo a compradora dispor do citado imóvel enquanto o vendedor viver” (Óbidos. Cartório do 1º Ofício - 1880-1915, Livro I).

Esse processo incidia pois sobre um dos mais antigos moradores dessa localidade, sendo reconhecido seu direito de permanecer na terra, transposta nessa fórmula negociada. A mercadoria que entrava em circulação, a terra,

permitia que no seu movimento se estabelecessem situações dessa natureza. Martins, refletindo sobre a natureza dos conflitos advindos de formas variadas de apropriação privada da terra, explica que o título de propriedade tem uma conotação especial.

“Pois a terra é completamente diferente das outras mercadorias. Como foi dito, a diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante: título de propriedade. O que se compra e se vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo” (Martins, 1986; p. 33).

Os antigos moradores do Médio e Alto Trombetas passaram a figurar nos livros cartoriais, mas como uma referência quase invisível, quando, de fato, possuíam direitos adquiridos por ancianidade que nesses documentos aparecem tangencialmente. As denominadas *terras de pretos* como limites das áreas transacionadas não esvaziam-se, apesar da identificação transmutada, e conseguem sair do anonimato. Em 1891, J. M. de Castro, residente no distrito de Óbidos, adquiriu terras abaixo da boca do Caxuery, margem do rio Trombetas que limitava na parte de cima com o “*preto João Moçambique*”. No mesmo ano, Ricardo José de Faria, comerciante, comprou um terreno da várzea que limitava, pelo lado de cima, com o *Caçoi dos Pretos* (Óbidos/Cartório do 1º Ofício, 1980-1915. Livro 1). Sob estas e outras fórmulas lavravam-se documentos que retiravam aos antigos ocupantes o livre usufruto da terra e seus recursos. Na margem do lago do Macaco foi doado, através de escritura pública, um lugar com 166 pés de cacau, limitando-se da parte de baixo com Guilherme José de Melo e de cima com Benedito Vieira Captivo, sob condição de remuneração de serviços (Óbidos/Cartório do 1º Ofício, 1980-1915. Livro Y). Os casos citados ilustram as formas diversas de como o negro do Trombetas inseriu-se na estrutura jurídica que regulamentava a propriedade da terra.

Almeida examina a heterogeneidade de situações em que “*segmentos camponeses e seus descendentes passaram a se auto-representar e a designar extensões de terras segundo denominações específicas atreladas a um sistema de*

uso comum” (1989; p. 173). Nesse sistema encontram-se as chamadas *terras de preto*. O primeiro caso citado parece ter a forma de um domínio ou extensão correspondente à área de alforriados. No último, registrado no rio Trombetas, foi feita concessão à pessoa do trabalhador que ocupava ou havia adquirido direito sobre as terras, e continuava vinculado às mesmas, devendo remunerar o proprietário com serviços. A pesquisa em arquivos cartoriais permitiu verificar às margens do Trombetas, essas vias de acesso às terras devolutas por indivíduos ou grupos que não conseguiram apagar, com a titulação, o direito consuetudinário.

Indagamos sistematicamente aos entrevistados, sobre a lavratura de registros de posse ou de propriedade, e a resposta foi quase sempre negativa, com exceção de um morador. O único registro de contestação que tivemos notícia, foi de uma moradora de Santo Antônio Macaxeira, que detinha títulos de terra em área pretendida por Raimundo da Costa Lima. Como vimos, a presença do negro é percebida indiretamente na identificação de propriedades transacionadas onde descrevem-se os limites e os nomes de antigos ocupantes, de forma confusa e incompleta, servindo a uma estratégia de apropriação e cercamento das terras, com frases do tipo: *terras do preto Moçambique e de Geralda de tal*.

Contemporâneos em diversas posições geógrafos, juristas, sociólogos e antropólogos - quando defrontam-se com a situação das denominadas comunidades de remanescentes de quilombos, em relação à terra, têm a surpresa e questionam o seguinte: por que milhares de trabalhadores da terra estão ausentes ou muito pouco aparecem nos documentos legais? Por que não constam dos Registros de Posses? Por que não são identificáveis como titulares de propriedade, ou nas escrituras de legitimação ou arrendamento? Teriam eles ou não despertado para esses artifícios? A resposta é aparentemente simples: a lógica desses grupos (ou de indivíduos) não estava pautada pelo título de propriedade privada, o símbolo da terra, mas sim pelo trabalho. Dessa

forma, ignoravam o direito burguês e as cláusulas do ponto de vista fundiário. Dificilmente suas pretensões de terra comunal poderiam encaixar-se na ordem jurídica privativa da propriedade.

O que representa a posse como processo inicial de invisibilidade do negro do Trombetas? Paulo Lamarão, na coletânea sobre a Legislação de Terras do Estado do Pará, transcreve o Decreto nº 410, de 8 de outubro de 1891, que regulava a alienação das terras devolutas situadas dentro dos limites do Estado e dava regras para revalidação das *posses mansas e pacíficas*. De conformidade com esse instrumento, as instituições dificultariam a concessão das grandes propriedades territoriais e facilitariam ao invés, a democratização do solo, isto é, o seu retalhamento em pequenas posses (Lamarão, 1977; p. 52). Os negros do Trombetas escapavam, por prática coletiva, às pequenas posses retalhadas, pois seu sistema privilegiava, como até o presente, o desenvolvimento comum das atividades que desencadeadas sobre um território contínuo, adequado à coleta e à seleção de áreas para roças e quintais.

Foi esse decreto de 1891, e sua regulamentação, que iluminou procedimentos de moradores do Baixo Trombetas e das cidades próximas, a registrar suas posses. Tabulamos dados do Registro de Posses do Município de Óbidos, divididas em Óbidos e Oriximiná¹, para mapear e destacar os lugares que se incorporaram nesse estatuto, cruzando com uma identificação das áreas ocupadas pelas famílias no descenso das cachoeiras. No período 1893-1900 amplia-se esse procedimento de regulamentação. Com a denominação do lugar Sapucuí, atribuída, também, a um lago, um rio e um igarapé, foram registrados 58 posseiros e verifica-se a freqüência de nomes como os Ribeiro, Penha Monteiro de Freitas, Caetano e Tavares. Um deles, o posseiro Martino Caetano Tavares registrou 12 posses, dessas, oito no lago e igarapé Sapucuí, que veio mais tarde a legitimar. Todavia são nomes que não coincidem com os troncos familiares do grupo negro.

¹ Este levantamento foi feito com base nos dados contidos na obra de João de Palma Muniz, 1907, v. 2.

No rio Trombetas, até 1894 não havia transcrição de posse, mas em cinco anos foram lavrados 49. Carlos Maria Teixeira e José Clemente de Figueiredo escrituraram várias posses. Este último, mais tarde, requereu título provisório e definitivo e abriu a firma Figueiredo e Cia. Enquanto que Inocêncio José de Figueiredo registrou 4 posses no rio Cachoeira. Esses fatos representam o início da mercadorização, da privatização da terra, que de forma tímida avançaria, entrando o século XX.

Otille Coudreau fez observações pontuais sobre esse trecho do Trombetas onde encontrara pequenos plantios de cacau e algumas cabeças de gado. Nos lagos Pacusal e Bacabal avistavam-se, segundo ela, poucas capoeiras e pastos “*de medíocre qualidade*” (Coudreau, 1990; p. 10-11). Nesse último lago encontravam-se plantações de cacau muito numerosas mas modestas e algumas vacas magras. Nos lagos Mussurá e Ajudante levantaram-se barracas de castanheiros (Coudreau, 1901; p. 11-16). A pecuária, deduzindo-se desse relato, era pobre, os cacauais pequenos e mal-cuidados e os barracões de castanheiros e barcos de regatões davam uma nota sobre a vida econômica no rio Trombetas, saindo de Oriximiná até Cachoeira Porteira. Terras relativamente livres para o trânsito das famílias de negros, mas que estavam sendo incorporadas por um grupo de não trabalhadores diretos sobre a terra.

Vários desses nomes são referências para os moradores das *comunidades dos remanescentes*, na faixa etária de 40 a 78 anos, por terem sido seus patrões. No início do século, Manoel Costa & Cia. e Guerreiro, e pouco tempo depois Raimundo da Costa Lima estabeleceram de forma dilatada seus domínios sobre o Trombetas e sobre esses trabalhadores. Os Guerreiros instalam-se também no Alto Trombetas, com casa comercial situada em Cachoeira Porteira, local onde recebiam a castanha e forneciam mantimentos para os castanheiros e suas famílias.

As raízes familiares dos Guerreiro encontram-se no Ceará. Formaram aqui, nas terras devolutas do lago Ajudante, o castanhal denominado São

João. Compraram ainda terras no rio Acapu, lugares denominados Tabocal e S. Benedito. No lago Iripixy, também, o coronel Vicente Augusto de Figueiredo havia transacionado terras em 1916 (Cartório Livro II, Ano 1915-1924). Manoel Costa & Cia. havia adquirido, como já mencionamos, no lago Trombetas, à margem esquerda do lago Erepecuru, por dois contos de réis, duas posses registradas: a São Braz, com cacauais e a Veado, com castanha.

Na boca do lago Jacaré, com extenso controle das terras de castanhais, estava Raimundo da Costa Lima, agrimensor que ampliou seus domínios por meio de aquisições de posses mensuradas e registradas, repassadas a ele por diversos posseiros. Como veremos mais adiante, os procedimentos de mensuração que colocava em prática favoreciam de maneira eficiente a localização de áreas de concentração de castanha. Ficou conhecido ao longo de todo o rio Trombetas como coronel Costa Lima e chegou a arredondar uma área exorbitante de 100.000 ha, aproveitando os interstícios entre as propriedades demarcadas ou pontas de castanhais. Seus herdeiros negociaram em 1980 com a empresa Rio Xingu S/A². O proprietário desta firma paulista é o húngaro Kalman Somody.

O historiador Vicente Salles chama atenção para a especulação sobre essas terras na década de 80:

“Todavia, essas terras, entre os brancos, constituem objeto da maior especulação. Falei do húngaro Kalman Somody, que negociou com o IBDF, órgão governamental, em 1980, resultando na expulsão dos seculares ‘posseiros’, para usar o termo atual” (grifo do autor).

Tratava-se dos primeiros artigos denunciando a gravidade da situação enfrentada pelos grupos negros do rio Trombetas e o quanto se mostrava contraditório e aviltante o processo de titulação que ameaçava sua existência nesses territórios.

² A notícia foi inserida nos jornais de Belém - “O Liberal”, “Diário do Pará”, junho de 1990.

“(...) enquanto os negros lavraram a terra, para nutrir a economia de Óbidos, do Estado, do País, desde priscas eras, alguém, que não traças e cupins, lavrava termos nos cartórios. E a posse é garantida pelos papéis. Não pelo trabalho. Esses papéis sustentam a voracidade das traças e dos cupins” (Salles, 1984; p. 3).

Os títulos de legitimação de posses de Oriximiná e Óbidos, segundo dados existentes no Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e Secretaria de Agricultura (SAGRI), trazem a denominação e a área, permitindo conferir um número importante de pequenas posses, e não raras posses com mais de 500 ha. Através dessas escrituras é possível identificar os grupos que tomaram a dianteira em termos de ampliação dos seus domínios. Destacam-se Figueiredo Vicente, que registrou seis posses com área total de 4.967 ha entre 1895 e 1898; José Gabriel Guerreiro legitimou três, com área total de 2.858 ha nos anos 1905-1906; e Ana Benedita do Canto Almeida deteve uma posse de 8.03? ha (1887). A organização dos dados de titulação, de propriedade e definitivos, mostra de forma interessante novas relações e a incidência de alguns novos titulares.

Tabela 10: Títulos de terra-definitivos e propriedades 1879-1940

Tipo de Título	Oriximiná	Óbidos
Definitivos		
1879-1900	04	46
1901-1919	07	34
1920-1930	-	68
1931-1940	02	25
Propriedades		
1892-1996	-	56
1899-1905	-	18
1906-1940	-	18

Fonte: ITERPA e SAGRI

A prevalência de títulos em Óbidos está relacionada à ancianidade de disposições econômicas estruturadas com base na propriedade, de onde parte o movimento de avanço e titulação sobre as terras do Médio e Alto Trombetas.

Em quase 60 anos foram registrados 173 títulos definitivos, porém, é no período que se dá a expansão da atividade de coleta, beneficiamento e exportação de castanha, de 1920 a 1940, que essa titulação é mais importante, correspondendo a quase 54%. Oriximiná trilha discretamente esse mesmo processo.

Os títulos definitivos identificam os Corrêa Pinto como portadores de quatro documentos, correspondendo a uma extensão de 17.471 ha; João Guerreiro se atribuía 11.157 ha; um membro da família Figueiredo -Jovina Araújo de Figueiredo - possuía 8.911 ha; Manuel Auzier Bentes detinha 11.336 ha; e ainda, os títulos de Manoel Costa e Cia. constando um total de 7.178 ha. Raimundo da Costa Lima e sua mulher Theodora, constavam como proprietários de 15.372 ha. Essa titulação corresponde ao período de 1920-1940, na sua maior parte. Alguns desses titulares de estabelecimentos em Óbidos, nas categorias de 5.001 a 10.000 ha e de 10.001 a 25.000 ha, encontram-se nas estatísticas do Recenseamento de 1920, com a respectiva extensão dos imóveis (ver Tabela 9).

Tabela 11: Estabelecimentos rurais no Baixo Amazonas - extensão dos imóveis -1920

Municípios	Número de estabelecimentos segundo a extensão dos imóveis (ha)									Total
	Menos de 41	41 a 100	101 a 200	201 a 400	401 a 1000	1001 a 2000	2001 a 5000	5001 a 10000	10001 a 25000	
Alenquer	86	30	12	14	15	10	6	-	-	173
Faro	64	21	15	6	17	4	3	1	-	131
Monte Alegre	373	29	107	42	30	16	9	2	-	608
Óbidos	380	125	46	38	57	20	10	1	1	678
Santarém	268	72	19	12	19	13	5	1	2	411
Total	1.171	277	199	112	138	63	33	5	3	2.001

Fonte: Anuário de Estatística do Estado do Pará, 1925: 393.

No passado recente, o processo de titulação não foi portador de força suficiente para impor-se ao direito costumeiro, prática generalizada que apoiava o uso comunal e distribuição da terra entre os grupos negros.

Na contemporaneidade, a questão das terras em pauta no Trombetas, e em especial em regiões onde projetos de mineração estão instalados, é complexa. Essas áreas estão circunscritas a territórios ocupados por *descendentes de quilombolas*, que se bem estejam sendo cercados pelos títulos de propriedade e por unidades de conservação, a exemplo da Reserva Biológica do Trombetas, não podem extrapolar, pela força do título, uma ação negadora de forma absoluta contra seus direitos constituídos no tempo.

3.2 Economia da castanha e relações de patronagem

Na análise dos grupos que no início do século estiveram à frente da privatização de terras e da articulação do extrativismo da castanha, deparam-se os mecanismos que lhes permitiram consolidar essas situações na região do Trombetas. As famílias tradicionais de Óbidos como já vimos, fizeram fortuna na exploração do cacau, não raro associado à pecuária. A família Gama Bentes, proprietária do caçoi com 7,000 pés, o vendeu para Antônio José Diniz, comerciante. A família Picanço Diniz tornou-se dona de grandes castanhais no rio Trombetas, no lago Salgado. Os Figueiredo, ex-senhores de escravos, formariam uma empresa. Os novos grupos recém-chegados ao município nas três primeiras décadas do século, como regatões ou pequenos comerciantes (brasileiros, portugueses e italianos), estabeleceram a base do seu poder econômico na comercialização dos gêneros extrativos.

As trajetórias das famílias Guerreiro e Costa Lima, são exemplares no processo de privatização das terras no Trombetas. Esses grupos familiares estruturaram monopólios que somente se efetivam pelo controle e concentração de produtos alicerçados em relações de patronagem. A primeira precisão que se impõe sobre esse assunto é indicar o campo de relação entre os agentes. Os grupos negros continuaram desenvolvendo com relativa autonomia a agricultura, em roças e quintais. De uma perspectiva política, essas relações de patronagem correspondem à formas de dependência e de sujeição

estabelecidas com os titulares e arrendatários das terras no trabalho de coleta nos castanhais. Trata-se de elos estabelecidos entre os negros incorporados à coleta da castanha e os comerciantes locais que articulam a comercialização e o transporte. A fase inicial dessas vinculações - por volta do final do século e início do presente - caracteriza-se pelo monopólio da compra de castanha por alguns comerciantes de Oriximiná e Óbidos que chegaram a ter seus encarregados na área. Foi assim que em Cachoeira Porteira e descendo da Boca do Cuminá até Oriximiná, encontravam-se algumas das casas descritas por madame Coudreau. Essa relação define-se pelo monopólio da compra e do transporte, enquanto as áreas de castanhais - subindo o Trombetas e o Cuminá, nos lagos, igarapés e cachoeiras - permaneciam como terras devolutas. O comerciante metamorfoseia-se em dono da terra e dos castanhais, na medida em que a garantia do trabalho do castanheiro ou da venda do produto do seu trabalho somente poderia ser assegurada com a proibição ou controle da coleta até então livre. Esse procedimento de privatização dos castanhais avançou com apoio na legislação agrária que, através de compra e venda, favoreceu um grupo particularizado da elite do município. Os processos de apropriação de castanhais, entretanto, guardam diferença no conjunto do Estado, observáveis na comparação entre as áreas do Tocantins e do Baixo Amazonas, como veremos mais adiante.

Para reconstrução dos momentos iniciais de estabelecimento dessas relações de clientela utilizamos as entrevistas com um grupo de castanheiros, nas quais se descrevem a natureza do endividamento, do controle e dos conflitos. De outro lado, obtivemos dados sobre o mesmo assunto nos depoimentos recolhidos entre comerciantes. Outras referências complementares foram dadas através da leitura dos viajantes (Tavares Bastos, Ferreira Penna, Coudreau). Essa construção de memórias permite descortinar a dinâmica de formação, apogeu e crise das relações de patronagem, que expressa um campo social e político importante.

A titulação dos castanhais precedeu ao aumento da sua produção. Foi, de início, o ponto nodal dessa atividade, a questão do transporte e do financiamento aos trabalhadores, resolvida com a intervenção do *regatão* ou mercador ambulante. Um sentido especial de orientação desse agente funcionou para o rio Trombetas. Tratava-se de pequenos regatões que conseguiam internar-se em lagos e ir até Cachoeira Porteira, sendo *fiéis* aos denominados mocambeiros e rebelando-se contra as proibições da ordem escravista. Goulart aponta no seu estudo sobre o regatão na Amazônia, os elementos de diferenciação pelo poder financeiro, que iria se expressar pela capacidade de carga das embarcações. Os pequenos comerciantes e regatões aportados estrategicamente no Baixo e Médio Trombetas, foram deslocados, inicialmente, pelo grupo de comerciantes que fez a auréola do seu poder no rio: os Guerreiro, os Costa e os Costa Lima. Esse padrão de relações, tem longo lastro em várias áreas da Amazônia. Seu agente principal, o patrão, decifrou o enredo de manter sob seu controle a produção, associando-a à apropriação da terra, e via esse mecanismo, à sujeição dos trabalhadores: produtores e consumidores sob sua dependência. A tendência à desarticulação dessas estruturas com o desinteresse de financiamento por parte dos patrões-donos de castanha!, colocou parcela dos antigos e pequenos regatões no Trombetas à margem dessa organização. Ambos foram sendo substituídos na circulação pelos donos de embarcações movidas a vapor.

Os entrevistados explicam o tipo de patrão no Trombetas. Ele inovou na medida, no lugar do hectolitro colocou a caixa. Os *coronéis de barranco* podiam assegurar esse sistema de exploração visível aos olhos dos castanheiros porque proibiram qualquer comercialização. O paiol do patrão era a obrigação do castanheiro. Eles recebiam toda a castanha e traziam as mercadorias necessárias como ferramentas, sacos de sal, querosene, tecidos e remédios. Dessa forma, segundo um entrevistado, o castanhal *escravizava o negro*.

(...) os antigos coronéis criaram uma outra medida, a caixa, baseando que uma caixa daria duas caixas, duas caixas e meia daria um hectolitro. Só que, na verdade, eles aumentaram e tem caixas hoje em dia que dá mais de 50 hectolitros. Então eles baseiam o preço da castanha como se fossem duas caixas e meia um hectolitro, e dão o preço lá em cima. Ou seja, se a castanha está dando, vamos supor, mil cruzeiros, e dá para ele ainda ter um lucro, ele dá os quatrocentos cruzeiros na caixa lá em cima. Ele diz: “Olha eu to vendendo lá por mil cruzeiros. Então duas caixas e meia deu um hectolitro. Dou quatrocentos aqui, dá mil cruzeiro num hectolitro”. Na verdade ele tem lucro, e é na medida que ele ganhou. Quer dizer, quando ele compra duas caixas, ele já comprou um hectolitro, e tem mais meia que nós damos a ele” (Entrevista, out. 1990).

Habilidades e oportunidades são extremamente importantes para a emergência de homens e fortunas em determinadas circunstâncias históricas. A memória permite reelaborar a trajetória desses atores sociais.

“(...) o que eu sei do Costa Lima, é que ele era um agrimensor, então ele mandava o negro explorar os castanhais e devido ele entender, ele próprio mapeava, então no outro ano, quando os negros iam no castanhal que eles haviam descoberto, o Costa Lima ia em cima e mostrava o mapa, se (...) invadir o castanhal e não me venderes a castanha eu te meto no xadrez e os negros simplesmente tinham que vender a Costa Lima, que se tornou o maior latifundiário do Trombetas” (Entrevista, out. 1991).

A lista de coronéis, na hierarquia fundiária da maior à menor, já foi mencionada. Alguns deles fizeram carreira na política e, em 1930, quando a castanha atinge lugar proeminente na economia do Estado, aproveitaram-se do papel da produção do Trombetas que se elevava gradativamente (ver Tabela 10).

Tabela 12: Comparativo das entradas de castanha na praça de Belém primeiros semestres -1930-1934 (em hectolitros)

Procedência	1930	1931	1932	1933	1934
Ilhas e Acará	4.717	6.189	1.587	841	1.077
Anapu	3.422	10.976	2.127	9.069	2.608
Xingu	3.453	14.882	7.608	10.390	5.816
Tocantins	74.301	124.735	48.129	69.254	52.928
Macapá	5.530	4.735	4.050	3.019	2.694
Jari	10.764	16.953	7.247	4.817	14
Tapajós	559	9.515	2.792	6.131	1.334
Alenquer	5.524	29.737	2.363	31.532	2.310
Trombetas-Miúda	3.297	31.493	2.449	26.122	2.466
Trombetas-Grande	1.880	16.832	223	16.511	100
Total	113.446	226.047	78.575	177.686	71.347

Fonte: Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Belém. v. 2. n. 8. maio, 1934. Belém. v.2. n. 9, jul. 1934.

Alguns donos de castanhais figuraram à frente das Câmaras, do governo municipal (Óbidos) e da subprefeitura (Oriximiná): José Gabriel Guerreiro, João Guerreiro, José Antônio Picanço Diniz, José Clementino de Figueiredo, Raimundo José de Almeida, Manoel Costa e Carlos Maria Teixeira. Enquanto Raimundo da Costa Lima é preterido no plano político no governo de Barata, os Guerreiro, Picanço Diniz, Figueiredo, Teixeira e Manoel Costa, vão entrar nos governos *revolucionários de 30*, tendo continuação na vida pública, e, graças a seu empenho, conseguiram a elevação de Oriziminá à categoria de município³. O coronel Costa Lima usufruía de suas relações amistosas e políticas com Henrique Américo Santa Rosa que estava à frente da Secretaria de Terras Públicas, e aquele lhe abriu espaço apropriado para a legitimação de seu projeto de grande proprietário de terras e de castanhais no rio Trombetas.

³ Foi elevado à categoria de município pela Lei Nº 1442, de 24 de dezembro de 1934. IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1957, V. XIV:439

Le Cointe defendia que os castanhais deveriam ser colocados à venda, recusando categoricamente a permissão da coleta por parte das populações pobres. Considerava essa concessão como excesso de altruísmo e de *democracia*. Na sua opinião, a indústria extrativa da castanha para adquirir desenvolvimento, deveria contar com a intervenção do Estado, realizando a venda de grandes castanhais a capitalistas ou a companhias suficientemente organizadas para realizar uma exploração metódica e criar os meios de transporte indispensáveis (Le Cointe, 1922, v. 1; p. 454). Tal projeto modernizador não procedeu. Ao autor, não escapa um comentário sobre a queima de castanhais *pelo fogo imprudente*, enquanto apenas um morador de Igarapé-Assu, afluente do rio Curuá, havia tentado uma plantação de alguns milhares de pés de castanha-do-pará em 1916 (Le Cointe, 1922, v. 1; p. 454-458).

As leis de mercado postulavam condições de sujeição do trabalhador castanheiro. Estas agrediam sua forma de organizar a produção, indicando os lugares e a intensidade de trabalho, quantificada em caixas do produto a serem vendidas para o patrão, de conformidade com as regras estipuladas unilateralmente. A coleta de castanha, realizada tradicionalmente sob forma familiar em castanhais, considerados pelos negros como parte de suas terras comunais, foi transferida para os castanhais dos patrões. Em 1962 um desses grandes patrões era proprietário de 40 canoas grandes e trazia para suas colocações mais de 400 homens. A vigilância dos castanheiros e dos regatões nas águas do Trombetas pelos donos de castanhais, gerava um custo cada vez maior. Mas essa necessidade de vigilância foi resolvida através da confiança e fidelidade do negro castanheiro, cobrada ao negro castanheiro que tomou-se afilhado do patrão e portador de obrigações morais. As relações de patronagem podiam fluir nesse equilíbrio entre vigilância e confiança dos subordinados, entre elevação da produção e progressivo endividamento dos negros, entre dominação, mandonismo e um esquema de proteção paternalista. Dele origina-se o poder envolvente que partia de todos os meandros da sociedade *branca*. O

patrão era o padrinho, o prefeito, o amigo do padre, uma presença que parecia sobrepujante sobre outros desígnios. A rebeldia do grupo encontrava formas inacabadas de se manifestar nas linguagens multifacetadas expressas através de palavras, zombarias e gestos ou nas crenças, orações, festas e cantorias e mesmo na clandestinidade da venda da coleta a outro patrão.

Os castanheiros do rio Trombetas mantiveram compulsoriamente a tradição familiar do patrão nos limites das safras comprometidas e na presença do encarregado ou do proprietário da terra. Desse controle escapava o tempo e o saber para extrair da floresta as peles, os frutos, as madeiras e para realizar as pescarias

No início da década de 50, o Baixo Amazonas destaca na sua produção agrícola a mandioca, característica da agricultura camponesa, com 23.795 toneladas. A juta aparecia no mercado com preço elevado e, segundo lugar na estatística de produção: junto com o arroz em casca representava quantidades acima de 1.000 toneladas. Milho, cana, cacau e feijão tinham sido declaradas acima de 200 toneladas. A castanha, o balata e a borracha destacavam-se nos resultados finais da atividade extrativa (ver Tabela 11).

É importante lembrar que o procedimento de administração fundiária através do arrendamento, tentou incorporar sob formas empresariais, as atividades de extração de cumaru, pau-rosa e balata, espécies com resultados financeiros mais interessantes. João Gabriel Guerreiro Júnior, durante três safras (1936, 1937, 1938) arrendou no rio Caipuru lotes para extração de cumaru. No rio Mapuera recebeu terras em arrendamento para extração de balata. A firma Afonso Fonseca e Cia. Ltda., em área abrangida entre o igarapé Jauari e o lago Curuçá, controlava por arrendamento terras para extração de pau-rosa. Concessão semelhante obteve o Consórcio Paraense Pau-Rosa, ambas nos anos 1941-1942 (ITERPA, Livro de Registro de Títulos).

Tabela 13: Zona fisiográfica do baixo amazonas - produção agro-extrativa 1952

Produto	Unidade de referência	Quantidade	Valor Cr\$
Produção Agrícola			
Algodão em caroço	Quilo	62.255	211.667,00
Arroz com casca	Saco 60 q	18.317	1.428.726,00
Cacau	“	4,618	2.161.224,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	331	29.790,00
Feijão	Saco 60 q	3.953	569.232,00
Fibra Juta	Quilo	5.255.092	29.954.024,40
Fumo	“	44.750	537.000,00
Mandioca	Tonelada	23.795	3.807.200,00
Milho	Saco 60 q	6.444	502.632,00
Produção Extrativa			
Andiroba	Quilo	2.870	574,00
Babaçu	“	50.052	75.078,00
Carrapato (mamona)	“	-	-
Curuá	“	2.275	5.915,00
Cumaú	“	22.349	368.758,50
Muru-muru	“	52	5,20
Patauí	“	-	-
Tucumã	“	-	-
Ucuúba	“	-	-
Borracha	“	598.540	4.335.826,70
Batata	“	581.758	8.959.073,20
Caucho	“	15.589	148.095,50
Coquirana	“	43	356,90
Maçaranduba	“	24.074	257.591,80
Sorva (leite)	“	1.528	4.706,00
Castanha	“	2.029.400	16.015.926,40
Conchas marinhas	“	175.355	350.710,00
Fibra uacima e outras	“	-	-
Madeiras	Metro ³	1.527	488.640,00
Óleo de copaíba	Quilo	2.808	47.736,00
Óleo de pau-rosa	“	37.962	3.786.020,00
Resina de jutaica	“	169.935	730.720,50
Timbó em raiz	“	2.400	4.800,00

Peles			
Pele de ariranha	Quilo	5	865,00
Pele de caetetu	“	9.329	594.257,30
Pele de camaleão	“	1.553	20.654,00
Pele de capivara	“	66.768	625.788,80
Pele de jibóia	“	158	11.091,60
Pele de Jacaré	“	149.565	8.976.244,80
Pele de jacuruxi	“	5	850,00
Pele de jacuraru	“	-	-
Pele de lontra	“	-	-
Pele de maracajá	“	7	1.732,00
Pele de onça	“	6	517,80
Pele de queixada	“	13.498	479.179,00
Pele de sucuriju	“	148	4.898,80
Pele de veado	“	11.272	273.909,60

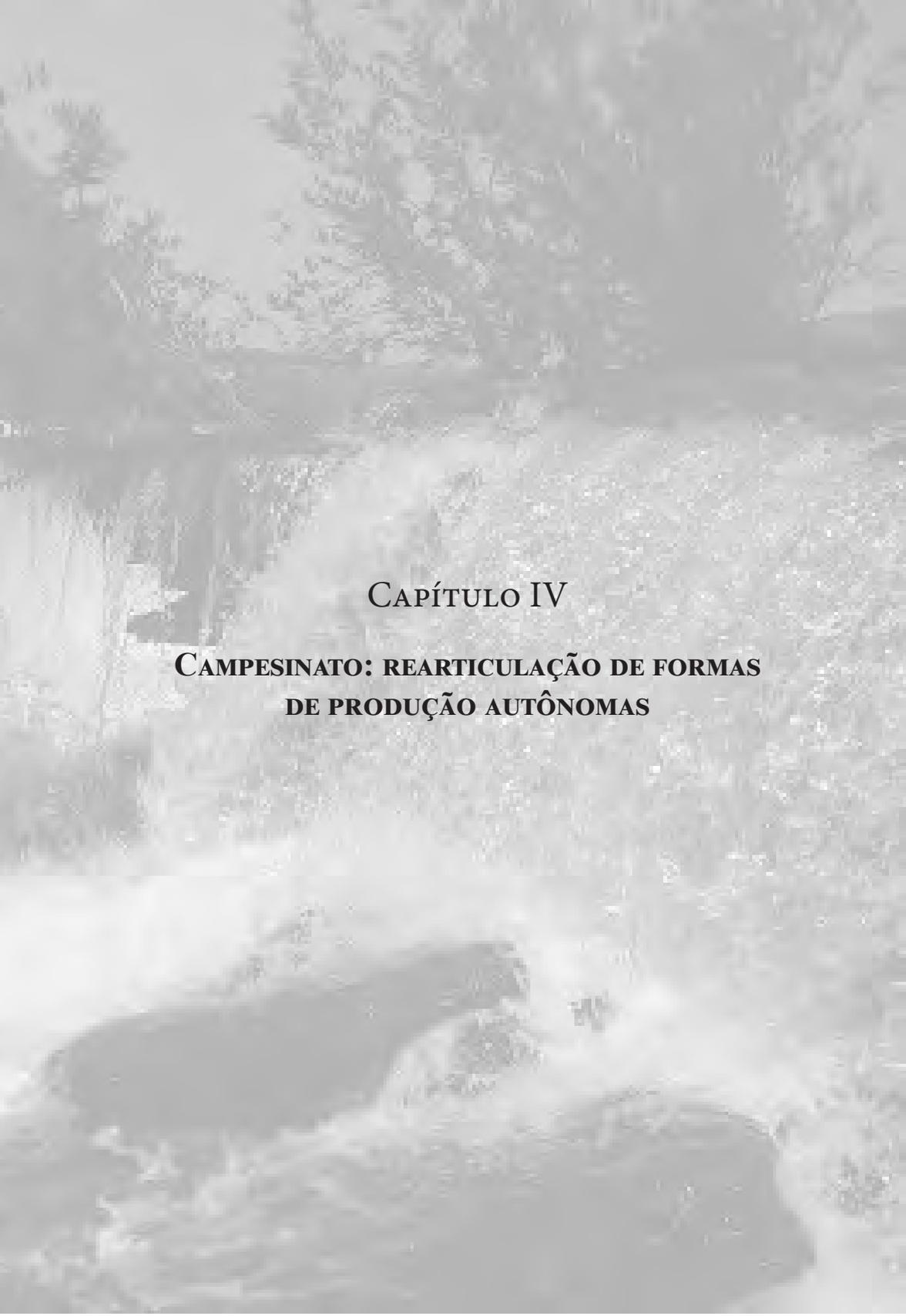
Fonte: *Anuário Comercial Brasileiro*, V. 19, 1952 (Ed. Especial da Cidade de Belém).

A intensidade da exploração da castanha e as formas de gestão patronal da terra e de famílias trabalhadoras, em especial dos negros, assim como a exacerbação da procura de pirarucu, peles e tartaruga, colocaram esses extratores do Trombetas a girar nos circuitos da economia regional, mas não os conseguiram dispersar espacialmente. Pelo contrário, no transcorrer deste século aprofundaram sua identidade étnica, referida de forma concreta e significativa a territórios do rio Trombetas e Erepecuru, nos quais têm permanecido sem maior fragmentação de relações sociais e intercomunitárias. Preservam, conscientemente, o sistema complexo de vida econômica e cultural que faz dos *negros do Trombetas* um grupo de especificidade inegável na sociedade regional por representar as formas camponesas mais antigas da Região Amazônica.

Os negros do Trombetas demonstram níveis de permanência e capacidade de reprodução sobre as bases de sua identidade étnica e domínio territorial. Frequentemente, denominados e confundidos como *caboclos*

e riberirinhos do Baixo Amazonas, eles não alteraram sua localização e distribuição no espaço. Contrário ao que se observa nos processos migratórios de camponeses da região Bragantina, para Belém, e das margens do rio Tapajós para a cidade de Santarém. Esse processo migratório começa nos anos de 1990, na região do Trombetas como resultado do apressamento de suas terras por empresas de mineração e as barreiras levantadas com a criação da Reserva Biológica do Trombetas e da Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

Desde o ângulo cultural, este grupo camponês está integrado numa malha intrincada de relações socioculturais que são construções provenientes da sua história e do profundo estoque simbólico e integrador da memória do quilombo, incorporado no presente como projeto social de permanecer nas terras conquistadas. Assim, o bastião de reivindicações das comunidades remanescentes de quilombos do Trombetas é a antiguidade e a identificação de direitos conquistados, além do instituído pelo direito constitucional, porque apoiado na sua própria história e legitimidade política. Dessa forma reclamam os direitos a essas terras conquistadas.

A grayscale photograph of a river with a dam in the background and trees on the banks. The text is overlaid on the image.

CAPÍTULO IV

CAMPESINATO: REARTICULAÇÃO DE FORMAS DE PRODUÇÃO AUTÔNOMAS

CAMPESINATO: REARTICULAÇÃO DE FORMAS DE PRODUÇÃO AUTÔNOMAS

Explicar a presença das *comunidades negras* do rio Trombetas, há pelo menos 100 anos nos locais onde hoje as encontramos, requer não somente traçar o percurso histórico das relações com a sociedade envolvente, mas também, desvendar quais as forças econômicas, sociais e políticas que, reiteradamente, mobilizam a continuidade de sua identidade étnica e de seu modo de vida fundado nas atividades agro-extrativas. Captar essa problemática complexa exige o enfrentamento de várias questões. Como conseguiram, depois de descer as cachoeiras, manter-se até o presente ocupando as mesmas margens de rios, lagos e igarapés? Como se resguardaram, afirmando-se como negros - e descendentes de quilombolas - apesar da insistente negação de sua identidade étnica pela sociedade branca? Qual a natureza das relações econômicas com ela mantidas? Que construções sociais de seu imaginário alimentam estratégias e ações desencadeadas na guarda e no domínio de sua territorialidade hoje?

Nos capítulos anteriores, demonstrou-se a ocupação de seu território, definido pela efetiva *utilização*. O desempenho de atividades produtivas e a ocupação através de agrupamentos residenciais, constituem seus usos principais. Suas casas foram assentadas às margens dos cursos de água, respeitando espaços estabelecidos conforme as regras do grupo, identificadas por troncos familiares. Reproduziram, rio abaixo, as estruturas sociais que os mantinham unidos nos quilombos.

É admirável a narrativa de Derby sobre seus deslocamentos internos, apontando razões de sua localização abaixo das cachoeiras:

“Em vista das contrariedades por que passavam, além da destruição de sua aldeia, a moderação dos negros parece admirável. Esse quilombo foi

depois removido para alguma distância rio acima, mas no correr dos anos, como não foram mais molestados, muitos pretos tem se mudado para um pouco mais rio abaixo, e alguns mesmo descartando-se da proteção das cachoeiras e estabelecendo-se às margens dos lagos abaixo destas, com o fim de obter mais facilidade para o comércio clandestino, que mantém com Óbidos, e talvez para dar aviso em caso de perigo” (Derby, 1898; p. 368).

Subindo o rio Trombetas, observa-se a geografia da ocupação negra, permitindo a identificação das comunidades: Boa Vista, Mãe Cué, Macaxeira, Sagrado Coração, Tapagem, Paraná do Abuí, Abuizinho, Abuí e Cachoeira Porteira. A arquitetura das casas e o desenho das comunidades, formam um conjunto incrustado em sítios elevados às margens desse rio e de lagos adjacentes.

Os pequenos portos, à vista de um observador, exibem-se com diversas serventias: para atracação de canoas, banho e lavagem de roupa, abrindo-se aos espaços das diferentes atividades econômicas realizadas em dois domínios: *do rio*, como lugar de pesca e de acesso às áreas de coleta de castanha, madeira e outros produtos; *da floresta*, como espaço de caça e de plantação de roças. Em seu sistema de representação, esses territórios são percebidos de forma integrada, como unidade, negando a noção da propriedade da terra e, ao mesmo tempo reafirmando os sistemas de uso comum herdados de seus antepassados, concebidos dentro de uma cosmologia não-dual. Movimentam-se no território que percorrem em canoas, varando igarapés, furos, paraná-mirins ou cursos de maior volume, ou, ainda, andam a pé em várzeas ou terras firmes. Esses percursos traduzem o revisitar da geografia interiorizada pela prática de utilização desses espaços, pelas crenças e mitos que integram seu sistema de pensamento.

Qualquer observação apressada, tenderá a ressaltar o isolamento das unidades familiares, obscurecendo o essencial traduzido na presença das

formações denominadas *sítios* - comuns na vida ribeirinha da Amazônia -, e de sua integração a uma unidade maior, comunitária, que lhes dá sentido social e cultural. A distância entre as casas nessas localidades, integra-se à lógica que alimenta seu modo de vida. Em torno da casa, numa extensão da intimidade de cada família, encontram-se cultivos de plantas de usos medicinais e mágicos. Num outro círculo mais amplo desenvolvem-se as plantações de tubérculos, fruteiras e verduras, montam-se *casas de farinha*, galinheiros e paios para depositar castanha ou outros produtos.

Os modos de cooperação e as práticas associativas são substanciais às comunidades negras no Brasil em situação de vida rural. Os estudos sobre elas têm considerado as diferenciações internas e as diversidades regionais e mostrado a importância de se compreender de forma particular o modo de vida, a organização social e a territorialidade. No caso do Trombetas, as observações de campo e as fontes consultadas revelaram a presença de um complexo sistema de organização social, mantido através de gerações por um não menos complexo processo de aprendizagem e de reprodução de regras, normas, estatutos e conhecimentos armazenados pelo grupo, acerca da sua territorialidade e de suas raízes culturais. O quilombo foi a primeira opção à conquista da liberdade, enquanto reivindicação de um outro modo de vida, é fundador de sua territorialidade e permite que mantenham sua especificidade como camponeses. Enquanto produto histórico, fornece elementos explicativos sobre os mecanismos de unificação política, de representação simbólica e de construção de um universo mitológico na existência cotidiana, extremamente importante para manter certas características culturais que atualizam sua etnicidade.

De forma importante, as práticas expropriatórias que partem da sociedade dominante contribuem à unidade do grupo. É fundamental o território por eles conquistado na manutenção de sua identidade, razão do

rígido controle grupai praticado no passado e na atualidade, para frear o avanço de outras frentes. Bandeira lista os estudos sobre comunidades negras no Brasil e afirma:

“A territorialidade, como entidade geográfica historicamente associada por negros e brancos à identidade de grupos negros no Brasil, é uma novidade e uma especificidade das comunidades rurais de negros. A territorialidade negra, inequívoca aos negros e aos brancos, configura uma situação específica de alteridade, de cujo prisma refratam alguns aspectos encobertos das relações raciais” (Bandeira, 1988; p. 22).

Durante esta pesquisa no Trombetas fomos informados que não há especificamente pessoas, em cada comunidade, que sejam guardiãs dessa territorialidade. Os velhos têm uma proeminência, inclusive por serem *naturais* depositários da memória sobre o território, porém não recaindo sobre eles a decisão quanto a entrada de uma nova família nas terras identificadas como seu patrimônio. Controle e processo decisório são do âmbito interno que envolve cada *comunidade do Trombetas*. As regras e suas formas de obediência também estão sob vigilância grupai. Seguramente são importantes os valores étnicos resguardados pelas relações de parentesco, pelos vínculos de solidariedade inter-familiar e pela reelaboração, através das gerações, das formas de relacionamento com outros grupos para defesa do território.

Estudo sobre negros remanescentes de quilombos em Vila Bela, cidade histórica de Mato Grosso, também estabelece tal relação.

“A posse da terra, independentemente de suas origens patrimoniais, se efetiva pelas comunidades negras enquanto sujeito configurado como grupo étnico. A apropriação coletiva é feita por negros organizados etnicamente como sujeito social” (Bandeira, 1988; p. 3).

Na base do modo de produção dos descendentes de quilombos está a concepção de posse e uso comum da terra. Qual o significado da terra

para eles? Quais os princípios fundamentais que estruturam suas práticas sociais? Como experimentam suas relações com a natureza? Ao conceber a terra como bem comunal, seguem regras definidas nos cânones do direito consuetudinário, historicamente fundador de sua territorialidade. A discussão sobre as bases dessa territorialidade, portanto, não poderia jamais caber no âmbito limitado do direito privado. Ela não pode ser iluminada pelos padrões jurídicos que regulam o estatuto da propriedade privada e suas formas de aquisição. Dessa maneira, não encontra lugar, pelas próprias características do grupo do Trombetas, a noção de propriedade privada da terra, embora identifiquem essa condição para as casas, os frutais, os paióis e os instrumentos de trabalho. Essa noção de terra comum seguramente os enfraquece frente às instituições da sociedade envolvente, fundada na propriedade privada. Bandeira esclarece como a comunidade de Vila Bela dos Pretos estruturou seu território no tempo:

“A propriedade privada da terra, valor branco, era alheia aos seus interesses. A comunidade de pretos, para garantia de sua sobrevivência e reprodução, fundava-se sobre uma ordem igualitária, tendo como instrumento de garantia de sua manutenção a cooperação e a reciprocidade. Uma família de pretos precisava contar com a outra, para que todos pudessem subsistir. Todas juntas contavam igualmente com a terra, como garantia comunitária de meio de vida. A etnização do território, de dentro para fora e de fora para dentro, viabilizou a constituição da comunidade. Como a etnia, o território também era comum” (Bandeira, 1888; p. 141-142).

O debate jurídico no país sobre *terras de índios e terras de remanescentes de quilombos*, aqueceu-se com a elaboração da atual Constituição, trazendo à luz a tradicional invisibilidade do direito brasileiro às modalidades de uso comum da terra. Almeida comenta que, além do desconhecimento sobre essas formas de propriedade, há ainda desconsideração sobre a importância social que possa ter:

“Os sistemas de usufruto comum da terra, por colidirem flagrantemente com as disposições jurídicas vigentes e com o senso comum de interpretações econômicas oficiosas e já cristalizadas, a despeito de factualmente percebidos, jamais foram objeto de qualquer inventariamento. As extensões que lhes correspondem nunca foram catalogadas, quantificadas ou sujeitas às técnicas dos métodos estatísticos e de cadastramento de imóveis adotadas pelos órgãos de planejamento na intervenção governamental na área rural. Prevalece a inexistência de qualquer ‘interesse prático’ para examinar e compreender esses sistemas tidos como ‘obsoletos’ (Almeida, 1989; p. 164).

A negação dessas modalidades de terras comuns, no exercício da prática jurídica, revela ainda um profundo desconhecimento sobre as bases nas quais elas se fundam. É necessário compreender que a concepção de territorialidade e de terra comum, como é o caso dos negros do Trombetas, só pode ser percebida no interior das relações que estruturam a organização dessas comunidades. Não pode ser subordinada portanto à lógica da propriedade privada que preside o direito brasileiro, por ter natureza distinta. Os negros mantêm, na concepção e na prática, terras comuns, pois institucionalizaram um sistema de regras que alimentam o seu modo de produção.

“Nós não reconhecemos esse lugar como de uns, mas de todos... Ele nem se preocupa em fincar um lugar para ele, né. Então quando a coisa tá ruim naquele lugar ele vai pró outro lugar. Por exemplo, tem hoje um lugar que diziam ser propriedade que o negro passou a habitar, então ele passa as épocas em que a comida vai estar mais fácil, então ele vai pra dentro do lago Farias, outra época ele tá no paranã do Abuizinho, outra época ele tá no lago Tapagem. Então isso é coisa da família Xavier, quer dizer, ele vai pra ali, vem para cá... E ali, pra ele aquele mundo é dele, então ele não tem esse negócio de dizer isso aqui é meu, isso aqui é dele...Mas, isso aqui é nosso. E a gente tem isso na cabeça e vai brigar por causa disso, se alguém querer destruir” (Entrevista, set. 1990).

A movimentação no território é uma dessas regras ditadas pela sobrevivência, todavia, essa fórmula adquire outro sentido se é refletida como prática de aproveitamento, manejo e preservação de recursos, que sempre estão associados a um padrão de reprodução social. Portanto, compete trazer ao debate duas dimensões históricas dessa ordem social. A primeira diz respeito à forma de apropriação dos recursos e a segunda, refere-se à presença de práticas de trabalho na economia agro-extrativa que articulam diversas esferas da vida social.

A noção de *nós* traduz a íntima identificação dos grupos domésticos, sua individualização, em oposição aos outros que corresponde à externalidade - *grupos de fora*. E a partir dessa noção de nós que se constitui um instrumento para assegurar acesso à terra. Depreende-se a impossibilidade de se entender os limites do território de uso comum, definido-o de forma descontínua a partir de uma dada comunidade entre as existentes na área de estudo. É necessário construir um olhar penetrante sobre o conjunto do Trombetas, capaz de captar relações lógicas que unificam todos os grupos, incluindo aqueles localizados no rio Erepecuru (Cuminá), herdeiros da organização social, econômica e política do quilombo (ver Quadro 5).

Quadro 5: *Comunidades ribeirinhas*¹ do município de Oriximiná

Baixo Trombetas	Trombetas		Médio Trombetas
Cristo-Rei Iripixi Nossa Senhora de Nazaré Iripixi Santa Luzia Itapecuru Nova Vida Oiteiro Bacabal Carimum Samaúma	Aracuaã Aracuaã de Cima Caipuru-Rosário Caipuru-São João Batista Camichá Castanho Curupira Jacupá Sacuri - Boa Vista Sacuri - Comunidade Nova Achípica		Acapuzinho
Alto Trombetas	Erepecuru	Cuminá	Cachoery
Abuí Ajudante Boa Vista Cachoeira Porteira Campo Alegre Flecha] Mãe Cué - Santo Antônio Moura - Juquirizinho Palha! - Irepecu Paraná do Abul Sagrado Coração Tapagem Juquiri	Acapu Cachoeira Pancada Espírito Santo Jarauacá Jauari Rapa-pau Tarumã	Ariuba Cabeceira do Boi Salgado Serrinha Terra Preta	Santo Antônio São Francisco São João-Boto São José São Luis Santa Rosa Boto
Lagoa Sapucá	Nhamundá		BEC
Aimin Ajará Amapá Boa Vista Castanhal Casinha Cumury	Boca dos Curais Conceição Espírito Santo - Maria Pixi Maria Pixi - São Francisco Maria Pixi - São Tome Matapi Pirarucu Santa Clara		Bom Jesus - Bec Conceição - Bec Cuminá Paraíso Poção São Cristóvão - Bec São José - Bec São Sebastião

Fontes: SUCAM e Paróquia de Santo Antônio - Oriximina/Pará, 1990.

¹ A definição de *comunidades ribeirinhas* corresponde a uma noção corrente que associa grupos a sua localização geográfica, caracterizando de forma superficial um modo de vida e relações sociais. Neste estudo, admitimos essa listagem como uma classificação provisória e parcial elaborada com objetivos diferentes por agentes da Igreja e órgãos oficiais.

4.1 Modo de Produção e Autonomia

A formação histórica de segmentos mais antigos do campesinato na Amazônia origina-se da ruptura de escravos com as estruturas econômico-sociais do passado colonial, representada pela fazenda ou o engenho, constituindo-se nos grupos camponeses mais antigos da região. Corresponde, no tempo, à formação da propriedade, via distribuição de sesmarias, e à organização das denominadas colônias de ocupação e de povoamento. Sesmeiros e colonos detinham possibilidades de adquirirem escravos para desenvolver uma agricultura projetada em nível comercial. Os ex-escravos transformam-se em segmentos camponeses, no ato de ruptura com a relação de propriedade escrava e ao definir, ao lado de uma situação de domínio espacial nos antigos quilombos, as condições de sobrevivência com base na exploração agro-extrativa do território sob seu controle. Esse domínio escaparia a qualquer formalização jurídica até o reconhecimento das *ocupações especiais*, na Constituição de 1988.

A identidade étnica desse grupo é recriada pela memória das lutas de seus antepassados, marca de uma conjuntura histórica e forma primeira do seu processo de construção social e de diferenciação face aos outros, que estruturou de forma complexa, as resistências à dominação no presente século. Sua existência contraria o processo de integração/exclusão à sociedade dominante e branca, ocorrido com a maioria dos grupos negros no país, resultando em sua negação. No presente, as situações de interação delimitam interesses e valores específicos do grupo. As dimensões objetivas e subjetivas da sua identidade estão na definição da natureza e dos limites do grupo, no reconhecimento do *nós* que se afirma pela percepção do *outro* e que é constituído pelas redes e coalizões que envolvem esses atores. Uma coalizão importante está nas políticas expropriatórias que partem da sociedade dominante. De outro lado, o modo

de cooperação e as práticas associativas são substanciais para a permanência e unidade dos grupos.

Essas práticas conformariam um *modo de produção doméstico* ou familiar na região do Trombetas, o qual é dominante e foi essencial à permanência dos negros desde o início deste século nos núcleos de Cachoeira Porteira, Abuí, Abuizinho, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Macaxeira, Mãe Cué e Boa Vista, e somente pode ser entendido pela análise de seu complexo sistema social e econômico. Todos os membros da família envolvem-se nas diferentes tarefas que garantem a produção comercializada ou não. A participação de crianças resulta em práticas que regulam a socialização das novas gerações e a aprendizagem dos processos produtivos. O trabalho em grupo é uma forma de racionalizar suas forças produtivas e maximizar os resultados e os limites impostos pela natureza a uma economia agro-extrativa. Apesar do uso de diferentes técnicas aplicáveis de forma especial nas várias atividades desenvolvidas pelo grupo, a base de seu modo de produção reside nas técnicas de organização do trabalho.

Tais técnicas implementadas na agricultura e no extrativismo remontam às gerações dos quilombolas, quando produziam tabaco, algodão, mandioca, frutas, e coletavam desde salsaparrilha, cacau e madeira até a castanha. As dificuldades técnicas e os limites impostos pela natureza - fertilidade de solos, tempo de gestação das espécies e acesso problemático pelas cachoeiras ou pela densidade da mata - certamente contaram na invenção das práticas coletivas de produção e transporte. O tempo dessa invenção, da produção desses sistemas, não é linear. Podemos supor uma primeira ruptura de grupos provenientes de ecossistemas do continente africano, desenraizados pela escravidão. Num outro momento, responde por trocas de saberes com culturas indígenas, no alto das cachoeiras, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos. A questão é

saber quanto tempo levaram para produzir esses sistemas de conhecimento, a fragilidade e os riscos de perdas desses saberes, face intervenções externas. A coesão e a solidariedade do grupo amadurecidas no constante confronto com atores da ordem escravocrata, reforçaram não somente a rede interna de relações políticas e sociais, como também, as estruturas de produção e culturais. Desta forma, chegaram até a atualidade os elementos essenciais dessa gestão coletiva do trabalho, cuja base é a concepção de propriedade comum da terra e da unidade natureza e sociedade.

As forças sociais atualmente mobilizadas no Trombetas e Erepecuru (Cuminá) estão adaptadas às exigências de subsistência do grupo doméstico e da comunidade mais ampla, conseguindo potencializar as forças individuais, conforme demonstraremos mais adiante. No caso do Trombetas essa organização do trabalho não se limita ao grupo doméstico, pois a teia de relações sociais da comunidade é importante particularmente no *puxirum*. Embora as terras sejam de usufruto comum, as famílias têm acesso a elas enquanto membros do grupo, escolhendo seus sítios, locais de roças e circulando nas áreas de pesca, caça e coleta vegetal. É pelo trabalho que a família usufrui de parcelas de terras e de seus recursos.

A família define as tarefas e os momentos dedicados a cada atividade e a distribuição pelos membros do grupo, mas também, é a guardiã dos valores culturais que resguardam, em última análise, o modo de produção. A roça tem a função de atender necessidades familiares e produzir um excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade, com outros grupos domésticos e com a comunidade mais ampla, *bancando* reuniões padronizadas nos costumes para estreitar as relações de convivência.

Na divisão social do trabalho estabelecem-se as bases de realização dessa produção. Embora sob formas relativamente simples, a organização da produção se faz em vários níveis: divisão social do trabalho por sexo e por

idade; divisão social combinando a sazonalidade - inverno e verão - e divisão técnica do trabalho coletivo, como por exemplo, na fabricação de farinha. A produção é sobretudo potencializada pelas complementações estabelecidas entre homens e mulheres. No caso estudado por Bandeira, em Vila Bela, a autora comenta que a complementariedade homem-mulher;

“(...) expressa nesse tipo de especialização, não se circunscribe apenas ao âmbito restrito de cada grupo doméstico, mas opera positivamente em todas as estruturas do sistema econômico comunitário. A especialização do trabalho por sexo, como forma de organização do trabalho no sistema social, transcende aos grupos domésticos e às famílias” (Bandeira, 1989; p. 157).

Identicamente, há continuidade e racionalidade nesses processos e por isso constituem elementos de unidade que atravessam as comunidades do Trombetas. De forma prática, traduzem-se na realização das jornadas de trabalho, marcadas mais pela complementariedade entre homem e mulher do que por uma divisão rígida de papéis na produção. Não identifica-se, de forma marcante na produção, grande seccionamento entre *trabalho masculino* e *trabalho feminino*, embora o trabalho doméstico seja realizado basicamente por mulheres e as tarefas de derrubada da mata para plantio, por homens. O desenvolvimento de sistema econômico praticado pelos produtores do Trombetas, e outros grupos freqüentemente denominados ribeirinhos ou extrativistas da Amazônia, requer uma polivalência de conhecimentos e de habilidades.

O processo de expropriação das qualidades do trabalho humano nos quatro últimos séculos, foi tema de estudo e de intensos debates nas áreas acadêmica e política. Buscava-se compreender os efeitos do regime salarial sobre as forças de trabalho. No entanto, essas análises não serviriam, a não ser como referência, para entender o valor e as qualidades exigidas pela

economia agro-extrativa aos *filhos do rio*. Torna-se necessário compreender os fundamentos que perpassam as relações entre esses homens e a natureza ao recriarem cotidianamente o seu modo de produção. Investigamos algumas dimensões desse relacionamento, como exercício de construir uma síntese mais acabada sobre as qualidades do trabalho continuamente requeridas *aos povos da floresta*.

4.2 Ordem e Tempo da Natureza

O rio e o ciclo de águas é incorporado como dimensão fundamental na vida das *comunidades ribeirinhas* da Amazônia. No caso dos grupos do Trombetas há ainda a particularidade de terem tecido contínuos laços de cumplicidade com a natureza, ao reinventarem sua liberdade, mantendo fortes traços culturais com esse conteúdo. Pela via das cachoeiras, decifram os segredos e o domínio da complexa rede hidrográfica que garantiria sua vida nos quilombos. Depoimentos recolhidos entre os anciãos, testemunham o recurso à imagem dos rios, igarapés e lagos, como percurso para chegar aos campos da memória onde estão depositadas as lembranças dos antepassados:

“Até agora tem os sinár dos antigos, as capoeira, as muralhas de forno onde colocavam folha, tudo a gente inda vê aí. Eles escolhiam terra boa, escolhiam terra preta e as plantas que é mais resistente, estão lá... a gente inda vê limeira. O nome da vila é conforme o nome do rio... que eles davam. O primeiro deu o nome de Campiche... o último é nome de rio também, é Turuna, que é um afluente do rio Grande” (Entrevista, out. de 1990).

As águas cedem ou enchem, e o calendário agro-extrativo dos trabalhadores negros do rio Trombetas realiza um novo movimento. Essa sazonalidade identifica a plasticidade aos tempos da natureza, na construção cotidiana da vida. Nos meses de junho a agosto, descortina-se o tempo de

trabalho intensivo na roça. De janeiro a maio, os castanhais do Trombetas são visitados, habitados pelas famílias que temporariamente o povoam e o enriquecem por novos sons da coleta, da quebra da castanha. Nos demais meses, outras atividades intercalam-se com a mais permanente no calendário anual, a roça.

A concepção do tempo social e do tempo individual encontra-se regulada pelo tempo da natureza. Suas jornadas seguem suas sinalizações, definindo tempos de caçar, de pescar, de coletar (castanha, madeira etc...) e de fazer roça. Essas dimensões de tempo constituem uma sabedoria e restabelecem o equilíbrio necessário para, como falam, *adornar o rio e a floresta* e permanecerem livres. Evitam, assim, mecanismos que possam não só implicar em outras forças técnicas de domínio da natureza, como também uma maior sujeição ao trabalho que possa ocasionar rupturas de seu modo de vida.

As atividades produtivas e suas formas de realização apresentam-se atravessadas, no discurso e na prática, pela divisão entre *verão* e *inverno*, demarcações do tempo que correspondem à sazonalidade do trabalho. A incidência das chuvas encontra-se com a *cheia* dos rios, quando o principal é a coleta da castanha; o período de *seca*, é representado por eles como o *tempo da roça*, fundamental na reprodução material do grupo e na intensificação das relações de sociabilidade, fase em que a diminuição do volume d'água, em rios, igarapés e lagos, descobre as praias, desnuda as margens e alonga a floresta. Altera, por uma série de processos complexos inerentes aos ecossistemas de florestas úmidas tropicais, os recursos apropriáveis pelo homem e a própria paisagem, que se renova com a beleza particular de cada estação, segundo os ciclos de vida da natureza.

A ordem dominante em nossa sociedade de classe tem negado historicamente esse saber prático acumulado sobre a complexidade dos

ecossistemas. Respalhando-se em representações que reforçaram, no passado, os preconceitos contra negros e índios, essas práticas de trabalho são vistas como improdutivas, atribuídas à *preguiça, indolência e vadiagem*. A articulação da vida ao tempo natural é esvaziada de sentido pela afirmação do não-trabalho. Isso quando, de fato, a divisão do tempo em *inverno* e *verão*, que permeia a estrutura da vida econômica da comunidade, organiza, também, os momentos do calendário anual de festas e da religiosidade, de manifestações políticas, de maior ou menor integração nas relações familiares, de visitas a amigos e parentes em outras comunidades negras situadas no rio Erepecuru (Cuminá), e ainda, com menos frequência, às cidades de Oriximiná, Óbidos, Porto Trombetas e Santarém. Manifestações sociais que, em última análise, têm sua referência temporal no regime dos rios e, em sentido mais amplo, no ritmo da natureza.

Igualmente, o grupo doméstico recria seus hábitos alimentares baseado em regras de seu sistema classificatório, que seleciona alimentos preferenciais segundo as estações do ano, a exemplo da caça, priorizada no *inverno* por estar mais gorda e suprir necessidades protéicas identificadas nos costumes do grupo:

“... nós gostamos sempre que a caça esteja gorda, queremos coisa mais gostosa, então vamos sempre buscar no inverno, quando a caça tá gorda. No verão tá magra, vamos comendo o peixe. Então depende da época também o tipo de nossa alimentação” (Entrevista, out. de 1990).

O peixe, além de abundante no *verão*, é considerado por eles mais apropriado à saúde em momentos de intenso calor e quando o trabalho da roça os impede de fazer longas caçadas. Consideram, ainda, a carne de caça um alimento forte por exigir processos digestivos mais demorados, razão de seguirem um sistema seletivo de espécies para compor as práticas alimentares. O consumo segue, portanto, regras de alternância do mesmo tipo de caça, como condição de reciclagem alimentar, cuja seleção se faz com

base nos mesmos princípios utilizados para classificar a fauna existente. Essa interessante forma de manejo das fontes naturais de alimentação somente é possível em situações de profundo conhecimento do meio ambiente. Os negros do Trombetas receberam dos índios localizados acima das cachoeiras um *saber extrativo* elaborado de suas relações com a natureza, mas eles foram, também, sujeitos desse processo no sentido de inventarem novas maneiras de pensar e agir sobre essa mesma relação homem/natureza, acumulando um conhecimento socialmente repassado às atuais gerações. Uma primeira lição a retirar dessas práticas alimentares é de não inibirem a reprodução das espécies que servem ao consumo familiar, garantindo a reprodução desse modo de vida às gerações futuras. O manejo de recursos extrativos, nessa modalidade, contesta as formulações sobre o papel depredador que teriam desempenhado as *comunidades ribeirinhas* em relação à fauna amazônica. Depreende-se das suas falas, serem eles portadores de uma sabedoria que lhes permite integrar sua ordem social à lógica da natureza, o que constitui para as primeiras gerações de negros refugiados nos quilombos dos rios Curuá, Trombetas, Mapuera e Cuminá, condições necessárias à sobrevivência e à defesa contra as inúmeras ameaças que representaram a ordem escravista, através das missões políticas e religiosas de captura aos negros fugitivos e dos mecanismos viabilizadores da produção de recursos extrativos para o circuito mercantil.

A ordem da natureza é interpretada seguramente sem o rigor de um conhecimento produzido pela ciência, mas gerador de um saber prático eficiente em relação ao seu modo de produzir e viver. Nessa linha encontram-se as conclusões de Godelier a propósito da racionalidade intencional de cada sistema econômico-social, baseado no estudo sobre os Bushmen e outros grupos que o levaram a interpretar que:

“(...) cada sistema econômico e social determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana, e, por consequência, determina as normas específicas do ‘bom’ e do ‘mau’ uso de seus recursos e desta força, ou seja, uma forma específica, original

de racionalidade econômica intencional. Por racionalidade intencional, entendemos um sistema de regras conscientemente elaboradas e aplicadas para alcançar, da melhor maneira, um conjunto de objetivos” (Godelier, 1984; p. 61 - tradução nossa).

O saber prático dos negros do Trombetas alimenta, em processo contínuo, suas necessidades cotidianas e pode ser conferido pela forma como são classificados diversos campos da natureza. A capacidade de classificar segundo categorias, os objetos reais, importa numa construção de significados para o processo de comunicação. *“A língua foi feita para comunicar, portanto, para ser compreendida, decifrada, pois o universo social é um sistema de ‘trocas simbólicas’ e a ação social um ato de comunicação”* (Bourdieu, 1977; p. 3). Comunicam-se entre si, recriando imagens, reconstruindo termos e enunciados, inspirados na natureza que os cerca. Mas é também a idealização do passado mediatizado pelos sonhos do presente, *“Oh! Mãe Cachoeira, se não fosse você eu não seria feliz”*. Com detalhes identificam tipos diferentes de fauna e flora, sons, movimentos, odores, tempo de vida, suas formas, usos e funções e, como elemento importante ao quadro de percepções, sua relação com a água.

A observação sobre o movimento das águas conforme vimos anteriormente, ocupa lugar central não somente em seu sistema de análise, mas também, na seleção das modalidades pelas quais desenvolve seu sistema produtivo. Detalhes desprezíveis a um observador apressado podem representar para esses antigos ocupantes do Trombetas sinais para iniciar ou encerrar uma atividade produtiva.

“(...) nós sabemos quando a caça tá difícil, a água está indicando. Por exemplo, no mês de agosto ou agora que estamos no mês de setembro, né, a água começa a encher, que nessa época é de vaziar, mas se ela por acaso começa a encher em dois ou três dias, o peixe fica difícil e a caça desaparece. Não se sabe porquê... mas você vai pescar, não consegue apanhar o peixe, cê vai caçar não consegue caça. A lua também diz muita coisa. Os mais antigos têm uma coisa com a lua. Por exemplo, se a lua tá fazendo, o

peessoal diz 'ah, a lua fiz cheia aqui pró nascente, então a caça tá mais pra esse lado do rio, do nascente"... se eles diz 'a lua fiz cheia pró poente', né, 'então a caça tá mais pra esse lado do rio'... e isso é só vê na prática. Certos tipos de tratamento só se faz pela lua" (Entrevista, set.1990).

Não há somente uma percepção dos recursos naturais aproveitáveis para sua sobrevivência, mas também, para explorá-los, colocam em funcionamento uma estratégia que objetiva satisfazer suas necessidades seguindo uma hierarquia de preferências em relação ao que plantar, coletar, caçar, pescar e preservar. A seleção do que plantar segue uma escala de preferência alimentar combinando critérios de diversidade de gosto, de costume, de valor nutritivo e possibilidade de sucesso no plantio. A partir dessa escala de preferência e da importância que ocupam os gêneros resultantes da caça, da coleta, da pesca e do plantio, é possível entender aspectos importantes de suas relações com o território comum. Praticam uma estratégia de deslocamento familiar em função das fontes de aprovisionamento, que podem ser a caça e a pesca, mas também, a presença de terras mais férteis para realizar seu roçado.

A percepção de terra comum e não privada tem papel importante nesses deslocamentos. Em tempos não estritamente regulares, o grupo doméstico procura se mobilizar em direção a lugares onde os alimentos desejáveis ou suas fontes estejam o mais próximo possível de seu lugar de residência. Sua permanência no mesmo lugar encontra limites nas condições do próprio meio natural. O ponto central dessa estratégia é o aumento do tempo de trabalho e o gasto de energia necessários para alcançar a distância entre o local de habitação e o local de trabalho. Há uma racionalidade que busca compensar, pela economia de tempo e esforço, as dificuldades impostas pelo uso de tecnologias rudimentares.

Os deslocamentos sendo no mesmo território comum - identificado como terras conquistadas por seus antepassados -, conservam os laços interfamiliares e as práticas que definem relações econômicas, políticas e culturais. A ampliação ou redução da distância geográfica não corresponde

à distância social, mas representa a presença e o domínio da territorialidade do grupo, ocupando uma função política reconhecida como positiva para o conjunto das comunidades negras do Trombetas.

A concepção de propriedade comum e os deslocamentos familiares influenciam na concepção que os grupos do Trombetas têm de habitação. Em geral, as casas são construídas com material recolhido na mata, como madeira e palha, dando um caráter de provisoriidade, podendo permanecer com uma de suas paredes laterais abertas ao vento. Sua relação com a natureza alcança uma integração que extrapola o espaço circundante da residência e invade o espaço da floresta, de rios, lagos, igarapés e cachoeiras, ambiente que lhes serviu para construir, ao longo de quase dois séculos, um modo de vida particular. Esse espaço é representado com forte dose de intimidade, a floresta traduzindo cumplicidade e segurança. Essa modalidade de vida encontra similitudes *com povos da floresta* de outros países, como é o caso dos Pigmeus, um povo caçador e coletor, sobre o qual diz Godelier:

“(...) para eles a floresta não é um segredo. Nela eles se orientam fácil e rapidamente. Mesmo se seu acampamento se desloca de mês a mês, é sempre sobre o mesmo território. Cada grupo está, portanto, em relação estável com a floresta que guarda em profundidade todas as espécies animais e vegetais que eles exploram para viver, em particular os antílopes e um número considerável de espécies vegetais... A floresta não é para eles somente um conjunto de populações vegetais, animais e humanas... mas é também uma realidade sobrenatural, onipresente, onisciente, onipotente sob a dependência da qual eles se encontram para se manter em vida” (Godelier, 1984; p. 52).

Neste caso, também, o imaginário reconstruído pela forte presença dos cursos d'água constróem socialmente a identidade étnica, resguardada ao longo de quase dois séculos pela rebeldia diante da ordem do *mundo branco*. Guardam do passado, a aprendizagem de que as águas são o caminho para decifrar a natureza do Trombetas, e também, para produzir a vida material. Ainda que não lhes seja possível dar explicação para uma série de fenômenos observados,

as ações práticas funcionam pelas respostas que são dadas nas relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. Há uma racionalidade na seleção daquilo que é socialmente acumulado, reciclado e socializado. Essas concepções da natureza, águas e floresta, são difíceis de serem entendidas sob os valores de lógicas que presidem a sociedade capitalista, fundados em princípios que negam a territorialidade e a etnicidade desses grupos. São maneiras diversas de perceber, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais. Trata-se de dois sistemas onde o técnico-econômico funciona sob normas diferentes e que dão resultados e efeitos, também, diferentes no meio ambiente. No caso das comunidades do Trombetas, esses elementos ideológicos e políticos resultam incompreensíveis para o conhecimento técnico-econômico pelos fortes traços do preconceito racial contra o negro.

No interior da sociedade local a diferença étnica é negada através de discursos discriminatórios, nem sempre nuançados. A exclusividade de espaços de *brancos* e de *negros*, em celebrações lúdicas, é retratada por uma entrevistada ao referir-se a uma festa em Boa Vista (comunidade mais próxima de Porto Trombetas, vila da Mineração Rio do Norte):

“Digamos que Boa Vista convida a Comunidade de Mãe Cué, do Tapagem, do Abui, pra uma festa ou encontro. A gente se arruma naquele dia e vai lá. As vez a gente faz aquela conversa, acerta tudo e no final a gente dá uma dança, mas só nego com Nego, que branco não gosta que a gente vá mesmo na dele... nego não passa nem de uma cerca que tem lá...”
(Entrevista, out. de 1990).

A manifestação difusa do preconceito racial reafirma e positiva a etnicidade do grupo, costurando suas relações com o passado, onde suas festas encadeavam-se com o ato de produzir e de desfrutar a fartura, a troca, alternando-se entre dias e estações.

4.3 Mundo do Trabalho na Roça

Associada ao *verão*, a roça representa para os negros do Trombetas a atividade principal. Ela fornece uma diversidade considerável de produtos como cereais, raízes, frutas e legumes. É também um momento de fortalecimento dos laços de solidariedade, por corresponder à intensificação das relações intra e interfamiliares em função da organização do trabalho em suas diversas fases, através do trabalho familiar e do *puxirum*. O chamado *puxirum* constitui uma *técnica social* de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua. Na medida em que os trabalhadores assumem com intensidade tarefas idênticas, há uma outra força que se coloca em marcha, não redutível à somatória das forças individuais. O modo de colaborar é ele mesmo uma força produtiva. Força de trabalho oriunda do corpo coletivo, cuja atividade comum potencializa energias físicas e psíquicas. A execução da derrubada de uma área, cujo cálculo equivaleria ao trabalho de 20 dias/homem, pelo sistema de *puxirum* pode ser realizada em um dia por 12 homens. Constitui um mecanismo de racionalização do tempo e do esforço individual, estabelecendo-se sobre regras que definem a troca de tempo de trabalho. Compõe-se a atividade de roça em quatro fases principais: derrubada, plantio, capina e colheita. O *puxirum* é realizado nas etapas que exigem maior intensidade de trabalho. A derrubada (ou roçado) é feita por homens. O plantio, onde as práticas apoiam-se no trabalho familiar, participam vários grupos domésticos acordados no contrato de colaboração. Os trabalhadores envolvidos no *puxirum* não se relacionam sob bases de remuneração da força de trabalho ou parceria. O que está presente é um sistema organizando a troca de tempos de trabalho relativamente iguais para tarefas semelhantes e socialmente necessárias. Somente por exceção e segundo acordos prévios, deixaria de corresponder a tarefas iguais, a exemplo de um companheiro que trocaria o trabalho de derrubada da roça pela busca de alimentos (pesca ou caça) para suprir o grupo no *puxirum*. Nessa perspectiva, as mulheres

também participam do puxirum, encarregadas da preparação de alimentos. Os costumes que estabelecem as condições e as regras dessa troca prevêm o seu uso, também, mas de forma excepcional, na quebra e no transporte de castanha em áreas distantes e com grande densidade dessa espécie.

Essas estratégias de organizar o trabalho e suprir dificuldades impostas pela ausência de tecnologias mais avançadas, representam um dos aspectos da racionalidade do grupo para apropriação de recursos naturais. Expressa portanto o uso racional das forças produtivas, para o qual subjaz um cálculo e uma comparação de custos que implicam outras alternativas de produção, em dadas condições técnicas.

O estabelecimento de uma ordem cronológica no atendimento de cada família envolvida nessa prática depende de regras bastante simples, definidas a partir da formalização de um *convite*, termo por eles utilizado. A iniciativa pode ser tomada por cada grupo doméstico. Definem-se assim *convites* e *convidados*. A esfera de participação na troca de *convites* restringe-se, freqüentemente, à própria comunidade - não exclui portanto a possibilidade de membros de comunidades próximas participarem -, embora a roça seja familiar. Nas palavras de um entrevistado são apontados elementos dessa racionalidade, indicando os códigos e as normas sociais do convite:

“È tudo pra derribar roçado de 3, 4 tarefas e ninguém tem moto-serra ... é na lei do cabo de machado ... então só pra um home cortar o dia todo, então nós faz o puxirum, sabe? O nome dessa união é puxirum. Então no dia que é meu serviço eu convido meus irmãos, meus amigos, parentes, aí eles vão ... aí nós dá de pau de manhã e de tarde, aí pronto ... aí o outro já marca o dia dele ... aí nós vamo juntos lá. E é assim que nós temos trabalhado aqui”

“Ah ... aqui é uma comunidade ... bastou avisar e daqui um certo tempo o pessoal chega lá ... Aqui a união é certa, né? ... A gente tá agora tudo espalhado, cada um lá na sua casa, mas no dia do serviço vem tudo, basta avisar como to dizendo. Tem o presidente da comunidade. Avisa

pro presidente, o presidente faz a fala lá. Diz “olha, tar dia é o puxirum do fulano”, aí eles marcam ... tem um caderno lá. Naquele dia o pessoal tá tudo lá ... Aí um dá a comida, outro dá a farinha e é animado”. (Entrevista, set. 1990).

Depreende-se como princípio articulador desse processo o seguinte: cada família prepara sua roça contando com ajuda de convidados (cerca de 15 homens para realizar a derrubada e um número acordado de famílias para a fase de plantio), comprometendo-se a retribuir o tempo de trabalho incorporado em seu próprio roçado, participando da fase de derrubada dos demais. Os negros do Trombetas explicam essa relação como uma *troca de dias*. Um sistema de regras instituídas nos costumes, desempenha a função de controle sobre os compromissos assumidos na troca de tempo de trabalho, garantindo eficiência na reprodução dessa modalidade de organização. Tal procedimento dá uma mobilidade aos trabalhadores, deslocando-os pelos roçados das famílias na fase de execução de tarefas mais demoradas e penosas.

O plantio recompõe o trabalho da unidade doméstica. A *troca de dias* se amplia ao âmbito familiar. A preparação de alimentos por mulheres é uma atividade percebida não apenas como função produtiva, mas também, como elemento importante para estreitar laços de convívio coletivo e integração das relações comunitárias em vários planos, incluindo o lazer:

“(...) o que de importante é que no verão dá o roçado. Pelo menos o roçado aqui no verão é uma coisa animada pra nós. porque nós fizemos o roçado como puxirum... aí vai criança, vai moço e velho ... e dura tempo até chegar o roçado do último ... chega no domingo na comunidade e aí basta dizer ‘olha o meu roçado é tar dia’ e aí todo mundo vai...”

Nas práticas de auto-sustentação das comunidades negras do Trombetas parecem não serem prestigiados os espaços da acumulação individual. Esse grupo não poderia, a nosso ver, ser considerado com pobre, se compararmos com a pobreza urbana da grande maioria de assalariados do país, incapaz de

promover a mesma abundância e diversidade alimentar garantida pelo modo de produção agro-extrativo, ou a de camponeses despossuídos de suas terras, sem condições de reproduzir suas roças.

O estudo dos Bushmen levou Godelier a tecer reflexões muito aproximadas a observações que tivemos nessa pesquisa sobre a profunda integração entre conhecimento do ambiente e padrão de vida das comunidades. Comenta o autor que:

“(...) o primeiro ensinamento a tirar dos Bushmen é que o homem dito primitivo não vive continuamente nos limites das possibilidades de seu sistema à beira da fome ou da catástrofe. Os Bushmen sub exploram as possibilidade alimentares de seu meio ambiente. O mesmo ocorre com os Pigmeus Mbuti... deixam inexplorados um grande número de nichos ecológicos pertencentes a seu meio ambiente” (Godelier, 1984; p. 60).

O fato de nenhuma família ficar sem roça reafirma práticas de igualdade de condições e a responsabilidade compartilhada na reprodução do grupo e do patrimônio cultural, para alcançar esses níveis de relacionamento e reciprocidade, vigiam pela igualdade de trocas, distinguindo cada situação:

“(...) a gente faz troca de dias. É, é troca de dias. Assim todos vão fazendo a roça de todo mundo na comunidade. Se alguém tiver doente e não puder botar roça, fazer puxirum, os outros fazem o roçado dele. Ninguém fica sem roça”. (Entrevista, out.1990).

A relação diferenciada que esses camponeses mantêm com a natureza aparece ainda em outros planos, revelando detalhes sobre a manifestação de sua racionalidade. A exemplo, os lugares selecionados para os cultivos são semi-inclinados, logrando assegurar a matéria orgânica, e, ao mesmo tempo, assimilar o regime de chuvas, conforme as necessidades das distintas espécies plantadas.

A escolha sobre o lugar da roça é atributo do grupo familiar. É também quem define seu tamanho segundo suas necessidades de consumo, estimando

um excedente anual que lhe permita desenvolver o sistema de troca comunitária. Cálculo que entra na avaliação do tamanho da roça. A disponibilidade de braços masculinos conta na dimensão da roça.

“O número de homens vai depender do convite e do tamanho do roçado. Quase sempre se faz um roçado que não é grande, nós não usamos roçado grande. E roçado simplesmente para manutenção, pra alimentação. Tem vez que vai de 20 homens, ou mais. Aí o roçado pode ser feito em um dia” (Entrevista, out. 1990).

O mais comum no Trombetas é encontrar-se roças de pequena dimensão, em tomo de 3 a 5 tarefas, cujos trabalhos são realizados de junho a agosto. A seleção da parcela de terra indica uma orientação segundo o legado de terras de uso dos índios, conforme referência de um entrevistado:

“A terra preta, nós conhecemos por aqui como antigas áreas de índios, que eles têm conservado com um tipo de estrumo, que eles queimavam aqueles pau velho. Em cada plantio eles foro distribuído os toco das árvores e aquilo contaminou na terra. Então é aprofundadamente uns dois metros mais ou menos, pró fundo da terra, daquela área de terra preta, a primeira camada é de terra preta” (Entrevista, nov. de 1990).

Nesses solos os plantios são de café e de cacau, respondendo à melhor adaptação às exigências das espécies. A roça de mandioca está associada a deslocamentos para diferentes lugares dentro do território comum, de tal forma que compense as deficiências do solo, como a acidez. Ao mesmo tempo, esse rodízio permite reciclagem e manejo. As técnicas de plantio baseiam-se em um tipo de associação, como policultivos que favorecem o equilíbrio e ajudam na recuperação dos solos.

Através dos seus depoimentos revela-se um discurso sobre manejo e preservação do solo que, a nosso ver, não fere as práticas exercidas no âmbito da agricultura. Manifestam cuidados na forma de combinar plantas e recursos.

“Cará, banana, tudo isso eu coloco na minha roça, no meio da maniva. Se planto a banana, primeiro banana... quando tá numa certa posição, eu planto a maniva... se plantar primeiro a maniva ela estanca a banana. E também preciso combinar a terra, as planta pra não atrapalhar uma a outra” (Entrevista, out. 1990).

Na organização do trabalho da roça, a divisão de tarefas entre homens e mulheres aparece mais visível. Embora seja importante na maximização do rendimento e na economia de esforços, essa divisão traduz outro elemento funcional ao seu modo de vida: a integração de todos os membros da família na sua auto-reprodução. Mesmo as crianças têm papel definido ao ajudar os pais em certas tarefas, participando de momentos de aprendizagem da cultura do grupo. Uma vez que a preparação da roça é estritamente atividade masculina, o trabalho familiar estende-se pelas fases de plantio, capina e colheita. Esta última não corresponde a um período particular, mas alonga-se por todo o ano, pois raízes, cereais e mesmo frutas são colhidos de acordo com as necessidades de subsistência, em pequenas quantidades.

O trabalho da roça tem como eixo a plantação da mandioca. A partir dela, o espaço é esquadrihado. Utilizando-se do conceito de quadra, identificam o espaço reservado à mandioca e às espécies: arroz, feijão, melancia, jerimum, cará, batata-doce, macaxeira e outros. A preparação da roça no verão implica na seleção de sementes e de talos para enxerto de certas espécies. É a época de continuar a colheita e de intensificar o preparo da farinha. Os agricultores *do rio* verificam qualidade de sementes, dos talos de mandioca, dos brotos de abacaxi, de enxertos de outras raízes, submetidos à classificação e conservação, por tempos variados de acordo com as particularidades de cada espécie. Começa aí um novo ciclo de plantio.

O verão permite um trânsito melhor pela floresta na procura de sementes, paus, ervas e fibras, mas também, indica a fase de queimadas, de limpeza dos

terrenos, de plantio de árvores medicinais e comestíveis. Nas vizinhanças da moradia realizam a limpeza dos quintais, onde serão mais uma vez semeadas fruteiras e os canteiros com cheiro-verde, pimenta, chicória, cebolinha, entre outros (ver Quadro 6). Este é o lugar de uso doméstico, o mais próximo e imediato para uso culinário e para alocar ervas medicinais que constituem acervo precioso do grupo, garantindo o cuidado nas doenças. Plantam, também, ervas e raízes que formam parte do ritual religioso, do arsenal de banhos, defumações e outras manifestações de comunicação com o campo do sobrenatural, tão importantes nas práticas cotidianas. Essas comunidades vivenciam momentos expressivos de sincretismo religioso. Encontram-se aí marcas da experiência social acumulada desde a época de cativo, no âmbito das relações com os brancos e seus costumes.

Esse período corresponde, ainda, a maior permanência da família no sítio de residência e na própria comunidade. Por isso é também o momento mais propício para planejar e ensaiar suas pesquisas agroecológicas. O sentido da experimentação, do ensaio-erro e do reconhecimento, está presente nessa rotina. Aos olhos externos, aparece simples e acanhada quando comparada ao mundo da tecnologia e da produtividade realizadas pelas forças de trabalho assalariada, onde a ciência segue outra lógica e racionalidade. Alguns moradores da comunidade Mãe Cué ensaiaram trazer mudas de cacau e plantar na outra margem, na Reserva Biológica do Trombetas, justamente onde encontraram terra mais fértil e apropriada. Pretendiam reeditar as plantações de cacau tratadas pelos negros auto-libertados, como patrimônios das novas gerações. No momento, selecionam e experimentam as espécies de tabaco, também cultura tradicional que manteve continuidade nos costumes do grupo.

Quadro 6: Plantios encontrados nos quintais das casas das comunidades negras do trombetas

Categorias	Discriminação
1. Alimentares: • Hortaliças/Raízes • Fruteiras	<p>Alface, batata, batata-doce, cará, chicória, cheiro verde, couve, cebolinha, favaca, fava, feijão, jerimum, mandioca, maxixe, macaxeira, pimenta malagueta, quiabo, salva.</p> <p>Açaí, ananás, abacate, biribá, banana, castanha, cupuaçu, café, caju, cacau, coco, cana, goiaba, guaraná, ingá, jaca, limão, laranja, manga, melancia (tatuia), mucajá, maracujá, mamão, pitanga, pupunha, tucumã, urucu.</p>
2. Medicinais: • Usos e Curas Materiais e • Espirituais:	<p>Alecrim, arado, alho, andiroba, butá, calinga, camilaten, casca-doce, ciosa, copaiba, casca-de-preciosa, cipó-pajé, chicória, cravo, capim cheiroso, calido, catinga, depreciosa, ervão, grajio, gergelim, hortelã, hortelã grande, telãozinho, ingirataia, judá, julão, laranja lima, laranja (casca seca), laranjinha, mastruz, manjirona, murucaá, marapuana (raiz), maginca, maipinca, maipirana, mu, melhiare, orubucal, paratodo, quina, sândalo, sena, sava-de-maranho, sicurijuzinho, salva do marajó, sabugueiro, urubuca, urubucaá, urtiraga, verônica, velili, zaracura.</p> <p>Arruda, camilitana, pau-de-angola, peroba, espírito-ibirataia, banha de tartaruga.</p>
3. Artesanais	Cuia, envira de munguba, urucu, tucumã, tucum.

Fonte: Pesquisa de campo/Outubro - dezembro, 1990-1992

A estação da *seca* é ainda o tempo de reconstruir as casas, de fabricar canoas e cascos, de elaborar instrumentos de trabalho, musicais e utensílios domésticos. Refazem o deteriorado, aquilo que foi decomposto e que não pode faltar no novo ciclo de vida. O verão tem essa significação de início, de começo de novo ciclo. Tem a ver com as características da natureza, com as diferenças em relação ao inverno, com as *cheias* e as águas fortes, muitas vezes provocando demolições. Em um dos sítios visitados o grupo familiar havia

perdido, na cheia de 1989, quarenta pés de laranjeiras e número importante de outras fruteiras do quintal. Em Mãe Cué, um agricultor registra perdas com as cheias do rio, reconhecendo as diferenças nas plantações de terra firme incentivadas pelos antepassados:

“... várias coisas, assim, faz lembrar daqueles tempos ...O meu cacau, a água matou, tava bonito, a água cobriu com mais de metro. A laranja que eu tinha na vargem a água matou. Agora, lá na terra firme tão tudo bonito, e eu quando morrer vou deixar aí um laranjalzinho prós filhos contarem as mesmas coisas que nós contamos dos velhos”.

Em torno das residências é costume a plantação de fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, constituindo típicos sítios ribeirinhos da Amazônia. Esse plantio do quintal é ocupação principalmente da mulher, mas sem exclusividade. O quadro a seguir permite visualizar como a divisão social do trabalho por sexo, no Trombetas, organiza a produção. O grupo doméstico incorpora em seu tempo de trabalho a produção dos utensílios com os quais se serve para realizar as inúmeras atividades necessárias à sua reprodução, elas também estão perpassadas por uma divisão sexual. A atividade de caça, quando as condições de acesso e o local de busca são distantes e impõem maiores perigos, é tarefa reservada aos homens, embora não haja regras rígidas que impeçam o exercício dessa prática por mulheres. A pesca, em muitas ocasiões, mesmo apenas para subsistência do grupo familiar é, na maior parte das vezes, realizada pelos homens. Observamos muitas mulheres saírem em busca de suprimento de pesca, abastecendo mais de uma família com o produto alcançado. As regras que delimitam esses espaços do trabalho masculino e feminino têm uma dimensão que tende mais à complementariedade do que à exclusividade.

Quadro 7: Divisão sexual do trabalho nas atividades

Exclusividade	Atividades	
	Não rígida	Complementariedade
Masculinas	Femininas	Masculinas e Femininas
Derrubada	Alimentação familiar	Plantio da roça
Roçado	Alimentação de trabalhadores do puximum	Capina da roça
Coleta de castanha em castanhais distantes	Criação de animais	Colheita
Pesca mais avultada, com deslocamento noturno	Plantio no quintal	Preparo da farinha
Caçada	Caça (pequeno porte)	Coleta da castanha em castanhais próximos
Confecção de canoas		Pesca para as necessidades imediatas do núcleo familiar
Confecção de instrumentos de pesca		Preparação de utensílios de trabalho (paneiros, tipiti, ralo, roda, remo, cuias, peneira, pé-de-cabra etc.)
Confecção de equipamentos para farinha		Fabricação de utensílios domésticos.

Fonte: Pesquisa de Campo. Outubro-dezembro, 1991.

As novas relações que se estabelecem no Trombetas atingem, em certos níveis, a territorialidade e a forma de organização das comunidades negras, mas nelas permanecem elementos fortes que estruturam a resistência e manutenção de seu modo de produção. Isso é percebido na permanência e inovação de outras práticas desenvolvidas em relação com a sazonalidade.

4.4 Tradição de pesca no Trombetas

O verão traz consigo maior presença de peixe na dieta alimentar. Os pescadores defrontam-se com alterações na coloração da água, na profundidade do rio, nas mudanças de cardume e, com elas, a tarefa de seleção dos equipamentos segundo as preferências, antes de sair para pescar. Comprovam

e conferem presenças e ausências de tipos de peixe. Essa atividade percorre o calendário anual, embora seja mais intensiva no verão. O rio Trombetas, seus afluentes e lagos, são cursos com variedades de peixes e seus moradores os classificam segundo tamanho, cor, quantidade, características morfológicas e comportamentais da espécie, determinando a seleção de técnicas apropriadas e as formas de captura. O depoimento de um velho morador evoca ainda a variedade ao estimular a memória pelo ordenamento de tamanho:

“Tem tanto peixe que a gente nem lembra os nomes... Vou falar desde os maiores: é o peixe-boi e o pirarucu. Agora tem a piraíba, tem pirara, dourada, tambaqui, tucunaré, arauanã, surubin, canamoto, traíra pequena, matrinxão e jatuarana, pacu, cana, a cana e o pacu grande... O camunaim também é grande e maçai, são os três tipos de pacu maior que tem. Agora, daí vai diminuindo, tem o raurau, pacu branco, pacu jolhoso (brebe) e o anhangá. Os miudinhos é o aracu, cará... Cará tem diversos tipos; tem o cará-preto, o cará-roxo, tem cará tucunaré, tem cará-mandurão... baruca, caratinga, o outro é caraguaçu. Há outro tipo de cará, é o mereré, tem a sardinha que é peixe pequeno. É verdade, tem ainda o arari, que é um peixe danado que só pra pegar ele...”

Relatos de viajantes registram outros tipos de peixe que serviam à dieta alimentar nos quilombos. Madame Coudreau faz interessante descrição sobre as pescarias realizadas para suprir necessidades em sua expedição. Cita o peixe-cachorro, pirarara e traíra. (Coudreau, 1889; p. 63-64).

Desde meados do século passado a pesca do pirarucu tomou importância comercial. Submetido a processo de secagem ao sol as *mantas de pirarucu* mantinham os negros nas longas viagens empreendidas nas matas, na travessia de cachoeiras e lagos, durante o trabalho nos castanhais, constituindo ainda forma de renda monetária. Domingos Ferreira Penna, descreveria a *indústria* de Óbidos comentando sobre a pesca e seus produtos. Registra uma exportação em 1867 de 16.367 arrobas e 16 libras. Destaca sobre o pirarucu:

“O peixe (pirarucu) de que se faz uso geral na província como a principal base de alimentação do povo, apesar dos estragos que lhe fazem os pescadores semi-selvagens que não o sabem aproveitar, ainda existe em abundância nos lagos...”

Até recentemente o pirarucu seco representava um dos produtos importantes da contribuição dos negros na economia regional. Sua venda era feita em Oriximiná e Óbidos ou comercializado diretamente com os regatões que aportavam em seus locais de habitação.

Atualmente, a pescaria não representa uma atividade comercial no Alto Trombetas. A prática de salga do pescado restringe-se ao consumo familiar, realizada, sobretudo, como forma de manter traços culturais e abastecer viagens de trabalho do grupo doméstico, na caça e na coleta de castanha. A preferência é pelo peixe fresco, apanhado em proporção às necessidades.

“A gente só pega pra aquele almoço, para não estragar. A gente tem o cuidado de não estragar o peixe, porque se a pescaria dá muito a gente tem de sargar... O gosto do peixe fresco é mais apreciado”.

As técnicas utilizadas na pesca têm seu sucesso sobretudo pelo saber acumulado, que permite a combinação de fatores importantes: horários adequados, destreza individual e utensílios apropriados. Citam como principais tipos de pesca: de linha, de arpão, de zagaia, de malhadeira (menos usada), cujos utensílios são referidos nos relatórios de viajantes de fins do século passado. A canoa é referida como um dos principais equipamentos, ao lado de anzol, itapuia, brite (bóia com *nylon* e anzol), arpão, zagaia, malhadeira e facão, além de paneiro, lanterna e arco e flecha. Registram como negativo e desnecessário o uso de paus venenosos, como o timbó. As técnicas usuais não apresentam características nocivas ao meio ambiente. O sucesso depende de saber adaptá-las ao ciclo ambiental e às particularidades de cada espécie de pescado. No caso do pirarucu, explicam que sendo um peixe de respiração aérea é apropriado o uso do arpão, requerendo habilidade reconhecida dos

melhores pescadores da comunidade. As técnicas de captura tornaram essa atividade uma atribuição generalizada entre o grupo familiar. Não causa surpresa manterem em suas tradições o uso de arco e flecha para pescar, como traço cultural aprendido nos intensos contatos com índios habitantes do alto das cachoeiras.

A tartaruga também foi comercializada, não somente para produção de carne, mas também, de *manteiga* ou *banha* para uso alimentar e medicinal. Essa prática corrente na Amazônia, provavelmente, foi assimilada da cultura indígena. “De 1885 a 1894 entravam oficialmente em Belém 123 toneladas de manteiga oriunda de ovos de tartaruga” (Ciências Hoje, Vol. 9, n°. 46/1989). Esse quelônio abasteceu de proteínas várias gerações no Alto Trombetas, tendo sido acumulado conhecimentos sobre seu hábitat e forma de manejo. Nos discursos dos negros são constantes as referências sobre a tartaruga e o papel que ela ocupou como alimento preferencial do grupo. Pova sua memória e remete ao modo de vida construído pelos antigos, para os quais seu consumo representava elementos simbólicos nos ritos e celebrações da vida social. Compondo o campo mítico nas expressões sobre os animais do rio, o escavar das lembranças remete às interações mantidas com a natureza, quando participavam das *virações* das tartarugas, no tempo de desova. Consideram essa interferência dos antigos na reprodução da espécie como uma forma equilibrada de manejo somente possível pela observação permanente sobre seu ciclo de vida.

As mudanças recentes, e, sobretudo, as proibições impetradas na área pelo IBAMA que se estendem à pesca de produtos tradicionalmente funcionais ao grupo, estão expurgando suas práticas e saberes, herdados dos quilombolas e dos índios kaxuana. No verso de um jovem compositor da comunidade de Abuí é recriado o novo significado para essa relação de dominação e interdições desse órgão praticadas por seus agentes:

*“E agora tão de repente, o homem perde o seu valor.
Se o homem mata outro homem.
Já não é mais crime não!
Se pegar uma tartaruga, é cem anos de prisão!”*

Transformações experimentadas por essa região nas duas últimas décadas tem alterado suas relações com o meio ambiente. Com isto, reduzem-se as fontes protéicas dos grupos, obrigando-os à aquisição de hábitos de consumo de bens industrializados, comprados nos comércios próximos. Essas alterações dos padrões alimentícios representam uma ruptura negativa na culinária e nos rituais da cultura dos quilombos.

4.5 Fabrico da Farinha

Da mandioca, produto principal da roça, retiram vários subprodutos: farinha, beiju, tapioca e crueira, destinados para consumo do grupo, comercialização e troca in ter familiar. A farinha da mandioca é o produto final mais importante na sua subsistência. Plantada no verão, sua fabricação acompanha todo o calendário anual de trabalho. Os tubérculos são retirados na proporção das necessidades familiares. A representação de segurança e fartura advém de um cálculo de cultivo e de rendimento do fabrico da farinha. A possibilidade de estocagem por mais tempo, assegura os momentos de sociabilidade e troca no âmbito da comunidade. A valorizam, ainda, por traduzir-se em renda monetária de forma mais ágil que a banana, a melancia, a laranja ou outros frutos e raízes produzidos como excedente.

O processo de trabalho inicia-se com a colheita de mandioca na roça, precedida de cálculos sobre a quantidade de farinha desejada e o tipo de preparação. Costumam preparar os seguintes tipos: farinha d'água, farinha toco mole, farinha seca e farinha de tapioca, cujas diferenças podem ser observadas no quadro a seguir (ver quadros 8 e 8A).

Quadro 8: Processo de produção da farinha no alto Trombetas

Farinha d'água*			Farinha toco mole**	
Processo de produção	Instrumento de trabalho	Subproduto	Processo de produção	Utensílios
Retirada da mandioca da roça - (1ª parcela)	faca	tucupi	Retirada da mandioca da roça	facão
Deposita de molho n'água (2 dias)	facão	tapioca	Deposita de molho n'água (1 dia)	gareira
Descasca e amassa	gareira	crueira	Rala	ralador ou ceiva
Retirada da mandioca da roça - (2ª parcela)	ralo ou radete		Rala	ti pi ti/ouriço
Descasca	tipiti		Espreme	peneira
Rala ou ceva	peneira		Coa	fomo de farinha
Mistura as parcelas do 1º e 2º processo	fomo de farinha			rodo para mexer
	rodo para mexer			remo para ventilar
	remo para ventilar			
	saca ou lata			

Obs*: Esse tipo de farinha requer a retirada da mandioca em 2 momentos, com intervalo de 2 dias. Tempo de realização de 4 sacos/40 litros: 3 dias.

Obs**: Mais gostosa, melhor para digestão. Não tem subproduto.

Quadro 8a

Farinha de tapioca*		Farinha seca**	
Processo de produção	Utensílios	Processo de produção	Utensílios
Produção	bacia	Retirada da mandioca da roça	facão
Lavagem da farinha de tapioca (2 a 3 dias)	forno da farinha	Descasca	faca
Secagem branda ao sol		Rala e ceva	ralo ou rodete
Mistura com sal		Espreme	tipiti
Torra		Coa	forno de farinha
		Torra	

Obs*: Subprodutos: tucupi, tapioca. Insumo: farinha para tapioca.

Obs**: Processo mais rápido: 1 dia.

As fases coordenadas de tratamento de tubérculos - colocar de molho, descascar, ralar, espremer e torrar a massa - mobilizam, conforme um esquema de divisão do trabalho doméstico, homens, mulheres e crianças num processo de socialização do trabalho no círculo da *casa de farinha*.

A *casa de farinha* do rio Trombetas pouco difere, aparentemente, daquela encontrada na região Bragantina, próxima a Belém e tradicional no fabrico desse produto. Todavia, há detalhes importantes que revelam diferenciações. Primeiro, no Trombetas observa-se um número maior de casas de farinha. Todos os grupos domésticos têm uma unidade para esse fabrico, com todos os equipamentos necessários. Na Bragantina, o número de moradias, em relação a roças e casas de farinha é proporcionalmente menor. Entretanto, se cada morador pode dispor de uma casa de beneficiamento da mandioca no Trombetas, o sentido da propriedade do equipamento parece ser o mais difuso. Os moradores* circulam bastante pelas casas de farinha da comunidade, seja pela organização do trabalho que comporta divisão de tarefas e parceria na produção, seja pelas definições de uso que não são limitadas por regras absolutas de propriedade privada, com exceção do tipiti e da peneira, geralmente com restrições a empréstimos. Os demais utensílios são facilmente franqueados; há normas que indicam disponibilidade de uso sem retribuição através de qualquer forma de renda.

O segundo elemento distintivo é a orientação dos resultados desse processo de trabalho. Na Bragantina a produção do excedente assume papel importante, inclusive, havendo uma especialização no atendimento do mercado local e regional, desde o início da colonização nessa região, em torno de 1870. Nas comunidades negras de Oriximiná, apesar de maior quantidade desses equipamentos em relação ao número de famílias, domina a produção para autoconsumo.

A casa de farinha obedece a um padrão de construção de dois conjuntos: no interior do barracão, coberto de palha e com paredes vazadas, observa-se o

primeiro seccionamento desse espaço. No seu interior encontra-se um desenho alocando lugares para descascar, ralar e espremer a mandioca. O segundo conjunto comporta a muralha e o forno, equipamentos mais custosos da casa de farinha. A contigüidade desses espaços permite agilizar as tarefas e manter os costumes de relacionamento entre trabalho e sociabilidade, obedecendo a algumas regras de divisão de trabalho. As mulheres em geral cuidam do processo de descascar e ralar, enquanto cabe, sobretudo aos homens, as tarefas de espremer e torrar. A jornada de trabalho é prolongada, terminando quando toda a mandioca amassada foi transformada em farinha.

Os instrumentos de trabalho são na maioria de fabricação local, à exceção do forno e os vários tipos de facão, adquiridos nas casas do comércio em Oriximiná, e do tipiti, comprado de pessoas especializadas em sua fabricação. Dos utensílios por eles mesmos produzidos - gareira, casco, ralo, rodete, peneira, paneiros, remo, rodo, - o material é retirado da floresta, como madeira e vários tipos de fibras. A madeira está presente na caixa de ralar mandioca, na gareira - casco de madeira envelhecida que serve para deixar a mandioca de molho -, na caixa de coar, nos rodos e remos, e ainda, num mecanismo constituído do *cavalo* e da *roda*, usados para imprimir energia ao processo de ralagem. Esse instrumento é pouco utilizado na região Bragantina. Consiste numa roda de 1,50m de diâmetro, assentada sobre uma base e com uma manivela que impulsiona, através de uma corda, a caixa de ralar, distante cerca de 2 metros e meio. O rodete é acionado pelos homens e permite ralar maiores quantidades de mandioca. A caixa tem 1 metro de altura e possui forma retangular.

O passo seguinte consiste em espremer a mandioca prensada no tipiti, esticado pela atração em mecanismo de madeira, denominada espremedor. Essa tarefa geralmente é realizada por homens.

Os negros do Trombetas encontram dificuldades para comercializar o excedente devido à distância dos centros compradores. Mas também, pela

redução, nesses últimos 10 anos, dos regatões que subiam o Trombetas. O aumento da fiscalização ao longo do rio promovido pelo IBAMA com apoio da Polícia Federal, sob alegação de impedir a caça à tartaruga, tem intimidado vários comerciantes a manterem uma comercialização regular de produtos agrícolas no verão. Apenas com o início da safra da castanha, no inverno, produto mais importante nas relações de comércio nessa área, as viagens são retomadas, conferindo maior inserção do Médio Trombetas à economia regional, momento em que a produção da farinha restringe-se ao consumo do grupo doméstico em função do tempo dedicado ao trabalho nos castanhais.

4.6 Relações de patronagem e crise da economia extrativista

A partir de 1960, o exame das relações entre negros castanheiros do Trombetas e proprietários de castanhais, traz um ponto a precisar qual seja o movimento de fragmentação na modalidade de domínio - comércio e transporte - consagradas desde as primeiras décadas na economia extrativa nessa região. É essa teia de dominação alongada a castanhais longínquos que sofrerá rupturas, denunciando a decadência da gestão patronal. A natureza dos novos movimentos de pretensos proprietários progressivamente redefiniram a cadeia patrimonial no município de Oriximiná. Como os negros castanheiros integram-se nesse novo momento da economia regional? Quais os novos atores e conflitos que entram em cena? O esquadrinhamento das relações da patronagem, observadas no capítulo anterior, mostrou uma outra situação, o movimento e a ascensão de comerciantes fortalecidos pela aquisição das terras ricas em castanhais.

Os grandes comerciantes, como Raimundo da Costa Lima, Cazuzza Guerreiro, os Diniz, Costa e Picanço, tiveram que enfrentar a progressiva concorrência imposta pela presença de regatões que subiam o rio em busca de castanha. Com a facilidade na compra de embarcações movidas a motor, pequenos comerciantes penetravam furos, igarapés e lagos, vendendo gêneros

diversos e comprando castanha de coletores negros. A concorrência lhes é favorável, franqueando espaços dos donos de castanhais, conhecidos pelas expoliadoras relações de patronagem, representadas na subtração das medidas de hectolitros e nos preços aviltados. A relação com o regatão oferecia outros elementos comparativos. Identificam e recusam a dependência pessoal manifestada nas relações de compadrio e nos favores recebidos, disfarces de uma relação socialmente desigual. Especialmente, algumas famílias ou indivíduos não atrelados a esses laços, valorizam sua autonomia, pois eles mantiveram ao longo da década uma prática de coleta em castanhais livres, localizados, sobretudo, acima das cachoeiras como os dos rios Cachorro e Mapuera. Outros, ainda, arriscavam-se à clandestinidade penetrando nos castanhais cercados. Em ambos os casos, vendiam sua castanha aos poucos regatões que circulavam no Trombetas. Progressivamente davam mais preferência de venda a estes, ignorando o controle e as pressões dos *patrões* e dos encarregados.

A produção expressiva ainda ligada às relações de patronagem, antes de seu fracionamento, pode ser exemplificada nos 7.000 hectolitros de castanha descidos por Raimundo Costa Lima em 1962. Permaneceu, ainda, uma exclusividade do trabalho de coletores negros, conforme depoimentos. A última grande produção de castanha sob controle da rede patronal, em 1963, aponta iminente decadência dessa forma de gestão. A autonomia do passado, representada no direito à opção de venda, é reconquistada pelos coletores, reestruturando seus tempos de trabalho e a organização da produção.

Aos pequenos regatões juntam-se novos comerciantes chegados a Oriximiná, adquirentes de barcos mais equipados. Eles trilham os mesmos caminhos dos regatões mas gestionam outras formas de concorrência. Desse freio mercantil resulta o arrendamento de castanhais para famílias de menor posses por parte dos grandes proprietários. Registra-se casos de antigos patrões

desistirem de organizar os empreendimentos da safra. Esses mecanismos coincidem com interesses manifestados por empresas do Sul do país ou multinacionais, de se instalarem nas áreas. Estavam motivadas pelos resultados de estudos de prospeção de jazidas minerais, realizados por órgãos oficiais em meados dos anos 60. O interesse pelas terras deslocou-se do castanhal para os recursos minerais, como as iniciativas de compra conduzidas pela empresa Jari - Santa Patrícia - e a Mineração Rio do Norte. Alguns grandes proprietários empreenderam negociações nesse sentido, como foi o caso dos herdeiros de Raimundo da Costa Lima, que venderam todas as suas propriedades para a empresa Rio Xingu S/A.

Do outro lado dessa teia, os negros castanheiros continuam a faina de cada safra seguindo padrões do trabalho extrativista. O produto da coleta não desaparece com a decadência da cadeia de patronagem. Recriam estratégias de resguardo da autonomia, legado das gerações passadas, ao mesmo tempo, em que reafirmam direitos comunais de ir e vir tecidos pela ancianidade. Reconquistam a liberdade de enveredar nos castanhais referidos em seu passado, temporariamente aprisionados na cadeia patronal. Em seu imaginário pontuam sinais de um tempo em mudança, passam em revistas os *patrões*, buscam recorrências, identificam “o Cazuza morreu, o Costa Lima morreu”. De alto a baixo do rio, reafirmam o discurso que sepulta os símbolos mais evidentes da relação patronal. A dicotomia escravo/liberto, tão íntima na sua história, é exteriorizada. Mas o discurso de um morador pontifica nesse processo de mudança o aparecimento de novos atores:

“Só vendia pra eles. Depois começou a não ter mais donos os castanhais: foi liberto pró pessoal tira e começaram a trabalhar neles todinhos. Eu não sei como foi essa libertação, só sei que o castanhal ficou liberto. Então a gente trabalhava pra cá tranqüilo, até chegar o IBDF”.

O exame da história desse grupo é surpreendente como leitura da sociedade branca. Ela intervém no espaço dos negros, violenta, explora, nega-lhe visibilidade, como é o caso do Relatório de Impacto Ambiental -RIMA da ALCOA, que em nenhum momento se refere a sua existência. A referência encontrada, minúscula, não ressalta o que lhe é tão forte, a cor. Quando fala dos vizinhos, o Relatório os esconde, na generalização de *ribeirinhos*, ou então é uma fala de conteúdo pejorativo. Valorizando os quelônios, compromete-se a criar mecanismos de fiscalização contra *“alguns indivíduos que face as suas condições de miserabilidade, praticam o comércio ilegal desse recurso natural protegido por lei”*. Como não há outros vizinhos dos tabuleiros que não sejam os negros, a observação toma-se muito explícita.

Antes de terminar a década, outros sinais oriundos do mundo branco anunciam as formas mais violentas de dominação de suas terras de trabalho. Não são alterações no processo de trabalho ou na cadeia de comercialização. O que está em marcha é uma radical imposição sobre suas condições de trabalho. Em 1979, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/IBDF anuncia a decretação da Reserva Biológica do Trombetas, à margem esquerda do rio. Coincidentemente ou não, a área é reconhecida pelos negros como rica em castanhais; mas também contém os lagos mais piscosos, madeira de lei, palhas, fibras e sementes. Aliás, ao longo do rio Trombetas, sobretudo a partir de Boa Vista, em direção a Cachoeira Porteira, ambas as margens contêm abundância dessa espécie (ver mapa 5). Mas os experientes coletores reconhecem haver diferença de qualidade e de densidade de árvores da margem direita à esquerda do Trombetas. A imagem de fartura que serviu para denominar os castanhais é atualmente uma cruel idéia de limite, uma barreira que se levanta por foca da Reserva. Na fala de um coletor que apontando para o lado esquerdo do rio, explicava o sinal de sua grandeza e a dimensão da perda:

“...esse mundo todo é castanhal, entra dentro do Erepecuru, é castanhal, no Acapu, no Mapuera, no Jacaré, é, é, castanhal... é castanha! até o fim. vai ali, pra banda do rego, é castanhal...”

A proibição de acesso aos castanhais golpeou todas as comunidades, identificadas igualmente pelo extrativismo. Embora com tradição imemorial em trilhar longos percursos no rio e na mata, em função do controle arbitrário do IBAMA, estão sendo obrigados a empreender deslocamentos longínquos para atingir as áreas de coleta. A proximidade dos castanhais da margem direita, de mais fácil acesso, exigia antes viagens de 1 ou 2 dias a remo nos locais mais distantes. A ida aos castanhais afastados era opcional e não contingente. Os castanhais livres, no alto das cachoeiras, exigem maior investimento de tempo, 4, 5 e até oito dias de canoa. A fala de um castanheiro confere o tempo dedicado às viagens, atravessando territórios comunais:

“Subindo o rio Cachorro, o primeiro é Serra, o segundo é Chapéu... Igarapé Grande. Isso são os castanhais, ponta mesmo de castanhal grande. Felisberto, Capoeira, Ambrosia, Curupira, Saú... isso tudo é muito distante que dá seis, oito dias de bom remo... Tudo isso é lugar de trabalho, que não pode ser feito com essa Biológica... escravizada da gente”.

A intervenção do extinto IBDF seguiu a mesma trilha da exclusão em todos esses anos. Inicialmente, permitia o acesso aos castanhais no inverno, embora proibisse cruzar as matas no verão. De dois anos para cá a proibição tomou-se geral. O primeiro grande impacto percebido pelos negros foi a violenta mudança em suas condições de trabalho.

“Pra tirar uma caixa de castanha, carece ser escondido, se pegar a gente, toma a castanha e inda leva preso.”

A Reserva Biológica do Trombetas surpreendeu a todos. Ação planejada à revelia das instâncias de poder concernentes, às comunidades negras e ao governo municipal. As manifestações de protesto e de indignação foram

generalizadas, especialmente por políticos, comerciantes, comunidades negras, além de interlocutores nos âmbitos nacional e internacional. No depoimento de um vereador do município, é feito um balanço sobre as conseqüências de decisões alienígenas e seus legítimos interlocutores:

“Quando surgiu essa desapropriação toda a comunidade se movimentou. Não só a classe política, a empresarial, o comércio, como as comunidades negras. Uma situação criada de modo abrupto, porque as conseqüências diretas, principalmente sociais, vieram pra cima do município, que não tinha nada a ver com o negócio. Quer dizer, o governo criou o problema todo e depois descarregou as conseqüências para o município que não tinha condições de absorver.”

Para Oriximiná, a perda é constatada num primeiro plano pela queda considerável na produção da castanha, renda principal do município juntamente com a pecuária. Os dados estatísticos consultados são contundentes. De 1983 a 1987 há uma crescente queda da produção de castanha e da participação do município na economia regional. O depoimento de um político local afirma que:

“Antes da Reserva, eram cerca de 25 a 30.000 toneladas anuais de castanha. Não em função da baixa produtividade, mas da proibição que instalaram, impedindo a produção”.

A economia da castanha mostra um declínio no conjunto do Estado do Pará que não é explicado para todas as microrregiões pela escassez e desaparecimento das árvores, como é o caso da região de Marabá (ver tabela 14)

Embora a região do Médio Amazonas Paraense demonstre aumento na produção de castanha, esta não corresponde aos níveis de todas as unidades municipais. Em Oriximiná é insignificante e com tendência à estagnação. Os dados estatísticos consultados são contundentes, de 1983 a 1987, há uma

crescente queda da produção de castanha e da participação de Oriximiná na economia extrativa vegetal do Estado (ver tabela 15).

As mudanças demográficas indicam um crescimento acelerado no conjunto dos municípios. Santarém, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná mostram tendência mais acelerada a ganhar população, com o detalhe que esse aumento está concentrado nas cidades. Santarém foi o centro receptor de migrantes atraídos pelos projetos econômicos que se instalaram na microregião. Oriximiná experimenta transformações decorrentes da instalação da Mineração Rio do Norte, a pouca distância da sede municipal, e do movimento posterior impulsionado por essa presença na área. Logo para esses anos é necessário analisar cuidadosamente as perdas econômicas juntamente com os dados populacionais de forma a interpretar os impactos da desarticulação da economia agrícola e extrativa de origem vegetal (ver quadro 9) e de novas atividades econômicas com pouca capacidade de expandir o emprego a nível regional.

Tabela 14: Produção de castanha no Pará, segundo microrregiões homogêneas

Microrregiões	1980		1983		1984		1985		1986		1987	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Homogêneas	3.704	17.7	14.496	63.0	4.245	\$6.0	8.74\$	56.73	7.736	45.2	9.833	54.8
Médio Amazonas Paraense	231	1.1	220	1.0	133	1.1	113	0.73	53	0.3	54	0.3
Baixo Amazonas	100	0.5	372	1.6	368	3.0	385	2.49	528	3.1	545	3.0
Xingu	2.411	11.5	369	1.6	261	2.0	319	2.06	380	2.2	388	2.2
Furos	709	3.4	217	1.0	212	2.0	178	1.15	230	1.3	216	1.2
Baixo Tocantins	L067	5.1	133	0.5	266	2.0	275	1.78	269	1.6	295	1.6
Marabá	11.728	56.0	5.961	26.0	4.980	42.0	3.845	24.93	6.310	36.9	5.695	31.7
Araguaia Paraense	459	2.2	58	0.2	63	0.5	72	0.46	69	0.4	65	0.4
Tomé-Açu	464	2.2	1.098	4.7	1.408	11.0	1.460	9.46	1.501	8.8	845	4.7
Guajarina	43	0.2	18	0.1	20	0.2	21	0.13	21	0.1	17	0.1
Salgado	3	0.0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bragantina	15	0.1	2	0.0	2	0.02	2	0.01	2	0.0	2	0.0
Total	20.941	100	22.944	100	11.558	100	15.418	100	17.099	100	17.955	100

Fonte: Censo Agropecuário, Brasil, 1980, 1983, 1986e 1987. Anuário Estatístico do Estado do Pará, 1984, 1985.

Tabela 15: Produção de castanha no Pará, segundo municípios do médio amazonas paraense

Municípios	1980		1983		1984		1985		1986		1987	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Alenquer	1.345	36.3	5.470	38.0	3.829	90.0	4.289	49.2	3.897	50.4	3.612	36.7
Faro	129	3.5	385	2.5	28	0.6	275	3.14	220	2.8	330	3.4
Júri ti	16	0.4	110	1.0	-	-	55	0.62	39	0.5	55	0.6
Monte Alegre	17	0.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Óbidos	1.041	28.1	5.225	36.0	275	6.4	2.750	31.43	2.475	32.0	3.850	39.2
Oriximiná	1.060	28.6	3.300	22.0	110	2.6	1.375	15.71	1.100	14.2	1.925	19.6
Santarém	93	2.5	0	0.1	3	0.1	4	0.04	5	0.1	61	0.5
Total	3.704	100	14.496	100	4.245	100	8.748	100	7.736	100	9.833	100

Fonte: Censo Agropecuário, Brasil, 1980, 1983, 1986 e 1987. Armário Estatístico do Estado do Pará, 1984, 1985.

Quadro 9: População dos municípios do médio amazonas paraense

Municípios	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Alenquer	45.622	46.731	47.867	49.031	50.223	51.444	52.694	53.975	55.287	56.631
Faro	12.883	13.177	13.478	13.786	14.101	14.423	14.752	15.089	15.433	15.785
Júri ti	23.0.4	23.477	23.928	24.388	24.857	25.335	25.822	26.318	26.824	27.332
Monte Alegre	39.014	40.161	41.343	42.558	43.810	45.098	46.424	47.789	49.194	50.641
Óbidos	30.408	40.866	42.378	43.946	45.572	47.259	49.008	50.822	52.703	54.653
Oriximiná	30.935	32.337	33.802	35.334	36.935	38.609	40.358	42.187	44.098	46.096
Santarém	198.803	205.901	213.252	220.865	228.750	236.917	245.375	254.135	263.208	272.605
Total	389-699	402.650	416.048	429.908	444.248	459.085	474.433	490.315	506.747	523.743

Fonte: IBGE - Tabulação e Cálculos: IDESP / CEE - População Estimada.

Às perdas econômicas para o grupo negro somam-se outras, mais profundas na consciência dos antigos ocupantes. A contestação canaliza uma visão das perdas de terras de usos imemoriais *escravizadas* nos limites da Reserva e outras decisões arbitrárias que provocam o *cercos das terras* dos negros e beneficiam as empresas que estão chegando e imobilizando as terras para futuros empreendimentos.

Desde o ano de 1980, aparecem as novas referências do conflito. Vinte e cinco famílias residentes no lago Jacaré, foram ameaçadas de expulsão pelo IBDF, caso não desocupassem a área da Reserva. Esse lago é um dos mais ricos em castanha, motivo de dobrar as queixas pela privação ordenada pelo IBAMA de realizar a coleta num setor antes palmilhado por muitos castanheiros em época de safra:

“O Jacaré que é o lago da produção, tem os maiores castanhais que emenda com Erepecu e até as cabeceiras do Erepecu que vai e emenda com Acapu. Aí ele vai subindo de forma e, essa área do Erepecu ele extrema com a Cachoeira Porteira, aí vai da Cachoeira Porteira e ainda sobe muito, quer dizer, perto de um Igarapé chamado Igarapé do Sessenta no km 60 da estrada que foi feita e que atravessa a Perimetral Norte. Ainda de lá, o castanhal é sem fim, ainda não teve gente que findasse.”

Desde que foi instalado o posto de fiscalização do IBAMA na boca do lago Erepecu e nas proximidades da entrada do lago Jacaré, em 1985, eles são proibidos de penetrar noite ou dia, quando no passado, também, percorriam essas terras para obter alimentos. A interdição é amena em relação a outras pessoas que não os antigos moradores, que obtêm licença para entrar na Reserva sob qualquer pretexto.

As *comunidades remanescentes de quilombos* lembram diversos conflitos e enfrentamentos com os novos agente: IBAMA, MRN, Polícia Federal. Quando 90 famílias foram incitadas pela MRN a se deslocarem da área que atualmente a firma ocupa, ocorreu outro forte choque. Esta os teria indenizado irrisoriamente.

A função dos agentes do IBAMA foi definida por entrevistados como sendo de assegurar a vigilância da Reserva contra as *ações predadoras*. No discurso deixam subentender que essa vigilância dirige-se às comunidades negras. Continuamente tem enfrentado a intervenção da Polícia Federal que trabalha com apoio da MRN, cujo posto localiza-se em Porto Trombetas, sede da empresa.

De alto a baixo, as comunidades estabelecem alianças e discutem a sorte das famílias expulsas da área da Reserva. Entre as vítimas contam-se oito pessoas muito velhas que deslocadas de seu meio, se desestruturaram e vieram a morrer em pouco tempo. Em Cachoeira Porteira, as comunidades já experimentadas pelas relações com as empresas que ali se instalaram, Eletronorte, Andrade Gutierrez e Engerio, revelam solidariedade com os moradores do lago Jacaré. Na lembrança de uma anciã, membro de uma das mais antigas famílias descendidas do mocambo, estão guardados os lugares e os símbolos de sua história. Compositora, entoou um canto ao mesmo tempo de dor e resistência:

*“Vamos gritar, lutando por nosso direito!
Pois esta terra é nossa, ninguém pode acreditar!
Veio o IBDF, chegou aqui tomar!
Toma cutia, toma tatu, tomando paca, toma o bichinho do mar!
Toma tracajá! Toma pitiú
Às nossa tartaruga o IBDF já acabou.
Sei que nossas tartarugas levou tudo pra Manaus”*

É assim que lêem a história do lugar, presentes sentimentos de pertencer, de ser. Em oposição aqueles que chegam, representado como o estrangeiro, não-ser do lugar. Trata-se de discursos retrabalhados pela memória da escravidão e associados a cada situação emergente ao longo do rio.

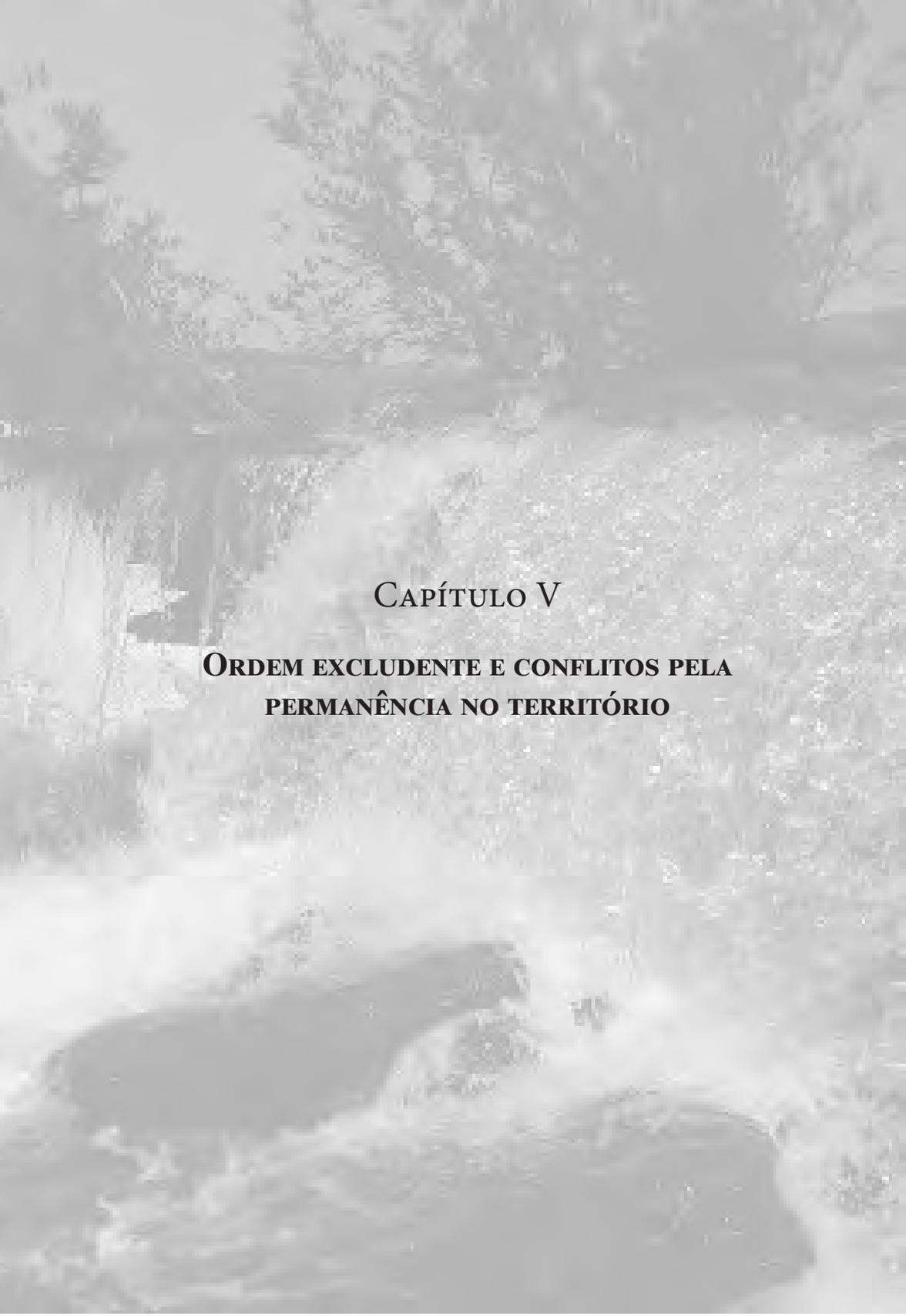
Os discursos cruzam-se de forma clara e contundente, especialmente, quando se trata de reconhecer seu modo de preservação desse ecossistema e de espécies, a exemplo da tartaruga. Os grupos de remanescentes de quilombos reconhecem e apontam o que consideram abuso de autoridade, pois sob pretexto de realizar o controle e manejo da espécie, terminam por acusá-los

de invasores de tabuleiros ou de roubo de tartarugas e tracajá. Tal controle de mão única não recai sobre comerciantes ou criadores que o IBAMA teria acobertado, como opinava um morador:

“Eu sou filho de dentro do rio Trombetas, conheço. Ainda tem muito exportador que chega de longe que vai lá buscar. Deixa a casa dentro da cidade e vem buscar. Mas na hora que a gente veja, nós prende. Tem gente que já vendeu em quantidade a tartaruga. A sugestão é essa. Os policiais federais que proibiram a tartaruga, fica só jogando em cima de nós, de nego. E pra acabar as culpa onde nós temos levando, eles vão ganhar o dinheiro deles e nós temos levando...”

Por ocasião das vigilâncias realizadas pelo IBAMA, são confiscados os instrumentos de trabalho como: espingarda, facão, canoa. Esse tipo de ação infringe danos e perdas materiais para as comunidades, ocorrência somada ao mal-estar das situações de repressão. A escassez de alimentos, não encontrava correspondência nas terras ainda relativamente livres para o trabalho, na região do Trombetas e Erepecuru (Cuminá). Ao contrário, nas comunidades menos afetadas pelas proibições de reproduzir seu modo de trabalho, o discurso é o da fartura. A memória do passado traz o reencontro com o tempo da abundância. Na contemporaneidade de comunidades como Moura, Boa Vista, Juquiri, Juquirizinho, Irepecu e Palhal o discurso que toma lugar é o da restrição, dos reduzidos alimentos comprados com os salários recebidos. No seu imaginário desloca-se o lugar da fartura. Esta é simbolizada nas festas e visitas realizadas a familiares nas comunidades situadas entre Mãe Cué e Abuí, menos afetadas pelas mudanças. Pois estas reúnem as condições de reprodução de suas áreas de roça, pesca, caça e coleta, mesmo que isso importe em maiores deslocamentos e cuidados.

As proibições, as decisões imperativas, incidem sobre o trabalho e a reprodução camponesa. Impedem que a atividade trabalho se realize dentro de padrões selecionados pelo grupo, com seus ritmos e movimentos, suas jornadas prolongadas ou abreviadas, segundo as regras integrativas com o tempo da natureza.



CAPÍTULO V

**ORDEM EXCLUDENTE E CONFLITOS PELA
PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO**

ORDEM EXCLUDENTE E CONFLITOS PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO

Os Filhos do Trombetas fizeram do movimento de circulação das águas o pulso de sua existência e da memória, desde que por elas traçaram os caminhos da fuga e de encontro com o território da liberdade, acima das cachoeiras. A contemporaneidade desse grupo social requer retomar o caminho dessa cumplicidade com a natureza das águas e da floresta no enfrentamento com os agentes da nova frente branca que sobe o rio: empresas mineradoras, hidrelétricas e órgãos públicos de preservação ambiental. Hoje, o desafio significa recriar formas de rebeldia e estratégias de luta, como condição de manter esse território de conquista, face às pretensões de grandes empresas de mineração e do setor elétrico. Em meados da década de 70 fizeram-se presentes empresas e instituições com projetos ameaçantes para o grupo. São eles: JARI, PETROBRAS, Andrade Gutierrez, Mineração Rio do Norte, IBDF posteriormente IBAMA, BEC, ENGERIO e ALCOA. As equipes de exploração de bauxita e dos recursos hídricos mobilizaram-se para subir o Trombetas, objetivando realizar pesquisas de prospecção, com isso rapidamente esse território ficou sob ameaça. O quadro certamente guarda singularidade e contemporaneidade com processos desencadeados em outros pontos da geografia amazônica, mas importando também em diferenças resultantes da exclusividade negra do Trombetas.

A crise da economia extrativista sobrepõe-se á descoberta de recursos minerais na área. A decisão de explorar as jazidas de bauxita deram-se nos delineamentos do polo mineral do Trombetas. A política de desenvolvimento regional realizava um ajuste na sua estratégia. Em 1967 e criada a Mineração Rio do Norte que teve concessão de 65.552 ha de terra para lavra do minério e três anos mais tarde adquiriu urna posse de 400 ha. Entretanto, fez solicitação

adicional, em 1977, de uma doação de 87.258 ha ao INCRA. Antes de ter aprovado seu pedido levantou uma cerca de arame farpado de 4 km e instalou 145 marcos de cimento nessa área. Quando do embarque de seu primeiro carregamento de bauxita, havia feito «acordos» com todos os «posseiros» para que desocupassem tal área (Pinto, 1980; p. 45). Ampliou suas prerrogativas com a criação da Reserva Biológica do Trombetas, atuando como coadjuvante na conservação do ambiente. Isso parece uma ironia depois de ter sido reconhecida sua contribuição para a degradação do lago Batata e para o desmatamento do terreno previsto para a formação do reservatório da UH Cachoeira Porteira. A MRN contribuirá com a desestruturação da vida econômica e social dos moradores próximos, caso de Boa Vista, onde experimentaram uma situação de integração configurada rapidamente como segregação. Essa comunidade de remanescentes encontra-se cercada de um lado pela empresa, ao fundo pela Floresta Nacional de Saracá Taquera e na frente pela Reserva Biológica do Trombetas. Obteve em 1995 a demarcação de uma superfície reduzida em relação as necessidades de desenvolvimento do seu sistema agro-extrativo.

O segundo projeto mineral foi apresentado pelo multimilionário Daniel Ludwig, proprietário da Empresa Mineração Santa Patrícia, com o objetivo de montar uma fábrica de alumínio. Posteriormente negociada, em 1981 com a Alcoa Mineração S.A. As famílias do povoado Mãe Cue, localizado a margem do igarapé Terra Preta, experimentaram despejos e alguns receberam uma humilhante indenização pelas *benfeitorias*

Os atos de maior violência física como declarado no Fórum *A Universidade Fala sobre Violência contra os Negros do Trombetas*, foram cometidos por dois empresários provenientes de São Paulo que compraram terras de comerciantes e *donos de castanhais*. A firma S.A. XINGU, recebeu indenização do IBDF, após “a limpeza da área de posseiros”, por grileiros, tal como foram identificados pelos agentes do órgão oficial. Funcionários da polícia e do próprio IBDF atuaram no despejo de dezenas de famílias. Os

momentos de maior agressão atingiram um grupo de 50 famílias, dos lagos Jacaré, Abuhy e Tapagem que ganharam notoriedade na imprensa nacional.

A ação do Estado avalizou os financiamentos e a acumulação privada na fronteira, contribuindo para o cerco às terras de índios e camponeses. A maioria dos personagens do mundo empresaria] tem seus interesses voltados para fora dos âmbito regional e nacional, funcionando sob cálculos e perspectivas reguladoras de economias externas. A presença do mercado mundial direciona-se de forma mais enfática a espaços localizados, tipos de recursos, processos de extração, determinando, em última instância, relações entre economia e apropriação da natureza. O exame do empreendimento de bauxita da Mineração Rio do Norte, em operação na cidade que o recebe Porto Trombetas, desde 1979, elucida de forma particular a montagem de estratégias de ocupação e domínio de um território conformado na cumplicidade entre Estado e empresa.

Balsas sobem o rio Trombetas carregadas de equipamentos, mantimentos e material de pesquisa, sob o olhar de perplexidade dos ocupantes desavisados. Carregamentos com destinos diferentes, mas certamente complementares. Um dos pontos de chegada é onde hoje funciona a Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas. O outro, Cachoeira Porteira, é um lugar mítico de sonhos e profecias, de curas e oferendas, portanto, sagrado no imaginário do grupo. Na percepção tecnicista, o rico potencial hidrelétrico pelos acidentes naturais, predestinaria a Região do Trombetas a ser um novo *polo de desenvolvimento*, ao qual as hidrelétricas de Cachoeira Porteira e Chuvisco integrar-se-iam fornecendo a energia para viabilizar os projetos econômicos.

A heterogeneidade dos ecossistemas regionais, em parte ainda desconhecida pelos planejadores está sendo subordinada à meta política de recriar na Amazônia espaços para implantação de grandes empreendimentos. As experiências anteriores como e o caso da pecuária e da colonização agrícola, foram portadoras de sinais, apontando os riscos da homogeneização

no tratamento desses ecossistemas. As medidas políticas têm passado por alto o caráter diferenciado, diversificado do mundo natural e social da Amazônia, impondo ao mesmo tempo, um processo de exclusão social e a degradação ambiental. Dispondo de vultosos financiamentos do governo e de isenções fiscais, essas empresas apresentam-se diante da sociedade regional com a fase mais conservadora e autoritária, movidas pela exclusividade dos seus interesses econômicos. Os impactos de grandes projetos na região do Trombetas, manifestam-se nos problemas ambientais e na desestruturação do modo de produção da vida presente entre seus antigos ocupantes.

Para esses moradores, a pescaria mais importante sempre foi nos lagos, aprisionados, na maioria, dentro da Reserva Biológica. O lago Batata, local tradicional de pesca, foi interdito pela MRN e poluído com rejeitos de bauxita. Razão de tornar-se conhecido pelas denúncias de ambientalistas a nível nacional e internacional. Como resultado, ela realiza atualmente enorme esforço de recuperação, com gastos orçados no valor de 70 milhões de dólares (em 1990). Se bem ele é mostrado como um sucesso de engenharia de recuperação de áreas degradadas, produto de um outro tempo, não invalida o despreparo e espontaneidade desse tipo de intervenção.

Mas, se a opinião pública sensibilizou-se pelo destino do lago Batata, ela foi indiferente ao *cercamento* das terras de trabalho dos negros. O impedimento de seu acesso aos recursos naturais corresponde à negação de sua existência enquanto grupo fortemente identificado com seu território de uso. Presenciam-se movimentos nos quais se (re)encontram atores diferentes, articulados nessa expansão das frentes de ocupação empresarial no Trombetas. O primeiro: sobre as terras avança a MRN, inclusive conseguindo que fosse decretada, nos últimos momentos do Governo Samey (1989), a Floresta Nacional de Saracá-Taquara que reúne, juntamente com as terras pretendidas pela ALCOA, uma extensa área acompanhando o rio Nhamundá. O cerco tem um caráter antecipativo, preservando terras para empreendimentos que talvez

jamais possam ser pensados ou realizados. Estado e empresas estão associados na polêmica e conflituosa permanência do estatuto da Reserva Biológica do Trombetas. Utilizaram-se do discurso preservacionista, onde a defesa de tartarugas e de madeira de lei foram as válvulas de sensibilização para justificar tal medida governamental.

O Estado subtraiu 385 mil hectares de áreas potenciais ao trabalho extrativo, consagrando um novo momento importante de cerceamento, não somente pela extensão, mas sobretudo por representar toda a margem esquerda do rio, começando próximo de Boa Vista e terminando em Cachoeira Porteira, coincidentemente, os dois extremos da presença secular desse grupo étnico no rio Trombetas.

Unidades conservacionistas do município de Oriximiná

Criadas	Estatuto	Área (ha)
Decreto nº 84.018 de 21/09/1979	Reserva Biológica do Trombetas Floresta	385.000
Decreto nº 98-704 de 27/S2/1989	Nacional de Saracá-Taquara	429.600
A serem criadas	Estação Ecológica de Oriximiná Floresta	9.800
	Estadual de Oriximiná	10.175,85

Onipresente nas comunidades do Trombetas e de forma mais agressiva, o estatuto da Reserva Biológica e Florestal tem sido uma intervenção de impacto, pela obstaculização de acesso às terras de trabalho e mesmo pela violência física e simbólica que tem norteadado suas ações de fiscalização, sobre moradores de comprovada ancianidade na área. Literalmente, a Reserva Biológica foi aprisionadora das fontes de produção: os peixes dos lagos, de rios e igarapés, as sementes e os frutos coletados na mata, os cipós e as palhas para fabricação de artesanato e de suas casas e a madeira para fazer canoas (itaúba), Na área da Reserva encontram-se os mais ricos castanhais, cuja atividade de extração não importa absolutamente em nenhum prejuízo à natureza, mas pelo contrário, sua retirada realimenta o novo ciclo da natureza, pela alimentação

do homem que ali vive e dos animais que também se beneficiam comendo as cascas de ouriços quebrados.

É necessário recuperar e levantar os direitos de permanência desse grupo no Trombetas, a partir da percepção de sua especificidade: territorialidade e etnicidade. Significa esquadrihar uma metodologia de pesquisa sobre *impactos* sociais e ambientais, particularmente tratando-se de comunidades com uma trajetória histórica de mais de dois séculos, implicaria em rever e examinar as intervenções ocorridas no tempo. Na atualidade a complexidade dessa intervenção exige que os diversos atores sejam identificados nas relações de poder e conferidas quais as decisões econômicas que fluíram em direção às comunidades.

5.1 Memória do Quilombo e Reino da Liberdade

A insegurança crescente vivenciada pelos negros é originária de fora, veiculada por projetos de ordem econômica e política que inauguraram a Amazônia das duas últimas décadas. Diante desses projetos eles revivem os dois medos: o da escravidão e o da liberdade. Essa linguagem tem significado preciso, pois lhes permite pensar e situar-se no presente. D. Maria, 70 anos, moradora de Tapagem e por circunstâncias adversas, de trânsito em Oriximiná, falava de sua situação presente e dizia: “*E que nós não somos mais libertos, tá como nos tempos de escravidão, como nos tempos das candeias*” (Entrevista, nov. 1990).

Após o decreto de abolição da escravidão e chegada aos quilombos a notícia da assinatura, as festas tomaram conta do rio, imediatamente o medo da liberdade era incitado pelo sentimento concreto e vivo de um decreto de reescravidão. Demoraram vários anos para enfrentar a sociedade de classes e apresentar-se como trabalhadores livres e cidadãos. Os viajantes de que fizemos referência, transmitem uma impressão caótica desse sentimento. No sentido de Coudreau (1900) o sigilo sobre a cachoeira traduzia-se na aflição pelas mentiras que lhe pregavam os negros, enquanto que eram por parte deles,

um sentimento de proteção diante do branco invasor, vestido de explorador, nesse caso. A estratégia de camuflar as casas e ficar às escondidas dos que traficavam o rio, Coudreau qualificava de desconfiança diante de outros negros que poderiam vir roubar suas roças. São duas linguagens, dois significados provenientes de duas visões de mundo e valores radicalmente diferentes, portanto, irreconciliáveis. A atitude defensiva dos homens livres negros do Trombetas manifestou-se na clandestinidade de suas casas, em suas viagens noturnas. O ato de liberdade outorgado não teve respaldo jurídico e social capaz de lhes permitir encontrar um pilar para existirem como trabalhadores livres. Foi ignorado de forma interesseira seu sistema de exploração e uso comum da terra, e superpostas, em seus territórios, as titulações registradas nos cartórios de Oriximiná e Óbidos.

Os negros sentiram com força a carga valorativa elaborada pela sociedade escravista, reproduzida na sociedade moderna estruturada em classes. Essa carga dirigiu-se a negar o quilombo, falando dele como a *gente do mocambo*, desqualificada moralmente. O. Derby (1898) escreve com grande sensibilidade sua impressão sobre o comportamento dos negros, empenhados em conquistar o crédito social diante da sociedade local. O que desejamos frisar é que os negros do Trombetas são atualmente portadores de visões de mundo, valores, ações e comportamentos, enfim, de vivências quotidianas tributários os dois medos. Nos últimos quinze anos, a memória os ativa nos confrontos e situações conflitivas com empresas e com órgãos do Estado. Construtivamente reforçam sua identidade como remanescentes de quilombos.

O fio da memória também fortalece uma proposta de integração diferente daquela prescrita e comandada pela sociedade regional. Uma vez superado o sistema de trabalho escravo, impôs-lhe o projeto de integração e as formas de escravidão por dívida e de clientela. A sociedade branca assim formula as leis de desterritorialização das comunidades e reforça a invisibilidade expropriadora na medida em que ignora a história da escravidão e a memória dos quilombos.

Foram elementos da rotulação da sociedade envolvente o *ser do mocambo* (a existência), ou *gente do mocambo* (a pertença) e por último *vindo do mocambo* (a transitoriedade).

“...a inocente Peregrina, nascida a dons de junho de época em que o padrinho vendo a criança em perigo de vida trouxe e por isso ignora o nome da mãe; que diz elle padrinho ser gente do mocambo, os padrinhos forão os mesmos Boaventura Teixeira e Maria Peregrina da Silva Teixeira”.
“...a inocente Peregrina nascida em mil oitocentos e setenta e três, filha de Anna, ignora-se o sobrenome por ser ella do mocambo...” (Termos de Baptismos da Freguesia de Óbidos 1870. Paróquia de Óbidos).

A igreja de Óbidos, entre seus atos, incorporou o batizado de descendentes de escravos após 1871. Nosso escavar no Livro de Batismo daquela Prelazia (por sinal escasso em batizados de filhos de quilombolas, ao contrário da afirmação de Barbosa Rodrigues (1875) permite entender que a cristianização empreendida pelo Pé. José Nicolino de Souza, com seus pruridos e limites, é uma confirmação da existência do quilombo, da distância e das aproximações por eles estabelecidas com as instituições da sociedade escravista.

Contra essa denominação de mocambeiros, os grupos do rio Trombetas debelaram-se encontrando a identidade do quilombo. Mas, é sobretudo a primeira abertura importante à sua legitimação. As anotações repetidas do batizado da inocente Peregrina, que transcrevemos, servem de argumento probatório. A existência do quilombo, revestindo-se de um caráter oposto à sociedade branca escravista, foi a projeção do negro na história e no seu presente. Diríamos que foi o lugar conquistado que, por recriar sua atual existência, tem que se opor às práticas invisibilizadoras. Há um espaço memorial amplo, cultivado por esses grupos da região do Trombetas. Essa memória permite legitimar suas formas associativas (comunidades e associações de forma especial).

Entre eles, o passado tem orientação ativa, ajudando a construir as representações sociais dos descendentes de quilombolas (estáveis e em crescimento) e desviar a transitoriedade do chamado mocambeiro em fuga.

Nesse sentido, é referência viva a dinâmica que serve construtivamente para validar seu modelo social. O primeiro ponto dessa vivência centra-se no domínio sobre o território, objetivo de permanência e de trabalho nas terras, nas águas. O segundo, radica-se no fortalecimento da identidade, dos interesses que alimentaram durante mais de um século, abaixo das cachoeiras, a organização de suas formas de trabalho, de praticas rituais, festas e crenças. O terceiro é o refazer e tecer os elos de sua identidade grupai (a pertença à família e à comunidade), reforçando a vizinhança, o compadrio e o parentesco.

A memória passa a ser feita nesse jogo aberto e preciso de associações entre hoje e ontem. Significa ativar de forma especial o passado, referenciando-o ao presente, trazer a experiência vivida pelo indivíduo que lhe permita resignificar valores relacionados a sua vivência social. O símbolo da cachoeira e dos antepassados quilombolas transforma-se na estratégia de sobrevivência dessas comunidades, na produção social que combate a invisibilidade expropriadora que os distancia do reino da liberdade.

Os chamados filhos do Trombetas, encontram-se em estado de tensão, aumentando progressivamente o sentimento de perda que aciona a memória, reordenando, pelas práticas do passado, o reconhecimento e a exigência de direitos. Ao longo desses últimos quinze anos, as vivências acumuladas têm funcionado na revisão das formas organizativas do grupo, precisando as estratégias políticas para manter suas terras, sua liberdade de reproduzir, optando pelo seu modo de vida agro-extrativo. Para os membros dessas comunidades remanescentes de quilombos, o enfrentamento com as forças empresariais tece uma nova rede de relações, exige disponibilidade e acompanhamento de passos, das estratégias e das ações levadas a efeito pelos empreendimentos junto às autoridades, executivas e legislativas, ou aos órgãos de representação da classe patronal. Essa experiência vivida pela Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, traz à linha de frente mais uma dimensão das lutas dos movimentos sociais na Amazônia pela defesa de seus direitos.

5.2 Comunidades em situações críticas: Boa Vista e Cachoeira Porteira

Na região Amazônica identifica-se vários grupos rurais confrontados com empresas e com o Estado, enquanto executores de projetos econômicos, de suporte infraestrutural - viés modernizador. Igualmente suas intervenções estão inspiradas no motivo ecologizante que via de regra chocam-se com territórios de grupos étnicos. Várias questões teóricas e práticas sobre os denominados impactos sociais e ambientais norteiam nossa reflexão, levando-nos a interrogar sobre a estruturas econômicas e sociais. Os grupos étnicos do Trombetas, em toda a sua extensão experimentam a e intervenção acionada no presente por aqueles atores, Através da observação destacam-se situações particulares para cada um, segundo sua proximidade ou não a empreendimentos econômicos e governamentais. Em função desses eixos, demos tratamento particularizado às comunidades de *Boa Vista*, por situar-se ao lado da mineração Rio do Norte, a primeira comunidade negra subindo o Trombetas, e de *Cachoeira Porteira*, a última do *continuum*, em função das implicações resultantes da instalação naquela vila de empresas de construção civil, de extração de madeira e de pesquisas. Ambas com seus modos de vida profundamente alterados. A comunidade *Mãe Cué*, situada à margem direita do Rio Trombetas, próximo ao igarapé Terra Preta, limite geográfico do Projeto da ALCOA, foi destacada para análise considerando que seguramente sofrerá mais de imediato transformações em suas estruturas econômico-sociais, com a instalação desse empreendimento. A ALCOA pretendia instalar-se logo tivesse obtido a Licença de Implantação a ser aprovada pelo Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará. No ano de 1992 esse projeto foi examinado em Audiência Pública na cidade de Oriximiná, a primeira audiência desse gênero no Para, prosseguindo seus tramites e posterior aprovação pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente. Mas a ALCOA desistiria do empreendimento entrando em

negociações com a CVRD para ter a MRN como fornecedora de bauxita para seus empreendimentos de alumínio no Brasil.

As referências básicas sobre os impactos sofridos pelas duas primeiras comunidades e os que poderia sofrer Mãe Cué, são encontradas na forma como esses grupos locais comparam e verificam perdas no seu espaço de trabalho e de vida, ao mesmo tempo que reivindicam direitos de ter sua própria história e de reconstruir seu modo de produção abaixo das cachoeiras. A dinâmica social desses grupos é realimentada progressivamente pelo uso comum da terra e pela forte etnicidade, elementos-chaves a serem mais cuidadosamente observados nas análises sobre impactos. Estes informam sobre a desestruturação de sua vida comunitária por impedimentos recentes colocados no acesso às terras de trabalho e pela violência física e simbólica que tem recaído sobre seu grupo.

5.2.1 Boa Vista

Boa Vista encontra-se situada no alto de um barranco, resguardando a visibilidade do rio. Sua história recente é bastante singular. Representa a fixação de remanescentes de quilombos em área mais próxima das cidades de Oriximiná e Óbidos. No movimento de descida das cachoeiras em direção às *águas mortas* desse rio, Cachoeira Porteira e depois Tapagem foram os núcleos de base. O irradiamento da ocupação das margens de rios, lagos e igarapés, chegou até Boa Vista, ponto extremo, baixando o rio, desse *continuum* geográfico.

De Tapagem, deslocaram-se alguns membros de um dos troncos familiares principais, escolhendo um sítio entre o igarapé de Água Fria e a boca do Lago do Moura, terreno por sinal com registro cartorial feito por um senhor chamado Claudino Bentes da Conceição. A memória desses moradores escavaca as lembranças sobre a formação desse povoado, no depoimento de uma mulher de 76 anos, que se honra de declarar “(...) nasci e me criei nesse lugar. Meu pai entrou aqui com 15 anos, com meu tio e o pai dele... eles é que abriram este lugar... meu pai abriu este lugar com meu avô”(Entrevista, out. de 1990).

Conforme registros encontrados, o lugar de Boa Vista existe desde fins do século passado. Coudreau, na viagem de 1900, comenta a presença de alguns moradores que se beneficiavam dos ricos castanhais existentes nas cercanias, praticavam agricultura e eram conhecidos inclusive pelo cacau que plantavam em abundância. Hoje, as marcas deixadas da época de apogeu do cacau são mostradas pelos moradores do lago do Moura. Os moradores representam o passado pela imagem da abundância e da fartura: na caça, na pesca, na floresta cheia de *cedreiros* de acapú e itaúba; madeira tirada para fabricar casas, canoas, utensílios de trabalho e para alimentar a economia regional através de relações comerciais regulares com Óbidos e Oriximiná. Comentam os entrevistados que a castanha *era nosso ramo de ganhar dinheiro*, e ainda a madeira, produtos extrativos mais importantes, vendidos aos comerciantes e gatões que aportavam em suas casas.

O início das obras da Mineração Rio do Norte, em meados dos anos 70, foi motivo de tensão e insegurança. Os moradores pressentiam mudanças que poderiam advir desse processo desconhecido, buscando nas suas referências do passado a experiência de resistências e a formulação de novas práticas políticas. A empresa procurou apresentar um panorama de pleno otimismo, ensaiando fórmulas discursivas de desenvolvimento e progresso, direção à modernidade em uma região esquecida nos modelos de desenvolvimento regional. Houve acolhida ao projeto por parte de comerciantes, fazendeiros e políticos do município de Oriximiná. Os argumentos da geração do emprego e da dinamização da economia regional, foram suficientes para recriar no espírito urbano, a euforia de uma nova era. A intervenção da empresa frente às comunidades palmilhou uma estratégia de aproximação, acenando com serviços que ofereceria às famílias de moradores e, por extensão, à parentela residente em outras comunidades. Tratava-se de benefícios que não iriam além do atendimento às necessidades básicas que deveriam ser providas pelas vias institucionais do poder estadual/local: hospital, escola e acesso a estruturas de comércio (supermercado).

Boa Vista enfrenta na atualidade uma situação crítica de importantes mudanças, provocadas pela presença da Mineração Rio do Norte. A paisagem natural que tanto impressionou os viajantes estrangeiros no início do século, orgulho dos ribeirinhos e inspiração de seus cantos, começa a sofrer forte diferenciação com as obras que precederam a instalação do empreendimento para exploração e beneficiamento primário de bauxita. O minério escondido embaixo da densa vegetação dessa região, não tinha alguma referência na história dos negros, que, deste lugar, tiraram suas forças e recriaram raízes étnicas numa organização comunitária. A experiência da violência, traduzida na transformação rápida e profunda da natureza, lhes conduziu a reformular padrões culturais e enfrentar um conjunto de relações produzidas por outra ordem econômica e social. Frente a eles, colocava-se o poder da ciência e da tecnologia que de ordinário acompanha os processos políticos e decisórios de instalação de um grande projeto na Amazônia.

Dos trapiches familiares de Boa Vista vislumbram-se os imensos navios cargueiros aportados em frente aos guindastes mecânicos que despejam a bauxita diretamente em seus porões e, não raro, um enfileiramento de cargueiros, próximos à margem direita do rio, que esperam sua vez para receber o minério. Os cascos, canoas ou mesmo embarcações de médio porte, freqüentadoras costumeiras desse rio, são minúsculos corpos que passam inexpressivamente ao seu lado. No meio da noite, as imagens produzidas pela forte iluminação do porto impressionam pelas cores fortes e estranhas ao ambiente. Essa imponência espelha o projeto, com produção prevista de 8 milhões de toneladas para 1990, cujo processo compõe-se de três fases: extração, lavagem e carregamento. Atende à planta industrial de alumínio de São Luis (ALCOA) prioritariamente, embora sua produção tenha sido, em 1989, distribuída nos seguinte mercados: Brasil (31%), Venezuela (25%), E.U.A. (22%), Canadá (21%) e França (1%).

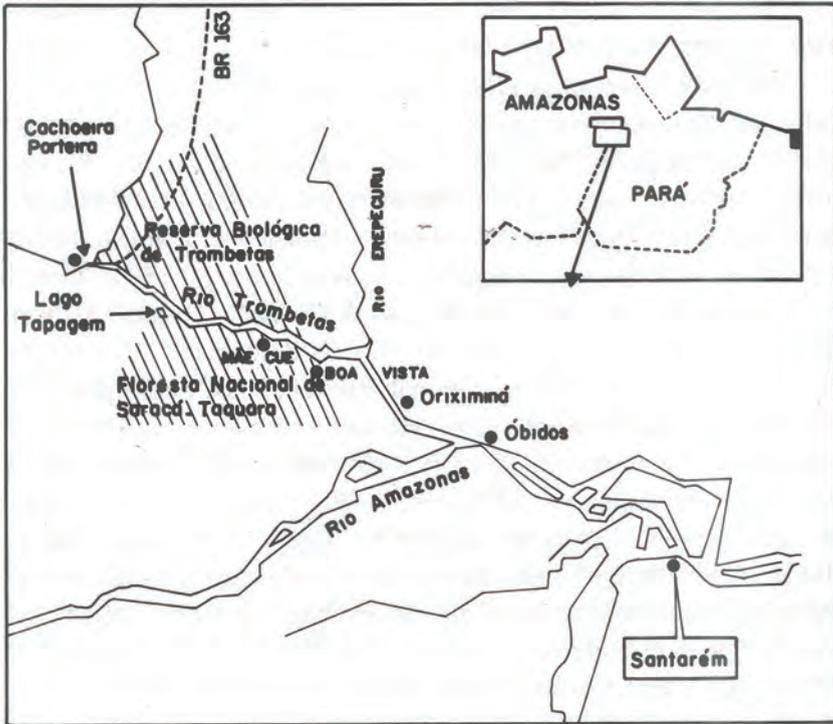
Sobre esse minério e produtos dele decorrentes os moradores entrevistados pouco sabem, mas das relações com a Mineração Rio do Norte, revelam experimentar um permanente campo de conflito. Associam o aparecimento desse empreendimento com uma série de fatos, não menos perturbadores da ordem econômica e social na tradição local: a decretação da Reserva Biológica e Florestal do Trombetas; e o aparecimento, em Cachoeira Porteira, de empresas de serviços - Andrade Gutierrez e Engerio -, servindo ao projeto da Eletronorte de construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira.

Inaugura-se com a instalação da MRN, uma relação contraditória e dificilmente contornável, expressa em um movimento de circularidade que logra acelerar o processo de *cercos às terras* imemoriais. Das expressões verbais dos moradores de Boa Vista, destacaremos alguns elementos desse campo de conflito. As relações mantidas pela empresa com os moradores não incluíram nenhum reconhecimento ou direito. Tampouco suas práticas orientaram-se para reposição das perdas materiais e culturais impostas. Surge um sentimento de perda progressiva visível na percepção do grupo. Eles tentaram transitar nesse mundo marcado por relações impessoais enquadradas numa ordem de valores, sem referência no seu universo simbólico. Algumas questões, em geral ausentes em estudos de *impactos*, nos parecem fundamentais para entender a problemática que se instaura em Boa Vista, transformada em corredor de passagem das mudanças, todas direcionadas à desestruturação do modo de vida preexistente. Quais as formas que tomariam essas *relações de vizinhança* entre o grupo e a MRN, do ponto de vista dos conflitos gerados ou do acesso a possíveis benefícios? O que o grupo teria postulado em relação a sua territorialidade? E ainda sobre direitos de ir e vir, de manter a autonomia de suas formas de trabalho, de garantir a memória de seus antepassados pela recriação de sua história? Enfim, existiu algum tipo de negociação entre as partes?

A percepção dessa relação que se estabelece de forma contingente poderia ser examinada pelo menos sob dois ângulos, provavelmente incompletos, mas cheios de significados, trazendo visibilidade aos impactos provocados. O primeiro ponto diz respeito à forma como a empresa faz-se presente nesse espaço amazônico. Coloca-se como *enclave*. A sede urbana da empresa, Porto Trombetas, situada à margem direita do rio Trombetas e distante 80 km de Oriximina, conta atualmente com 7.500 habitantes, servidos por infra-estrutura social elogiável. Seguindo o modelo de *cidade fechada*, linha de intervenção priorizada pela sua principal acionista, a Companhia Vale do Rio Doce, o Projeto Trombetas foi planejado com todo o rigor de um empreendimento enclave, recolhido sobre si mesmo.

Tal política obriga as pessoas que pretendem ter acesso pelo porto de chegada a serviços como o supermercado, agência de viagens ou hospital, a aguardarem liberação (ou não) no portão de acesso. E este um gradeado em ferro com mais de dois metros de altura. Esse é o primeiro choque para quem tradicionalmente teve sua casa aberta ao rio, *de frente para essa imensidão que é a natureza*, na fala de um jovem de Tapagem. O enclave porém, não está somente na relação com o espaço restrito do empreendimento, mas sobretudo, nas formas de negação ou de simples exclusão da participação local-regional aos benefícios que o projeto está recebendo. Depoimentos de vereadores em Oriximiná confirmam serem inexpressivos os aportes trazidos por essa empresa ao município, seja através de impostos ou de serviços. Em contrapartida, os navios cargueiros circulam pelo rio afastando peixes e trazendo riscos de poluição; a bauxita é retirada com pequeno valor agregado, os empregos gerados e as transações econômicas não resultam em maiores estímulos ao comércio local ou mesmo à dinamização de outras atividades como pecuária, agricultura e extrativismo e até a uma indústria local.

Mapa 5: Localidades de Boa Vista, Mãe Cué, Cachoeira Porteira



O sentimento do negro é de violação de um mundo socializado pela rebeldia do passado, daí a recorrência no discursos *aqui moravam todos libertos*. De alto a baixo do *continuum* de comunidades é o grito uníssono frente à desterritorialização. No imaginário, uma circularidade do retorno, uma volta ao tempo das cadeias, que o escavocar das vivências (e dos medos!) sintetiza como *os piores tempos da escravidão estão chegando* (Entrevista, out. 1990J).

Com a chegada de grandes projetos na Amazônia - particularmente promovidos por empreendimentos hidrelétricos e minerais -, começa a prática do cadastramento dos residentes nas áreas pretendidas pelas empresas, ou no seu entorno. O pressuposto das empresas, arbitrário evidentemente, é que são os primeiros a chegarem nesses supostos *territórios vazios*. Assim constroem um discurso como se estivesse sendo ameaçada pelas populações. Duas dimensões podem ser percebidas: a primeira, negação da ocupação anterior do território, o que chamamos de invisibilidade expropriadora; segunda, a inversão da concepção de direito pois a empresa subverte regras e estatutos da presença étnica ou socialmente definida como *cabocla* na área, impondo outra relação social e do homem com a natureza.

Sobre a política de cadastramento de populações na Amazônia, a Eletronorte e a Companhia Vale do Rio Doce, são exemplos a serem examinados. Na construção das hidrelétricas de Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas), a Eletronorte teve o cadastramento como um instrumento de controle, de pressão e de expropriação contra pequenos produtores rurais e pescadores, habitantes nas áreas dos atuais reservatórios. Diversos trabalhos trataram o tema (Castro, 1984 e Mougeot, 1985; Guimarães, 1986). A CVRD prossegue no cadastramento de pessoas residentes em sua Área de Proteção Ambiental e nas cintas que contornam os Projetos Salobo e Ferro Carajás. O cadastramento da Albrás, em Barcarena, seguiu também as mesmas trilhas excludentes, afastando famílias de caboclos, ribeirinhos, da zona onde se encontra assentado o complexo industrial.

Pela primeira vez na Amazônia esse mecanismo atinge populações remanescentes de quilombos, clinicamente identificadas e com modalidade particular de domínio do território. Por isso, o cadastramento da MRN atinge as localidades para além de Boa Vista até Cachoeira Porteira, unidas pelas relações de parentesco. Laços culturais são sistematicamente ignorados pela nova frente branca, incapaz de perceber as contradições entre localismo (prática empresarial) e totalidade (concepção comum). O cadastramento tem ainda o papel de deslanchar um processo de diferenciação ao interior do grupo social. As crianças negras são distinguidas entre as que tem e as que não tem direito à escola de Porto Trombetas (MRN); os doentes que podem ou não ter acesso a médicos e ao hospital; as famílias com ou sem ficha de entrada no supermercado. O cadastramento é portador de conflitos pois é percebido como de controle sobre o espaço e os movimentos ao interior do Trombetas, razão pela qual há uma estratégia de recusa, por parte dos negros, ao entendimento e submissão da regulação imposta pela prática da empresa.

“Porque desta região de Boa Vista até a Comunidade de Moura, eles fizeram aí um negócio de um cadastro, deles lá, que nem eu sei o que é esse negócio desse cadastro que eles falam... o pessoal nunca soube que eles estavam fazendo esse tar de cadastro pra dar direito em coisas, só eles que sabiam, então, muitos não estavam nas suas casas, estavam no trabalho (na roça, no castanhal...) e quando chegaram já tinha passado essa equipe... então eles não entraram no cadastro» (Entrevista, em novembro de 1990).

Os moradores recusaram o Cadastro, reconhecendo nele elementos de discriminação racial. Outras referências das políticas discriminatórias explicitam-se nas práticas de relacionamento entre crianças brancas e negras, no âmbito da escola e das relações entre Boa Vista (comunidade negra) e Porto Trombetas (núcleo urbano da empresa). Questionaram os pais, as acusações formuladas pelo pessoal da escola sobre a conduta *bagunceira* das crianças do povoado. Defendiam os pais afirmando que *“eles brigava muito por causa*

disso, pois começam a chamar de preto do beiradão e aqueles que não tinham paciência, brigavam..

Na área urbana da MRN, observa-se a presença de *out-door* com slogans preservacionistas sobre a fauna e a flora amazônicas. Num deles, o desenho de várias crianças, seus nomes fictícios. O nome atribuído a criança negra: *Limpólio*, as demais, brancas, *André, José...*

Um segundo ponto a destacar, resulta na apropriação das terras de trabalho. A Mineração Rio do Norte adquiriu e legitimou a posse sendo proprietária de terras, por compra de moradores, na extensão de 400 ha, acompanhando a margem esquerda do Rio Trombetas, incluindo a comunidade de Boa Vista. (ITERPA, Oriximiná - 1971).

Subseqüentemente, os passos da expropriação foram materializados em propostas aos remanescentes de quilombos para saída do território. As narrativas dos moradores direcionam-se no sentido de examinar sua perda de capacidade no controle sobre o território com a chegada de novas famílias ao povoado e a proibição de colocar roças, caçar e coletar castanha. A ameaça recai sobre seu modo de vida, pois a produção agro-extrativa é condição fundamental à manutenção de sua autonomia econômica e cultural.

As relações da MRN com os moradores torna-se progressivamente conflitiva. As tensões refletem questões não resolvidas. No substrato esta a negação da história de ocupação desse território e interdições que cerceiam a reprodução de práticas tradicionais de uso de recursos de lagos, de rios e da floresta.

“Eles mandaram uma carta fazendo um convite pra nós, pra nós ir numa reunião lá no MEC (Setor de Cadastramento - MRN) para explicarem as normas, as posições da Mineração; como era pró pessoal que vive aqui em torno da Mineração viver. Que não podia caçar, que não podia pescar, que não podia botar comércio. Isso eles falaram, eu tenho o papel aí guardado... se eles toparem um camarada caçando aqui nessa área eles prometem que prende, toma a espingarda e tudo... Do lado de lá (margem esquerda do rio) ninguém pode caçar porque é do IBDF.

Conclusão, o pessoal daqui de Boa Vista agora não caça, não pesca... algum peixe que pega, é aqui pró lado do Moura, que ainda pode pescar» (Entrevista, out. de 1992).

Moradores de Boa Vista e Moura narram ocorrências de mortes no hospital de Porto Trombetas por falta de licença para transpor os portões de entrada e, quando o conseguem, para receberem atendimento médico cuidadoso. Entrecortando o discurso, deixam transparecer alguns fragmentos da política de preservação ambiental da empresa. A propaganda da MRN, em *out-door* e folhetos, chama atenção para os animais da floresta, sua importância que sobrepassa a do grupo humano. A morte de uma guariba, operada às carreiras no hospital, é decodificado pelo mundo negro, reinterpretado em versos de protesto:

*“Dentro da Mineração, eu tenho em caso pra contar
Da briga de uma guariba com o gavião real.
As gentes foram socorrer, levando para o hospital’
Qh! deram um soro na guariba, ela não aguentou
Só para o homem não existe, ai, ai, ai meu Deus!
Veja esse passado
Só se tudo fosse cadastrado”.*
(Sr. Rafael, morador de Abuí)

No momento desta pesquisa, a maior insatisfação dos moradores de Boa Vista decorria de mudanças na política da empresa na área educacional, atingindo as crianças do povoado, freqüentadoras há vários anos da escola da mineradora. Em acordo celebrado com a Prefeitura, sob alegação de reduzir gastos, estabeleceu-se o remanejamento dos alunos para a escola do povoado, que é considerada como tendo um atendimento irregular e de menor qualidade.

O discurso que afirma o regime assalariado ofertado pela MRN como valor, carrega consigo a negação do trabalho autônomo, pelo caráter *improdutivo*, portanto, não-valor, aplicado em nome do progresso e do desenvolvimento. Com a entrada da MRN em operação, Boa Vista tornou-se

o mercado de trabalho para a maioria dos braços jovens masculinos do lugar. Em dezembro de 1991 somavam 27 homens contratados pela empresa, embora muitos outros já tivessem experimentado o trabalho assalariado temporário nos canteiros de obras, na limpeza do terreno ou ainda como operários. Daqueles 27, a maior parte encontrava-se em ocupação semi-qualificada ou trabalhando como braçal, exceção de um operador de painel, categoria K3, por sinal empregado na empresa desde sua inauguração.

A desarticulação do modo de vida desse grupo aparece ainda no trabalho das mulheres - lavadeiras, cozinheiras, faxineiras -, contratadas nas residências da vila de Porto Trombetas. O amanhecer no povoado retrata suas relações com as novas situações de trabalho. Deslocando-se em canoas ou pequenos barcos, partem bem cedo, homens e mulheres, para suas jornadas de trabalho em Porto Trombetas. Nas comunidades, os mais velhos, alguns jovens e crianças, não mais reunidos no trabalho em grupo - roça, farinha, pesca, caça, coleta - aguardam a chegada dos assalariados que sustentam, com seus parcos salários, toda a unidade familiar.

Esse é o dilema que nos parece central nos processos novos vividos na fronteira amazônica, particularmente com o avanço da frente industrial. As diferenças de tempo são potencializadas. Modelos distintos colocam-se frente a frente. Fato esse suficientemente dramático para os que não tiveram, na construção de estratégias de poder e de domínio segundo a lógica de acumulação, seu primado e seus valores. Nessa correlação de forças, o processo provoca sobre os protagonistas mais fragilizados, uma profunda transformação pela destruição de traços culturais e de ecossistemas dos quais tradicionalmente extraíram seus meios de sobrevivência. O tempo social desse grupo passa a ser definido na relação com a empresa, enquanto os valores tradicionais deslocam-se para os espaços *fetichizados* pela mercadorização da força de trabalho e da natureza.

O discurso de uma mulher com marcas da idade, certamente fiel depositária dos valores comunitários, é fascinante pelo conteúdo simbólico expresso na sua concepção de liberdade:

“Em todos os casos é bem melhor trabalhar na sua casa e ter sua roça, ter sua criação, hoje ela tá aqui, depois ela tá lá longe, e você fica sempre...; e aí você tando na sua casa e fazendo a sua plantação ali e só Deus que pode lhe arretirã de lá. Olha que muitos ficaram nessa situação (...) agora subiram, agora vieram de lá, agora onde vão se apuiar... na terra, não é? Num pode é fica com salário. E dentro d'água ninguém se apuia”.

Mas, justamente a prática **ao puxirum** foi expurgada pela proibição de *colocar roça*. Duas margens, direita e esquerda, estão aprisionadas por empresas e governo. É como se o rio tivesse morrido para *os filhos do rio*, excluídos na nova ordem que se instala no Trombetas, sob a matriz empresarial privada (MRN) e pública (IBAMA) apoiadas pela cumplicidade com a Polícia Federal.

Boa Vista foi enfraquecendo sua organização econômica e social progressivamente e distanciando-se das características que marcam as demais comunidades no Alto Trombetas. Para os que passam, simplesmente um *beiradão*. Termo, pouco a pouco, absorvido no linguajar dos negros do Trombetas, desconhecendo talvez seu conteúdo pejorativo que evoca a presença das *corruptelas* e da pobreza, rosto social que acompanha os grandes projetos na Amazônia. A tela pintada era de *uma favela ribeirinha*. Perdeu a unidade com a floresta, o rio, os ventos, pássaros, enfim, a cultura extrativa, visível nos restos de material recolhidos na MRN para construção de seus barracos, mas também na dependência do salário para refazer seu ciclo reprodutivo.

A empresa de mineração, na experiência concreta de firma instalada em Porto Trombetas, continuou estabelecendo um risco ecológico de alto custo. De alguma forma constitui um alerta permanente pelos níveis de poluição gerados. O exemplo do lago do Batata não pode deixar de ser colocado no primeiro lugar. A propaganda de consciência ecológica da empresa exigiria elevada confiabilidade dos métodos de controle. A vigilância sobre o fundo

do rio Trombetas, de lagos e igarapés (como é o caso do igarapé de Água Fria), torna-se necessária. Nesse último curso d'água tivemos oportunidade de verificar sedimentação importante de resíduos de bauxita. Talvez o contato com essa lama impressione os moradores de Boa Vista e os pesquisadores, e tenha pouca importância para a MRN ou Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA -, ou outras empresas de consultoria sobre meio ambiente. O certo é que o efeito lago Batata não foi seletivo e localizado. Os resíduos contaminam o ar (basta observar mesmo a olho nu, o carregamento da bauxita no porto), a água, a vegetação. Os moradores falam do desaparecimento de peixes observado no igarapé de Água Fria. Isso não é desprezível, sobretudo pela ausência de estudos sobre esses ecossistemas e os impactos gerados por empreendimentos desse porte. O dado novo é a empresa ter feito do *locus* do projeto de mineração um laboratório experimental de recuperação de áreas degradadas que faz honra de mostrar aos seus visitantes como produto de disciplina, pesquisa, tecnologias inovadoras e recursos financeiros colocados a disposição de seu reerguimento público como empresa de mineração modelo que controla os impactos ambientais. Nos locais-chaves foram instalados os filtros, fez-se a recuperação do lago Batata, Mussará, igarapé Água Fria e procede-se ao replantio de áreas desmatadas. A empresa cuida de realizar ações limpas e de preservar um patrimônio verde criteriosamente identificado, conforme seu novo princípio ecológico.

A iniciativa de introduzir diante das instâncias federais o pleito de demarcação das terras de remanescentes de quilombos do Trombetas começou em 1989 através do acordo realizado entre a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná -ARQMO e a Procuradoria Geral da República, que se comprometia a impetrar ação declaratória requerendo a titulação das terras por eles ocupadas. Desse procedimento constou a apresentação de laudos para os quais a ARQMO teve a assessoria da CPI-São Paulo. A Associação dos Remanescentes da

Comunidade de Boa Vista, criada em novembro de 1994 foi a primeira a receber títulos. Nesse ano havia sido concluído o levantamento de terras. O INCRA anunciou a demarcação de uma área de 1.125 ha, em junho de 1995, título coletivo recebido por um conjunto de 112 famílias. Essa titulação corresponde a formas propostas pelo grupo, englobando duas categorias de sócios, «representante fundador» que beneficia as famílias antigas, ou os que são de “raízes” com maiores vantagens sobre os “sócios participantes” que “não são de raízes”. Essa hierarquização assenta-se sobre o reconhecimento de uma unidade étnica, e uma constelação de parentesco construída no passado e revitalizada no presente.

Desde 1994 Boa Vista experimenta uma situação de mudança a partir das tentativas feitas para reverter o quadro de desestruturação econômica e sócio-cultural provocado pela intervenção da MRN e forças dos agentes associados a ela, tal como o IBAMA, Polícia Federal e Prefeitura de Oriximiná. Na atualidade, desenvolvem iniciativas para obtenção de financiamento para projetos de «roça coletiva», de aquisição de um barco. Igualmente revêem e examinam o encaminhamento de experiências anteriores de cultivo de hortigranjeiros, de apicultura para adaptar esses projetos as novas situações do grupo, buscando maior autonomia dos proponentes institucionais, nesse caso em relação a MRN. Em entrevista realizada em 1997, transmitiram-nos que *o pessoal tem que se reacostumar a agricultura pois não adianta ficar rodando Porto Trombeta - a Feirinha -, procurando algo que não existe mais para eles, nem trabalho, nem meios para poder comer e viver*. Encontravam-se discutindo no relativo as relações com essa empresa, a fundação de uma Cooperativa de Prestação de Serviços que funcionaria para engajar trabalhadores solicitados pela MRN. Observaram na entrevista que um pequeníssimo grupo concluiu e somente eles teriam chances e mesmo assim mínimas de trabalhar para a empresa. O discurso mais importante que emerge é o de retorno as raízes e uma afirmação positiva para reencontrar outros caminhos para a comunidade,

ou um refazer buscando meios de vida nas próprias terras de Boa Vista. Esse lugar ganhou importância por se ter construído a igreja, a escola (ate a 4a. série e com 160 alunos), e ainda dispor de um gerador que fornece algumas horas de energia diária. A vida comunitária do grupo torna-se mais dinâmica e freqüentemente realizam reuniões com as comunidades vizinhas de Moura, Janari e Falhai, para decidir questões importantes no plano econômico e cultural. Em especial, retomam as praticas de mutirão e o trabalho comunitário. Estão organizando rocas de tipo familiar e tem uma casa de farinha de uso comum. A Associação de Mulheres é uma iniciativa nova assim como a Cooperativa. A situação mostra indicadores diferentes de seis anos atras quando Boa Vista vivia num profundo letargo e mostrava o desfalecimento de suas instituições sociais.

5.2.2 Cachoeira Porteira

Cachoeira Porteira foi a matriz dos apossamentos do grupo no presente século. Como já examinamos, de dois lugares - Nova Amizade e Arrozal -, saíram grupos de famílias para Tapagem, Boa Vista e Terra Preta. São os movimentos que permitem encontrar os troncos familiares dos rios Trombetas e Erepecuru. Esse povoamento inicial permaneceu pouco alterado até meados dos anos 70. Havia seguido um padrão nuclear com casas próximas. Cachoeira Porteira foi denominada por parte dos brancos de *colônia* (Coudreau, 1900; p. 17). Com freqüência nesse lugar, arribavam os regatões e algumas casas de comerciantes de Oriximiná, incorporaram os negros como extratores de castanha envolvidos em relações de clientela.

As famílias de Cachoeira Porteira estabeleceram formas de organização da atividade econômica nos esquemas analisados em capítulos anteriores deste trabalho. Os negros de Cachoeira experimentaram dois cortes violentos na forma de existência anterior: o primeiro com a entrada da Companhia Andrade Gutierrez e o segundo com a atuação do IBDF. Um entrevistado especificava

essa anterioridade: “Antes da Gutierrez, o negócio lá era na *ajuda*, tempo de castanhais, trabalhar em castanha (...)” (Entrevista, out. de 1990).

A firma Andrade Gutierrez, organizada por empresários tradicionais no setor de construção civil, tem na Amazônia uma vinculação direta com projetos de infra-estrutura e de colonização privada. Instalou-se no Município de Oriximiná, participando na construção da estrada Perimetral Norte (Pinto, 1986), responsabilizado pela abertura de um ramal de 200 km partindo de Cachoeira Porteira. Algum tempo depois, foi contratada pela Mineração Rio do Norte para cortar lenha que alimentaria o processo de produção de energia no beneficiamento da bauxita. Fornecia a madeira retirada da área prevista para formação do lago (reservatório) da hidrelétrica da Cachoeira Porteira.

O relacionamento da Eletronorte, pela via da empresa Andrade Gutierrez, com os moradores da Cachoeira Porteira, detém elementos importantes que definem as linhas conflitivas e as tensões comuns nesse tipo de intervenção. Primeiro, a firma estabeleceu-se como um super-poder local. Ela autorizava a entrada de novos moradores no povoado. As roças antigas e *maduras* dos moradores foram destruídas para edificação do acampamento. Uma entrevistada, membro da família Vieira, em visita ao povoado depois de vários anos de ausência, foi refazer a memória dos antepassados e constatou que em quinze anos de presença da firma haviam desaparecido as antigas referências. Com a colaboração da sua tia revisitou antigos lugares onde sua avó havia vivido e deixado marcas: “*Era com certeza, ainda tem coisa ... ainda ... ela foi me mostrando uma árvore que era planta nossa, pau-d’angola*” (Entrevista, out. de 1990).

Foi essa a primeira agressão nesse setor do rio Trombetas sobre o meio ambiente, pelo corte desordenado e numeroso de espécies. Sobre os moradores, provocou tensões e conflitos, especialmente ao retirá-los das terras quando acenou com indenizações irrisórias.

O movimento provocado pelo empreendimento em Cachoeira Porteira gerou uma migração transitória de pessoal técnico e sobretudo de trabalhadores

braçais. Estabeleceram-se duas formas de relacionamento dos antigos moradores tradicionais com os recém-chegados. O emprego de mulheres negras nas casas de técnicos, rompendo com a participação no trabalho familiar da roça e o assalariamento temporário de homens nas obras; ambos instáveis e mal remunerados. Para as mulheres foram empregos domésticos, lavagem de roupa, cozinheira e babá. Não faltaram estímulos e condições para o aparecimento da prostituição. Os trabalhadores braçais migrantes concorriam com os moradores, especialmente jovens que começaram a *ficar-se* para a empreiteira. Ambos passaram a compor o quadro de assalariados locais. As roças com menor força de trabalho familiar, ficaram reduzidas e o sistema de ajuda foi abalado com essa transferência.

A empresa começou a desativar o acampamento, saindo em 1989. Os contratos de extração de madeira foram suspensos. Às pressões políticas, sobretudo do movimento ecológico e de barragens, juntaram-se às vozes de cientistas, jornalistas e outros grupos contestando a destruição da floresta e a construção de mais uma hidrelétrica. Essas críticas repercutiram fortemente em setores internacionais, capazes de exercer poder e influência. O Relatório de 1989 da MRN, informa o encerramento em 31/10/90 do contrato de fornecimento de madeira pela Andrade Gutierrez para produção de lenha, fonte energética utilizada na planta de secagem de bauxita, então substituída por óleo combustível.

Com a paralização das obras o lugar tem o ar de um povoado abandonado. Das casas do acampamento, em fins de 1990, apenas dezoito estavam ocupadas. Esse patrimônio aguardava ser reativado com a construção da hidrelétrica de Chuvisco que materializará maior agressão a esse ecossistema. A presença da Engerio e de outras firmas é uma constante. Realizam sondagens e refazem as medições que, com outras justificativas, acabam por intervir na vida das comunidades.

A área delimitada pela Reserva Biológica do Trombetas tem seus limites abaixo, por trás e em cima de Cachoeira Porteira, justo no Lago Pacurú,

significando proibições de plantio de roça, caça, pesca e até de banho para os moradores. Cachoeira Porteira encontra-se ilhada. Constitui um golpe brutal para os descendentes dos quilombolas, presos e condenados a uma situação vegetativa. A revolta contra o IBDF está marcada em todas as frases dos entrevistados, pois nega a *fartura* que conheceram desde os tempos do *baixar das cachoeiras*. Uma entrevistada de 69 anos explicava:

“Olhe, eu, tem vezes que eu choro, eu me acordo umas horas da noite pensando como eu me criei nesse lugar, nesse rio, já comi bem, já bebi bem, hoje eu estou velha, para mim comer um ovo (de tartaruga) só se eu roubar, porque eu não sei roubar, comer escondido prá ali, eu não como... isso proque o IBDF não deixa” (Entrevista, out. de 1990).

A revolta encontra forças na identidade e na natureza desrespeitada. O processo de expropriação reveste-se de formas de controle progressivo. Eles permanecem na terra dos antepassados, mas em condições de perda de autonomia sobre o território. Foram despojados da capacidade de decidir e agir sobre o horizonte de terras, florestas, águas, que pisam e moram. A nossa entrevistada indicava o peso dessas restrições:

“Em sendo natural, filha do rio, nascida no rio, criada no rio, prá mim comer um bicho, comer alguma coisa, e eu tá comendo pelos cerrados. E duro”
Eu me criei, dona menina, na fartura, vou lhe dizer, fui uma mulher que criei meus filhos na fartura, meu pai me criou na fartura também ... Tudo nós tinha em casa, hoje em dia, nós não tem nada porque nós não podemos mais trabalhar...” (Entrevista, out. de 1990).

O *cercamento* de terras e águas inaugura uma impossibilidade. A rigidez de normas e de policiamento da Reserva Biológica é representada por eles como um novo cativeiro. De forma concreta materializa-se o *ilhamento* da comunidade. A autoridade institucional impõe limites, definidos dentro do projeto econômico e político excludente do grupo negro, induzindo à situação de miséria.

“ ... então estamos espremido ... e isso não posso plantar uma roça e me dói na alma .. me dói na alma. Eu vendo os meus netinhos... Às vezes, querem chupar uma cana, querem comer um cará, querem comer uma batata ... aonde é que eu vou plantar, que tudo aqui é reserva. Pula daqui é reserva, pula pra cá é reserva...”

Os canais de mobilidade social para alguns dos empregados neste caso da Andrade Gutierrez, são muito estreitos comparados com os benefícios outorgados as empresas protegidas pelo Estado. Alguns moradores falavam de fazendas de gado abertas na Reserva Biológica. Constatamos ações de comerciantes e outros que não são sancionados pelo IBAMA, manifestando tratamento desigual e até cumplicidade. A idéia que encerra esse discurso é de ser a Reserva um gargalo onde negro não passa.

Destrói-se a atividade econômica que vincula organizadamente a etnia a seu mundo religioso, cultural e político, construído ao longo do tempo. A *cachoeira* representa um santuário, um lugar de privilégio, de banhos e de curas. A água está prenhe de magia. Quando o IBDF, na opinião da entrevistada, proíbe o banho para alguns *privilegiados* da comunidade - os portadores da sua religiosidade -, está cometendo delito de sacrilégio. As águas *bravas* resultam incompreensíveis para aqueles técnicos que elaboram o projeto da hidrelétrica de Cachoeira Porteira e os que, providos de fórmulas matemáticas, escrevem o RIMA para dar o aval ao projeto da Eletronorte. É lamentável que esse setor técnico estatal possa escrever seus relatórios, sem passar os olhos sobre as primeiras e finas observações produzidas pelas expedições de viajantes que subiram as cachoeiras do Trombetas. Através de sua escrita tem-se uma compreensão global desse sistema de águas, com anotações sobre riscos de desertificação, caso ocorra o desmatamento das cabeceiras. Igualmente eles teceram indicações precisas e preciosas sobre o sistema hidrográfico do Trombetas, onde Cachoeira Porteira é apenas um de seus pontos. Estamos reportando-nos a Schombourgk (1838), Coudreau (1900), Derby (1898),

Barbosa Rodrigues (1875), Penna (1973) que, com sua visão de naturalistas do século XIX, abriram o universo do Rio Trombetas. Essa produção traz pistas e ensinamentos valiosos para meditar uma intervenção do porte da hidrelétrica que projetam para Cachoeira Porteira.

5.3 Mãe Cué: Conflitos e Fronteiras

Centenas de moradores de Mãe Cué enfrentam situações de tensões e conflitos com agentes e atores externos, numa quadro especial, por terem sido desalojados três vezes. A primeira, quando a mineração Santa Patrícia/JARI entrou na área. A segunda, ocorreu com o deslocamento sob violenta pressão quando foi decretada a Reserva Biológica do Trombetas tendo sido expulsos da margem esquerda do rio, momento em que algumas famílias extremamente atemorizadas reocuparam a margem direita. A terceira, quando a ALCOA MINERAÇÃO S.A. (re)empreende as pesquisas e sondagens na mesma área da JARI, da qual comprou as concessões. As tensões estavam nas relações com administradores e pessoal do Acampamento de Cruz Alta. Aliás os depoimentos insistem no relacionamento conflitivo até o presente.

As primeiras famílias do lugar Terra Preta instalaram-se ai por volta de 1900 e migraram do Lago do Macaco, fixando as primeiras casas próximas do igarapé Terra Preta. Os avós e pais de um entrevistado, tinham colocação de castanha no lago Jacaré, em castanhais sob controle de Raimundo Costa Lima. Viviam metade do ano naquele lago, mas no período da safra de castanha e no tempo de abrir as roças, regressavam à Terra Preta. Quando entrou a Mineração Santa Patrícia, encostada no igarapé, alguns negros começaram a trabalhar nas obras. Um deles trabalhou durante três meses *cavando poço* e declarava o horror do servido de estar 20m no fundo da terra. A curta experiência de assalariamento e as condições de trabalho radicalmente diferentes o fizeram desistir. As máquinas da firma chegaram para abrir a estrada até o que havia sido determinado como localização do acampamento, estrada essa traçada

anteriormente, no tempo de extração de pau-rosa. Ela passava o igarapé do Jará. Dessa fase, a firma retirou sob coação a família que morava na boca do igarapé Terra Preta.

A empresa sentiu-se com plenos poderes e fixou valores minguados da indenização pelos plantios de mandioca, de milho e de frutais. Os atos seguintes da firma foram de convence-los para sair, oferecendo indenização, e os que se negaram foram ameaçados pela polícia, inclusive de prisão. Os policiais fixaram um acampamento e permaneceram um tempo montando guarda. Os menos *bravos* e sem condições de continuar a briga receberam menos dinheiro, os mais bravos e firmes sentaram pé no lugar. O entrevistado recupera os acontecimentos, contando:

“...foi aquele sacrificio, quase nós vamos nos bater lá na estrada com os brancos, que os homens estavam bravo comigo, e tinha deles de rifle, outros de revólver ... me tomaram uma espingarda. Ai depois me entregaram, mandaram lá, pra casa...”

Esse grupo de moradores de Terra Preta foi o primeiro a sofrer essa forma de violência. Alguns saíram roncando conforme descrição da cena por um entrevistado «o velho foi roncando, aí ele bebeu, bebeu». As mães e esposas imploraram aos maridos para cumprir as ordens temendo prisões e mortes; alguns pediram prazo para sair. É preciso reter como esse movimento invasor, inesperado, desmobiliza quem está fora: o grupo étnico. As defesas sociais - a organização e a resistência- não eram firmes e o grupo foi desmantelado transitoriamente. Os projetos dos anos 70 usaram de autoritarismo permissível numa estrutura ditatorial em que as linhas de negociação inexistiam. As fórmulas das empresas foram o dinheiro de indenizações, irrisório e ridículo em relação ao trabalho incorporado nas roças e quintais de muitos anos, ou então a força bruta, polícia, armas e algemas. O fato de extrapolar nesses níveis é ainda provocado por situações de isolamento das comunidades. É um conflito violento, emudecido. Fora da área e das famílias foi pouco ventilado na

imprensa e nas cidades de forma a coibir o comportamento despótico, como uma das manifestação dos poderes da empresa.

Quando os executores locais do decreto de criação da Reserva Biológica começaram a agir na área, encontraram os ex-moradores de Terra Preta em fase de adaptação às novas localidades. Alguns acostumados a beira do rio haviam procurado refúgio nos lagos e retomavam roças e quintais. A prática de relacionamento do IBDF com os moradores não se diferenciou das empresas: aviso de saída com prazo de 24 horas e utilização da força, situações que geraram profunda instabilidade do grupo. Um entrevistado e morador dos mais antigos, foi vítima em três situações, com a Mineração Santa Patrícia, com o IBAMA/IBDF e com a ALCOA. Ele descreve o quadro:

“Eu que morei tanto tempo ali, vocês me tiraram de lá e agora? Nós vamos viver brigando porque daquele lado é área biológica, estão tirando das terras de lá, estão tirando todo mundo do lago Jacaré, lá que foi na marra; e lá, a polícia chegava lá, embarcava os bagulhos do cidadão, quer ele quisesse, quer não; fosse filho chorando, ele embarcava os bagulhos dentro do barco, iam deixar do outro lado na beira; se tivesse casa do amigo lá perto, do outro lado do rio ainda deixavam lá, se não lascavam de fogo na casa, era assim”.

Os interesses econômicos e políticos em relação a projetos de tamanha implicação social, colidem radical e brutalmente com os interesses modestos da comunidade. Ela experimenta o levantamento de uma muralha ao redor. Nem na Reserva, nem nas terras sob concessão da ALCOA podem tirar madeira, pescar, caçar, passear ou tornar banho quando se formam as praias.

Por volta de 1990, o relacionamento da comunidade Mãe Cué com a ALCOA era extremamente delicado, começando pelos domínios do igarapé Terra Preta, Os moradores têm lembrança dos cuidados com esse curso d'água por parte da Mineração Santa Patrícia uma vez que ele facilitava o acesso de material de construção para o acampamento e, em várias oportunidades, foram “convidados” ou contratados para sua limpeza. Esse igarapé está incorporado

ao domínio da comunidade desde os primeiros tempos de sua territorialização nesse trecho do rio Trombetas. Reconhecem ser um igarapé piscoso. O controle de entrada do igarapé lhe foi retirado, quando, nos conflitos com a Mineração Santa Patrícia, uma pessoa vinculada àquela empresa montou o «brega». Nele contavam-se mais de 60 mulheres vindas de fora para trabalhar na prostituição, e a comunidade foi contra. Atualmente são impedidos de ir pescar dentro do igarapé.

Por outro lado, o relacionamento com funcionários da direção do acampamento está marcada por atritos, seja pelas negativas de atendimento no posto médico, seja pela profunda distância social que eles mantêm em relação aos negros, experimentando sob formas abertas ou mascaradas, a discriminação racial. A exemplo de identificação dos negros como portadores quase inatos de malária, motivo para proibir o acesso para vender peixe ou¹ farinha. Os “pretos do beiradão”, os “morenos” constituem para as empresas, no seu afã de negar a existência econômica e social das comunidades, grupos duplamente discriminados por serem classificados como “pobres” e como negros. Atribuem-se-lhes os mais diversos elementos de desvalorização social: “preguiçosos”, “nômades”, “improdutivos”. Eles estariam representando um “grupo insignificante, numericamente”, que atrapalha os desígnios do progresso. Evidentemente trata-se das dimensões, a nível local, das relações raciais que a violência de integração da comunidade dos negros permite apreender de forma mais clara. De dentro da comunidade coloca-se a apreensão real das dificuldades de realizar o trabalho e continuar desenvolvendo sua existência. O passado e o presente do relacionamento negro x branco, monta-se sobre um tripé formado por desigualdade, dominação e rebeldia. Do lado de fora, expressa-se por parte do branco na adoção de uma posição de superioridade, poder e negação sobre os primeiros. O equilíbrio não fica reestabelecido enquanto reproduz-se a diferenciação racial dominante no país.

Como o resto das comunidades negras examinadas na presente pesquisa, Mãe Cué experimenta uma situação de insegurança. Por motivos diversos encontram-se sem informação que lhes permita identificar perspectivas futuras, mesmo as mais próximas. O projeto da ALCOA, a vizinha como e identificada pelos moradores, os coloca diante o exemplo mais próximo e patético da comunidade de Boa Vista em suas relações com a MRN. Nesse sentido, reconhecem como indesejável aquela experiência, e não conseguem vislumbrar diferenças em termos de política de empresa.

“... com o pessoal da ALCOA não vai ser fácil, a hora que eles pegar o poder todos na mão, vai ficar sem dúvida pior que a Mineração, porque a Mineração eu lembro, com o povo de Boa Vista aquele povo vizinho ali, ela vivia assim na palma da mão, depois que construíram tudo, aí ela começa a amarrar as portas; primeira coisa ela começou a cadastrar o pessoal, pouca pessoa, aí a pessoa nessa altura ainda ia no supermercado comprar que era mais barato. Aí foi, foi quando ela completou mais umas duas ou três empreiteiras, aí ele fechou, esse cadastramento dela sai de... de quatro a cinco e seis anos, ... que muitas ela já cortou, e agora no sobe mesmo, só se chegar assim quase morrendo, se ainda dá pra ter um alcance de vida, eles metem no hospital, se no eles acabam até de matar...”

As vozes das comunidades negras fornecem o discurso de uma situação dificilmente rebatível de antagonismo entre elas e as empresas. Esse dado tem uma significação nova na forma de disciplinamento das comunidades, para uma tarefa de reconquista e reivindicação de suas terras e do direito particular à territorialidade. Na ocasião da visita de campo, identificamos nas margens dos rios, placas fixadas nas árvores pela Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, indicando que aquelas terras eram propriedade comunal dos negros. O grupo incorporou uma prática política de esclarecimento à sociedade regional, nacional e inclusive internacional, sobre a problemática que os atinge, desenvolvendo formas de pressão junto às esferas institucionais que avaliam e decidem sobre licença de instalação de empreendimentos econômicos em suas terras. Desenha-se um

quadro crítico envolvendo como interlocutores o Estado, as comunidades negras do Trombetas e a empresa.

As gerações de moradores de Mãe Cué defendem o direito à suas terras, não reconhecidos nos atos legais e políticos que permitiram a concessão original das terras a Daniel Ludwig, e posterior transferência de reservas da Mineração Santa Patrícia à ALCOA MINERAÇÃO (1980). A legítima inquietação da comunidade tem provas, sinais e alarmes inconfundíveis em relação à nova empresa - ALCOA - que, superpondo-se, aos seus domínios representa um perigo total de perda das suas condições de vida e de produção e ainda de riscos praticamente inevitáveis de poluição de águas, ar e floresta. A desconfiança instalou-se de forma total em relação ao convencionalmente denominado benefício social dos projetos, ou seja, assistência médica e educacional. No balanço de perdas e ganhos com estes projetos, os remanescentes de quilombos ratificam a recusa à aceitação de implantação da ALCOA. Imediatamente encaminham seu pleito de demarcação e titulação definitiva das terras conforme um projeto compartilhado com a maior parte das comunidades do Trombetas.

Mãe Cué compõe o segundo grupo de peticionárias de demarcação de terras junto com Sagrado Coração, Tapagem, Abuí e Paraná do Abuí. Para dar prosseguimento a esse projeto estão realizando o levantamento de solicitantes com suas respectivas assinaturas assim como o histórico das famílias. Enquanto isto tramita, a expectativa maior é vencer a rigidez do estatuto da Reserva Biológica do Trombetas que concretiza a política ambientalista com maior peso no cerceamento de suas condições de vida e trabalho. Sem dúvida o projeto mais conservador e autoritário da política ambiental do Estado brasileiro. A retórica da conservação e as práticas que iluminam essa política constituem-se em barreiras para execução das disposições da Constituição de 1988 sobre as terras dos remanescentes de quilombos no município de Oriximiná.



CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Se o presente orienta a construção das representações sociais deles enquanto descendentes de quilombolas, na atualidade, a leitura desse passado é importante para empreender o projeto político centrado no reconhecimento de direitos de permanência nas terras ancestrais. Nesse sentido, a memória sobre as fugas servem construtivamente para validar seu modelo social. Um primeiro ponto dessa validação é o domínio sobre o território, base de sua organização social. O segundo, é o fortalecimento de interesses que os alimentaram socialmente ao longo deste século, no local onde hoje encontram-se e realizam-se a sistematização de seus saberes sobre os ecossistemas, com seus ciclos de chuva e de seca, com os movimentos de marés, bem como, a percepção do conjunto dos recursos naturais que têm servido, historicamente, à reprodução do grupo. Finalmente, outro elemento é a volta sobre si mesmo enquanto projeto social coletivo, tecendo, nas relações internas, seus elos com a história e identificando, na trajetória de muitas outras comunidades negras rurais, no Pará e no Brasil, elementos comuns encontrados no passado e condições atuais que os aproximam. Empreendem ações face os novos momentos das lutas dessas comunidades negras rurais no país, organizadas com vistas a efetivar os pleitos de demarcação das terras, mas ampliando o campo de ação. Do local a um conjunto de outras comunidades que refletem situações históricas e sociais diversas.

Como os negros do Trombetas têm reagido às situações de agressões e reelaborado estratégias de defesa e discursos diante das ameaças que os rodeiam, no presente? O confronto principal refere-se à terra. Como expusemos acima, o avanço do mundo branco significou, sob formas mais ou menos radicais, a aplicação de instrumentos jurídicos que tencionaram passar por cima de suas

experiências de domínio da natureza e de ocupação. Evidentemente, esse tipo de agressão armou-se de um dispositivo ideológico-político capaz de permitir a dominação e submissão e ancorou-se no *silêncio* da sociedade regional em relação aos grupos negros, do Médio e Alto Trombetas, do Erepecuru e Cuminá.

O negro do Trombetas esteve nos discursos citadinos de algumas décadas atrás, mas figurando corno metade legenda/metade realidade. As manifestações anteriores de conflitos encerravam-se no contato interpessoal e a violência direta podia ser o padrão de resposta admitida pelos grupos dominantes. No entanto, a identidade étnica conseguia refazer espaços no alinhamento das necessidades de fortalecimento grupai, de estabelecimento das diferenças, recriando na subjetividade o *nós negros*.

O que se configura como desterritorialização nos desdobramentos das políticas empresariais e governamentais foi sinteticamente apresentado neste trabalho. À primeira vista é o cerceamento da liberdade, de restrição de usos de paragens, de impor limites incompreensíveis estabelecidos, arbitrária e autoritariamente, alheios a qualquer processo de negociação e diálogo. Estabelece-se uma forma consagrada de dominação de classes e raças. Com a entrada de novos atores empresariais e governamentais no Alto e Médio Trombetas, os cursos d'água tornam-se inatingíveis, igualmente castanhais, campos de caça e lugares de culto. Como reagir a essa interferência? Nem sempre estabeleceu-se um único código, um comportamento político modelar. As reações do mais antigo morador da comunidade de Boa Vista foi negociar e estabelecer vínculos ambíguos com os chefes da MRN e passado os anos de sua função de mediador entre a empresa e os trabalhadores negros, ele revela ter conservado na memória, os gestos amistosos, paternalistas ou simplesmente autoritários da gerência da firma. O seu neto foi demitido pela participação na greve de 1990, que eclodiu na Mineração Rio do Norte, enquanto outro encaixa-se na figura de operário padrão, mas resiste a ocupar a moradia

que a empresa oferece em Porto Trombetas aos trabalhadores, acatando a recomendação materna.

A Associação dos Remanescentes de Quilombos, como medida política, estabelece seus marcos e símbolos, colocando ao longo do rio Trombetas placas identificadoras de limites geográficos que desejam ver reconhecidos e respeitados. Todos esses símbolos parecem guaritas da territorialidade, diante da usurpação que se estabelece, via formas institucionais e jurídicas, dos direitos de lavras, concessões de terras, transações de compra e venda que afloram nas vizinhanças das comunidades. Em Mãe Cué estão atentos às instruções proibitivas que partem da ALCOA. Articularam formas de contornar as proibições do IBAMA, entrando em horas e sob condições de disfarce, em canoas para a coleta nos castanhais. No cotidiano, enfrentam a ordem e procuram passar por cima dos decretos excludentes.

Ante a desestruturação social e cultural espelhada nos moradores negros que se mudaram para Oriximiná, ou daqueles que vivem em Boa Vista e Cachoeira Porteira, os menos atingidos organizaram outra defesa que se assenta, basicamente, na permanência na terra. Mas, ainda, há necessidade de refazer estratégias que penetrem em níveis subjetivos. Estão elaborando os modos de reafirmar a pertença aos grupos familiares e comunitários. Na oportunidade do trabalho de campo comentava-se o movimento de retorno às cachoeiras, as iniciativas de fazer cerâmica, à busca de outras raízes e de elos com o movimento social de grupos em situações semelhantes no Maranhão e no Mato Grosso. Mas certamente é no campo dos reencontros familiares e grupais que apostam para reforçar a identidade. Essa prática refaz articulações no coletivo da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura, no movimento dos atingidos por barragens, na aproximação com entidades como o Centro de Estudos de Defesa do Negro no Pará e com a Comissão Pró-Índio. Estabelecem-se os campos de mediação

com a igreja local e experimentam entrar na malha de interesses e propostas políticas diversificadas.

Praticamente, nesses últimos cinco anos, estão girando no universo de mobilização política que os coloca a interagir freqüentemente com representantes políticos. Essa relação os dispõe para definir posição sobre projetos do tipo aos anunciadas sobre loteamentos das terras ou assentamento nos estilos do INCRA, reafirmando suas propostas em consonância ao artigo 68, da Constituição. Buscam um direito alternativo que responda as suas demandas legais, garantindo de um lado o sistema de propriedade comum da terra e de outro o acesso e a exploração de recursos que lhes foram retirados pela Reserva Biológica do Trombetas,

Mas, necessariamente, o movimento encontra-se num âmbito de poderes e relações muito complexos exigindo lapidar contatos na cidade e construir uma rede para manter-se informado e alerta, mas também, de abertura de campos de atuação e de estabelecimento de alianças. Esse exercício de formação política guarda elementos de sua cultura e de reações que são elaborados em uma reflexão demorada e não impositiva, com o acatamento de algumas direções. Esse universo político não deseja cristalizar os modelos, os discursos, porque eles têm outra apreciação de sua história e internalizaram outras leituras do seu presente. O campo original de reconstrução diante o choque contemporâneo pode encontrar-se na linguagem de resistências. Os velhos, especialmente, são os portadores das imagens do passado e do presente e expressam a antinomia entre liberdade e escravidão. Enquanto isso, os jovens refletem sobre liberdade e discriminação. Cada discurso comporta as aquisições de um «fazer político», que exigiriam novas investidas teóricas e atenção em escutar as vozes que se levantam.

Ao participar do Tribunal sobre os “Povos da Floresta”, realizado em Paris, em outubro de 1990, denunciaram a destruição da «mãe da terra» e da “mãe da água”, expressões que materializam suas experiências com a

natureza. De fato, essa destruição avança rapidamente e escapa ao seu controle. Elaboram discursos de alerta em documentos descritivos de conflitos, em músicas e gestos. Eles procedem da empiria e da sensibilidade, colocando-se ao lado da natureza. Seus sentimentos e reações nessas peças discursivas humanizam o mundo animal, associado a uma existência que deve ser restabelecida em valores de respeito à condição humana. Atribuem a onça, a guariba e a tartaruga, emoções, sensibilidade e sentimentos. Assim, vão explicar e acompanhar suas migrações na floresta e nas águas, como fuga, pois o que era límpido e povoado de árvores, esta sendo perturbado. A idéia de uma tempestade ocupa as imagens da natureza transformada em correspondência a objetivos desequilibradores. Músicas, estórias e frases são recursos para aprender os elementos concretos e simbólicos da destruição do ecossistema do Trombetas, acompanhando simultaneamente as mudanças na ordem da natureza, e portanto, de suas vidas, com grande intensidade.

As referências do passado, de respeito dos antigos pela natureza realizada através do manejo da caça, da viração de tartarugas e reciclagem e uso da terra, avivam-se pouco a pouco na memória do grupo. Essas experiências são valorizadas pela comparação com os processos que vêm, desde fins da década de 79, alterando os ecossistemas nesse vale. Os sinais são esquadrihados: circulação de barcos de grande porte, manchas de óleo, violação de nichos de reprodução de tartarugas (tabuleiros), desaparecimento de espécies de madeira (cumarú, pau-rosa), de animais de caça (guariba) e lama de bauxita em lagos e cursos d'água. Esse tempo presente alimenta imagens projetadas para o futuro, reativando reconhecimentos e medos sobre os perigos de destruição da natureza. Nos cânticos de compositores de Cachoeira Porteira, essas constatações dirigem-se a projetos de construção de hidrelétricas, perquirindo os impactos negativos dessas intervenções no ambiente.

Sobre a realidade do Trombetas (como, por sinal, em quase toda a Amazônia!) elaboram-se discursos sobre a preservação ambiental. Parece

inquestionável a necessidade de decifrar esses discursos, e em especial, as práticas segundo seus atores e interlocutores. Se os denominados Filhos do Trombetas construíram na cumplicidade com a natureza, tecendo fortes laços de sua organização social, a noção de totalidade que subjaz nas suas práticas, não pode ser descolado do sentido social de preservação. Daí porque mobilizam esforços para decifrar o campo em que se formula e transita um outro discurso ecológico, o das empresas e o do Estado. Esses discursos estão articulados ao interior de um sistema arbitrário e dominante, responsável pela deterioração e desnaturalização do mundo, razão pela qual a questão ambiental tem se revelado na Amazônia, com acirramento de novos confrontos. Qual o substrato dessas relações conflituosas? A resposta exige a compreensão de como esses discursos construídos sobre e na Amazônia traduzem estratégias de avanço sobre territórios e seus recursos, negando as identidades e os modos de vida agro-extrativos.

Por isso que se multiplicam as denúncias de camponeses, índios, pescadores e os denominados ribeirinhos, sobre as novas estratégias de controle dos territórios praticadas pelas empresas. Os negros do Trombetas aliam-se pouco a pouco a segmentos mobilizados, no ara de manter as tradições de ocupação e uso das riquezas do território, portanto, constituem-se sujeitos políticos na contemporaneidade da Amazônia.

Nessa perspectiva nos encontramos frente ao seu ser político e seus discursos. A singularidade desse fazer político, pouco padronizado pelas mediações, do tipo igreja, partidos e entidades, talvez explique o processo de adotar decisões e refazer estratégias políticas, primeiro no interior de um campo não comportamentalizado, não oficializado. Daí o caráter cooperativo, de ajuda, que a Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos passa a apresentar como sua forma vital. A resposta fundamental estaria sendo dada a partir de duas questões: quais os nexos entre estar no movimento e tecer os elos étnicos das comunidades? Quais as reações encadeadas ao encontrar-

se frente a problemas, como a ameaça de suas terras, decisões sobre formas de lutar pela demarcação das terras, e ainda, como transitar e quais as ações institucionais a empreender diante das instâncias políticas?

Insistimos no interesse de compreender os impactos que mais um projeto de mineração poderia provocar na vida dos negros do Trombetas. O entendimento desse campo sócio-cultural exigiu uma elaboração que teve como ponto de referência o reconhecimento histórico desses grupos. A percepção da organização social do grupo realiza-se, somente, com ferramentas analíticas capazes de entender as situações históricas e sociais. O sistema social no Trombetas é dotado de dinâmica própria, não podendo ser captado seccionadamente. Somente o conhecimento desse sistema numa perspectiva da complexidade, ora sob ameaça pela intervenção dos projetos, poderá indicar os riscos de perda da diversidade cultural. O fundamental é saber como evitar as perdas e a destruturação do presente porque durante quase dois séculos essas comunidades viveram e produziram sobre essa terra, sua existência material e social.

Realizamos o estudo de dentro das comunidades, partindo do presente e procurando sua história, na contemporaneidade, para valorizar e legitimar seus direitos e a pertinência de suas reivindicações. E sua história e o processo de afirmação que lança luzes sobre os elementos de coesão e de identificação étnica. Esse grupo compõe um tipo de campesinato diferente das formas estruturadas na recente dinâmica da fronteira amazônica. As reivindicações pela terra não poderiam ter argumentos mais fortes: a ancianidade da ocupação e os direitos de permanência nas terras conquistadas e adquiridas, num processo de, pelo menos dois séculos. A autoridade do grupo para definir seus destinos é reconhecida e, como tal, precisa ser respeitada.

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Du Travail Esclave au Travail Libre: Le Pará (Brésil) sous le Regime Colonial et sous L'Empire (XVII-XIX e Siècles)*. Paris. École des Hautes Études en S. Sociales: 1985. (Tese de Doutorado).

_____. Espaço para Atividade Fabril na recuperação Pós-Cabanagem. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Belo Horizonte, 88. Anais... Belo Horizonte: ANPEC, 1988.

AGIER, Michel. *Os Lugares da Negritude*. Etnicidade e Identidade Social entre Trabalhadores da Moderna Indústria Baiana, Caxambú, s.ed, 1990. Mimeo.

ALCOA MINERAÇÃO. *Minas de Bauxita da Amazônia*; Estudos de Impacto Ambiental, s. ed., 1989.

_____. *Relatório de Impacto Ambiental* s.l, 1989.

ALDEN. Dauril. *O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica*. Belém. UFPA/NAEA/FIPAM, 1974.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índios: Uso Comum e Conflito. In: CASTRO, Edna, HÉBETTE, Jean (org.). *Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia*. (Cadernos NAEA. n° 10), Belém: UFPA, 1989.

_____. Quilombos: Tema e Problema. In: *Jamary dos Pretos*. Projeto Vida de Negro, SMDDH/CCN, São Luiz, 1998

ANUÁRIO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO PARÁ. 1925. Belém: NAEA/UFPA, v. 9, 1926.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ. 1984. Belém: IDESP, v. 8, 1985.

_____. Belém: IDESP, 1986

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a "Província do Pará"*. Belém, Typ. de Santos & Menor, 1839. 589 p.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense. 1988.

_____. Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ESCRAVIDÃO. São Paulo, 1988. *Anais...* São Paulo: s.ed., 1988.

BARBOSA, Rodrigues. *Exploração e Estado do Vale Amazonas, Rio Trombetas*. 1875.

BARROS, Myriam. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BRASIT, Ana Zahira; CIAMPA, Antonio da Costa & COSTA. Márcia Regina da (Org.). *Identidade: Teoria e Pesquisa*. São Paulo: EDUC, 1985.

BASTOS. A. C. Tavares. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional/Brasília: INL, 1975.

BOURDIEU. Pierre. *Ce Que Parler Veut Dire: L'Economie des Échanges Linguistiques*. Paris. Fayard. 1982.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 1974

BRANDÃO, Caetano. Frei. In MEMORIAN; excerptos de Frei Caetano. Belém: Seção de Obras, A Província do Pará, 1905.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Belém: BASA, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1987,

CASTRO. Edna Maria Ramos de Resistência dos Atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidades. In: CASTRO, Edna M. R, e HEBETTE, Jean (orgs). *Na trilha dos grandes projetos*. Belém: UFPA/ NAEA. 1989.

- _____. Do Castanhal à Fábrica. In: *Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão - Processos de Trabalho na Indústria Brasileira*. São Paulo: USP/UNICAMP, 1989.
- CENSO AGROPECUÁRIO: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, 1983, 1986 e 1987.
- CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará: seu comércio e indústrias de 1719 a 1920*. Belém: Tavares Cardoso, 1920.
- COUDREAU, Otille (Org.). *Voyage au Tromhetas*. Paris: A. Lahure, 1900.
- _____. *Voyage au Cumina*. Paris: A. Lahure, 1901.
- _____. *Voyage au Rio Cachorro*. Paris: A. Lahure, 1903.
- CRUZ, Ernesto. *Procissão dos Séculos: vultos e episódios da História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1952.
- DERBY, Orville A. O Rio Trombetas (1898). *Boletim do Museu Emílio Goeldi*. Belém. n° 5, p. 366-382. 1989.
- DÜRKHEIM, Émile. *Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)
- EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. Belém: UFPA/NAEA/CFCH, 1988.
- ENCONTRO INTERDISCIPLINAR SOBRE IDENTIDADE, 1. São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC. 1983.
- ESTEVES, F. de A., BOSSELI, R. L. & ROLAND, F. Lago Batata: Um Laboratório de Limnologia Tropical. *Revista Ciência*, vol. 13, n. 64. jan. 1990.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *O Negro na Fala do Branco*. O discurso de Madame Coudreau sobre os mocambeiros do Curuá. Belém: UFPA, 1989 (mimeo).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1982.
- FRIKEL, Protásio. *Dez Anos de Aculturação Tiriyó (1960-70)*. Belém. MPEG, 1971. (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n° 16)

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. S. Paulo: Brasiliense, 1986.

GLUCKMAN, Max. *Analyses o f a Social Situation in Modern Zululond*. 2.ed. Manchester: Universety Press, Manchester:1968. (The Rhodes Livingstone Papers, 28)

GODELIER, Mauricc. *L'idéel et le Matériel: Pensée, Économies et Societés*. Paris: Fayard. 1984.

GOULART, José Alipio. *O Regatão: Mascate Fluvial da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1986.

GUATARRI, Felix, *A Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____ *As Três Ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas: Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociales de la Memóire*. Paris: PUF, 1925.

JUNG, Carl Gustav. "*Symbols of Transformation*", London: Routledge Kegan Paul, 1956. v. 5

LALLEMANT, Robert Avé. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia/S. Paulo: Ed. da Universidade de S. Paulo. 1980.

LAMARÃO, Paulo. *Legislação de Terras do Estado do Pará*. Belém: Grafisa Offset, 1977, Vol. 1.

LE COINTE, Paul. *L'Amazonie Bresilienne, le Pays, ses Habitants, ses ressources: notes et Statiques jusquien 1920*. Paris: A. Challamel. 1922 (2 v) (Tomo I e II).

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. Nova-Iorque; Atheneum, 1974.

_____ *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1970. A eficácia simbólica.

LONCAN, Andrée. Les Esclaves Fugitifs dans les Relations Guyane-Bresil, à travers les Archives de la Guyane (1713-1860). In: SEMINÁRIO: ESCRAVIDÃO AFRICANA NA AMAZÔNIA. Belém: s.ed, 1989.

MARTINS, José de S. *Não há Terra para Plantar neste Verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MENEZES, Mário A. Reservas Extrativistas: Por uma Reforma Agrária Ecológica. *Ciência Hoje*. São Paulo: SBPC, v. 11. n. 64, p. 4-6, jun. 1990.

MIRANDA, E. E. et alli. Efeitos Ecológicos das Barragens do Xingu - Uma Avaliação Preliminar. In: SANTOS, L. A. O. ANDRADE, L. M. *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. S. P.: Comissão Pró-Índio, 1988.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. *Relatório Anual (1989)*. Rio de Janeiro: MRN. 1990.

MORAN, Emílio F. *A Ecologia Humana das populações da Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MORIN, Edgard *La Méthode, la Nature de la Nature*. Paris: du Seuil/Points, 1977.

MOUGEOT, Luc T. A. O Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará, Brasil: uma avaliação do programa de reassentamento populacional (1976-85). In: KOHIHEPP, G. e SCHRADER. *Tübinger Geographische Studien*. Tübingen: Im Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen 1987.

MUNIZ, João Palma. *Registro de Terras do Estado do Pará*. (Governo do Estado. Secretaria de Obras Públicas). 1907.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 4 ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

OLIVEIRA, Roberto C. de. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PARA. Leis. Decretos, etc. *Collecção das Leis da Província do Grão-Pará*. 1977. Belém. (Typ. Guremberg, 1877), t. 39.

PARÁ. Presidente da Província, 1836-1839. (Francisco José Soares D'Andréa). *Exposição do Estado e Andamento dos Negócios da Província do Pará no Acto da Entrega que fez ...* Belém, Typ. de Santos & Menor, 1839.

PARA. Presidente da Província, 1848-1850. (Jerônimo Francisco Coelho). *Mappas que acompanhão a falla apresentada no dia 1o. de outubro de 1848.* Belém: Typ. de Santos & Filhos, 1848, n.p..

PARA. Presidente da Província, 1853-1855. (Sebastião do Rego Barros). *Relatório a que se refere a Falla que o Exmº Snr. Cons. Sebastião Rego Barros, Presidente desta Província, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial na abertura do corrente anno.* Pará: Typ. Da Aurora Paraense, 1854. 66 p.

PARA. Presidente da Província. 1853-1855. (Sebastião do Rego Barros). *Falia dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 15 de agosto de 1854.* Belém, Typ. da Aurora Paraense, 1854, 66 p.

PARA. Presidente da Província, 1856-1857. (Henrique de Beaurepaire Rohan). *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1856.* Belém. Typ. Santos & Filhos. 1856. 24 p.

PARÁ. Presidente da Província, 1861-1864. (Francisco Carlos de Araújo Brusque). *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará em 1 Setembro de 1862.* Belém: Typ. de F. C. Rhossard. 1862. p. 91.

PARÁ. Presidente da Província, 1867-1868. (Joaquim Raymundo de Lamare). *Relatório apresentado em 6 de agosto de 1868.* Belém, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1868, 47p.

PARÁ. Presidente da Província. 1879-1881. (José Coelho da Gama Abreu). *Falia apresentada à Assembléia Legislativa Provincial do Gram-Pará em 16 de junho de 1879.* Belém: Typ. Liberal do Pará, 1879. 49p.

PARÁ. Presidente da Província, 1879-1881. (José Coelho da Gama Abreu). *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 15 de fevereiro de 1880.* Belém: Typ. da Província do Pará, 1880. 140p

PARÁ. Governo do Estado - Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Correspondência dos Governadores do Pará com a Metrópole. In: _____ *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*, Belém, 3968. T. 3.

PARÁ, (Província) Presidente (Gaina e Abreu). *Relatório apresentado pelo Exmo Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província a Assembléia Legislativa Provincial do Pará na 1a Sessão da 22a Legislatura* em 15 de Fevereiro de 1880. Pará. 1880.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura. 1973, V. I e II (Cultura Paraense)

PINTO, Lúcio Flávio. *Jari: Toda a Verdade Sobre o Projeto de Ludwig - As relações entre Estado e Multinacional na Amazônia*. S. Paulo: Marco Zero, 1986.

_____. *Trombetas: os desafios de um projeto concebido por multinacionais na Amazônia*. TDI: Belém, n. 5. p. 23-44, ago. 1985.

PROMON. *Mina de Bauxita da Amazônia: Estudos de Impacto Ambiental-EIA*. S/1: ALCOA. 1989. 5 v.

QUEIROZ, João de São José. O. S. *Visitas Pastorais Memórias (1761, 1762 e 1763)*. Rio de Janeiro: Melso, 1961.

IBGE. Recenseamento geral do Brasil. 1950. Rio de Janeiro. 1950.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. *História de Óbidos*, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL/Belém: Governo do Estado do Pará. 1979 (Coleção Retratos do Brasil, V. 123).

RIVARA, Cunha. *Memória para a História da Vila do Venerável Arcebispo de Braga*. Braga, 1867.

RODRIGUES, João **Barbosa**. *Exploração e Estado do Vale Amazonas*. Rio Trombetas. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob Regime de Escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Belém: UFPA. 1971.

SCHOUMBOUGK, Robert Hermann. Journey from fort San Joaquim on the Rio Branco to Roraima and thence by rivers Parima and Merewari to Esmeraldo on the Orinoco in, 1838-39. *Journal of the Royal/Geographical Society of London*. London, v. 10. p. 191-267. 1841.

SEYFERTH. Giralda. Etnicidad e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro. n°. 42. p. s. out. 1983.

SIGAUD, Lygia. implicações Sociais da Política do Setor Elétrico. In: SANTOS. L. A. O., ANDRADE, L. M. M.(orgs). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. S. Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

SOUZA. Inglês de. *O Cacauleta*. Belém: UFPA. 1973.

SPIX. Johan Baptist. MARTINS, C. F. O. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

TARTARUGA: uma sugestão de manejo sustentado. *Ciência Hoje*. São Paulo: SBPC, v. 8, n. 46-7, set. 1988.

THOMPSON, E. P. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

ANNAES DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Belém, t.3, 1968.

ARQUIVO E BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ.

Códice nº 784. Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1824-1825)

Códice nº 423, Correspondência de Diversos com os Governadores (1824)

CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE ÓBIDOS

Livro de Transcrição das Transmissões de Imóveis

1880-1915 (Livro I)

1915-1924 (Livro II)

ARQUIVO DE CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

Livros de Vereação - 1800

Relatório da Epidemia de Varíola - 1884

ARQUIVOS PAROQUIAIS

1. Paróquia de Óbidos

- Livro de Batismo

Baptisados: 1800-1830

1830-1838

- Livro 5-A

Termos de Baptismos da Freguesia de Óbidos - 1870-1874

Termos de Baptismos da Freguesia de Óbidos - 1874-1879

2. Paróquia de Oriximiná

Livro 1	1901
Livro 2	1896
Livro 3	1898-1904
Livro 4	1905-1908
Livro 5	1910-1911
Livro 6	1912-1914
Livro?	1911-1912
Livro 13	1938-1941

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO PARÁ - ITERPA

- Índices de:

- a) Município de Óbidos: Legitimação de Posse
 - Títulos Definitivos
 - Títulos Provisórios
 - Títulos de Propriedade
- b) Município de Oriximiná: Títulos de Legitimação de Posse
 - Títulos Provisórios
 - Títulos Definitivos
- c) Contratos de Arrendamento

JORNAIS, REVISTAS E ANUÁRIOS

a) Jornais

- “A Província do Pará»
(Junho, Agosto, Setembro). Diversos artigos de autoria de Vicente Salles.
- ”O Liberal” (1990)
Artigo de autoria de Paraguassu Elleres,
- ”A Constituição» (1874)
- “Jornal do Comércio» (1938)
Tomo II, Vol. II

b) Revistas

- Boletim da associação Comercial do Pará. Ano II, No 2, Fevereiro, 1942.
- Boletim de Informações. Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio.
Ano II, no 8, 9. Belém, 1934.

c) Anuário

- Anuario Estatístico do Estado do Pará. Governo do Estado do Pará. 1925, Vol. 9, Tomo 1.
- IBGE. Recenseamento Demográfico, 1950.
- Anuário Estatístico do Estado do Pará (1980-1987). Governo do Estado do Pará. Vol. 8.
- Censo Agropecuário: IX Recenseamento Geral do Brasil (1980). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Vol. 2, Tomo 3, no 6.

QUADROS

- Quadro 1: Plantel dos cultivadores de cacau do baixo amazonas e localização de sesmarias concedidas - 1778
- Quadro 2: Corpo de trabalhadores
- Quadro 3: Atos e decisões sobre expedições de recaptura de escravos no rio Trombetas e afluentes
- Quadro 4: Expedições ao rio Trombetas e seus afluentes nos séculos XVIII e XIX
- Quadro 5: *Comunidades ribeirinhas* do município de Oriximiná
- Quadro 6: Plantios encontrados nos quintais das casas das comunidades negras do Trombetas
- Quadro 7: Divisão sexual do trabalho nas atividades
- Quadro 8 e 8A: Processo de produção da farinha no alto Trombetas
- Quadro 9: População dos municípios do médio amazonas paraense

TABELAS

- Tabela 1: Exportação do estado do Grão-Pará (1773-1782)
- Tabela 2: Quadro resumido da população da Província do Pará - parte oriental (em torno de 1823)
- Tabela 3: Povoamento da região de Santarém às vésperas da Independência (em torno de 1823)
- Tabela 4: Resumo da população da Província do Pará - parte oriental ano 1854
- Tabelas 5: População da Província do Pará 1854-1862
- Tabela 6: População escrava da comarca de santarém 1848 - 1885
- Tabela 7: Gêneros exportados entre baixo Amazonas e Belém - 1867
- Tabelas 8: Produção de cacau 19w)- 1919 128
- tabela 9: Produção de cacau -1920-1925 128
- tabela 10: Títulos de terra- definitivos e propriedades 1879-1940 138
- Tabela 11: Estabelecimentos rurais no baixo amazonas - extensão dos imóveis - 1920
- Tabela 12: Comparativo das entradas de castanha na praça de Belém primeiros semestres - 1930-1934 (em hectolitros)
- Tabela 13: Zona fisiográfica do baixo Amazonas - produção agro-extrativa- 1952 147
- Tabela 14: Produção de castanha no Pará, segundo microrregiões homogêneas
- Tabela 15: Produção de castanha no Pará, segundo municípios do médio Amazonas paraense198

ANEXO

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ

A floresta é vida. O rio é vida. O lago é vida. Nosso povo não pode sobreviver sem a terra Mãe. Sem a mãe Água. Nossa vida está ali. Nossos avós escolheram estes locais de liberdade. Formaram sociedades alternativas. Deportados; ligaram sua vida à Amazônia. Longe da Mãe África foram adotados pela Mãe Amazônia. Não como filhos bastardos, mas como filhos que se relacionam com uma Mãe que tudo dá e a quem tudo se deve. Somos AMAZÔNIDAS.

Nós, netos e bisnetos, seguimos o exemplo de nossos avós. A Amazônia nos dá a VIDA. Gratuitamente recebemos o peixe, a carne, as frutas, a castanha, o remédio, o cipó, a madeira, a cobertura da casa, a parede da casa, o esteio da casa, a farinha... Retribuímos com o respeito à vida, à MÃE TERRA.

No entanto somos agredidos neste equilíbrio. A ambição, o lucro, o capital se lançam como onças sobre o nosso povo.

Primeiro o Governo. Em 1979 (mil novecentos e setenta e nove) roubou parte das nossas terras, expulsou nosso povo. Disse que ia fazer uma reserva biológica. Proteger a natureza. Chegou a polícia. Prazo de uma hora para sair. Casas e roças incendiadas. Fomos tratados como criminosos. No nosso tempo as tartarugas desovavam aos milhares. Hoje, com a dita proteção do IBAMA não passam de umas centenas.

Por ironia, no mesmo ano, iniciou-se do outro lado a extração de bauxita pela MRN composta pelas seguintes empresas: Companhia Vale do Rio Doce, Grupo Votorantim (brasileiras), Alcan (Canadá), Reynolds (EUA), Norks Hydro (Noruega), Shell-Billinton (Holanda). Mais uma vez fomos expulsos de

nossas terras. Perguntamos: Para que serve a reserva? Para proteger a natureza ou a mineradora? Nossos lagos e rios poluídos, nossas matas destruídas. Nossa cultura devastada e desvalorizada.

Pouca terra nos resta. E aí querem fazer uma floresta nacional, ou seja, uma reserva mineral das mineradoras. E, finalmente, a ALCOA (EUA) quer implantar em nossas terras mais um projeto minerador. Para onde vamos?

NÃO QUEREMOS MAIS PROJETOS. QUEREMOS SER RECONHECIDOS COMO POVO. QUEREMOS QUE SE CUMPRA O ARTIGO 68 DAS LEIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: DEMARCAÇÃO COMUNITÁRIA DE MATAS E LAGOS QUE COMO QUILOMBOS TRADICIONALMENTE SEMPRE OCUPAMOS.

Não queremos hidrelétricas estatais ou particulares em nossas terras. Não queremos mais estudos ou pesquisas em nossas terras.

Queremos viver em paz: criar nossos filhos, plantar nossa roça, colher os frutos da natureza, preservar nossa cultura, nossos cantos, nossas danças, nossa medicina. Redescobrir nossa história de luta e sofrimento, de algemas e ferros, de liberdade conquistada com sangue e lágrimas. Somos e queremos continuar sendo amazônidas. Temos orgulho de ser negros!

Vimos aqui neste tribunal, não fomos convidados; viemos com dinheiro nosso, na marra. Num tribunal sobre os povos da Amazônia, não fomos convidados. Continuamos discriminados. Muitos organizadores conhecem nossa história, nosso povo, nossas lutas. Por que fomos esquecidos?

Até agora neste tribunal não se fez uma referência aos negros. Somos companheiros. Vivemos da floresta, somos na floresta, somos um povo amazônida, forte e corajoso.

PELA VIDA E CONTRA OS PROJETOS DE MORTE, MUITO AXÉ!

PELOS NEGROS DE ORIXIMINÁ

OUTUBRO 1990

A black and white photograph of a river with rapids. The water is turbulent and white with foam. On the left bank, there is a wooden structure, possibly a bridge or a small building. The background is filled with trees and foliage. The overall scene is natural and somewhat wild.

CADERNO FOTOGRÁFICO



Foto 1: Uma casa às margens do rio Trombetas

Negros do Trombetas



Foto 2. Narrativas das experiências das mulheres - Encontro de Raízes Negras - jul/91



Foto 3: Interior de uma casa no rio Trombetas



Foto 4: Ouriços de castanha-do-Pará coletados no Alto Trombetas

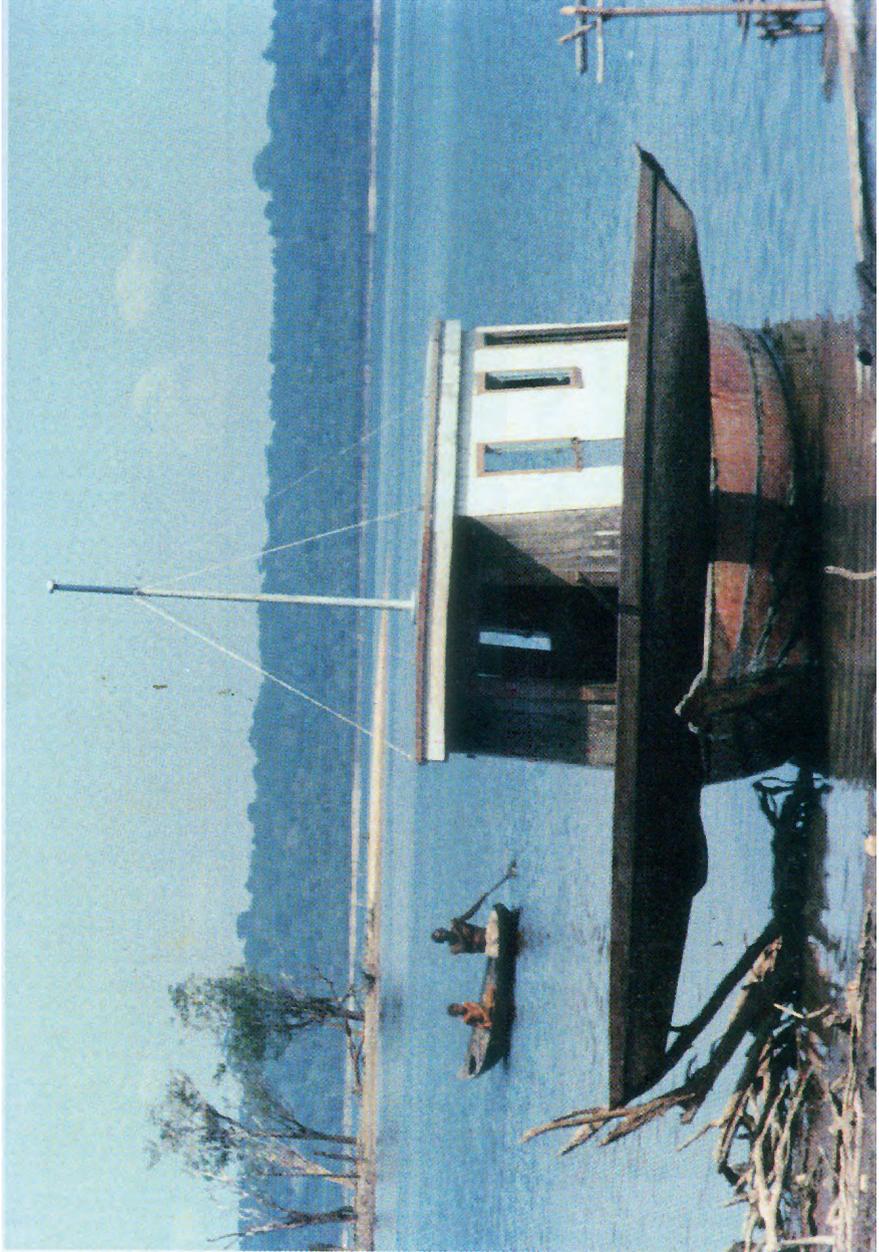


Foto 5: Navegando no rio Trombetas



Foto 6: Saber descascar mandioca



Foto 7: A magia de uma bola de futebol



Foto 8: Protesto nas ruas de Oriximiná durante a realização da audiência pública



Foto 9: Sr. José guardião do território de Boa Vista

Negros do Trombetas



Foto 10: Auto-demarkação das terras no rio Trombetas



Foto 11: Igarapé água fria, vegetação degradada pela sedimentação de bauxita



Foto 12: Audiência do projeto mina de bauxita da Amazônia (Alcoa S/A) em 12 de agosto de 1991 - Oriximiná



Foto 13: Audiência pública do projeto mina de bauxita da Amazônia (Alcoa S/A) em 12 de agosto de 1991 - Oriximiná

Trilhamos as ações de resistência de um grupo étnico identificado enquanto formado por *remanescentes de quilombos*. Esses habitantes da região do Trombetas, chamados *Filhos do Rio*, fizeram do movimento de circulação das águas o pulso de sua existência e da memória social.

A liberdade vigiada, em contínuo sobressalto, e o freio da natureza, os obrigaram a buscar outra alternativa: viver a liberdade condicionada, abaixo da última cachoeira, no rio *manso*, para desenvolver a vida material e recriar os símbolos de sua identidade atual.

A contemporaneidade desse grupo requer retomar o caminho dessa cumplicidade com a natureza das águas e da floresta no enfrentamento à nova frente branca que sobe o rio: empresas mineradoras, hidrelétricas e órgãos públicos de preservação ambiental.

Com este estudo pretendemos contribuir à compreensão da dimensão política das lutas sociais que envolvem conflitos étnicos e territorialidades na Amazônia, com a implantação de grandes projetos minerais e hidrelétricos e com as novas formas de exclusão que se ancoram no discurso ideológico da preservação ambiental.

As autoras